

MARCELA CASACIO FERREIRA

**ENCONTRANDO A CRIANÇA ADOTIVA: UM PASSEIO PELO
IMAGINÁRIO COLETIVO DE PROFESSORES À LUZ DA
PSICANÁLISE**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

2005

MARCELA CASACIO FERREIRA

**ENCONTRANDO A CRIANÇA ADOTIVA: UM PASSEIO PELO
IMAGINÁRIO COLETIVO DE PROFESSORES À LUZ DA
PSICANÁLISE**

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Puc-Campinas.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Tânia Maria
José Aiello-Vaisberg

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

2005

BANCA EXAMINADORA:

Presidente Profa. Dra. Tania Maria José Aiello Vaisberg

Prof. Dr. Antonio Terzis

Profa. Dra. Maria Christina Lousada Machado

Prof. Dr. Mario Eduardo Costa Pereira

Profa. Dra. Vera Engler Cury

AGRADECIMENTOS

Querida Tania,
da sua experiência sou sucedânea...

À minha mãe e irmã agradeço
o amor e respeito
Ao meu pai, reconheço
o impulso do começo...

Ao Dri...amor e ternura

Às amigas queridas... Mariana Wisnivesky, Heliana e
ao Geraldino... gratidão...

Aos pacientes e professores participantes da tese, minha reverência

Dr. Mario Eduardo Costa Pereira, Dra. Adriana Campos de Cerqueira Leite, Dra. Regina
Carvalho e Dr. Antonio Terzis, Dra. Maria Christina Lousada Machado ... afetivos
inspiradores da psicanálise

Profa. Vera Engler Cury, agradeço pelo confiança e competência

À Jaqueline e Mariana, Gisane que me ajudaram com a tese

CNPq...ajudando a continuar a pesquisa.

E andar na escuridão completa à procura de nós mesmos é o que fazemos. Dói. Mas é dor de parto: nasce uma coisa que é. É-se. É duro como uma pedra seca. Mas o âmago é it mole e vivo, perecível, periclinante. Vida de matéria elementar.

Clarice Lispector

Água Viva, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Nota referente às edições das obras citadas

No texto utilizo referências das obras dos autores quanto à sua data da publicação inicial. Como exemplo, um texto de Freud de 1900 aparece no texto sob a forma *Freud (1900)*, e a data da edição do livro que o contém, encontra-se discriminada no capítulo das **Referências**. Nesse caso de Freud, como exemplo abaixo, discriminamos a edição de 1996 ao fim da citação:

Freud, S. (1900). A interpretação do sonho. In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, Volumes IV e V.

RESUMO

Ferreira, Marcela Casacio. *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise*. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2005.

A presente investigação insere-se num conjunto de pesquisas psicanalíticas sobre o imaginário social, focalizando a problemática da adoção. Articula-se ao redor de trabalho de campo constituído por encontros individuais, com professores de ensino fundamental e médio, durante os quais o procedimento de desenhos-estórias com tema foi utilizado como mediador dialógico. Narrativas psicanalíticas destes encontros permitiram uma elaboração compreensiva das comunicações obtidas, a partir da qual são destacados campos inconscientes organizadores do imaginário: o abandono, a mentira, o estranho e a psicopatologia. O abandono insere-se numa rede que encontra, nas questões da entrega da criança para adoção e nas experiências de desamparo e rejeição, outros nós significativos. A mentira liga-se às condutas de ocultação da história de adoção e das verdades da família. O estranho aparece projetado na adoção como forma de debruçar-se sobre o desconhecido, possivelmente em consonância com dimensões temidas de *self*. Por fim, o último campo aponta para o fenômeno da criação de teorias psicopatológicas, pelas quais fragilidades emocionais insuperáveis são atribuídas às crianças adotivas. Tais constatações fazem-nos questionar eticamente as práticas sociais atualmente prevalentes frente à criança adotiva.

Termos de indexação: adoção, psicanálise, professores, imaginário social, Winnicott

ABSTRACT

Ferreira, Marcela Casacio. *Finding the adoptive child: a tour through the collective imaginary of teachers in the light of psychoanalysis*. Doctorate thesis. Doctorate course of the Post Graduation Program in Psychology from "Pontifícia Universidade Católica de Campinas". Campinas, 2005.

The present investigation takes part in a group of psychoanalytical researches on the social imaginary, focusing on the problems regarding adoption. Articulation happens around fieldwork constituted by individual encounters, with teachers of elementary and high school education, during which the procedure of picture story with a topic was used as a dialogic mediator. Psychoanalytical narratives from these encounters allowed a comprehensive elaboration of the communications obtained, from which are distinguished unconscious fields organizers of the imaginary: abandonment, lies, the uncanny and the psychopathology. Abandonment is inserted in a net that finds, in the issues of delivery of the child for adoption and in the experiences of helplessness and rejection, other significant knots. Lies are connected to the conducts of hiding the story of the adoption and the family truths. The uncanny seems to be projected in the adoption as a form of leaning over the unknown, possibly in consonance to the dimensions feared of self. At last, the last campo points to the phenomenon of creation of psychopathological theories, through which insuperable emotional frailties are attributed to the adopted children. Such verifications make us question ethically the current social practices prevalent regarding the adopted child.

Indexation Terms: *adoption, psychoanalysis, teachers, social imaginary, Winnicott*

RÉSUMÉ

Ferreira, Marcela Casacio. À la rencontre de l'enfant adoptif: une excursion dans l'imaginaire collectif des professeurs à la lumière de la psychanalyse. Thèse de doctorat. Cours de Doctorat du Programme de Post-graduation en Psychologie de l'Université Pontificale Catholique de Campinas. Campinas, 2005.

Ce travail fait partie d'un groupe de recherches psychanalytiques sur l'imaginaire social et examine le problème de l'adoption. Il s'agit d'un travail d'investigation sur le terrain composé de rencontres individuelles avec des professeurs d'école primaire et secondaire pendant lesquelles nous avons utilisé la procédure des dessins-histoires portant sur des thèmes spécifiques comme médiateur du dialogue. Les récits psychanalytiques de ces rencontres nous ont permis d'effectuer une élaboration compréhensible des communications obtenues, à partir de laquelle nous avons mis en relief les champs inconscients organisateurs de l'imaginaire: l'abandon, le mensonge, l'étrange et la psychopathologie. L'abandon fait partie d'un réseau qui trouve d'autres nœuds significatifs dans les questions de la remise de l'enfant à l'adoption et dans les expériences de d'incapacité et de rejet. Le mensonge est lié aux comportements d'occultisme de l'histoire de l'adoption et des vérités de famille. L'étrangeté est projeté sur l'adoption comme forme de se pencher sur l'inconnu, probablement en consonance avec les dimensions redoutées du self. Pour conclure, le dernier champ porte sur le phénomène de la création des théories psychopathologiques dans lesquelles des fragilités sentimentales insurmontables sont attribuées à l'enfant adoptif. Ces constatations nous mènent à mettre en question, du point de vue étique, les pratiques sociales actuellement prédominantes en ce qui concerne l'enfant adoptif.

Termes d'indexation: adoption, psychanalyse, professeurs, imaginaire social, Winnicott

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RÉSUMÉ	ix
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Adoção: pesquisando um fenômeno complexo	6
1.1 Adoção como prática psicossocial	7
1.2 Abordando o <i>self</i>	20
1.3 O falso <i>self</i> versus a gestualidade espontânea: a clínica social	31
CAPÍTULO 2	
Buscando um filho: caminhos da maternidade e paternidade	84
2.1 Da entrega de um filho à adoção.....	85
2.2 A gestação, a preocupação materna primária e o cuidado.....	98
2.3 Deparando-se com dificuldades na busca de um filho	120
CAPÍTULO 3	
Das Representações Sociais às Fisionomias Coletivas.....	130
CAPÍTULO 4	
A Pesquisa e o Método: o encontro com professores.....	145
4.1 Utilizando procedimentos apresentativo-expressivos e narrativas.....	154
4.2 Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores sobre a criança adotiva	160
4.2.1 Líliliana e o casal de italianos	172
4.2.2 Júlia e a menina-bebê solitária.....	177
CAPÍTULO 5	
Captando campos inconscientes sobre a criança adotiva: uma elaboração compreensiva.....	180
5.1 O abandono	184
5.2 A mentira e a verdade.....	214
5.3 O estranho e o estrangeiro	221
5.4 Teorias psicopatológicas	230
Considerações finais	237

Atendimentos psicanalíticos com pais adotantes: oficinas terapêuticas.....	242
REFERÊNCIAS	250
ANEXOS	267
ANEXO A - Priscila e a dificuldade de ser adotiva	268
ANEXO B - Oportunidade de ser	269
ANEXO C - A criança adotiva e o olhar triste	270
ANEXO D - Adoção é amor	271
ANEXO E - A história de Ana	272
ANEXO F - Naná transforma-se em Veridiana	274
ANEXO G - Carol quer ser adotada	277
ANEXO H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	278

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Envolvidos com investigações sobre representações sociais nos diversos âmbitos de exclusão social, decidimos pesquisar especificamente o imaginário coletivo a respeito da criança adotiva. Em geral, quando o assunto é exclusão social, pensa-se em deficientes, homossexuais, minorias raciais, pobres, soropositivos, psiquiatrizados, enfim, grupos em relação aos quais práticas sociais excludentes são mais visíveis. Entretanto, não nos surpreenderia pensar que, de modo mais sutil, as crianças adotivas são também vítimas da exclusão.

Na presente tese, abordamos inicialmente, no Capítulo **Adoção como prática psicossocial** um percurso cumprido que nos permitiu chegar à formulação da pergunta disparadora da pesquisa: *qual o imaginário coletivo sobre a criança adotiva?* Malgrado o número de crianças que aguardam adoção em abrigos brasileiros, deparamo-nos cotidianamente com vastas e exigentes filas de espera para adoção, cuja preferência é por crianças brancas, com menos de um ano e de sexo feminino. Nesta parte da tese, levantamos também alguns trabalhos elaborados e outros, ainda em desenvolvimento, para situarmos o leitor quanto às produções científicas da psicologia, em especial, da psicanálise.

Já que existem várias teorias em psicanálise, somos levados a especificar de que psicanálise falamos. Contemplamos tal necessidade, no Capítulo **Abordando o Self**, no qual nos detivemos na consideração de concepções psicanalíticas winnicottianamente inspiradas.

Posteriormente, tratamos das práticas psicológicas atuais nos processos de adoção, bem como dos trabalhos dos profissionais face a famílias adotantes e adotivas. Ao privilegiar atenção psicológica que acesse traços de *self*, na linha da experiência afetivo-emocional, em detrimento de trabalhos que não

ultrapassam registros cognitivos e intelectuais, lembramos o projeto da Psicologia Clínica Social, no Capítulo **O falso *self* versus a gestualidade espontânea: a clínica social.**

Ao abordarmos famílias interessadas em adoção, estamos tratando, indubitavelmente, da busca de um filho. Quais seriam os sentidos dessa busca? No Capítulo **Buscando um filho: caminhos da maternidade e paternidade**, acompanhamos o desenvolvimento da feminilidade e masculinidade, passeando por um caminho que vem desde a constituição subjetiva proposta por Freud até as concepções elaboradas por Winnicott. Consideramos as implicações da tradição cultural na constituição do *ser* até o alcance de uma *pessoa total*, que, então, pode tornar-se desejante. Chegamos, assim, próximos, à emergência de um sujeito que tanto pode necessitar e desejar a maternidade/paternidade, bem como recusá-la.

A seguir, dividimos as facetas do percurso face à maternidade ou paternidade, em três momentos. O primeiro abarca a situação de recusa de um filho pela mãe a exemplo da entrega da criança para outrem. **Da entrega de um filho à adoção** traz histórias de abandonos e entregas de bebês bem como das mães que passam por essas situações. A segunda parte do capítulo - **A gestação, a preocupação materna primária e o cuidado** - está consagrada ao processo de espera e chegada de um bebê, seja ele filho biológico seja adotivo. Nesse processo, ansiedades, expectativas e experiências de espera parecem entreter-se entre família biológica e adotiva, de modo que a intersubjetividade revela-se a protagonista das relações em ambos contextos de filiação e não os laços biológicos, objeto de louvor da nossa cultura.

Mas o que dizer das mães e dos pais que ao dar passos em direção

à busca de um filho, deparam-se com a impossibilidade de conquistar a concepção biológica de um bebê? Caminhamos, assim, em **Deparando-se com dificuldades na busca de um filho**, próximos a dificuldades que abrangem desde a infertilidade até a dificuldade do casal em sentir-se firmemente seguro quanto à decisão da chegada de uma criança à família.

No Capítulo **Das Representações Sociais às fisionomias coletivas** abordamos as peculiaridades da expressão "representações sociais", justificando, fundamentalmente, que este conceito tanto está atrelado à Psicologia Social das décadas de sessenta e setenta, como à noção de representação da metapsicologia freudiana, que é criticável quando somos inspirados pela revolucionária posição de Winnicott quanto ao espaço potencial e à criação da realidade.

Em seguida, chega o momento de apresentarmos o método utilizado na pesquisa. Em **A pesquisa e o método: o encontro com professores** focalizamos nossas estratégias metodológicas, diferenciando o encontro intersubjetivo de outros procedimentos que são mais condizentes com abordagens positivistas, que privilegiam a busca objetiva de uma resposta e cindem o fenômeno humano em sujeito e objeto. Em **Utilizando procedimentos apresentativo-expressivos e narrativas**, retomamos os princípios da utilização de histórias/ histórias contadas por diferentes pessoas como configuração do imaginário coletivo. Também é discutida a utilização do Procedimento de desenhos-histórias, que facilita imensamente a comunicação tão espontânea quanto possível do entrevistado, bem como o acesso a aspectos de *self*. Por fim, fala-se sobre a maneira do pesquisador transmitir a experiência intersubjetiva à comunidade científica, maneira esta que designamos como narrativas

psicanalíticas.

No capítulo **Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores sobre a criança adotiva** justificamos o porquê da escolha de pesquisar grupo de professores – segmento social cujo pensamento não se organiza primariamente em termos do binômio saúde/ doença - e expusemos o contexto que contém o encontro com os professores: os contatos prévios, as dificuldades encontradas em escolas e, de maneira geral, as colocações feitas por pessoas desse grupo, em especial daquelas que não quiseram brincar de "desenhos-estórias". Logo após, mostramos dois exemplos de criações elaboradas nos encontros, que ilustram o caminho percorrido na construção da tese. São eles ***Liliana e o casal de italianos e Júlia e a menina-bebê solitária.***

Por fim, após tantos contatos com o tema, chegamos a poder captar campos inconscientes subjacentes às representações sociais sobre a criança adotiva, comentados e elaborados no Capítulo **Captando campos inconscientes sobre a criança adotiva: uma elaboração compreensiva**, divididos em **O abandono, A mentira e a verdade, O estranho e o estrangeiro e Teorias psicopatológicas .**

Finalmente, fizemos nossas **Considerações finais** e deixamos, como exemplo de atendimento psicanalítico diferenciado, o Capítulo **Atendimentos psicanalíticos com pais adotantes: oficinas terapêuticas**, no qual apresentamos uma prática clínica que desenvolvemos e pesquisamos no Laboratório de Psicologia Clínica Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

1. ADOÇÃO: PESQUISANDO UM FENÔMENO COMPLEXO

1.1 Adoção como prática psicossocial

Em nosso imaginário parece circular a idéia de que o brasileiro é um povo muito afetuoso e hospitaleiro, diferentemente de outros mais racionais e distantes. Tal premissa levar-nos-ia a pensar que essa afetividade deveria resultar num contato mais caloroso com crianças de um modo geral, supondo assim, que práticas de entrega ou abandono de crianças seriam pouco freqüentes. Todavia, é verdadeiramente assustador o número de crianças institucionalizadas que, em nosso país, encontram-se à espera de adoção. Exemplificando essa condição, constatamos que em apenas um¹ dos vários abrigos de Campinas, uma cidade de mais de um milhão de habitantes, cerca de 150 crianças aguardam a adoção. Dessas crianças, 90% pertencem ao grupo de crianças com mais de dois anos de idade (Correio Popular, 25/5/2004). Em contraposição, há 250 famílias na fila de espera da adoção que aguardam recém-nascidos ou bebês, além de outras em busca de técnicas de reprodução assistida. Qual razão de tamanha contradição? Fica, assim, evidente, que a entrega² de crianças e a adoção³ são fenômenos psicossociais altamente complexos, que merecem ser abordados desde variados recortes. No Brasil, por razões sócio-econômicas, muitas crianças sobrevivem sem contar com proteção adequada e respeito aos seus direitos fundamentais. Em uma coletânea francesa com pequenos artigos sobre abandono e adoção, da década de oitenta, o Brasil destaca-se pela evidência do número de crianças

¹ Em Campinas, cerca de sete abrigos são filiados à FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, Fundação Odila e Lafayette Álvaro, atuando desde abril de 1964.

² O emprego do termo entrega mostra-se mais adequado em relação ao uso indiscriminado do termo abandono, porquanto não caracteriza moralmente o ato da mãe, proposta esta defendida por Motta (2005).

³ Adoção é um ato oficial "*cuja finalidade é criar entre duas pessoas relações jurídicas idênticas às que resultam de uma filiação de sangue*" (Snick, 1999, p.65). Na tese, trataremos eventualmente de situações adjacentes à adoção legal, como aquelas vividas por famílias que criam crianças que não são seus filhos, as quais não são "adoções" no rigor do termo jurídico.

encontradas na rua sem condições saudáveis de vida (Fonseca, 1988). Há, contudo, o outro lado, da mãe ou da família que entrega a criança, que também merece atenção, constituindo-se certamente a outra face do problema envolvendo sofrimento.

Interessa-nos, em particular, pela sua abrangência, formular uma questão específica, a partir da qual poderíamos alcançar uma maior compreensão visando contribuir para a proposição de intervenções potencialmente capazes de modificar o quadro atual: qual o *imaginário coletivo*⁴ da criança adotiva em alguns grupos sociais?

A adoção, entendida amplamente como situação que se caracteriza pelo fato do cuidado infantil não ser institucionalizado⁵ nem provido pelos pais biológicos, insere-se, pois, em um tópico mais amplo da relação entre crianças - como seres carentes de proteção - e adultos. Entretanto, o fenômeno humano do cuidado às crianças, em sua complexidade, acontece em situações sociais e históricas específicas, assumindo múltiplas facetas.

Sabemos da gama de modalidades de adoção existente nas variadas sociedades do mundo. Povos africanos, não muçulmanos, concebem a parentalidade de acordo com o espaço social dos sujeitos e não com sua linhagem biológica (Ezembé, 2003). A adoção por afinidade ou identificação ocorrida em alguns momentos da história ocidental é outro exemplo interessante. Nessa linha, sabe-se que Otávio Augustus, filho de César foi assim escolhido pelo tio como seu filho, tornando-o herdeiro do trono. Nero também foi adotado por Cláudio,

⁴ Este termo será discutido em capítulo posterior. Usaremos também as expressões "subjetividade grupal", "pessoalidade coletiva" ou "fisionomia coletiva" de um grupo sobre a criança adotiva. Não estamos tratando da concepção clássica de "representação social" como a de Moscovici (1961), por percebermos nela algumas lacunas e, principalmente, a não implicação fundamental de preceitos psicanalíticos.

⁵ Com "institucionalizado", quero dizer "provido pelo orfanato ou abrigo".

sucedendo-o, apesar de ser filho de Domício Enobardo e de Agripina (Weber, 2001).

Napoleão Bonaparte, por sua vez, inseriu em seu código noções interessantes a respeito dos laços sanguíneos, deixando evidente sua simpatia pelo ato de adoção, devido a evidências da infertilidade de sua primeira mulher. Até aquela época, não obstante, dava-se importância extrema ao filho de sangue, havendo profundo desprezo pelos laços criados sem filiação biológica. Além desses exemplos, é possível comparar a adoção nas diversas religiões, de acordo com suas crenças (Weber, 2001).

Tendo em vista situar a questão da adoção no país em que vivemos, parece-nos útil recorrer a estudos históricos que focalizam a vida privada na sociedade ocidental. Pesquisas apontam que o estatuto de família modificou-se profundamente na Idade Média (Ariès, 1986), permitindo descrever precisamente a evolução da importância dada à família e ao sentimento de família, por meio da observação da iconografia dos séculos XVI e XVII.

Em algumas tapeçarias do século XVI, os senhores aparecem supervisionando os camponeses junto à sua família. Há nessas gravuras certa preocupação em se representar a intimidade da família, inexistente até o século XV. Figuras de jogos mostravam não só um momento de diversão em família, como também uma forma de participação na comunidade ou no grupo. Assim, a família passou a ser registrada nas pinturas ocidentais dos séculos XVI e XVII pelas cenas de um interior familiar, transparecendo, naquela sociedade, um sentimento novo: o “sentimento de família” (Ariès, 1986).

A criança também era representada nessa época de forma mais marcante do que outrora. Dentro da perspectiva de uma intimidade familiar, a criança passa a figurar como indispensável nas gravuras desse período, retratada ao lado da

mãe ou do pai e apresentando-se como o filho ou a filha daquela família específica. Isso não era visto nas pinturas anteriores ao século XIV e XV. Inclusive, a criança era representada nas gravuras do século XI através de homenzinhos, adultos em escala pequena⁶, sem suas formas arredondadas e graciosas que, aos nossos olhos, parecem-nos hoje naturais.

Ao apontar uma lacuna na representação da infância, Ariès (1986) descreve:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade (p.10).

A partir do século XVII, as famílias passaram a recolher-se em cômodos mais marcados, privados e definidos, proporcionando um lugar para a afeição entre pais e filhos; diferentemente do que ocorria anteriormente aos séculos XI e XII, quando a preocupação central era gerar filhos em função dos bens e da honra. Os filhos, por sua vez, eram um bem de direito do pai.

Foi com a idéia da doutrina católica do filho como repositório divino que se iniciou o processo de condenação de atitudes dos pais, como a de infanticídio e de abandono. Nesse espírito, surgiram no século XVII as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas, na tentativa de tolerar o abandono e de evitar o infanticídio, dada a miséria da época (Badinter, 1985).

Após terem sido reconhecidas como seres humanos, as crianças passaram a ser mais valorizadas, aumentando-se a preocupação com um bom cuidado do filho e com seu preparo para a vida. Curiosamente, surge a idéia de

baixar a natalidade para melhorar a qualidade da existência (Ariès, 1986).

Esses estudos históricos que focalizam a vida privada são fundamentais na medida em que desmistificam crenças segundo as quais o modo atual de organização da sociedade é natural. A antropologia contribui, paralelamente, revelando que em outras organizações sociais como, por exemplo, na parte não muçulmana da África, a filiação parental é concebida a partir do espaço social compartilhado entre seus integrantes, com eminente fundamento altruísta, diferentemente da concepção ocidental de filiação biológica (Ezembé, 2003). Povos da Oceania, em especial da Polinésia Francesa, e do Havaí, também se constituem a partir de formas particulares quanto ao conceber a filiação (Charles, 2003; Terrel e Modell, 1994). A adoção nessas regiões é um conceito de princípio cultural e faz-se participante das relações sociais estabelecidas entre seus integrantes como sinônimo de solidariedade.

Podemos, ainda, como nos mostrou Freud (1913) em *Totem e Tabu*, conhecer as mais diversas formas de dinâmica familiar e grupal, com seus traços inconscientes, desde aborígenes até a atualidade. Entretanto, mesmo sem nos aventurarmos no estudo de outras culturas, percebemos mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas fazendo-se acompanhar de transformações relativas às concepções de família, de infância e de vínculo materno em nossa sociedade ocidental.

No que diz respeito à história da maternidade entre as famílias francesas do século XVI ao e XVIII, é notória a variação de comportamento das mulheres oscilando da indiferença à rejeição (Badinter, 1985).

Hoje, nossa referência é a família nuclear, composta por estrutura

⁶ Contudo, Ariès (1986) assinala que, apesar de ser pouco representada na Europa Ocidental, a imagem da criança já aparecera com graça tanto na arte grega, como nas pinturas da Virgem

definida na qual as funções de pai, mãe e filho são demarcadas e valorizadas, em oposição ao valor de patrimônio antes existente. Acredita-se na premissa de que um sujeito desenvolve sua individualidade e cidadania de forma mais saudável quando inserido nesse contexto das relações familiares. Diferentemente de certa distância afetiva existente entre os casais arranjados do século XVII (Badinter, 1985), muitos casamentos hoje baseiam-se em escolhas deliberadas e desejadas pelo casal, o que pode representar maior apego às relações de afetividade. O valor dado à dinâmica de relacionamento é de direito das crianças e luta-se, em tese, visando proporcionar-lhes essas vivências. O Estatuto da Criança e do Adolescente - aniversariante de 15 anos em 2005 - representa a cristalização dos esforços em busca de bem-estar e de direitos básicos das crianças e dos jovens brasileiros.

Contudo, notamos, ultimamente, que a família vem sofrendo importantes transformações. A referência paternalista, cuja função tem sido tradicionalmente considerada como responsável pela estruturação e ordenação da subjetividade familiar, parece-nos, hoje, fragilizada. De acordo com os historiadores, a referência de autoridade marital na família ocidental teria sua origem na mais remota Índia, onde se enfatizava a responsabilidade do chefe de família pelos seus membros perante a sociedade. Tal poder manteve-se em toda a Antiguidade, seja na sociedade grega, seja entre os romanos, modificando-se somente após o cristianismo e ainda de forma limitada às classes superiores (Badinter, 1985).

A evolução cultural e a liberdade de pensamento, no chamado mundo contemporâneo, parecem ter contribuído para o crescimento de questionamentos “contraculturais”, que permitiram um afrouxamento da referência estrutural da

função paterna. Por outro lado, aumentaram as correntes religiosas que oferecem à comunidade um lugar para se encontrar uma orientação para o viver. Tais grupos parecem ter como objetivo amenizar agonias por meio da busca de um sentido para a vida, sendo a sensação de futilidade e falta de sentido um sofrimento que pode ser considerado a marca das queixas da modernidade.

Assistimos ainda a mudanças nas quais as mulheres nem sempre aparecem como mães, e as mães, por seu turno, podem ser às vezes homens⁷. O gênero não mais é sinônimo de posição de função na família. Homossexuais que antes criticavam a instituição familiar, hoje lutam por garantir direitos à maternidade, à paternidade e à constituição de família (Roudinesco, 2003)⁸.

Frente a esse cenário, vemo-nos diante de um evidente descaso social. Os problemas relativos às crianças abandonadas no Brasil, não se resumem em disponibilidade de famílias para sua colocação. Há muitas crianças inseridas em contextos familiares que não usufruem de boas relações, acabando por encontrarem nas ruas um acolhimento melhor do que em sua própria casa. Dentre os diversos problemas na família, pais e mães alcoólatras ou usuários de drogas⁹ e violência doméstica apresentam-se como os mais graves. Em reportagem no início do ano de 2005, o abuso doméstico e a exploração sexual de crianças e adolescentes foram caracterizados como epidemia¹⁰ pelos integrantes da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Campinas, já que a estatística registrou média de 35 ocorrências mensalmente, maior que qualquer

⁷ Aqui pensamos em casais de homossexuais masculinos que adotam crianças e atribuem a um deles a função de mãe.

⁸ Para uma visão sobre a estrutura da família, do paternalismo até os dias atuais, recomendamos a leitura de **Um amor conquistado: o mito do amor materno**, Badinter (1985) e **A família em desordem**, Roudinesco (2003).

⁹ Sabemos que nem todos os pais assim classificados exercem de forma ruim suas funções paternas.

¹⁰ Epidemia, uma vez que foram registrados 35 casos por mês de exploração em Campinas. Se a esse número é acrescentado o abuso sexual e agressão física de pais e mães dentro de casa, sobem

incidência de doença.

O índice de abandono de crianças ainda é alto no Brasil e muitas delas aguardam famílias para adoção. Apesar de não existir em nosso país, como houve em certos períodos, as “Rodas dos Enjeitados” - lugar onde as crianças eram deixadas, geralmente no anonimato, pela mãe ou pelos pais biológicos – surpreendemo-nos, recentemente, com a notícia de bebês abandonados em latas de lixo e portas de casas. Embora esta atitude tenha sido já testemunhada na história do nascimento da família moderna em Londres, quando mães abandonavam bebês e os deixavam agonizando em regatos ou em lixos até apodrecerem (Badinter, 1985), sua ocorrência na atualidade merece destaque.

Por outro lado, as crianças abrigadas com mais de dois anos de idade vivem no Brasil uma espera longa pela adoção. Elas sabem que pessoas vão aos abrigos para escolherem filhos, entretanto, constatam que, em geral, não são escolhidas. Por quê? Por que os casais adotantes querem bebês? Que representação estaria fundamentando essa conduta?

Dentre as diversas linhas teóricas que subsidiam a Psicologia, a psicanálise tem se mostrado uma forma coerente de investigação da subjetividade coletiva, na medida em que seu método propicia acesso aos emaranhados emocionais e existenciais da constituição psíquica (Bleger, 1984, Aiello-Vaisberg, 1999), ultrapassando, assim, abordagens cognitivas que se limitam à consideração de processos ditos, em psicanálise, secundários. Cabe, assim, perguntar: como a psicanálise tem tratado o tema da adoção?

Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre a criança adotiva e a adoção (Ferreira e Aiello-Vaisberg, 2004), deparamo-nos com diversas

para 85. Para a Secretaria, atualmente não existe uma doença que confirme mais de um caso por dia na cidade (Correio Popular, 29/1/2005).

modalidades de estudos dentro da Psicologia. Alguns atêm-se à problemática psicossocial da criança adotiva, outros focalizam possíveis significações inconscientes do ato da adoção. No momento atual, ocorrem discussões profícuas sobre a questão entre pessoas que têm respeitável experiência clínica e institucional, o que permite aos profissionais "psi" uma reflexão ética rigorosa sobre nossas práticas. Utilizando o método psicanalítico, autores tais como Paiva (2004), Ducatti (2003) e Hamad (2002), além dos clássicos Dolto (1998) e Winnicott (1953, 1954), conseguiram pensar nas dimensões inconscientes do ato de adoção.

Atuando na Vara da Infância de Osasco, Paiva (2004) destaca, quando entrevista candidatos à adoção de uma criança, questões que dizem respeito ao plano consciente sem deixar de se aprofundar em uma escuta psicanalítica em busca de significações inconscientes. Realiza um trabalho muito interessante levando em conta desejos e conflitos, nem sempre claros para o casal. Nessa perspectiva, Ducatti (2003) desenvolve uma reflexão sobre as possibilidades de criação de vínculos entre pais e filhos, conduzindo-nos a pensar na tessitura inconsciente presente na filiação. Hamad (2002), com sua experiência na França, permite questionar, inclusive, diferenças entre termos tais como 'ser abandonado' e 'não ser desejado', elucidando algumas sombras presentes na 'atitude adotiva'. Dolto (1998), uma das autoras francesas mais envolvidas com a psicanálise de crianças e instituições, revela o quanto de obscuridade pode existir quando se trata da adoção. Winnicott (1953, 1954) também nos traz importantes considerações sobre a adoção, que abordaremos detidamente adiante.

Weber (2003b, 2003c), partindo de uma leitura do sofrimento por vezes envolvido na adoção - embora longe da psicanálise - contribui com suas

pesquisas de campo e com os dados, muitas vezes surpreendentes, por constatarem tanto o preconceito imiscuído no Brasil relativo à adoção, quanto a carência sócio-econômica do nosso país.

Podemos dizer, todavia, que a psicanálise está em dívida com o problema do imaginário coletivo sobre a criança adotiva. Os trabalhos escritos elucidam as fantasias existentes nas crianças adotivas (Levinzon, 2004), dos pais adotivos (Iyama, 2004) ou mesmo dos pais biológicos que deixam seus filhos (Laury, 1988). Abrem, assim, caminhos para pensarmos alguns aspectos conscientes e inconscientes¹¹ da adoção e seus participantes, mas ainda não realizaram um estudo rigoroso sobre a *subjetividade grupal* da adoção. É fato que poderíamos levantar hipóteses a partir de alguns textos de divulgação científica, porém, pretendemos realizar uma pesquisa psicanalítica especialmente acerca do imaginário coletivo sobre a criança adotiva.

Existem alguns trabalhos que versam sobre a representação social da adoção, mas estão bastante distanciados do nosso enfoque, que enfatiza o campo psicológico emocional não consciente. Um deles, escrito por Weber e Gagno (2003), descreve um estudo sobre a representação da adoção na mídia brasileira e francesa. Segundo as autoras, pesquisa francesa anterior revelara que a adoção tendia a ser considerada como ato caritativo quando a criança adotada era oriunda de países incapazes de solucionar o problema do abandono infantil. Na mídia brasileira, em contraposição, a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros difundia-se como uma prática ruim para o Brasil, já que escancarava a problemática psicossocial do país, além da difusão de ser

¹¹ Utilizaremos as palavras “inconsciente” e “não consciente” como sinônimos. Não subscrevemos o uso desses termos às teorizações metapsicológicas freudianas que correspondem, a nosso ver, a uma descrição positivista da mente. Ao contrário, compreendemos o sentido do “inconsciente” como forma de expressão da conduta, como nos fala Bleger (1963).

'perigosa para a criança'¹².

Em outro trabalho, Weber demonstra um significativo aumento (cerca de 316,7%) de publicações brasileiras sobre adoção em uma revista de grande circulação nacional (Weber e Gagno, 2003). Analisando o conteúdo destas matérias, as pesquisadoras puderam indicar que a adoção era concebida como 'alternativa à infertilidade' e o padrão de 'família biológica' ainda era sinônimo de família.

Evidentemente, este estudo tem valor inegável, na medida em que traz dados apontando para uma definida representação da adoção como sucedâneo da gravidez não alcançada, num contexto em que a família define-se pela valorização de laços consangüíneos. Entretanto, deixa de levar em conta a dimensão do campo psicológico inconsciente sobre o qual se sustentam as representações sociais enquanto produções simbólicas de subjetividades coletivas. Tampouco aborda a questão de como a criança adotada é vista pelo imaginário coletivo.

Outro trabalho, muito bem elaborado, de Levy e Jonathan (2004), revela algumas considerações de pretendentes à adoção e da população geral quanto ao imaginário da criança adotiva. Dentre vários fatores, destacam o preconceito em relação ao desconhecido, a valorização dos laços de sangue em família, de características físicas e emocionais na escolha das crianças a serem adotadas, ao mesmo tempo, a desvalorização destas mesmas características quando questionados sobre *o que desvalorizavam na criança adotiva*. Revelam, ainda, a existência de discriminação e rejeição, presentes na sociedade quanto à criança

¹² Abreu (1998) utilizou essa expressão pois percebeu, associado ao termo estrangeiro, um viés de controle, imposição política, como algo que pilha nossas riquezas, como Portugal com o nosso ouro. Assim, o estrangeiro, quando associado à adoção, parece remeter a mais uma injustiça em nosso país, no caso, a exportação ou o tráfico de crianças.

adotiva. Embora a investigação tenha sido relevante, pensamos que não foi realizada uma compreensão reflexiva suficiente em relação ao encontrado.

Atualmente, observam-se na sociedade brasileira várias iniciativas que visam fornecer apoio a grupos de mães e casais em busca da adoção, valendo destacar tentativas fecundas de quebrar preconceitos e tabus que têm impedido a adoção de crianças mais velhas (Ebrahim, 2001). Há, em andamento no Congresso, projetos e planos que visam alastrar Grupos de Apoio à Adoção no Brasil, além de conquistas como o Dia Nacional da Adoção¹³ e inserções no Código Civil Brasileiro, de direitos aos participantes do processo, como exemplo, licenças maternidade e paternidade¹⁴.

Notamos, por um lado, uma evolução na prática de tentativas de amenizar problemas e desinformação, concomitante ao crescimento das pesquisas em diversos campos das ciências humanas, desde a última década (Weber, 2000 e Paiva, 2004). Por outro lado, insistimos em sublinhar que não temos encontrado trabalhos que abordem - em uma perspectiva psicanalítica metodologicamente capaz de focalizar o campo psicológico não consciente que sustenta concepções e práticas - a subjetividade coletiva a respeito da criança adotiva ou sobre o processo de adoção.

A maior parte das pesquisas atém-se ao estudo de pessoas que pleiteiam a adoção, o que, certamente, tem sua importância. Todavia, consideramos que os diversos problemas que cercam essa questão exigem a realização de estudos capazes de levar em conta o modo como diferentes segmentos e agentes sociais - e não apenas aqueles que desejam adotar crianças - lidam com a adoção. Como psicanalista, há que se levantar questionamentos relativos às dimensões

¹³ Comemorado no dia 25 de maio desde 2002 e instituído no dia 9 de maio do mesmo ano.

inconscientes das condutas¹⁵ sociais relativas à adoção, pois é duvidoso que, sem tal conhecimento, chegue-se a transformações eticamente desejáveis¹⁶.

Nesse sentido, os objetivos da nossa pesquisa foram delineando-se, a ponto de almejarmos investigar um grupo específico da população, não envolvido diretamente com o processo de adoção, entretanto, muito presente entre crianças e famílias, sejam adotivas ou não: os professores do ensino fundamental e médio. Trata-se de um grupo de agentes sociais que não só são representativos do cotidiano da sociedade, como também são importantes formadores de opinião. Indubitavelmente, ao investigarmos grupos como o dos professores a respeito do imaginário coletivo da criança adotiva, somamos subsídios para propor trabalhos na busca de prevenção, baseados em traços emocionais não conscientes.

A respeito dos trabalhos de atenção psicológica realizados visando atingir níveis emocionais não conscientes¹⁷, Hamad (2003), Loreto (1997) e os clássicos Dolto (1989) e Winnicott (1953), dentre outros, inauguraram caminhos otimistas. Longe de serem confundidos com promoção de informação, os trabalhos promovidos e supervisionados por autores como Dolto e Winnicott, em diferentes segmentos da comunidade, abarcam aspectos emocionais da ordem experiencial, os quais exercem importância fundamental na elaboração das representações.

Já outros autores tratam do mesmo tema, porém sob o ponto de vista dos grupos informativos e de orientação, que, ao nosso ver, podem muitas vezes atuar diretamente junto a aspectos de falso *self*. São trabalhos que visam levar à

¹⁴ Em Campinas - SP, houve uma Campanha à adoção (2004), que focalizava, inclusive, a problemática da preterição por crianças mais velhas e negras.

¹⁵ Usaremos ao longo da tese o termo conduta, designando-a como manifestação humana, sempre significativa, que tanto pode ser individual como grupal (Bleger, 1963).

¹⁶ Oportunamente discutiremos como, desde uma perspectiva winnicottiana, é possível pensar que posturas éticas exigem desenvolvimento emocional, que implica na capacidade de bem lidar com as dimensões inconscientes do viver.

população informação e conhecimento, os quais exercitam a intelectualidade em detrimento da experiência emocional.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário contextualizar o conceito psicanalítico de *self* utilizado neste trabalho, vale dizer, baseado nos pensamentos de Winnicott, e distingui-lo de outros termos semelhantes que aparecem na literatura da Psicologia ou da Psicanálise. Especificaremos de que psicanálise falamos e, assim, definiremos alguns conceitos que serão usados com frequência ao longo do texto, entre eles o *self* e o falso *self*.

1.2 Abordando o *self*

Sabemos que o percurso psicanalítico de Winnicott foi baseado nas teorias de Freud e de Melaine Klein. Contudo, Winnicott introduziu em sua obra certa originalidade, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento emocional. É necessário, portanto, retomar alguns dos termos que serão utilizados ao longo da tese, resgatando suas devidas particularidades quando comparados a conceitos da psicanálise clássica. Diferenças significativas sobre o modo de conceber o homem, a importância dada ao cuidador adulto e o estilo clínico de Winnicott, por exemplo, justificam por si um preâmbulo neste trabalho a respeito dos conceitos como *self* e *ego*.

Notamos, no decorrer da obra winnicottiana, tentativas de diferenciar as palavras *self*, *eu* e *ego*, malgrado tal discriminação não se fazer clara. Winnicott, em 1971, relatou ele mesmo, ao ser questionado e consultado sobre o conceito de *self*, que não tinha bem definido tal termo em sua mente (Lins, 2002), utilizando-se, por vezes, de *ego* e *self* como sinônimos. Em seu texto "*Variedades*

¹⁷ Ressaltamos que cada um desses autores partem de fundamentação teórica psicanalítica diferenciada, como exemplo, Françoise Dolto e Nazir Hamad, psicanalistas franceses, trazendo

clínicas da transferência" (1955) é possível interpretar ambos como similares, assim como em um trecho retirado de *Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self* (1960), quando explica o processo do infante ao experimentar as exigências do id como próprias do *self*:

"... Quando esse desenvolvimento ocorre, a satisfação do id se torna importante fortificante do ego, ou do *self* verdadeiro..."
(Winnicott, 1960b, p.129).

Ao enfatizar "*do ego, ou do self verdadeiro*", ou mesmo ao observarmos o título acima traduzido, Winnicott parece destacar similaridade entre os termos, o que nos levaria a interpretá-los como sinônimos.

Já em outro texto, o autor parece tornar irrelevante o uso da palavra ego preferindo a utilização de *self*, como faz em "*A mente e suas relações com o psique-soma*" (Winnicott, 1949), no qual a palavra ego aparece em uma breve passagem em que se refere à capacidade do bebê de compensar, através da atividade mental, deficiências maternas, tanto em termos de satisfação do id, quanto de necessidades primitivas do ego.

É possível, entretanto, observar alhures posição diversa do autor ao reconhecer, em "*A integração do ego no desenvolvimento da criança*" (1962), ego e *self* como díspares:

Verificar-se-á que o ego se oferece para estudo muito antes da palavra *self* ter relevância. A palavra em questão aparece depois que a criança começou a usar o intelecto para examinar o que os demais vêem... (Winnicott, 1962, p.55).

Decerto Winnicott não tornou hermética sua teoria, como era de seu feitio,

possibilitando a cada leitor criar alguns sentidos próprios dos conceitos por ele desenvolvidos, dada sua maleabilidade. Safra (1999) auxilia-nos a pensar em como conceber o *self*, quando descreve como o compreende:

...uma organização dinâmica que possibilita um indivíduo a ser uma pessoa e ser ele mesmo. Trata-se de uma organização que acontece dentro do processo maturacional com a facilitação de um meio ambiente humano. A cada etapa deste processo há uma integração cada vez mais ampla decorrente das novas experiências de vida (Safra, 1999, p.37).

Esta descrição é próxima daquela do próprio Winnicott, quando ensaiou uma distinção entre *self* e ego:

Para mim o *self*, que não é o ego, é a pessoa que é eu, que é apenas eu, que possui uma totalidade baseada no funcionamento do processo de maturação. Ao mesmo tempo, o *self* tem diferentes partes e, na realidade, é constituído dessas partes. Elas se aglutinam do interior para o exterior, no curso do funcionamento desse processo, ajudado como deve ser (maximamente no começo) pelo meio ambiente humano (Winnicott, 1970, p.210).

Assim, na origem do *self* estaria a tendência humana a permanecer vivo, integrar experiências e relacionar-se com objetos. Os objetos, para Winnicott, são inicialmente criados pelo infante de forma subjetiva, e depois tendem a ser encontrado objetivamente na realidade, através de um meio propiciado por um outro adulto-cuidador. Este encontro promove todo um sentido para a criança quanto ao descobrimento e a criação do mundo: ele cria/encontra a realidade. O adulto-cuidador é, definitivamente, indispensável neste processo de criação e encontro e, ancorado nestas experiências, a criança pode alcançar a condição do

indivíduo de *ser*¹⁸ e de expressar-se verdadeiramente, desenvolvendo-se e caminhando rumo à integração e ao viver criativo.

O bebê, através da *ilusão* e da *apercepção criativa*, cria objetos subjetivos, com que ele pode relacionar-se. Como parte da função materna, esta experiência pode levar o bebê a uma experiência *de onipotência*: por um lado, sua capacidade inata de conceber objetos subjetivos permite-lhe criar objetos; por outro lado, a mãe age ativamente, reconhecendo a criação do infante e apresentando-lhe o mundo num *espaço potencial*¹⁹. O bebê poderá assim, após ter criado o seu objeto, deparar-se no futuro com um *objeto objetivamente concebido* e real. Ressalta Winnicott:

... o bebê pode chegar de vez em quando ao princípio da realidade, mas nunca em toda parte de uma só vez (Winnicott, 1962a, p.56).

Iniciará um contato com o mundo externo ao mesmo tempo em que manterá áreas de objetos subjetivos criados por si mesmo: ora terá contato com o mundo, ora reportar-se-á ao seu mundo subjetivo. A partir desta experiência *transicional*, móbil e de criatividade, o infante caminhará rumo a relacionar-se com o mundo, de forma repleta de sentido, em termos de *self* e de acordo com seu tempo, ritmo e momento, sempre atrelado ao que seu cuidador pode proporcionar. Esta experiência acontecerá paulatinamente e ainda poderá aparecer em adultos ou crianças maiores. Como exemplo, podemos assistir a isso em situações quando mostramos alguma foto de família a uma criança de um período anterior ao seu nascimento, e logo somos questionados por essa criança

¹⁸ O verbo Ser, do modo como tratou Winnicott, será desenvolvido ulteriormente.

¹⁹ A experiência e o campo transicional serão tratados posteriormente no capítulo "Das Representações Sociais às Fisionomias Coletivas".

- ainda que tentemos esclarecê-la: "mas cadê eu?". Parece-nos evidente que seu contato com a realidade faz-se de acordo com o que ela já pôde criar subjetivamente, e nesse momento supracitado, sua criação ainda não considerou a sua não-existência.

Um dos pontos destacados por Greenberg e Mitchell (1994), quanto às inovações de Winnicott na teoria psicanalítica, trata da existência deste campo primordial, pré-subjetivo²⁰ e inter-humano, constituído pela dupla mãe-bebê²¹. Este campo intersubjetivo acontece como área de ilusão, que a mãe suficientemente boa, em sua singularidade pessoal e concreta, apresenta ao bebê, possibilitando-lhe a vivência de experiências de onipotência, que serão o fundamento "insano" sobre o qual poderá edificar a saúde mental (Winnicott, 1945). Essa relação é calcada numa peculiar atividade materna que, sendo não invasiva, protege o bebê contra *agonias impensáveis*²².

A *agonia impensável* é um conceito utilizado por Winnicott no sentido de compreender o que pode vir a ocorrer ao bebê, a qualquer instante, dada sua imaturidade. Corresponde a:

... ficar em pedaços, como cair para sempre; como ausência de relação com o corpo; ausência de orientação" (Winnicott, 1962a) e isolamento completo por não existir qualquer meio de comunicação (Winnicott, 1968).

Estas angústias inimagináveis são a intrusão sofrida pelo bebê, sentida

²⁰ Entre estudiosos de Winnicott, encontra-se freqüentemente esta expressão, campo pré-subjetivo, para se referir à relação da mãe com o lactente. Entretanto, preferimos manter a expressão campo intersubjetivo por nos parecer mais adequada, pois, mesmo considerando que o bebê não existe desde seu próprio ponto de vista, lembramos que está presente e atuante a subjetividade materna.

²¹ Winnicott segue utilizando o conceito de instinto, palavra usada na tradução inglesa para o termo pulsão, mas de forma absolutamente modificada daquela feita por Freud, na medida em que rejeita a noção antropológica e existencial de um monadismo individual inicial.

como uma ameaça de aniquilamento. O ambiente sustentador, ao falhar, leva o bebê a interromper seu processo de continuidade de existência, o que afeta decididamente essa experiência pessoal de ser.

A tendência a constituir-se como um ser existente acontece em consonância com a busca de um *self* unitário, integrado. A *integração* é um processo que unifica os elementos dispersos da constituição subjetiva do infante, de *self*. Está intimamente ligada à provisão ambiental de segurança e deverá favorecer um sentido de unidade à pessoa do bebê - à medida que permite que se diferencie do 'não-eu' - bem como promover a constituição do "eu existo", do "eu sou" deste bebê, que estará vinculado, inextricavelmente, ao olhar especular de um cuidador, imprescindível para o reconhecimento de tal existência (Winnicott, 1962a; 1967b).

Paralelamente, ocorrerão a inserção e a coesão psicossomática, o que delimitará o próprio corpo do infante em relação ao mundo exterior, ratificando o sentido de unidade e de constituição corporal que está sendo conquistado no desenvolvimento. Esta capacidade do bebê em integrar a imagem corporal e viver a inauguração de uma psique 'que habita o corpo' é denominada por Winnicott (1962a) de *personalização* e acontece mediante o toque sensorial e amoroso realizado pelo cuidador do dia a dia.

A capacidade humana de desenvolver-se, constituída no contato com os outros e com o mundo, é uma idéia contraposta às noções metapsicológicas abstratas (Aiello-Vaisberg, Machado et al, 2003). Ao criar o termo *self*, Winnicott parece-nos estar preocupado em desfazer idéias clássicas a respeito da biologia dos impulsos, como também da existência de um aparelho mental. Destaca,

²² Encontramos suas variações como *ansiedade inimaginável*, *ansiedades psicóticas*, *angústias primitivas*, melhor explicadas adiante.

assim, a gama de experiências estéticas²³ passíveis de ocorrer, distanciando-se de um conceito de ego abstrato e de suas articulações intrapsíquicas. O ego, presente nos escritos de Winnicott, relaciona-se mais à *pessoa* do que a uma instância psíquica (Lins, 2002).

Quanto a esse respeito, também podemos pensar no 'eu': para Safra (1999), o 'eu' seria um campo representacional que possibilita ao indivíduo uma identidade nas dimensões do espaço e do tempo. Tanto o eu quanto o *self* diferem-se do ego, aquele que articularia id, superego e a realidade no contexto da teoria estrutural.

Mesmo assim, é possível encontrar em Winnicott o uso do termo ego próximo ao pensado em Freud, no que diz respeito a sua articulação entre o id e a realidade. Ao falar de questões de Édipo ao longo de sua obra e ao expressar o modo de tratar sua paciente em *The Piggle* (1977), este autor revela sua tradição psicanalítica (Outeiral e Celeri, 2002), de onde depreendemos que 'ego' pode ser considerado como um articulador e defensor do *self*. Pois bem, embora o termo esteja relacionado a momentos de existência do *self*, de existência de um bebê que assim se enxergue, difere-se do uso em Freud, já que inclui fases precoces do desenvolvimento emocional. Freud (1923) delegava ao ego²⁴ questões relativas a conflitos internos já nas fases primeiras da vida do bebê, como também a função de uma unidade estrutural, muito embora, por vezes, utilizasse

²³ Usamos aqui o termo estética no sentido de designar a ciência do sentido, da sensação abarcando o fenômeno pelo qual o indivíduo cria uma forma imagética, sensorial que veicula sensações de agrado, encanto, temor... (Safra, 1999). Estas imagens, quando atualizadas pela presença de um outro significativo, permitem que a pessoa constitua os fundamentos ou aspectos de seu *self*, podendo então existir no mundo humano.

²⁴ Laplanche e Pontalis descrevem a gênese do ego que a teoria psicanalítica criou: aparelho adaptativo criado do contato do id com meio externo e o "produto de identificações que levam à formação no seio da pessoa de um objeto de amor investido pelo id", (1998, p.125). Além, exploram a variação em Freud do termo ego ao longo de sua obra, bem como do ponto de vista tópico, dinâmico e econômico.

o termo ego como próximo à 'pessoa' (Freud, 1915-1917) ²⁵.

Quando se referia ao diagrama do aparelho psíquico e à sua condição em relação ao id e à realidade, dizia Freud:

"... É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo..." ²⁶ (Freud, 1923, p.38) e "... Ele [o ego] se sente cercado por três lados, ameaçado por três tipos de perigo, aos quais reage, quando duramente pressionado, gerando ansiedade" (Freud, 1933b, p.82), destacando o árduo trabalho egóico de conciliar impulsos do id, exigências da realidade e condenações do superego.

Winnicott pôde observar em seus pacientes algo que também encontramos na clínica: ansiedades e *agonias impensáveis* relativas a sensações e incômodos de uma época precoce do amadurecimento, nem sempre atreladas aos conflitos descritos por Freud. Ademais, percebemos que conceber o ego como uma instância reguladora e defensora de conflitos neuróticos do bebê pode ser um erro, pois o ego do bebê é, ainda em fases iniciais, potencial e dependente do cuidado materno pois ainda não existe, nesta fase, 'um bebê constituído como pessoa' para experimentar conflitos desta ordem.

Neste estágio do desenvolvimento do bebê, ainda não houve uma separação entre a mãe e o *self* (Winnicott, 1962a), ou uma discriminação entre o "*me*" e o "*not me*" de modo que tudo o que acontecesse com o bebê implica a existência do cuidado. Diz Winnicott:

Apóio aqui o ponto de vista de que a principal razão do

²⁵ Podemos encontrar em Freud (1915-1917), ao falar sobre do narcisismo primário e da fixação da libido no ego e não no objeto: "A reflexão logo sugere que, se ocorre uma fixação da libido ao próprio corpo e à personalidade da pessoa, em vez de se fazer a um objeto..." (grifo meu, p.417), no qual poderíamos supor a utilização da expressão grifada, como substituta de 'ao ego'.

²⁶ A inovação de Winnicott quanto ao campo intermediário entre meio interno e externo também justifica a revisão do termo 'ego' como era em Freud.

desenvolvimento do lactente que o faz habitualmente se tornar capaz de controlar, e o ego de incluir, o id é o fato do cuidado materno, o ego materno complementando o ego do lactente e assim tornando-o forte e estável (Winnicott, 1960, p.41).

Winnicott distancia-se de definir ego como agente de um aparelho psíquico metapsicológico. Lins (2002) transcreve-nos o que Winnicott falou à tradutora francesa de suas obras, Jeanne Kalmonovitch, sobre a utilização dos termos *self* e ego, o que nos faz pensar sobre o uso clássico do termo:

Penso que o uso do termo *self* denota uma ótica diferente daquela que faz utilizar a expressão ego. No primeiro caso, dessa plataforma, a pessoa se insere diretamente na vida, no contexto do que é vivo; no segundo, aquele que emprega a expressão ego, em suas palavras ou em seus escritos, o faz de um modo mais desligado, com menos engajamento de sua parte, talvez com maior clareza também porque está totalmente capacitado para tirar proveito de um modo de abordagem intelectual (Winnicott, 1971, apud Lins (2002, p.802)²⁷.

Winnicott não se distanciou da forma de pensar freudiana, pelo contrário, o 'Freud clínico' está introjetado no seu pensamento. O respeito pelo mestre e a tradição tributária do pai da psicanálise são evidentes em seus escritos. Parece-nos, assim, que Winnicott não pôde, ele mesmo, avaliar a dimensão da originalidade de seu pensamento sobre a psicanálise clássica.

Greenberg e Mitchell (1994) destacam que um dos pontos fundamentais do seu pensar calça-se no privilégio concedido ao ambiente e à personalidade da mãe, distanciando-se Winnicott, decididamente, de M. Klein. Winnicott valorizou o

²⁷ Este trecho da carta datada de 19 de janeiro de 1971, enviada à tradutora francesa de suas obras não aparece na parte incorporada em *As bases para o self no corpo* (1971).

self do cuidador de tal forma, a ponto de afirmar veementemente que somente após um período de suporte provindo de uma pessoa madura suficiente para acompanhar e complementar as experiências da criança, evitar as *agonias impensáveis* e protegê-la de invasões ambientais, é que esta poderá tornar-se aos poucos independente das funções maternas.

Esta caracterização do cuidado fundamental foi ensaiada por Freud, porém não suficientemente destacada. É possível apreender a presença materna como inevitável à constituição subjetiva de infante e as repercussões do narcisismo nas escolhas de objeto, dada a relação entre bebê e mãe, em Freud (1914). Encontra-se aí, provavelmente, uma semente que germinou com plenitude no pensamento winnicottiano. Entretanto, Winnicott descreveu a relação da dupla e levantou, definitivamente, hipóteses quanto ao sucesso ou não do devir existencial fundamentado nestas experiências vividas. Enfatizou, pois, a experiência interhumana, viva, estética e dramática do desenvolvimento emocional, tal como era a clínica de Freud, mas não sua metapsicologia.

Nos escritos de Winnicott, o desenvolvimento emocional está indissolavelmente ligado à pessoa do cuidador e à sua capacidade de responder às necessidades do infante. Desta forma, os conceitos retomados como *self*, ilusão, integração e personalização, só poderão ser compreendidos diante de um bebê com sua mãe/cuidador.

É possível pensar, logo, que caso este cuidador não se mostre suficientemente entregue às necessidades do bebê, nos momentos mais primitivos da sua vida, variações do processo maturacional do desenvolvimento emocional poderão ocorrer, bem como lacunas e falhas na constituição do *self* anteriores à concepção de um "*me*" do bebê. Dentre tais vicissitudes, encontram-

se distorções da organização pessoal - bases das características esquizóides e do "falso *self*", as quais acarretam conseqüências devastadoras, a exemplo da esquizofrenia, do autismo, da personalidade esquizóide, etc.

O "falso *self*" é um termo criado por Winnicott (1960/1983) para descrever como alguns sujeitos se estruturam de modo a esconder o *self* verdadeiro, escamoteando-o. Podemos dizer que a natureza desse processo é sempre defensiva: oculta-se o *self* verdadeiro, protegendo-o enquanto o falso *self* se implanta como real, a ponto dos observadores tenderem a pensar que a pessoa real é aquela apresentada pelo falso *self* (Winnicott, 1960; 1962a). Todavia, nos relacionamentos mais próximos, não há sustentação do falso *self* e ele começa a falhar. Nestes contextos, o *self* verdadeiro ainda permanece oculto.

Seguindo este caminho, Winnicott (1960/1983) demonstra que em alguns casos o *self* verdadeiro é percebido como potencial e, então, é permitido-lhe viver secretamente. Temos aí o mais claro exemplo da doença clínica como uma organização com finalidade positiva: a preservação do indivíduo a despeito de condições ambientais difíceis.

Também expõe a etiologia do falso *self*, que é o exame do estágio das primeiras relações objetais no qual o lactente está na maior parte do tempo não-integrado²⁸ e nunca completamente integrado. Nesse momento, o autor atribui grande importância no modo como a mãe responde ao bebê: se este expressa um impulso espontâneo, a fonte do gesto é o *self* verdadeiro e caberá à mãe compreendê-lo e atendê-lo. A mãe que não pode adaptar-se ou compreender o que seu bebê mostra em seus gestos e então, não consegue alimentar e complementar uma experiência de onipotência do lactente, tenderá a falhar na

resposta ao gesto do bebê; substituirá por seu próprio gesto, que deverá ser validado pela submissão do lactente: é este o estágio inicial do falso *self*, diretamente relacionado a uma mãe não *suficientemente boa*.

Este é outro conceito muito utilizado por Winnicott que, muito embora contenha o adjetivo *boa*, de maneira alguma se refere a uma mãe perfeita. Trata-se de uma expressão que diz respeito à mãe que pode atender e adaptar-se às necessidades de seu bebê como uma mulher real, que pode ser sensível, mas que também pode falhar.²⁹ Esta adaptação da mãe às necessidades do recém-nascido permitirá a experiência de onipotência do bebê tornando possível a *ilusão*, indispensável à fase inicial do desenvolvimento emocional, a qual favorecerá, ao longo do crescimento do infante, e vida afora, um viver criativo.

1.3 O falso *self* versus a gestualidade espontânea: a clínica social³⁰

Retomamos brevemente estes conceitos para contextualizar o referencial teórico que fundamenta a tese. Conversávamos, anteriormente, sobre as variadas formas de trabalho da Psicologia em relação à adoção, distinguindo-os entre aqueles que buscam o sentido das condutas humanas e aqueles que promovem instruções e orientações supostamente mais condizentes com o falso *self*. Nossa retomada teórico-conceitual tem o sentido de ressaltar a limitação das práticas

²⁸ Aqui faz-se uma ressalva da diferença entre não-integração, que se refere ao estágio onde não houve articulação de integração por parte do ego auxiliar da mãe, e a desintegração, forma de defesa sofisticada contra o terror e a agonia.

²⁹ Winnicott desenvolveu esse termo por volta da década de 50, estabelecendo uma distinção com os conceitos de Melaine Klein de *mãe boa* e *mãe má*, que significam objetos internos e não se relacionam com a mãe real (Abram, 2000). Para ele a mãe não só pode como deve falhar, possibilitando assim, lacunas de onde o bebê poderá criar.

³⁰ A Clínica Social considera que psicólogos e psicanalistas podem, de forma abrangente, realizar trabalhos em diferentes organismos da comunidade, bem como em hospitais, empresas, unidades de saúde, escolas, etc. Insere-se no contexto de investigação de enquadres clínicos diferenciados da clínica winnicottiana, em âmbitos institucionais, do Laboratório de Psicologia Clínica Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Grupo de Pesquisa do CNPq liderado pelas docentes Vera Engler Cury e Tânia Maria José Aiello-Vaisberg.

exercidas com enfoque intelectualista e cognitivo, que dificultam ou anulam o alcance de aspectos do verdadeiro *self*.

Nessa linha, as pesquisas produzidas mostram-se, na maioria das vezes, distantes de considerar as condutas humanas como fenômeno complexo, dotado de sentido, seja em âmbitos individuais, seja em coletivos³¹. Geralmente, trata-se de investigações baseadas em questionários e entrevistas fechadas, condizentes com pesquisas de cunho positivistas, as quais cindem sujeito e objeto na tentativa de distanciar-se do fenômeno humano como se fosse possível objetivá-lo em dados.

Com a presente pesquisa, pretendemos investigar o imaginário social; identificar representações sociais sobre a criança adotiva, concebidas como condutas simbólicas de subjetividades grupais (Aiello-Vaisberg, 1995) – nas quais encontra-se infiltrado o *self* - e elucidar o campo psicológico inconsciente sobre o qual as condutas se sustentam³². A partir deste tipo de trabalho, torna-se viável vislumbrar verdadeiras transformações relativas ao modo como lidamos, coletivamente, com a entrega e o abandono infantil, descortinando práticas novas e capazes de atender ao “ethos” humano³³.

Quando consideramos com Bleger (1963), que as representações sociais são condutas que emergem num campo intersubjetivo e com Winnicott (1951),

³¹ Mesmo privilegiando trabalhos que compreendam condutas humanas como atreladas inextricavelmente a um campo não consciente, sabemos da importância de trabalhos ligados ao campo consciente e da cognição e das suas propriedades. Entretanto, criticamos a postura epistemológica positivista na medida em que simplifica e falseia a realidade complexa.

³² Ao longo de sua obra, Fabio Herrmann usa, às vezes, a expressão “inconsciente relativo” para designar o que, com Bleger (1963), podemos referir como “campo psicológico não consciente da conduta em âmbito coletivo”.

³³ O conceito de ethos humano é discutido por Forte (2003), em **À Escuta do Outro**. Podemos dizer, de modo sucinto, que o ethos é o lugar existencial onde se realiza com plenitude o potencial criativo humano.

que este campo é uma área *transicional*³⁴, intermediária entre mundo interno e externo, estamos admitindo, simultaneamente, tanto a importância do contexto histórico e cultural, como a importância de dimensões emocionais inconscientes, de caráter coletivo. Como clínicos, esse admitir convida-nos, imediatamente, a pensar na possibilidade de contribuir para a ocorrência de mudanças significativas, principalmente se partimos de uma antropologia que conceba o homem como ser essencialmente criativo e jamais como objeto que sofre passivamente a ação alheia. Talvez este seja o desafio: investigar o imaginário coletivo sobre a criança adotiva para contribuir com transformações experienciais de concepções, idéias e representações, e caminhar rumo à conquista de uma sensibilidade emocional eticamente amadurecida, a partir da ruptura dos campos emocionais inconscientes que sustentam pensamentos e práticas. Entraremos, assim, no campo da psicoprofilaxia, auxiliando aqueles - crianças e adultos - que já se encontram envolvidos no processo de adoção, visando o resgate do gesto espontâneo.

Em relação às crianças abrigadas, em função de entrega para adoção ou abandono pela família, são poucos os trabalhos do campo da Psicologia, que abordem suas condições de vida e as práticas sociais a elas dirigidas. Alguns estudos, porém, investigativos e interventivos, revelam a atuação de psicólogos face às crianças institucionalizadas.

Como exemplo, em uma experiência num abrigo brasileiro, Rotondaro (2002) percebeu que a vivência insuficientemente saudável das relações primeiras provoca nas crianças a emergência de condutas defensivas para lidarem com situações que envolvam abandono. Em outra experiência, realizada

³⁴ A experiência transicional e o espaço potencial serão tratados posteriormente no capítulo *Das Representações Sociais às fisionomias coletivas*.

na Espanha, Garcia-Torres e Guerreiro (2000) notaram diferenças significativas nas concepções formadas acerca da relação entre uma mãe e um filho pelas "crianças abandonadas"³⁵ de um abrigo, em relação às crianças não abandonadas. Isso pôde ser visto em uma investigação conduzida a partir de estórias³⁶, criadas pelos pesquisadores, direcionadas às crianças. As crianças deveriam manifestar-se sobre qual atitude teriam frente a certas situações presentes nestas estórias, que sempre envolviam uma mãe com uma criança. As respostas mostraram diferenças entre o grupo das crianças abandonadas e grupo das não abandonadas quanto a) à conduta perante a mãe, b) ao senso de justiça e injustiça e c) aos recursos das crianças para recuperarem uma boa relação.

Pesquisas como essas, dentre outras, revelam-nos as tentativas da área da Psicologia em desvendar padrões de relacionamento visando valorizar as condições de crianças que foram entregues/abandonadas, privilegiando os aspectos afetivos que envolvem sua situação. Não obstante, somos levados a lembrar, freqüentemente, que existem diversas formas de entrega - incluindo abandono ou não - e diversas formas de instituição, o que implica em vivências e experiências singulares para os bebês e para as crianças. Assim, precavemo-nos contra generalizações apressadas que desconsiderem as especificidades das diferentes situações.

Ao contrário da insuficiência no atendimento a crianças em alguns abrigos, é possível pensarmos em trabalhos diferenciados em instituições com dinâmicas saudáveis de relações, como nos conta Weber (2003b). Em Curitiba (PR), há uma instituição - mantida por doações de empresários curitibanos e pelo

³⁵ O termo "abandonada" é utilizado aqui para acompanhar a terminologia das pesquisadoras.

³⁶ Utilizaremos ao longo da tese a palavra "estória" no sentido de tratar de uma exposição romaneada de fatos imaginários, de narrativas, fábulas, que na Língua Portuguesa difere-se de "história".

grande trabalho de sua diretora - que busca distanciar-se da institucionalização, promovendo uma casa para as crianças a mais próxima possível de um lar 'normal', incluindo certa bagunça no lugar, cachorro e quase tudo de mais básico do que uma criança necessita no cotidiano. Realizam um trabalho de fornecimento de constituição da personalidade das crianças produzindo, com a efetiva presença da diretora, álbuns individuais contendo a história da criança, como muitos pais fazem, descrevendo o nascimento do seu primeiro dentinho, o início do andar, etc. Mesmo com certa distância do ideal de família, fica evidente para as pesquisadoras que aquele é um ambiente propício ao desenvolvimento (Weber, 2003b).

Acrescentamos ainda que, a nosso ver, evidencia-se que nesse ambiente saudável, mantém-se a presença de um adulto, vivo e real, capaz de evitar que a criança se desconecte da vida real, como pode acontecer, em instituições, quando há muitas crianças da mesma idade juntas, sem intermediação consistente de um adulto/cuidador (Dolto, 1998). Além disso, podemos inferir que o abrigo promove uma efetiva condição de desenvolvimento emocional da criança, permitindo-lhe *ser*, pois parece acolher a gestualidade espontânea e, principalmente, possibilitar à criança criar sua história a partir da cultura compartilhada³⁷ pelo adulto representante da instituição.

Um outro trabalho (Anaf e Paiva, 2000), realizado com estagiárias de Psicologia em um abrigo brasileiro, conduz-nos a pensar na importância da infiltração de um terceiro, um outro, em uma dada instituição, desfazendo

³⁷ Sobre a experiência cultural e o compartilhar da herança cultural, falaremos adiante no capítulo Das Representações Sociais às Fisionomias Coletivas. Ressaltamos ainda que esse trabalho inovador dependerá da personalidade de cada instituição e dos seus integrantes, o que nem sempre é sinônimo de produtivo e positivo. Ademais, uma família natural replicada em instituição pode satisfazer idealizações dos cuidadores que não conseguiram, de alguma forma, exercê-la em outros contextos.

dinâmicas improdutivas de relacionamento e, principalmente, resgatando a criatividade de todo um grupo, incluindo as crianças maiores, o responsável, os monitores, enfim, todo o pessoal que lá convive. Assim, fica evidente a gama de trabalho que a Psicologia iniciou em seu empreendimento de busca de saúde mental na coletividade, que a psicanálise precisa alimentar e multiplicar.

Somos conduzidos à reflexão sobre as possibilidades de resgate do gesto espontâneo nas práticas sociais, que parte de uma antropologia que concebe o homem como potencialmente criativo. Assim, acreditamos que práticas experienciais com crianças e adultos - profissionais envolvidos na adoção e agentes de organismos sociais - em detrimento de trabalhos com traços informativos e intelectualizados, promovem acesso a traços de um campo vivencial, transcendente ao falso *self*.

É o que podemos encontrar em trabalhos de preparação de pais para a recepção do filho adotivo, em algumas Varas da Infância e da Juventude, os quais promovem encontros e conversas, baseadas em uma perspectiva psicanalítica. Criam espaço para se abordar aspectos emocionais do casal ou da pessoa pretendente à adoção, proporcionando uma compreensão profunda das pessoas frente à adoção, não somente do ponto de vista concreto - das informações, dos preconceitos existentes, das atividades das Varas, dos grupos de apoios, dos aspectos burocráticos - como também, dos aspectos emocionais e inconscientes envolvidos.

Do nosso ponto de vista, poderíamos dizer que malgrado o número reduzido de psicanalistas trabalhando em organismos sociais em cidades brasileiras, reconhecem-se vários deles atuando diretamente em diferentes partes da comunidade, promovendo espaços para um processo de reconfiguração das

características destas diversas áreas, restritas, anteriormente, a profissionais que não incluíam os "psi".

Focalizando a Vara da Infância de Osasco, Paiva (2004) descreve-nos um exemplo desse exercício. Em seu trabalho como psicóloga, vivencia com os pretendentes à adoção vários aspectos dos caminhos do processo adotivo, desde o cadastramento dos pretendentes até os trabalhos especializados, tanto da Psicologia como da Assistência Social.³⁸

Conversando com a psicanálise, nota a necessidade de debruçar-se sobre as possibilidades de escuta, da sustentação do vínculo daquele que sofre, da abertura de um espaço para emergência de desejos e criatividade, muito além das construções abstratas e teóricas vigentes. Acredita na premissa de que, nos trabalhos institucionais, usam-se teorias como norte e não como verdades absolutas.

Na busca da adoção, são inúmeras as possibilidades de significado dos requerentes. Vê-los como sujeitos portadores de necessidades, desejos e potencialmente criativos é mais humano e afrouxa a rigidez muitas vezes encontrada em nosso próprio meio acadêmico e científico.

Infelizmente, experiências como a de Paiva (2004) não resumem todo o trabalho da área de Psicologia presente no Brasil. Trabalhos de Grupos de Apoio e de Varas da Infância nem sempre contam com psicólogos e são baseados, muitas vezes, em encontros nos quais apresentam-se palestras aos pais, informações teóricas sobre o desenvolvimento da criança, sobre a história da adoção no mundo e outras questões que, embora importantes, estão ligadas

³⁸ É interessante ressaltar que no país inúmeros trabalhos são realizados dessa forma ou de maneiras semelhantes. Contudo, raramente são registrados e divulgados em publicações científicas, o que pode ser considerado como um verdadeiro desfalque que afeta a produção

diretamente à informação e à cognição, e não necessariamente às transformações emocionais, bem como aos modos de viver e relacionar-se. Em encontros desse tipo, corre-se o risco de assistirmos a transformações próprias de um falso *self*, que abarca as informações, as orientações e todo o aparato intelectual distribuído de forma superficial, não atingindo o *self* verdadeiro: não é proporcionada a oportunidade de criar uma situação e encontrar nela novos sentidos, como podemos ver em situações mais vivenciais, de enquadre propício, nas quais os psicanalistas podem trabalhar efetivamente os aspectos de um campo experiencial.

Atrelada às teorias e à postura dos psicólogos e psicanalistas envolvidos nos trabalhos em Varas da Infância, há uma questão concreta e presente no cotidiano dos processos de adoção levantada por Weber (2003) e destacada por Campos e Costa (2004), que se refere a alguns sistemas de avaliação dos pais adotantes realizados nas Varas da Infância. Muitas vezes, os pais candidatos à adoção são somente julgados pelos psicólogos, no lugar de serem abordados clinicamente de modo respeitoso.

Decerto, Weber toca em um ponto problemático e importantíssimo que é a postura dos profissionais participantes do processo de adoção. Nessa discussão, a ética faz-se protagonista e a subjetividade se destaca já que, além de uma avaliação "técnica", existe, incontestavelmente, a personalidade do "técnico"³⁹. Há, sem dúvida, subjetividade intrincada o tempo todo durante os trabalhos nas diversas Varas, no julgamento dos juízes, nas entrevistas

de conhecimento sobre uma questão de grande relevância social. Dentre os que encontramos, estão *Tabajaski et al*, 1998; Chaves, 2001 e outros não utilizados na tese.

³⁹ Utilizamos aqui o termo "técnico" em seu sentido jurídico, de profissionais graduados que trabalham nas Varas. Contudo, não nos parece o mais indicado, uma vez que a palavra técnica geralmente corresponde a um "fazer" independente da implicação pessoal na tarefa desempenhada.

psicológicas e nas avaliações das assistentes sociais, afinal somos humanos e constituídos pela nossa própria subjetividade.

Assim, sempre estaremos atrelados à inextricável dimensão emocional inconsciente do nosso ser, que deveria ser vista como aspecto inerente e exclusivo do sujeito humano e não uma condição secundária, como muitas teorias científicas propõem. Contudo, precisamos lembrar que uma das maiores contribuições da psicanálise foi, e ainda é, permitir aceitar a existência de aspectos não acessíveis à nossa consciência - aspectos de nossa conduta que nos guiam, mesmo que não os conheçamos - para que lidemos com eles, ou pelo menos, aproximemo-nos deles.

A propriedade de podermos 'nos encontrar' ou 'nos criar' em termos de *self*, alcançando esta condição humana próxima a certa maturidade emocional, torna-se válida e externa à condição de juiz já que, se constituídos como sujeitos de forma integrada, quando estivermos frente a candidatos, não pretender-se-á julgá-los e interpretá-los - na condição radical desses termos como critica Weber - ou ser o detentor do saber, e sim, aproximar-se de necessidades pessoais, tributárias de um *self* escondido, exercício que não acontece sem levar em conta o campo intersubjetivo.

Parece incômodo - e compreensível - tendo em vista áreas da Psicologia que defendem certa positividade e objetividade no estudo das condutas do homem, que assuntos como esses, incluindo subjetividade, exerçam dúvidas e desconfianças. Porém, representam apenas constatações da complexidade das condutas humanas quando aceitamos como participantes aspectos inconscientes.

Campos e Costa (2004) realizaram uma pesquisa sobre o efeito da subjetividade no estudo psicossocial da adoção e dos critérios adotados pelos

profissionais durante a elaboração de pareceres processuais de adoção. Ao longo da investigação, uma questão colocada por um dos sujeitos, relativa à subjetividade dos analistas/técnicos presente durante todo o processo, pareceu-nos importante. Destacou, pois, *uma necessidade de se instaurar vários olhares alheios* dos seus colegas da mesma Vara, como possibilidade de auxílio no difícil processo de análise, e de aceitação ou não, de uma família adotante específica.

Essa idéia leva-nos a refletir sobre vários fatores, a começar por uma fala imediatamente posterior à relatada, de um dos participantes deste mesmo grupo focal, a qual descreve as necessidades do auto-conhecimento... "*...até você estar em contato com você mesmo, para você saber que aquilo está mexendo com uma coisa sua*" (Campos e Costa, 2004, p.101).

Ora, não é este um dos princípios básicos da psicanálise, mas que a própria Psicologia, e muitos psicólogos, por vezes não valorizam? Ser psicanalista, ser clínico requer um conhecimento íntimo, o mais possível, de si mesmo. Lembremos: clínico não é somente aquele psicanalista que está trabalhando no seu consultório particular. É também o profissional atuante em diferentes camadas e segmentos da sociedade, a nosso ver, "sendo" psicanalista da mesma forma, pois malgrado o fato de fazerem um trabalho psicanalítico diferente da análise padrão, são sensíveis o suficiente para responderem àquilo que algumas pessoas/coletivos precisam, em determinadas situações (Winnicott, 1962b) ⁴⁰, e mantêm-se fiéis ao método psicanalítico.

⁴⁰ De fato, há que pensar detidamente na criação de melhores condições para o exercício profissional fora de *setting* padrão. Trata-se, evidentemente, de questão complexa, mas que pode ser satisfatoriamente solucionada, se pensarmos no rigor no uso do método psicanalítico. Dessa forma, torna possível vislumbrar o estabelecimento de um enquadre que diferentemente de se basear em fixidez de regras, como o tempo e a frequência, poderá se fundar na instalação da situação analítica, promovida pela relação entre analista e pessoa/coletivo. Bleger (1968) e Winnicott (1971a) nos ajudam a pensar na versatilidade do método psicanalítico permitindo conceber as consultas terapêuticas como estratégias diferenciadas de atendimento. Na Ser e Fazer do IP-USP, profissionais têm sido atendidos num enquadre

Enfim, estar próximo a questões desconhecidas ou escondidas de nós mesmos, bem como viver de forma a sentirmo-nos vivos, reais, autênticos, como sujeitos mais inteiros, são requisitos fundamentais para o bom exercício do ofício de psicanalista. Aliás, estes aspectos poderiam estender-se a outros profissionais, quiçá à sociedade de maneira geral. Um preparo e uma condição de trabalho que toque questões experienciais do desenvolvimento emocional enriquecem profissionais que trabalham com grupos humanos. Um olhar para dentro de si prepara o profissional para o olhar direcionado a um outro.

Quando se fala em necessidade de olhares, é preciso pensar em suas facetas. É certo que, em diversos momentos, o trabalho de olhares em equipe é de extrema ajuda. Em relatos informais de profissionais, ouvimos algumas situações muito específicas que são passíveis de dúvidas ou indecisões. Mas talvez possamos reconhecer na ‘necessidade de olhares’ uma insegurança em termos de *self*⁴¹, bem como uma necessidade de acolhida no processo maturacional, como fazem os adolescentes - reeditando a todo momento, a busca dos olhares de seus pais -, e os bebês com suas mães, cujo olhar é o espelho que os leva a desenvolverem-se (Winnicott, 1967b).

No entanto, considerando o olhar como algo pertencente a um processo de desenvolvimento do *self*, parece-nos interessante pensar em outro âmbito. Na situação dos processos de adoção, ele poderia acontecer – deste modo sim, de forma positiva - direcionado a cada família, ao coletivo dos adotantes, às crianças, enfim, no sentido de um trabalho de espelho, de ajuda, de preparação do iminente desenvolvimento destas famílias candidatas: um trabalho baseado no *holding*, já que é preciso levar em conta a subjetividade e as necessidades de cada situação.

específico, denominado Consultoria Terapêutica, que tem se revelado útil e fecundo (Granato e Vaisberg, 2004).

Talvez, esse trabalho pudesse vir a se tornar uma profilaxia à saúde da família adotante, o que poderia incluir até mesmo a desistência da adoção.

Para realizar um trabalho delineado no *holding*, exigir-se-ia formação específica e adequada. Psicanalistas treinados poderiam trabalhar diretamente com adotantes resgatando, assim, o potencial do grupo atendido, seja de casais, seja de famílias, considerando, aspectos de *self* que o constituíram como pessoa - aquele que chegou a tal estágio do desenvolvimento emocional - como também, aspectos primitivos daqueles que ainda não existem 'desde seu próprio ponto de vista' (Winnicott, 1945). Esses trabalhos, tendo em vista toda a complexidade na qual se inserem os candidatos à adoção, famílias em processos de perda de guarda e outras situações envolvendo pais e crianças, podem ser úteis e ainda podem acontecer em intervalos pequenos de tempo, quiçá em apenas um atendimento, por exemplo, em uma entrevista, individual ou grupal. O profissional devidamente preparado pode intervir, terapêutica e significativamente, em apenas um encontro, tempo este muitas vezes desperdiçado em preenchimentos de formulários e fichas cadastrais.

Por outro lado, os psicanalistas podem trabalhar de forma indireta na formação de outros profissionais. Para tal é preciso condições viáveis de contratação e treinamento permitindo às pessoas o estabelecimento da segurança em seus cargos. Além disso, os profissionais devem ter certa proximidade de si mesmos, de modo a promover um clima de tranqüilidade emocional suficiente para que possam admitir que, em certos momentos, 'não saibam de nada' e que precisarão construir um conhecimento junto às famílias, criativamente. Nesta tarefa, não existem critérios pré-estabelecidos ou crivos de avaliação; tratam-se de trabalhos construídos ao longo dos encontros, a partir de

⁴¹ Talvez relativo a um lugar existencial – sofrimento típico da nossa cultura pós-moderna.

investigações que contam com a intersubjetividade e com a capacidade do *self* do profissional, de criar e de acolher a gestualidade espontânea daquele com quem trabalha. O olhar de um supervisor, de uma equipe também poderá contribuir no processo de desenvolvimento profissional.

Contudo, é importante ressaltar que a necessidade de um olhar, como necessidade momentânea de um norte, poderá se repetir com frequência e, caso assim ocorra, será importante escutá-la e, eventualmente, tomá-la como um sintoma importante do desenvolvimento do profissional. Dessa forma, caberia ao psicanalista auxiliar o profissional/técnico durante sua formação - mesmo que paulatinamente - possibilitando-lhe buscar, em si próprio, aspectos de *self* que truncam o andamento do seu trabalho. Se considerarmos que tal necessidade precisa ser ouvida e sustentada, será possível contribuir à formação da maturidade do profissional, proporcionando-lhe o crescimento pessoal. Ademais, lembremos que aqueles atuantes em processos de adoção, assistentes sociais, advogados, juízes beneficiar-se-iam de um contato com seus traços emocionais, o que, por sua vez, auxiliaria em muito seus trabalhos.

O auxílio do psicanalista tornar-se-ia autêntico caso fosse baseado no resgate da sensibilidade dos profissionais, da sua espontaneidade e, sobretudo, da criatividade, permitindo-lhes trabalhar sem necessidade de buscarem recurso em dissociações ou em outras estratégias de defesa que não só indicam falta de saúde, quanto afastam o profissional de traços afetivos e de experiências emocionais, que contribuiriam nas tomadas de decisões.

Deparamo-nos, cotidianamente, na clínica psicanalítica com questões que nos fazem sentir estranheza, medo e isso nem sempre é sinal de um mau procedimento por parte do analista. Ainda pode-se acreditar que foi feito um bom

trabalho e sendo tal avaliação verdadeira para o profissional e não para aquele com o qual está trabalhando. O mesmo pode acontecer com um técnico da Vara da Infância em situações de avaliação de casais candidatos à adoção e de famílias, já que tratamos de relações humanas.

Podemos estar próximos à conduta dos profissionais de acordo com suas próprias questões éticas, auxiliando-os no campo emocional. Também poderíamos, por exemplo, passear pelo imaginário coletivo e delinear uma fisionomia coletiva desses profissionais acerca da criança adotiva. Cabe aqui mais uma justificativa da importância de pesquisarmos o imaginário coletivo sobre a criança adotiva, pois o mesmo faz parte da subjetividade dos profissionais envolvidos em práticas e processos de adoção. Deixaremos essa sugestão de investigação em aberto, a qual poderemos retornar em outro momento.

Nossa posição enquanto psicanalistas sugere maior proximidade com dimensões não conscientes da conduta dos profissionais - acreditando na eterna capacidade de mudança dos sujeitos, ao lado de Weber (2003). Porém, colocamo-nos de forma relativa à totalidade da pessoa, que inclui um campo do sujeito autêntico - pois acreditamos que transformações de indivíduos, famílias e personalidades coletivas são possíveis apenas quando emergem de um campo experiencial (Machado e Vaisberg, 2003b). Seja na criação de novos paradigmas, seja na desconstrução de noções preconceituosas que caminham numa direção contrária ao *ethos* humano, as transformações que se pretendem inteiras precisam considerar a pessoa e sua inteireza.

Retornando à discussão suscitada por Campos e Costa (2004), quando se mostraram preocupadas com a falta de critérios objetivos nas avaliações de técnicos das Varas, faz-se necessário reportarmo-nos ao problema inversamente,

destacando os perigos da objetivação quando se trata de relações humanas. Trata-se de um paradoxo que, de certa forma, indica-nos aspectos democráticos que se instalam na sociedade e as dificuldades emergentes a partir disso. Como exemplo, a liberdade de tomada de decisões dos psicólogos - já que as avaliações não são baseadas na lei, pois inexistem critérios claros estabelecidos para a indicação de famílias para adoção - permite a livre decisão clínica nas declarações dos profissionais, questão colocada por Campos e Costa (2004) como um problema.

Problema, em parte. Ao ser retirada a imposição julgadora de uma instância maior, totalitária e, digamos, impositiva e objetivante, aparecem as fragilidades de um grupo, aquele que toma decisões efetivas para a vida de alguém, no caso de uma criança adotiva, realçando-nos uma característica da contemporaneidade. Aqui estamos pensando em termos de uma evolução dos órgãos ditos avaliadores das Varas da Infância, já que hoje possibilitam a presença de psicólogos visando saúde nos processos de adoção. Este sistema quebra um conservadorismo paternalista, que decidia "por si só" a partir de modelos objetivos de inclusão ou exclusão de pessoas candidatas à adoção, tornando possível que seus profissionais passem a assumir posturas mais responsáveis por aquilo que fazem, colocando, logicamente, sua ética em maior evidência. A nosso ver, a atual situação dos profissionais diante do juiz pode ser comparada - em parte e guardadas as devidas dessemelhanças - àquela que vivem os adolescentes, em nossa sociedade, em relação à responsabilidade. Quando mais velhos, deparam-se tanto com uma maior liberdade outrora tão sonhada, quanto com medo, sofrimento e insegurança nas tomadas de decisão, que acompanham a conquista da independência. Ora, a flexibilidade nas

avaliações permite-nos esmiuçar as relações humanas e pensar nas melhores condições que uma família possa alcançar. Devemos nos distanciar de respostas prontas como produção em série, exemplo a ser visto em algumas linhas da própria psiquiatria, que avaliam um sintoma sem considerar o sujeito que o porta.

Os critérios a serem estabelecidos nos processos de adoção poderiam ser criados a cada entrevista com as famílias, poderiam ser encontrados, descobertos, amadurecidos nos próprios encontros. Hamad (2002) compartilha de uma visão semelhante, acrescentando que o tempo mostra-se um grande aliado no processo, possibilitando o alcance de uma relativização da noção de critério. Podemos pensar que, ao proporcionar verdadeiros encontros intersubjetivos entre analista e candidato, permite-se encontrar, criativamente, um critério de aceitação ou não dos adotantes, cuja elaboração, a respeito das suas condições emocionais e motivações para a adoção, faz-se de maneira conjunta. É evidente, porém, a necessidade de um trabalho cauteloso e delicado no exercício desse ofício, além da maturidade do profissional e da instituição que o mantém.

Aspectos da ordem existencial e inconsciente poderiam ser avaliados a partir da premissa de que estão relacionados a aquilo que pais-candidatos experimentaram e, ainda, vivenciaram como *filhos*. Dessa forma, a equipe conseguiria aproximar-se dos pais-candidatos, constituindo um importante trabalho das relações familiares que, eventualmente, serão estabelecidas no futuro. Acreditamos que esses trabalhos deveriam considerar aqueles que pleiteiam adoção de acordo com suas necessidades e desejos, podendo, assim, evitar avaliar ou compreendê-los de forma superficial, sem considerar as questões emocionais latentes. Ainda, poderiam resgatar potencialidades dos adotantes, realizando aproximações de experiências primitivas com a realidade atual.

Os psicanalistas precisam sentir como os pais adotivos se situam em relação às suas próprias necessidades e desejos, o que é diferente de posicionar-se de forma invasiva frente a esses adotantes, questionando indiscriminadamente tais necessidades. Ademais, ainda é preciso conhecer até onde uma intervenção psicanalítica beneficiará, não somente aos candidatos, mas principalmente a criança envolvida no processo de adoção.

Há ainda outro âmbito dos trabalhos de profilaxia realizados hoje na comunidade que deveriam ser mais bem considerados. A adoção é um caminho a se fazer, pensando na possibilidade de uma família tornar alguém seu próprio filho. Contudo, a criança que espera a adoção encontra-se nesta situação por alguma razão, seja pela morte ou o abandono dos pais, pela perda da guarda dos pais por maus tratos à criança, enfim, falta de cuidado e violência na família, que promovem situações precárias de convivência para a criança, cabendo ao juizado atitudes que a protejam disso.

Esse ponto é importante - e paradoxal - e assim como ele, tantos outros podemos encontrar dizendo respeito ao fato de já serem deveres previstos em leis e, no entanto, apresentarem-se tão desrespeitados na prática. No Estatuto da Criança e do Adolescente, o artigo 226 no parágrafo 8º impõe a explícita obrigação de se garantir a "*... assistência à família na pessoa de cada um dos que a integra, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*" (Sznick, 1999).

Ora, se assim fosse realizado o trabalho de prevenção, assistência e saúde no Brasil, estaríamos propagando profilaxia e, deste modo, muitas das crianças que aguardam adoção poderiam permanecer junto às famílias de origem. Podemos pensar que, caso contássemos, em nosso país, com um "*holding*

social”, promoveríamos apoio às famílias, e conseqüentemente, às crianças.

Insistindo firmemente que as relações primeiras são fundamentais, Winnicott (1945) aponta que, na ausência de um ambiente inicial suficientemente saudável, o desenvolvimento emocional individual é forçosamente afetado. Quando as dificuldades surgem em períodos muito precoces da vida, o bebê “... que ainda não existe desde seu próprio ponto de vista” (Winnicott, 1945), vive experiências de invasão ambiental que, interrompendo a continuidade do ser, expõem-nos às agonias impensáveis, podendo ser, aproximadamente, descritas como queda eterna num espaço sem limites (Winnicott, 1968). Quando o ambiente falha depois de uma fase inicial relativamente satisfatória, temos como resultado o aparecimento da tendência anti-social, motivo pelo qual este autor ligou os termos privação e delinqüência (Winnicott, 1956b).

Enfatizando a importância do ambiente humano, firma-se, ao lado de Winnicott, a existência de estreita relação entre sociedade, família e saúde emocional de indivíduos e coletivos. Ao mesmo tempo, reitera-se que em caso de falta de saúde, faz-se possível trabalhar, de forma otimista, tendo em vista recuperar falhas ambientais sofridas.

Alguns trabalhos no Brasil, em especial, em algumas Varas da Infância e Juventude das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas, visam o exercício de recuperação das condições da família de origem das crianças, para exercerem, elas próprias, o cuidado dos filhos. Geralmente, famílias com histórico de maus tratos e violência, das quais as crianças foram afastadas por tempo indeterminado, são conduzidas a trabalhos preventivos e psicológicos no intuito de promover uma reorganização e preparação para receberem seus filhos de volta. Diferentemente de se anuir, precipitadamente, a perda do poder familiar,

evita-se, assim, o desligamento radical de vínculo entre criança e família de origem, privilegiando-se, pois, a retomada dos laços familiares.

Esses trabalhos auxiliam, paralelamente, as crianças envolvidas em processos judiciais, encontrando, para elas, "famílias acolhedoras", sempre vislumbrando seu retorno à família original.

A família acolhedora é voluntária e segundo Valente (2004):

... tem a função de acolher em seu espaço familiar a criança e ou adolescente vítima de violência doméstica que, para ser protegido, foi retirado de sua família natural, respeitando sua identidade e sua história, oferecendo-lhe todos os cuidados básicos, mais afeto, amor, orientação, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua inserção familiar, assegurando-lhe a convivência social e comunitária, dando-lhe oportunidades de aprender as coisas do mundo, da vida, para desenvolver suas potencialidades, saber conviver com outras pessoas e ser feliz (Valente, 2004, p.2).

Este termo é utilizado, ao invés do termo jurídico "família substituta", para distanciá-lo do exercício da prática usual, cujo fim do processo de substituição acontece no momento em que a família que está com a criança conquista a adoção⁴². As famílias acolhedoras, por sua vez, não funcionam como substitutas, no sentido de ficar com a criança aguardando a conquista da adoção e, sim, recebem a criança para proporcionar todas as condições de desenvolvimento saudável, durante um período determinado, visando, preferencialmente, a reinserção familiar, desde que sanados riscos de violência.

⁴² Lembramos que infelizmente nossa lei da adoção prevê a total ruptura entre família biológica e família adotiva, como se a primeira não existisse a partir de um determinado momento. Essa forma de lidar com famílias adotivas possivelmente contribui para futuros conflitos, mesmo que pais adotivos reiterem que não.

Por exemplo, em Campinas conhecemos o SAPECA - Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente - órgão criado desde 1997, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campinas, que se baseou em experiências com acolhimento de crianças de um órgão em São José dos Campos e na Fundação Emmanuel da Argentina (Valente, 2004) ⁴³.

O trabalho de Acolhimento Familiar já existe em alguns países do mundo com certa familiaridade entre a população, diferentemente, do que acontece no Brasil, onde a maioria desconhece esse tipo de serviço. Nesses países, explica Valente (2004):

...participar de um programa de “foster care” e dizer: – esse é meu “foster-brother”, ou – esse é meu “foster-father”, assim como apresentar-se como “foster-family”, não traz a necessidade de se explicar o que isso significa. O termo “famílias acolhedoras” ainda não consegue por si só expressar sua ação e é, na maioria das vezes, confundido com a adoção. (...) nem tampouco há a necessidade das próprias crianças ou adolescentes explicarem o que cada membro dessa nova família representa em suas vidas (Valente, 2004, p.8) ⁴⁴.

Essa prática de encontrar famílias acolhedoras parece-nos interessante. Tem como efeito produzir na sociedade uma ação que privilegia as capacidades da família de origem, buscando assim, auxiliá-la no resgate do seu potencial como cuidadora, desfazendo-se o ciclo da violência. Ademais, trata-se de um trabalho que responsabiliza a família de origem, reforçando sua implicação na saúde das

⁴³ O programa SAPECA participou da Conferência Internacional de Famílias Acolhedoras na Argentina em Julho de 2003, no qual faz parte como membro efetivo do International Foster Care Organization – IFCO.

⁴⁴ De fato, quando em contato com textos americanos, como o de Orme et al. (2004), e com jornais europeus, como o Europe Intelligence (2004), é possível perceber a familiaridade dessas culturas com o termo “foster-family”.

relações. Mesmo num caminho reverso à adoção, respeita as necessidades da criança, protegendo-a no momento oportuno e evitando seu rumo à institucionalização.

Contudo, é preciso um trabalho rigoroso de classificação destas famílias, já que o exercício da *foster-family*, como nos coloca Valente (2004), não acontece como a forma usual de substituição familiar, na qual governa a esperança de conquista da adoção. Receber uma criança e prover-lhe cuidados para, posteriormente, entregá-la aos seus pais, exige maturidade e muita responsabilidade social, o que demanda sensibilidade quanto ao estado emocional dos candidatos e, portanto, treinamento do pessoal que os seleciona, não consistindo em um trabalho fácil. São opções que, muito embora favoreçam saúde, lembram-nos da necessidade da sociedade brasileira e, principalmente, da população infantil, de serem acolhidas, orientadas, enfim, bem tratadas. Como estes são ainda mero vislumbres, os orfanatos e os abrigos inflam, e crianças nas ruas, ao invés de comoverem-nos, assustam-nos.

De qualquer forma, representam um exercício de convite à sociedade para participar deste processo, retificando a dissociação entre família e coletivo, bem como uma prática permeada pela ética que crê em um potencial de saúde humana. Este foi o norte do caminho para instituímos, no Serviço de Psicologia da Puc-Campinas, nas Oficinas para Pais Adotivos e Adotantes. Trata-se de encontros subsidiados pelo método psicanalítico, visando experiências transformadoras em pais e pretendentes à adoção. Conversaremos sobre as oficinas ao final da tese, momento no qual explicitaremos as peculiaridades desta prática.

Consideramos o homem como um ser fundamentalmente social, seguindo

as indicações de Bleger (1958; 1963), psicanalista leitor de Politzer (1928). De acordo com as formulações blegerianas, a dialética sujeito-meio faz com que uma mudança exercida sobre um ultrapasse-o, atingindo o outro. Não há mudança em um que não atinja o outro. Viver em cultura significa compartilhar um ambiente humano, de modo que só conseguimos estudar rigorosamente o homem se considerarmos-lo como ser social que existe em condições concretas.

Somos sociais desde que constituídos como sujeitos⁴⁵ que coexistem em relações de intra e intersubjetividade. Temos como imanente ao pensamento sobre a conduta humana, o caráter social do indivíduo. Assim, longe de considerá-lo vindo ao mundo individualmente e tendo que se adaptar a ele, pensamos desde a perspectiva do pensamento dialético, a partir das relações que se implicam na intersubjetividade. Isto é diferente de admitir a existência de um sujeito monádico, isolado e absoluto, cuja abertura secundária ao mundo, a teoria da libido freudiana buscou explicar. Posto assim, fazemos uso do método psicanalítico freudiano, tendo em vista nosso objetivo de compreensão da constituição do imaginário social, sem aderir à metapsicologia clássica (Bleger, 1963)

Winnicott concebeu práticas e formulações teóricas inovadoras, influenciando toda a psicanálise. Greenberg e Mitchell (1994) apontam como, apesar de suas tentativas de manter a tradição psicanalítica focada em Freud e Klein, Winnicott criou uma nova psicanálise, que diverge em muitos pontos da tradicional. Não deixam, contudo, de comentar que o próprio Winnicott parece não ter tido condições de avaliar a radicalidade de sua contribuição que, em alguns

⁴⁵ No contexto desta tese, pensamos sempre num sujeito concreto e, como diria Merleau-Ponty (1945), encarnado. Distanciamos-nos, pois, do uso deste termo para conotar o sujeito abstrato do conhecimento ou mesmo aquele sujeito abstrato do inconsciente. Mesmo a criança que ainda não existe desde seu próprio ponto de vista, é ser humano para o outro.

aspectos, pode ser vista, inclusive, como subversiva.

A radicalidade das idéias winnicottianas exige reflexões sobre a clínica social⁴⁶. Um primeiro aspecto a ser considerado consiste em admitir que transformações de personalidades coletivas são possíveis apenas quando emergem como gestualidade espontânea e transformadora, seja na desconstrução de noções preconceituosas que caminham numa direção contrária ao ethos humano, seja na criação de uma sensibilidade ética (Machado e Vaisberg, 2003b).

A nosso ver, esta sensibilidade ética está profundamente relacionada à conquista da maturidade emocional, conceito que, no contexto winnicottiano, superou condutas de discriminação de pessoas e legitimação de exclusões, e admitiu, em toda sua radicalidade, uma antropologia que entende o homem como ser criador que realiza plenamente sua potencialidade quando coexiste em condições de respeito à humanidade própria e alheia (Levinas, 1972). Dessa forma, somos convidados, pois, a rever e re-experienciar vivências acerca da adoção, almejando re-alimentar nosso imaginário com novas condutas.

Para isso, convidamos o leitor a acompanhar-nos em um passeio aos assuntos adjacentes à adoção, em uma perspectiva psicanalítica, para assim, construirmos juntos uma experiência sobre o imaginário coletivo⁴⁷ da criança adotiva.

⁴⁶ Social no sentido do alastramento da psicanálise à comunidade, prática geralmente realizada em instituições, que pode ser realizada quando se segue fielmente o método psicanalítico.

⁴⁷ Abordaremos as representações sociais adiante, mas aqui ressaltamos que podemos investigar *fisionomias coletivas*, que seriam traços de *personalidade coletiva* e, de acordo com Bleger (1963), condutas simbólicas de subjetividades grupais, experimentadas no campo da transicionalidade (Winnicott, 1967a). O imaginário seria um ambiente humano em que vivemos, um “lugar” do campo da transicionalidade, que influencia nossas práticas, nossos atos, nossos sentimentos, nossas idéias.

BUSCANDO UM FILHO.....

Ser mãe? Ser pai? Será que todos se questionam sobre desejos que, para muitos, parecem naturais? O que leva ao caminho da busca de um filho ou, eventualmente, a evitar a parentalidade?

Gostaríamos de contemplar algumas questões fundamentais sobre a feminilidade, sobre o feminino e sobre a mulher, necessárias ou implicadas na maternidade e relacioná-las à adoção, para posteriormente fazermos um apanhado sobre o homem, a masculinidade e a paternidade, num percurso paralelo. Abordaremos tanto a questão levando em consideração o gênero, quanto às funções ditas 'materna' e 'paterna'.

Preferencialmente, falaremos em *função* em detrimento a *papel*, lembrando que o ponto fundamental da teorização winnicottiana é a idéia de que “não existe um bebê” independentemente do cuidado materno, ou seja, o bebê, pensado independentemente do cuidado, é uma abstração. Os cuidadores parentais são vitais e *papel* é um conceito que fica muito aquém do que precisamos conceitualmente, quando adotamos uma antropologia winnicottiana, podendo ser útil num registro mais descritivo da psicologia social, mas se revelando pobre quando pensamos em termos existenciais.⁴⁸

Sabemos o quanto se faz determinante o aspecto social na constituição do sentimento de maternidade e de paternidade e o quanto vigorou a demarcação rigorosa das funções de cada membro da família em vários momentos da história. Houve épocas nas quais a mulher reduzia-se a um bem, a uma propriedade do

⁴⁸ Há autores que ainda discriminam as peculiaridades dos termos 'função' e 'papel', considerando o 'papel' um lugar ocupado concretamente por uma pessoa, de configuração fenomenológica, enquanto a 'função' é aquilo cumprido pela família em sua diversidade, podendo ser exercida e transmitida pelo inconsciente (Soares et al, 2002). Acrescentamos ainda, a diferença da 'função' materna ou paterna da 'figura', que envolve o gênero e, inextricavelmente, o sexo.

marido, o 'insubstituível chefe de família', denominado no direito romano de *paterfamilias* (Sznick, 1999) ⁴⁹, aquele responsável pelos integrantes de seu grupo em relação à sociedade. Assim como a mulher, os filhos foram vistos diferentemente, variando desde um 'algo' sobre o qual o pai tinha direito de vida e de morte, até o ente sagrado da família (Badinter, 1985).

Para justificar a superioridade da posição marital em detrimento da posição da esposa, argumentos de toda sorte foram utilizados desde Aristóteles. O filósofo enunciava as diferenças naturais entre o homem e a mulher, enfatizando a casualidade de *alguns* serem criados para mandar e *outros* para obedecer. Também considerava a mulher secundária no que diz respeito à concepção, acreditando que a menstruação era a matéria a qual o esperma dava forma. Mesmo após as palavras de Jesus, relativas à igualdade e ao amor, terem imiscuído-se na sociedade antiga, encontra-se, por volta do século IV, em Santo Agostinho, a representação da mulher como um animal odioso, dotado de malignidade natural. Já no discurso do apóstolo São Paulo, a mulher aparece submetida ao homem, numa relação claramente hierárquica. Outra definição presente, ao longo dos tempos, sobre a mulher, foi a de fragilidade e invalidez, que predominou na sociedade ocidental (Badinter, 1985).

Da mesma forma que a posição da mulher oscilou nas sociedades dos tempos mais remotos, a da criança também se apresentou de formas variadas, fato importante, pois estamos aqui interessados na relação dos pais e da sociedade perante o filho, quando tentamos compreender e estudar o processo da constituição da maternidade e da paternidade. Pode-se dizer que a consideração da infância como uma fase da vida humana só apareceu a partir do

⁴⁹ É interessante lembrar que ao longo do novo Código Civil Brasileiro, o termo 'pátrio poder', que designava o poder do pai relativo à família, foi substituído por 'poder familiar', designando como

século XVII e, ainda neste momento, não se encontrava em um lugar privilegiado na família (Àries, 1986 e Badinter, 1985) ⁵⁰. A família fundada pelo amor materno não era comum nas sociedades das Idades Média e Antiga, apenas tomando tal forma nas famílias modernas. Além do mais, os cuidados despendidos aos filhos variaram consideravelmente entre estas épocas. No século XVI apareciam, nos escritos, relatos de afeto e tolerância das mães com seus filhos diferentemente do século XVII, onde a criança era vista como ávida e má, provocando medo nos pais. Adjacente a tal conduta, via-se a concepção da criança como herança da corrupção dos pais, e segundo Descartes, a infância representava a fraqueza de espírito, o que nos leva a recordar a concepção de Santo Agostinho e concluir que ambos pensavam a infância como um mal (Badinter, 1985).

Entre o séculos XVI e XVIII, houve um importante movimento na França de envio de crianças recém-nascidas a amas-de-leite em diferentes regiões do país, acontecendo dos pais ficarem anos sem visitar nem buscar notícias⁵¹. Apesar dessa prática ter se iniciado entre a aristocracia do século XIII, no século XVIII já havia se expandido pelas mais variadas classes, chegando a existir certa escassez de amas-de-leite. Badinter (1985) enfatiza a peculiaridade dessa prática, buscando uma justificativa não só econômica, pois parece insuficiente, mas de fundo social, considerando que muitas famílias e muitas mães, com condições plenas de despende cuidados maternos, preferiam remetê-los às mãos de amas fracas e despreparadas. Ainda assim, restaria, de acordo com Badinter, alguma outra razão a se investigar, já que em certas camadas da sociedade o fator da tradição não era tão fundamental - permitindo que as

responsáveis pela família e pelos filhos, tanto o pai quanto a mãe.

⁵⁰ Sabemos que a medicina infantil é obra do século XIX e que a palavra "pediatria" aparece em 1872 (Badinter, 1985).

mulheres gozassem de certa liberdade - muitas mães também recusavam dar o seio aos filhos. O que dizer, pois, das necessidades e dos desejos dessas mulheres? Como reler a maternidade e a constituição subjetiva da mulher? Para situarmos estas questões que envolvem feminilidade, recorreremos, inicialmente, ao nosso mestre Sigmund Freud.

A partir de seus estudos sobre a histeria, Freud (1900) infiltrou-se, decididamente, no universo onírico da sociedade europeia. Nessa sociedade, muitas mulheres recorreram ao médico e puderam nele encontrar algum acolhimento para sua fala. Das mais variadas interpretações e conclusões desse inusitado cientista, depreendeu-se sua capacidade de esmiuçar a escuridão do universo inconsciente, muito embora, ao final, sua postura quanto ao *feminino* mantivesse seu conservadorismo.

Inicialmente, ao lado de seu mestre e amigo Breuer e da compreensão dos processos de formação dos sonhos, denominou dois importantes mecanismos atuantes na mente humana: o de deslocamento e o de condensação, ambos criados dada a censura moral. Tratava-se da existência da rejeição de alguns desejos e representações por parte da consciência, munida esta de uma espécie de juiz que reclamava a exclusão de representações ou desejos proibidos, de onde decorreria o aparecimento de lacunas nas cadeias associativas. Criar-se-ia, pois, um esforço contínuo de manter tais representações investidas de afetos excluídas da consciência, a todo custo.

Contudo, este esforço nem sempre se fazia eficaz, permitindo uma fuga do conteúdo inconsciente ligado ao afeto, e desta vez sob forma simbólica, aparecendo, como na histeria, através da conversão corporal. Surgia um sintoma,

⁵¹ Podemos encontrar essa prática na literatura francesa do séc. XIX, bem como na biografia e nos escritos de Balzac.

em forma de alegoria, bem como uma metáfora daquilo que não era aceito pela consciência.

Freud percorreu o inconsciente de muitas mulheres, absorvendo dados para a criação de uma teoria complexa que mudou a concepção da etiologia das neuroses, atribuindo importância fundamental à sexualidade na constituição do sujeito psíquico e modificando, portanto, o estatuto da histeria⁵².

Ao final de seus escritos, mesmo tendo conquistado amplitude em suas concepções, o mestre dizia-se em fase inicial no que diz respeito ao conhecimento da feminilidade, relacionando a mulher a um continente negro e desconhecido.

Mas qual seria o lugar de onde analisava a feminilidade? Qual o ponto de referência de Freud? Ou como se pergunta Sigal (2002): "*Não terá sido o discurso do sujeito masculino hegemônico, o que construiu a feminilidade como um enigma?*" (p.158).

Após contemplar um ponto fundamental da sexualidade, apresentando-nos a criança perversa polimorfa (Freud, 1905b), Freud chegou à organização fundante da lógica triangular, o momento do Édipo, fator que, em todo o seu tempo de vida científica, considerou como estruturador. A família edipiana, nuclear, afetiva, monogâmica, herdeira dos gregos, do judaísmo e do cristianismo, permitia a Freud cultivar uma visão da mulher-mãe como genitora, companheira ou destruidora, cujas imagens que o homem poderia encontrar seriam da sua própria mãe, da amante e da terra-mãe. Estas imagens, porém, são excluídas por Freud da cena originária do assassinato do pai (Roudinesco, 2003).

⁵² Hoje podemos reler o pai da psicanálise, no que se refere ao padecimento histórico, a partir da problemática existencial que atingia aquelas mulheres no final do século XIX. É importante lembrar que Freud realizou uma clínica viva, mas teorizou em termos metapsicológicos

Entretanto, tal posição teórica não o impediu de admitir a existência de questões fundamentais, anteriores à estruturação do Édipo, tanto no menino quanto na menina, que as psicanalistas mulheres bem puderam observar. No caso de Dora, Freud (1905a) ainda não havia percebido - como pôde fazer posteriormente - a intensa relação que afronta algumas das mulheres histéricas: Dora não buscava destituir o lugar de mulher da Sra. K. por ciúme edípico do pai, pelo desejo de possuir o pai - depois o Sr. K. e, conseqüente e transferencialmente, Freud. Dora percebia que a Sra. K, feminina e desejante, atraía como bússola seu pai, que antes apresentava-se à família como doente, impotente e pouco viril. Seu interesse talvez, estaria focado na busca de espelhar-se na constituição da feminilidade da Sra. K., porquanto esta senhora alcançara uma posição subjetiva de mulher.

Nesse exemplo de histeria, poderíamos considerar que houve a procura por Dora de experimentar e conhecer as necessidades e o desejo do outro por não ter bem constituído o seu próprio *self*⁵³. Todavia, Freud não conseguiu dar-se conta das contingências, já que estava embebido em seus próprios desejos e necessidades.

Ainda de acordo com o pensamento freudiano, os caminhos feminino e masculino diferem no que tange à castração. Não é a castração que impediria a menina de continuar desejando ser a mulher do seu pai ou ter seu amor. Ao contrário, é o reconhecimento de uma castração consumada aquilo que a faria entrar nesta luta. Ao perceber sua mãe como aquela que não possui o que deseja, a menina virar-se-ia, pois, ao pai engajada nesta busca. Mas como sair de

tributário das exigências do cientificismo moderno positivista. Recomendamos, a leitor interessado, as obras de Politzer (1928) e Bleger (1963).

tal empreitada, se não há uma ameaça efetiva como há ao menino?⁵⁴

No seu texto de 1933a, Freud "soluciona" esta questão dizendo que é justamente tal adiamento da resolução que compromete a mulher, no que diz respeito à formação do superego. Determina três saídas possíveis nos destinos femininos: inibição sexual, um complexo de masculinidade - uma competição atuante frente à inveja do pênis - e a feminilidade normal.

Se pensarmos no âmbito histórico-cultural no qual se situava Freud, não teremos dificuldade em perceber o quanto sua teorização ficou condicionada pelo imaginário coletivo e pelas práticas de uma sociedade conservadora que, oprimindo a mulher, inevitavelmente colocava-a como invejosa da posição masculina, reprimida e insatisfeita, lugar este insuportável aos homens. Se anteriormente a Freud, a mulher não podia ser vista como um indivíduo, tendo reduzido seu espaço social às funções de esposa e mãe (Roudinesco, 2003), poder vê-la como sujeito desejante e reivindicadora de necessidades, inclusive com a dicotomia entre prazer e procriação, representava um momento novo, o qual a sociedade vitoriana viu-se obrigada a enfrentar.

Diferentemente desta época, as mulheres hoje têm a condição de escolher se querem ter filhos ou não, podendo encontrar, na segunda destas duas possibilidades, fonte de prazer e recursos para a constituição plena de sua feminilidade. Conquistaram, inclusive, alguma cumplicidade do esposo com sua condição, ficando ambos responsáveis pela concepção e pelo nascimento do filho, o que outrora era preocupação exclusiva da mulher-mãe. Assim, os

⁵³ Alguns autores usariam aqui o termo identidade feminina. Todavia, preferimos utilizar o termo *self* para destacar o plano existencial da constituição da feminilidade e, portanto, do desenvolvimento emocional.

⁵⁴ Percebe-se, com clareza, que o modelo freudiano de superação do Édipo é paranóide. A antropologia implícita é pessimista na medida em que crê que o *medo* seja a verdadeira motivação para superação do complexo. Ora, tal pressuposto cria enormes dificuldades

analistas deparam-se com outros tipos de questões relativas à feminilidade, que não podem ser necessariamente atribuídas à repressão social e ociosidade na vida da mulher e nem, sequer, dizem respeito à maternidade⁵⁵.

Contudo, podemos dizer que Freud enxergava a maternidade como uma busca natural do caminho feminino. O nascimento de um bebê homem traria a satisfação completa para a mãe por estar dotado do pênis que ela invejava e desejava (Freud, 1933a). Este é o norte de Freud: a mulher sentiria inveja do pênis, situando-se numa posição de 'menos' e caracterizando-se como faltante e inferior.

Freud encontrava-se em uma posição masculina que o fez colocar a inveja do pênis como definidora da sexualidade adulta da mulher não neurótica: ou a mulher possui um desejo infantil de ter um pênis ou isso é substituído pelo desejo de um filho. A subjetividade feminina só se definiria enquanto tal, se houvesse desejo de um falo, falo equivalente ao filho que lhe compensaria esta falta fundamental⁵⁶. Assim, o desejo de maternidade reportaria à possibilidade de sanidade feminina.

Indubitavelmente, aparecem na clínica muitas mulheres que se identificam com a posição de 'não ter' ou de ter o 'falo'. Evidentemente, não

teóricas para explicar a possibilidade, empiricamente constatável, de constituição de indivíduos de sexo feminino como entes éticos, afetivos e maduros.

⁵⁵ Atualmente as mulheres conquistaram estatuto de cidadãs respeitáveis, superando a posição de seres de categoria inferior e, na família, a condição de mulher situou um abismo entre o desejo de feminilidade e o desejo de maternidade (Roudinesco, 2003). Infelizmente, em países como o Brasil, somos obrigados a admitir, de forma rigorosa, que todos os cidadãos são muito desrespeitados. Entretanto, a tendência atual que coloca mulher e homem em igualdade de condições de cidadania não deixa de ser uma grande avanço. Isso sem esquecer as diferenças existentes de acordo com as variadas regiões, quais sejam, as mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, as urbanas ou rurais, os seguimentos da população com ou sem acesso à educação, etc.

⁵⁶ Desta forma, Lacan resolveria a incoerência de Freud quanto ao uso dos termos pênis e falo: pênis é 'pênis real' e falo é sua representação, relendo toda a obra freudiana a partir do falo como representação simbólica do pênis. Contudo, também tomou o falo como norte da estruturação do sujeito, apesar de perceber um algo mais - a insatisfação feminina - uma vertente externa ao falo estruturante (Fink, 1998).

negamos a ocorrência da inveja do pênis e da masculinidade, bastante compreensível em situações vivenciais marcadas fortemente por desvalorização da mulher. Entretanto, enfatizamos a necessidade de certa cautela neste tipo de interpretação, pois uma coisa é constatar um fenômeno clínico eventual e outra é considerá-lo como determinante do processo de subjetivação feminina.

Ao ressaltarmos a diferenciação entre *mulher* e *mãe*, somos levados a questionar a premissa de que a mulher só conquista sua feminilidade se atinge a maternidade, quando transforma seu desejo infantil de possuir o falo em desejo adulto de ter um filho. Pois é assim que se conduz a obra freudiana relativa à feminilidade. Em 1933a, Freud assume sua posição de que a feminilidade só é estabelecida quando o *“desejo de ter o pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar de pênis, consoante a uma primitiva equivalência simbólica”* (Freud, 1933a, p.128). Em trabalho sobre sonhos relatados por gestantes e a regressão, Tsu (1980) aborda a presença de característica de oralidade, analidade e também genitalidade nas fantasias oníricas das grávidas, levando-nos a perceber as mais variadas manifestações inconscientes nas mulheres que esperam bebês. Acreditar na supremacia do falo, ao invés de examinar lúcida e criticamente o lugar social da mulher, é reduzir as inúmeras possibilidades do devir mulher e do devir mãe.

Assim, na maternidade, seja adotiva ou não, é possível questionar o desejo materno quando se busca um filho, bem como o lugar que este pode vir a ocupar frente às necessidades da mãe. Sentenciar que, em todos os casos, a criança está predestinada a ser situada como falo, de forma incondicional, parece-nos profundamente discutível. Dessa forma, corremos o risco de perder a rica complexidade inerente ao fenômeno da constituição subjetiva da feminilidade e da

maternidade. A clínica também desfaz frequentemente este mito. Mulheres que querem ser mães ou adotar revelam as mais variadas fantasias, bem como a necessidade de sentir sua feminilidade concebida, a necessidade de sentir-se como um ser total, além de outras como a necessidade de cuidar de um outro na tentativa de recuperar o cuidado de que foi privada.

Revemos, assim, a concepção freudiana vigente nesses cem anos a respeito do pênis faltante e invejado pela mulher, já que sua perspectiva masculina e conservadora não lhe permitiu ultrapassar – como outros pensadores de outros campos do saber – uma visão da mulher bastante superficial. De fato, podemos dizer que a concepção freudiana acerca do feminino não honra o todo de seu pensamento, que - no que tange ao estudo do psiquismo humano - é profundamente corajoso e revolucionário (Politizer, 1928). Assim, ao valorizar a infância, Freud (ao lado da pediatria) insere na cultura européia sua valiosa contribuição nos estudos do desenvolvimento da criança.

Freud realizava um vai e vem entre o temor de uma dimensão que reconhecia como enigmática e o menosprezo da imagem feminina, chegando a negar a anatomia feminina (Nunes, 2002; Roudinesco, 2003), fato curioso quando nos lembramos de que esta desempenhou importante papel nos estudos sobre a sexualidade. Se por um lado a mulher é aquela com um 'menos', por outro é ela quem engravida e tem seios. Tais prerrogativas corporais, entretanto, parecem não ter recebido suficiente atenção da parte de Freud.

Sabemos que após a França passar por dois séculos de alto índice de infanticídio e veemente imprudência das mães com seus filhos, caracterizando, assim, um distanciamento das mulheres dos seus 'afazeres' domésticos, foi necessário, no século XIX, recrutá-las, no sentido de exigir dessas criaturas

destinadas 'a serem boas mães' seu devotamento no *cuidado* da família. Inclusive por detrás de certas artimanhas do Estado, destaca Badinter (1985), encontrava-se um fundamento econômico quase desumano.

Talvez no imaginário calcasse a equivalência homem-trabalho mais fortemente dominante que qualquer outra, e não esperávamos que esta condição pudesse mudar, já que sabemos - por pesquisas da década de oitenta⁵⁷ - que não era da vontade dos homens assumirem obrigações ditas femininas, ou seja, trocar as funções estabelecidas socialmente de mãe e pai, e de marido e esposa.

Muito embora essa representação da mulher *versus* maternidade pertença aos séculos passados, podemos notar ainda hoje que, para muitas mulheres a realização feminina ainda está diretamente relacionada à maternidade Trindade e Enumo (2002)⁵⁸. Szapiro e Féres-Carneiro (2002) também perceberam, em sua pesquisa, a existência de uma crença, no imaginário de mulheres, segundo a qual a maternidade é experiência feminina essencial.

Conjugando o princípio das experiências compartilhadas no campo transicional, no qual se insere a transmissão da tradição (Winnicott, 1967a), com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, somos levados a vislumbrar possíveis traços do imaginário compartilhado sobre a maternidade moderna: mulheres desdobrando-se radicalmente por necessitar, de um lado, do filho para alcançar à posição *feminina* e por outro, por esquivar-se de perder a liberdade conquistada. Além da mudança de papel na linhagem filial, de filha para mãe, a mulher precisa balizar a contingência da maternidade com a de "ser livre".

Externo a essas questões, há ainda o fato de mulheres conquistarem na

⁵⁷ Um exemplo é o trabalho realizado a partir de entrevista na qual se perguntava sobre a possibilidade do pai cuidar da criança e de sua esposa trabalhar fora de casa. O resultado foi que apenas 17% dos entrevistados desejariam essa condição (Revista Parents, 1979, apud Badinter, 1985).

maternidade uma experiência de posse, levando-nos a assistir ao estigma da mulher-privilegiada em 'ter' o filho, como a verdadeira possuidora da criança pelo fato de tê-la gerado. Nos casos de entrega de bebês para adoção, em sua maioria, essa constatação é clara: os pais ou não sabem que têm um filho, ou não são informados da entrega pretendida pela mãe à instituição; as mães tornam-se donas de seus bebês, ignorando o parceiro como participante.

Enfim, as adjacências à busca pela maternidade serão transmitidas nos traços culturais familiares, que afetarão, necessariamente, a constituição do *self*. Dessa forma, a busca por um filho contemplará ao longo da vida, incontestavelmente, aspectos desta ordem. Posteriormente, designando-se como condutas mais sofisticadas, participarão nessa busca desejos e fantasias - que podem, por sua vez, conter a cena primária⁵⁹ - que alimentarão o campo experiencial enraizado e imiscuir-se-ão na transmissão cultural. Sendo assim, podemos pensar em *necessidades* participantes da busca por um filho e não somente em *desejos*⁶⁰.

Nas sociedades em geral, a mulher significou e ainda vem significando o epicentro do ente *mãe*, conduzindo-nos a perceber o quanto atrelado, inexoravelmente, está este posto à condição da feminilidade. Se nos ativermos a essa ótica, o caminho para se definir e completar-se como mulher-feminina - alimentado pelo pensamento dos séculos precedentes e pela psicanálise de Freud - já teria destino: a maternidade. Então, o que a psicanálise poderá dizer das estatísticas de infertilidade na modernidade, que comprometeria tal vicissitude

⁵⁸ Pesquisa a respeito da representação social de mulheres acerca da infertilidade.

⁵⁹ No sentido da relação sexual dos pais assistidas pelos filhos que abarca questões da origem dos filhos (Laplanche e Pontalis, 1998).

⁶⁰ Winnicott delineou uma diferença fundamental entre necessidade e desejo, tornando-se evidente que necessidade refere-se a aspectos de *self*, aspectos existenciais e primitivos da constituição do ser.

da mulher?

Nessa linha, ainda seria possível questionar sobre um dos traços presentes na busca de um filho, aparentemente essencial: a necessidade da imortalidade do ser, transmitida ao longo dos tempos no imaginário. Ribeiro (2004), ao pesquisar as necessidades viscerais desses caminhos da maternidade/paternidade em casais inférteis, revela que tanto homens quanto mulheres almejam evitar a imortalidade do eu através dos filhos, questão fundamental da vida, tributária do anseio narcísico. Acrescenta, porém, que nas experiências vividas pelos casais com dificuldades nessa busca, constata-se uma diferença importante quanto à intensidade do sofrimento entre o homem e a mulher. Percebe-se que a mulher experimenta a esterilidade como uma interrupção devastadora da feminilidade, chegando ao extremo de faltar-lhe sentido de vida. O homem, por sua vez, sofre pela não conquista da masculinidade, representada pela potência. Conversaremos sobre as dificuldades de concepção de um bebê em capítulo posterior, mas faz-se importante registrar a experiência devastadora vivida pela mulher que passa pelo impedimento de procriar.

Sabemos o quanto a história quis impor à mulher que o único sentido de sua existência era a maternidade, para, por outro lado, excluí-la de qualquer possibilidade de acesso aos direitos sociais. Todavia, sobretudo nos nossos tempos, essa premissa de direito unilateral não se sustenta, e assim, um pouco adiante na tese, retomaremos essas reflexões a luz do homem, da paternidade e do pai, na tentativa de nos aproximarmos da experiência masculina da busca da paternidade, que também pode ser, por sua vez, de extrema angústia.

Seria oportuno, porém, destacarmos de forma breve aspectos culturais

que forçaram a mulher a ser a única responsável e dona de um posto insubstituível - a partir do qual assumia sozinha certas obrigações relativas aos filhos - das necessidades básicas da criança, tão bem colocadas por Winnicott (1945).

A imaturidade do bebê humano, fenômeno inegável, foi reconhecida como questão fundamental, no campo psicanalítico, desde Freud (1914). Winnicott (1945), por seu turno, ateu-se ao estudo profundo do processo de desenvolvimento emocional, demonstrando todo o percurso a ser realizado antes do bebê se constituir como pessoa. Estes estudos mostram a dependência e a imaturidade do bebê humano como diretamente atreladas à necessidade da presença de um adulto cuidador específico que, se disposto e preparado suficientemente para exercer o trabalho da maternagem, poderá atender às necessidades do infante. Winnicott (1945) acreditava no ideal do cuidado à criança realizado por uma pessoa, seja ela de laço biológico ou não, diferentemente da atenção concedida a partir de várias pessoas, como exemplo, por muitas enfermeiras, pagens ou monitoras. Para o autor, proporcionar retorno daquilo que o bebê necessita significa oferecer-lhe condições para que suas experiências sejam enriquecidas pelo mundo, a partir do momento de ilusão, no caminho da integração e da personalização do bebê, o que é realizado quando cuidados suficientes são fornecidos.

Pretendemos, assim, entrar na questão que detalha a condição da fragilidade do bebê. Trata-se de reconhecer, como faz a antropologia, que as diferentes formações sociais podem cuidar da criação de crianças de muitas maneiras e solucionar a questão da imaturidade humana, no início do seu desenvolvimento, de variadas formas, dada a plasticidade e flexibilidade

humanas⁶¹.

Em um interessante artigo sobre as formas do brincar entre crianças indígenas Parakanã, fica claro que, apesar dos processos cognitivos e das brincadeiras de faz-de-conta das crianças indígenas serem similares ao brincar das crianças ocidentais, aparecem diferenças relacionadas à cultura do ambiente atuando, inevitavelmente, tanto na forma das brincadeiras e na maneira da criança representá-las, quanto na organização das tarefas e funções entre os membros da família. Enquanto as crianças Parakanã utilizam troncos de árvores, arcos e flechas em miniatura, cestos para lavar roupas como brinquedos imitando os adultos, as ocidentais estão próximas a grande variedade de objetos manufaturados, distanciando-se das atividades adultas (Gosso e Otta, 2004). Além disso, na divisão das brincadeiras dos Parakanãs, constrói-se uma linha definidora entre o que é direcionado como brincadeira própria aos meninos daquilo que é direcionado para as meninas. Como na maioria das sociedades de caçadores-coletores, a divisão de tarefas é realizada definindo a caça como atividade masculina e a coleta, as atividades domésticas e o cuidado dos filhos como atividades femininas (Gosso e Otta, 2004).

Assim, lembramos que cada sociedade soluciona as necessidades da maternagem e do cuidado ao filho, alimentando as construções culturais de seu ambiente. Nessa linha de observação, vale ressaltar que as atividades lúdicas da cultura infantil, além de serem afetadas pela cultura adulta, influenciam-na, representando um importante "agente de transmissão e de modificação cultural" (Morais e Otta, 2004, p.38). Nessa dialética, encontramos a dinâmica de

⁶¹ Um modo encontrado anteriormente ao século XIX ou XX era deixar o desenvolvimento do bebê a critério da natureza, sem muitos esforços no que tange à sobrevivência (Badinter, 1985).

perpetuação e manutenção de alguns modelos familiares, de funções e divisão de tarefas entre os seus membros, na qual, por exemplo, a mãe aparece, desde tempos mais remotos, como a cuidadora mestra. Assim observamos o profundo entrelaçamento entre as figuras de mulher e da mãe no imaginário coletivo.

Voltemo-nos, agora, à consideração da situação masculina. Retomemos, pois, Freud que, numa perspectiva falocêntrica, descreve os processos de desenvolvimento e de estruturação subjetiva que ocorrem com o homem.

Após o bebê ter passado por fases como a oral e a anal, o menino entra em uma fase importante e, durante esse estágio predominantemente fálico, vê pela primeira vez a região genital da menina, que, inicialmente, não lhe despertaria o interesse. Quando confrontado com alguma ameaça de castração, porém, aquela observação torna-se importante. Recordando-a, o menino será despertado por uma tormenta de emoção e isso o forçará a acreditar na realidade de tal ameaça (Freud, 1924).

A ansiedade de castração no menino seria o agente destruidor da organização genital fálica. Somente quando uma nova experiência aparece em seu caminho, a criança começaria a avaliar a possibilidade de ser castrada. A falta do pênis na menina será considerada uma prova da eficácia potencial da ameaça de castração. Além disso, Freud (1924) atribui grande importância à cuidadora, a mãe ou uma babá, que usará tal ameaça de castração à guisa de punição disciplinar, buscando, assim, reforçar sua autoridade com alguma referência ao pai ou ao médico.

Desde a perspectiva metapsicológica freudiana, nos processos emocionais dos garotos, as catexias de objeto

deveriam ser abandonadas e substituídas por identificações; a autoridade

dos pais introjetada formaria o núcleo do superego impedindo o incesto. As tendências libidinais, pertencentes ao complexo de Édipo, seriam em parte dessexualizadas, sublimadas - e em parte inibidas em seu objetivo - e transformadas em impulsos de afeição:

Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma repressão do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patológico (Freud, 1924, p.197).

Assim, os meninos, por um medo do corpo relativo à ameaça de perda da integridade corporal - e não por ética humana que considera o outro - abdicariam seu desejo e introjetariam a lei dos pais, não restando, como é na mulher, um desejo de falo que levaria a buscar um filho. Entendemos que para Freud, o homem adulto não precisaria desta busca, não havendo para ele, em sua masculinidade, a questão da *falta* e do filho como sucedâneo do falo. Poderia existir, porém, uma necessidade de transmissão, já que o homem pode projetar no filho, narcisicamente, a continuidade da sua linhagem.

Algumas teorias recentes enxergam, como exemplo, o *homem histérico* como o portador de um aspecto 'próprio' da dimensão da feminilidade, qual seja, da falta, o que demonstra estar, sempre, para a psicanálise conservadora, o aspecto da falta ou da problemática fálica vinculado à feminilidade. Haveria, contudo, uma dimensão não organizada em relação ao significante fálico e a mulher não seria toda assujeitada à ordem simbólica (Fink, 1998), podendo experimentar outro tipo de gozo, chamado por Lacan de 'gozo do Outro'. Ele escaparia ao significante e à linguagem e é nessa perspectiva que a 'estrutura feminina' possui, para a abordagem lacaniana, relação estreita com a histeria.

Parece-nos, entretanto, que profundas mudanças sociais ocorreram

desde as primeiras décadas do século XX, quando se firmou a teoria psicanalítica. O que dizer do fenômeno, que observamos com frequência, de homens que desejam intensamente tornarem-se pais, muitas vezes por razões que, tal como acontece com mulheres, são-lhes desconhecidas? Deveríamos atribuir a resposta à simples exacerbação do lado feminino do homem, dando continuidade às crenças sobre questões da maternidade e da falta, atreladas à feminilidade? Ou será que certa evolução dos costumes tem permitido aos homens uma melhor percepção da importância da vida afetiva?

De fato, constatamos que os homens constroem fantasias sobre a paternidade que incluem questões relativas à continuidade da linhagem, à masculinidade, suas deficiências e suas frustrações. Entretanto, parece-nos que a questão relativa às diferenças e semelhanças entre o 'feminino e o masculino', em cada um de nós, ainda é objeto de discussão em psicanálise, parecendo-nos difícil conceituar esses dois pólos, se é que o são. Desde Freud, que situava esses elementos a partir de um paralelismo entre passividade e atividade, até os psicanalistas atuais, somos confrontados com tentativas de diferenciação e discriminação destes elementos. Talvez isso se complique pelas atuais configurações familiares e sociais (Ferreira e Vaisberg, no prelo), onde parece haver certa mistura dos elementos, cada vez maior, em muitos sujeitos.

A busca narcísica da satisfação de desejos frustrados, observada desde Freud (1914), pode estar presente em muitos homens. A continuidade da linhagem e a imortalidade do ser também são de importância fundamental. Lembremos as palavras freudianas:

A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram - o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai e a menina se casará com um príncipe como

compensação para sua mãe. No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior (Freud, 1914, p.98).

Recordo-me de um paciente do sexo masculino, que se sentia muito inferiorizado quanto à sua masculinidade, pois a relacionava com o posto de pai: ser homem era *ser pai*, ter um filho. Se não fosse pai, não poderia se sentir homem existente. Certa vez, consultou uma vidente para tentar compreender a demora e a dificuldade para ser pai, já que não havia problemas físicos entre o casal, ouvindo, na ocasião, que jamais seria pai. Saiu da cartomante rindo, comentando que ela não sabia de nada e que não imaginava a importância daquilo dito, para ele. Após algum tempo, enfrentando a determinação da vidente como a de um oráculo, chegou ao extremo de seqüestrar um recém-nascido em um hospital da sua cidade, para assim possuir aquilo que lhe traria o alívio de se sentir numa posição viril, de um homem⁶². Interessante comentar seu sintoma: o que o levou à psicoterapia foi um problema cardíaco. Um coração de menino que buscava outro para, com ajuda do espelho, reconstruir seu desenvolvimento.

Esse era um caso, mas são infinitas as possibilidades de condutas humanas permeadas de fantasias relacionadas ao existir, à necessidade de sentido e não somente ao ter. Para ele, existir e constituir um *self* dependia de ter um filho, o que talvez tivesse um sentido de passar *a ser um filho* para se sentir alguém. O filho não era um atributo fálico - que poderíamos pensar como ligado à feminilidade de Freud, quando o possuir um filho está diretamente atrelado à

dimensão 'feminina' -, transposto, no caso desse paciente, à masculinidade. Parecia-nos, pois, uma questão fundamental e, portanto, existencial, de busca de sentidos de existência, que envolve humanos, seja na perspectiva da dimensão masculina, seja na da dimensão feminina.

Há ainda que se pensar que, para o homem, engravidar uma mulher pode relacionar-se com *ser* homem. Outro paciente com o qual tive contato, ao saber que sua cunhada estava grávida de gêmeos, disse: "*nossa, meu irmão é poderoso, hein?*" em um contexto no qual os espermatozóides, de tão fortes e machos, teriam "feito" dois bebês. Ribeiro (2004) também nos fala de sua experiência clínica na qual observou que, em homens, engravidar alguém é símbolo de capacidade e potência masculinas⁶³.

O que parece nos interessar, nessa reflexão, é a importância de considerarmos o caminho, seja do homem ou da mulher, ao *existir*, para depois versar-se à maternidade ou à paternidade: a possibilidade de 'ser' é precedente para desejar e para poder ligar-se a um outro. Lembramos aqui a concepção winnicottiana segundo a qual é preciso primeiro estar constituído como "pessoa total" para então desejar, o que é bastante diferente de ter necessidades, as quais são, por seu turno, mais primitivas.

Experiências de *não ser* e da necessidade de encontrar caminhos para *ser* podem freqüentemente ser vistas na clínica psicanalítica, seja em homens ou mulheres. Ademais, as gestantes, que passam por um momento peculiar e muitas vezes cataclísmico, também podem fornecer-nos relatos interessantes quanto à experiência do *ser*.

⁶² Esse exemplo clínico está mais longamente discutido em Ferreira (2002).

⁶³ Winnicott (1990), sob outra ótica, diria que é saudável ao homem preocupar-se com a mulher a qual engravidou com seu sêmen, desde que tal preocupação seja branda, o que ao contrário poderia levar a sentimentos persecutórios.

Em uma experiência relatada por uma *sage-femme*, a parteira Caumel-Dauphin (2000), com uma gestante que iria entregar seu bebê para adoção, fica evidente o primitivismo do desenvolvimento emocional da parturiente, bem como sua dificuldade em *ser mulher*, primeiramente, antes de ser mãe. A parteira dá-se conta de que a moça não via sua barriga como portadora de alguém e sim, portadora de *alguma coisa que deveria sair, fisicamente, e transformá-la em alguém*, como aconteceu com sua mãe e suas irmãs. A gestação era a forma equivocadamente encontrada pelas mulheres daquela família de transformarem-se, de *serem*, de encontrarem sentido existencial, além de ser a maneira de reforçar o peso da 'hereditariedade cultural' na filiação. Uma explicação meramente atrelada aos cocôs que saem, ou aos falos faltantes, perde o sentido nesse caso, já que o nascimento e a visão de algo concreto que sai de dentro da pessoa é a necessidade, doadora de sentido, destas mulheres para experimentar uma experiência de existência.

Em outro relato de uma francesa que deixou seu bebê para adoção, também é possível perceber um estágio de desenvolvimento emocional muito inicial da mulher, quando declara que enxergava seu bebê como uma parte amputada de seu corpo (Laury, 1988) ⁶⁴.

Remetendo-nos ao processo de *integração* da teoria winnicottiana, notamos, a partir desses exemplos, as possíveis interrupções que podem surgir nos caminhos do desenvolvimento humano, impedindo-nos de sermos inteiros por muito tempo da vida. Por sorte, tais interrupções, apesar de revelarem-se como crise, podem levar uma pessoa, frente ao cataclismo inevitável, a buscar o atendimento de necessidades de *self*, a reorganizar-se e a 'vir a ser'.

⁶⁴ Este exemplo está descrito mais detidamente no capítulo *Captando campos inconscientes sobre a criança adotiva: uma elaboração compreensiva*.

Essa condição de *ser* foi tomada por Winnicott como necessariamente ligada ao elemento feminino presente em todos, constituindo-se anteriormente à constituição do "*me*". Esse autor atribuiu às raízes do elemento feminino a experiência fusional com a mãe:

Esta identificação primária, em que as experiências do bebê em absoluto estabelecem uma diferença entre ele próprio e a mãe, é a precursora e a fundadora de todo o desenvolvimento futuro. (...) É assim que Winnicott situa o elemento feminino, no centro da estrutura ambiente-indivíduo, o mesmo local em que posiciona a cultura e a criatividade (Abram, 2000, p.94).

A partir dessa identificação primária, originam-se os processos que conduzem à diferenciação entre "*me*" e "*not me*", e é pelo elemento feminino, vivido na fusão da mãe com o bebê, que o *ser* aparece. Para Winnicott (1971b), quando o elemento feminino encontra o seio, é o *self* que ele encontra. O seio é o *self*. Esta fusão, segundo Winnicott (1964a), acontece com a MULHER, termo assim descrito, em maiúsculo, querendo o autor referir-se "à mãe não-reconhecida dos primeiros estágios de vida de todo homem e mulher adultos"⁶⁵. Segundo Winnicott (1964a), no desenvolvimento emocional da mulher pode haver algo peculiar, por exemplo, acontecer dela se identificar com a MULHER e assim, permanecer numa fusão da linhagem que carrega três gerações de mulheres: da bebê-menina, da mãe e da avó. Para o autor, a mulher já nasce com a disposição de exercer três funções, diferentemente do homem, que nasce com a disposição a ser único, um, essência de sua natureza, que só não ocorre em caso de uma doença.

⁶⁵Está associada ao medo que decorre, em alguns homens, da dificuldade psíquica de reconhecimento, na identificação primária, da pessoa e da experiência da dependência (Winnicott, 1964a).

Mas Winnicott, nesse momento, refere-se mais às "funções" do que aos elementos femininos e masculinos, retomando tal questão, ele próprio, em outro texto, destacando que a experiência de *ser*, ligada ao elemento feminino, acontece em meninas e mulheres, como também, em meninos e homens. Dependerá, contudo, da variação da capacidade da mãe em transmitir desejabilidade na relação com o seio, ou como ressalta "... a *desejabilidade do seio bom, ou daquela parte da função materna que o seio simboliza*" (Winnicott, 1971b, p.118) para, dessa forma, se constituir, mais ou menos intenso, o elemento masculino em indivíduos.

Posteriormente à experiência de *ser*, esta que, provavelmente, seja a mais básica das experiências, chega, então, o momento de conceder ao objeto uma diferenciação, de um ser não-eu (*not me*), fundado na capacidade de separação, que se faz pelo elemento masculino puro. Ao elemento masculino, associa o *fazer* e, portanto, o impulso aos objetos. A associação desses elementos femininos e masculinos promoveria o viver criativo de onde se pode ler a seqüência *ser* e *fazer*. O ser, primeiramente, para depois devir, o *fazer*.

Entretanto, é verdade que tais questões são ainda complexas e obscuras. Há autores que questionam o quanto possa existir de *fazer* no elemento feminino do *ser* (Gurfinkel, 2002), ou seja, se a constituição do ser, caracterizada pelos primeiros contatos do bebê com a MULHER, não trata de um *fazer* de um *ser*. Este mesmo autor acaba seguindo o pensamento winnicottiano, atribuindo um ser - atrelado ao conceber, ao esperar e ao sonhar - como fundamentalmente feminino, utilizando a espera da Penélope pelos fazeres de Ulisses de Homero⁶⁶,

⁶⁶ No mito, Ulisses, jovem perspicaz, guerreiro e inteligente, afasta-se de casa por anos em lutas como a Guerra de Tróia. Penélope, sua esposa, de maneira fiel, espera seu retorno junto à família, esquivando-se de qualquer possibilidade de um novo matrimônio. Apesar das insistências para casar-se com um novo rei, Penélope cria uma estratégia utilizando-se da

como representantes míticos dos elementos femininos e masculinos, respectivamente.

Na clínica deparamo-nos com pacientes que em uma análise superficial são consideradas passivas, aparentando certa estagnação que, contudo, pode ser confrontada com uma conduta ativa de um fazer, de acordo como o ponto de vista do analista. Uma paciente pôde mostrar-me sua atividade na sua passividade: ela age esperando aquilo que ela precisa que seja apresentado-criado-encontrado. Para ela, esta estratégia é a forma natural de manter-se dependente de alguém, já que permanece sempre atrelada às atividades que necessitam da ajuda de um outro, buscando, assim, um ambiente que lhe responda, constantemente, às suas necessidades.

Mesmo que Winnicott (1971b) tenha se surpreendido com seu paciente homem, a partir do qual hipoteticamente sugeriu a dissociação desses elementos femininos e masculinos como causas de sofrimento, revelou que ainda não estava plenamente satisfeito com essas palavras 'elementos femininos e masculinos', usando-os provisoriamente, apenas para definir algumas condutas de onde ele concluiu o ser e o fazer. O que o incomodava era a nomenclatura atrelando feminino à passividade e masculino à atividade (Winnicott, 1994). Talvez dessa forma, ele mostrasse o quanto a psicanálise precisava, ainda, investigar essas constituições subjetivas do desenvolvimento humano, acreditando que "*...quanto mais olhamos, mais enxergamos*" (Winnicott, 1964a, p.195).

De qualquer forma, o que Winnicott nos sugere, de maneira geral, como denominador comum entre homem e mulher - considerando cada um com os elementos masculinos e femininos que o compõem - é a criatividade, a condição

desculpa que somente tomaria uma decisão após acabar de tecer uma tapeçaria. Dessa forma, toda noite desmanchava parte da tapeçaria retardando a decisão.

humana predisposta à atividade e ao desenvolvimento saudável. É o que depreendemos como fundamental na concepção antropológica deste autor.

Devemos lembrar que acaba sendo um fato que quanto mais rica e culta é uma nação, mais as mães renunciam à sua condição materna, revelando que essa função pode ou não ser por ela exercida: o amor materno é conquistado (Badinter, 1985). Os homens foram privados dessa função maternal, tanto por sua própria conduta quanto pela aceitação da mulher. A mulher aceitou-a por muito tempo, contudo, agora, ela está questionando-a, e não apenas sob o aspecto de quem seria o encarregado das funções que a maternidade exige, mas também, a partir de uma reavaliação da crença da busca pela maternidade como finalidade da constituição feminina. Abordaremos mais detalhadamente essas questões no capítulo *A gestação, a preocupação materna primária e o cuidado*.

É preciso considerar, também, que o homem-pai em geral não desfrutou, em sua história, de momentos para exercício da maternagem. A estatística da pesquisa apresentada por Badinter (1985) mostra como é ínfimo o número de homens que optariam pela 'função' de ser um 'devotado' substituto oficial da mãe. Ademais, podemos depreender que ainda existam preconceitos e pouca vontade da parte dos homens e da sociedade no que tange às funções estabelecidas para cada sexo. Por que a maternidade deve ser apanágio da feminilidade, e esta, por consequência, o apanágio da mulher? Se se pode encontrar feminilidade no homem, associando esse elemento como constituinte do ser de todos humanos, por que a maternidade não poderia ser exercida pelos homens? Por que não podemos falar em 'pai suficientemente bom'?

A maternidade e a paternidade bem como a feminilidade e a masculinidade são representadas pela coletividade e estão implicadas, sem

dúvida, no processo de adoção, envolvendo, evidentemente, pessoas totais ou não. Como vimos, é preciso considerar o caminho a ser percorrido até se alcançar uma constituição denominada 'pessoa total' ou sujeito inteiro, que parece situar-se mais próxima a escolhas deliberadas e maduras. Além disso, questões da existência percorrem todo o caminho da constituição do *self* no desenvolvimento emocional, parecendo-nos inoportuno cultivar, de acordo com as discussões precedentes, a relação entre filho e falo como hegemônica.

Dessa forma, falamos de mulheres, homens e suas buscas pela maternidade e paternidade, o que inclui pais adotantes. Existiria, pois, uma especificidade na motivação dos pais que buscam a adoção? O que leva um casal, ou alguém, a buscar um filho adotivo?

Particularmente, consideramos que em algum nível de *self* existam traços comuns entre casais grávidos biologicamente e casais adotantes, bem como em famílias monoparentais, ou seja, de pessoas sozinhas, que realizam "produções independentes" e adoções independentes.⁶⁷

Conhecemos estudos que esmiuçaram características dos candidatos à adoção por famílias monoparentais, que nos revelaram aspectos interessantes. Levy e Féres-Carneiro (2002) realizaram uma investigação sobre a motivação de famílias monoparentais que adotam crianças e, logo de início, constataram o fato de que entre pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas, que procuram adotar na 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, encontra-se uma população majoritariamente feminina. As demandas clínicas de famílias monoparentais estudadas ainda revelaram que, na sua maioria, estas famílias são constituídas por mulheres e seus filhos.

⁶⁷ Talvez um caminho pertinente para uma investigação psicanalítica, seja através de sonhos daqueles que passam por estas situações.

Esses dados são instigantes. Malgrado as pesquisadoras perceberem que em alguns casos o desejo⁶⁸ de um filho adotivo justificava-se com argumentos semelhantes aos utilizados pelas mulheres que planejavam "produções independentes" de filhos biológicos, em outros entrevistados, as justificativas caminhavam para o desejo de dependência e para o ressentimento diante da ausência de um outro que se ocupasse de sua vida.

Mais especificamente, a partir dos discursos das participantes, perceberam a emergência de duas categorias: *desejo de ser mãe* e *medo da solidão*, que foram articuladas a quatro temas destacados nas entrevistas, qual sejam, "realização profissional", "cuidar ou ser cuidada", "casamento com homem mais velho" e "ampliar a família".

Segundo as autoras, as entrevistadas da categoria *desejo de ser mãe* trouxeram com maior frequência temas como "realização profissional" e "ampliar a família". As mulheres da categoria *medo da solidão* abordaram, diferentemente, "cuidar ou ser cuidada" e "casamento com homem mais velho". Foi possível destacar algumas diferenças significativas nos discursos das que tinham ocupações e interesses outros que não a adoção - como exemplo, uma realização profissional satisfatória bem como outros filhos de quem se ocupar, buscando na adoção uma ampliação da família -, das mulheres que se referiram ao medo da solidão.

Apesar de constatarem uma experiência de "falta" nos discursos das mulheres de ambas as categorias, investimentos variados na vida daquelas que demonstraram *desejo de ser mãe*, revelaram uma maior capacidade de estabelecimentos de vínculos nestas mulheres. Já entre aquelas cujo destaque foi

⁶⁸ É importante realçar que nossa concepção de desejo não se coaduna com a de Levy e Féres-Carneiro. Poderíamos em seu lugar, utilizar o termo necessidade que parece mais adequado

o *medo da solidão*, como entre as casadas com homens mais velhos e entre algumas mulheres cuja prática de cuidar de um outro se estendeu por muito tempo, as autoras perceberam, além da "falta", necessidades mais primitivas as quais caracterizar-se-iam pela dependência e insegurança. As pesquisadoras consideraram importante ressaltar o "vazio" como fundamento dessas buscas, além do desejo de encontrar no filho um sentido para uma vida pobre em relações afetivas. Partindo de uma outra visão, talvez complementar a das autoras, poderíamos observar um fator, levantado por Winnicott (1960b) como fundamental, quando pensamos nas necessidades de um *self* verdadeiro e na estratégia do falso *self*.

Encontramos na clínica muitos exemplos de pessoas que cuidam de familiares e amigos em momentos de doenças ou mesmo em situações comuns cotidianas, o que os torna referência como cuidadores. São muitas vezes pessoas que deixam de fazer outras coisas de interesse próprio para se dedicarem ao cuidado de um outro. Há várias possibilidades de leitura quanto a isso, o que inclui a singularidade e a história de cada um. Contudo, é possível perceber um nível primitivo de estratégia defensiva desenvolvido por parte dessas pessoas, demonstrando que muitas precisaram ser cuidadas e não o foram suficientemente. Falhas ambientais e privações acarretam tentativas de sobrevivência e proteção do *self* forçando-o a esconder-se sob uma versão defensiva: o falso *self*, sob a forma de um *self cuidador*. Winnicott (1960b), dentre várias discussões acerca desse movimento de preservação de vida emocional, ressalta que, em análise, podemos retomar essas falhas com o paciente de modo a reviver tais experiências na transferência. Dessa forma, sugere uma regressão ao período do desenvolvimento emocional de dependência absoluta, no qual vive-

se a necessidade de cuidados plenos fornecidos por um adulto em um ambiente confiável.

Na tentativa de compreensão dos resultados obtidos no artigo de Levy e Féres-Carneiro (2002), uma consideração a ser feita diz respeito à impossibilidade real de conceber um filho biológico atrelada a necessidades pessoais: recorreram, pois, a um filho adotivo mascarando-se uma necessidade de receber cuidados. A conduta se revela, assim, no negativo da necessidade fundamental: busca-se cuidar a despeito de aperceber-se dos cuidados adequados que lhe foram privados.

A presença de um filho pode despertar sentido na vida do adulto e pode ser a chave ou a ponte para a busca de uma experiência existencial de ser. Acreditando que a pessoa precisa constituir-se como tal, através do *holding* e da possibilidade de *continuar a ser*, sem interrupções - as quais se existissem representariam falhas ambientais repercutindo em sentimentos de solidão e de vazio - somos levados a pensar que pais podem buscar na experiência do contato com a criança uma retomada de tais privações.

Porém, a chegada e a presença de um filho, de tão significativas, podem implicar em um distanciamento defensivo do contato com aspectos de *self*, bem como irromper estados de confusão e de extrema angústia, levando a pessoa a condutas inusitadas e então, próximas ao desespero. Quando pensamos na busca de um filho, trata-se, pois, de estarmos atentos às motivações mais ou menos amadurecidas emocionalmente, que afetarão a experiência e o contato real com um filho, seja biológico ou adotivo. E ainda não desconsiderarmos que estamos falando da experiência de ter um filho de cada vez: o primeiro será diferente do segundo e assim por diante, já que cada filho abarcará sentidos

próprios. Esta idéia pode ser mais lucidamente considerada quando pensa-se em gêmeos, pois a chegada dos irmãos de uma só vez é tão única que jamais outra gestação e outra maternagem poderá ser igual.

Passaremos no capítulo seguinte a refletir, então, sobre a chegada de um filho e sobre a necessidade premente de entregá-lo a um outro.

2. BUSCANDO UM FILHO: CAMINHOS DA MATERNIDADE E PATERNIDADE

2.1 Da entrega de um filho à adoção

"O senhor não perguntou, desde que ele está conosco, como passa. Mas graças a Deus ele vai bem...." Lyon, França, 1755. Palavras de uma ama-de-leite em uma carta ao pai natural da criança (Garden, 1975).

Se a indiferença de alguns pais em relação ao filho era a marca da sociedade dos séculos XVII e XVIII, como poderíamos julgar as mães deste período?

Refletiremos, assim, acerca de algumas similaridades encontradas entre as práticas de entrega/abandono registradas na literatura referente aos séculos XVII, XVIII, com as entregas e abandonos do século XX.

Nota-se, a título de diferenciação, que a negligência do século XVII, por exemplo, tem nome, sobrenome e endereço. A aceitação da sociedade da época permitia aos pais realizarem seus ímpetos de forma aberta, para todos verem. Da mesma maneira, as amas eram livres para tratarem as crianças recebidas à revelia e de acordo com sua vontade. Mesmo conhecendo relatos da intervenção de policiais contra maus tratos despendidos às crianças na Lyon de 1700 (Garden, 1975), sabemos que as decisões eram mais em termos práticos do que morais, já que não se concebia como um problema a negligência dada à criança.

Faremos uma pausa nesse momento, a fim de destacar algumas diferenças nos termos utilizados nesse capítulo, qual sejam, o *abandono* e a *entrega*, quando nos referirmos à ação da mãe biológica de desistência de criar seu filho, entregando-o para adoção ou para amas-de-leite como nos tempos mais antigos. Em alguns estudos históricos, observamos o uso veemente do termo abandono, que tem uma conotação peculiar na nossa língua. Dentre os

mais variados significados do verbo abandonar, encontramos o viés de um desleixo, por vezes, adjacente a um tom moralista acerca da atitude da mãe. Motta (2005) decide solucionar esse impasse ao propor a substituição do uso do termo *abandono* pelo termo *entrega*, justificando que, assim, estaremos mais abertos, alargando o emprego de expressões sem viés preconceituoso e, por consequência, afastando-nos de uma conotação negativa do abandono como próximo à *rejeição*.

Nessa tese, quando nos posicionarmos a respeito da entrega, estaremos referindo-nos a uma ação de entrega da mãe sem conotação moralista, que certa feita, poderá eventualmente originar bem estar e saúde à criança, quando delegada aos cuidados de um outro. Ao contrário, caso esta entrega venha originar maus tratos ao infante e promover situações nas quais o que mais se evidencia é o desamparo será conveniente substituir o termo *entrega* por *abandono*.

Em alguns relatos de negligência dos séculos passados a respeito de bebês, Garden (1975) destacou-nos um, em especial, encontrado nos relatórios de polícia de Lyon e Paris. Chocante aos nossos olhos, conta-nos, por exemplo, o percurso do transporte de bebês realizado por uma intermediária da família a caminho da ama-de-leite. Em uma viatura pequena, encontravam-se seis bebês. A moça responsável pela guarda cai no sono e não percebe que um desses bebês cai, sendo esmagado e morto por uma roda (Garden, 1975).

Somos levados a constatar os mais variados comportamentos da mulher e da mãe durante esses períodos, já que elas sabiam das probabilidades de morte dos filhos durante o período de sua ausência e das condições precárias das mulheres-amas às quais entregavam seus bebês. O cuidado aos bebês e a

maternagem estavam em desuso e eram pouco valorizados socialmente. Já ao ouvirem os gritos da mulher pronta para parir, muitas vezes os pais buscavam uma ama para realizar as funções de cuidado e a amamentação, demonstrando uma prática comum às famílias desses séculos.

Contrariamente aos preceitos de proteção dados hoje às crianças e aos jovens, antes não víamos uma interferência efetiva do Estado, ou mesmo da Igreja, no sentido de distanciar a criança de qualquer prejuízo. Contudo, da mesma forma que antes muitas crianças que eram mantidas nas casas das suas amas voltavam raquíticas e desfiguradas à casa dos pais, dada a escassez de cuidados recebidos pelas amas, hoje assistimos aos relatos de crianças feridas e maltratadas por seus próprios pais. É comum encontrarmos, em documentos das Varas da Infância e do Adolescente, o histórico de crianças brasileiras agredidas com marcas de cigarro, ou com cortes, atos realizados em trânsito doméstico, além da alimentação de bebês baseada em cerveja e pinga e do abuso sexual, acontecendo hoje de forma epidêmica no estado de São Paulo como exemplo de maus tratos (Correio Popular, 29/1/05).

Badinter (1985) chega a levantar a hipótese de que a escola, difundida ao fim do século XVI - que de acordo com Àries (1973) iniciou-se junto à cumplicidade do sentimento de família - poderia estar substituindo um lugar para o "abandono" dos filhos-estorvos, com a justificativa do dever de conquistar-se o saber como meio de promoção social.

Hoje as crianças são colocadas cada vez mais cedo na escola, em berçários, na pré-escola e em creches. No entanto, nem nos colocamos a questão da escola, ainda mais que, na nossa sociedade, muitas mulheres trabalham, não só por gosto e por contemplação de independência, mas por necessidade. As

escolas de educação infantil chegam a ser de fundamental importância para a sobrevivência da família brasileira.

Todavia, ressaltamos a profundidade de um enraizamento das representações que compõem o imaginário social que, por vezes, podem inibir condutas sensíveis às necessidades de uma família e de uma criança. Como exemplo, recordo-me de uma família, que tive oportunidade de acompanhar, ao ouvir informalmente a mãe relatar algumas histórias de seus dois filhos pequenos, um de dois anos e outro de três e meio. Fui testemunha de um confronto preconceituoso com seus parentes e amigos, quando ela decidia sobre a colocação das crianças em uma escola. Era notório o desejo da mãe em ficar com seus filhos, longe de querer buscar uma escola para eles. Sua ternura em cuidar das crianças era clara e questionava-se: se estou aqui com eles, eles brincam com seus colegas na rua, eu os ensino algumas coisinhas, por que irem já para a escola? Esta mulher, desejosa e satisfeita em ser mãe e com tempo para isso, recebia críticas severas de colegas, pois eles achavam que ela era muito apegada aos filhos e que isso deveria ser substituído pela convivência das crianças com outras na escola. Mas elas já não conviviam com outras na rua? Se o problema era a sociabilidade, isso já não estaria resolvido? ⁶⁹

Essas questões são importantes, pois hoje em dia, com o advento da psicanálise que preconiza a mãe amorosa, reconhece-se uma postura de tensão da mulher e ela pode culpar-se por não ter 'todo' o tempo do mundo com seu filho. Mas também podemos encontrar imposições sutis dos homens modernos, como o desejo de ver sua mulher trabalhar e contribuir com a casa. Complicado destino das mulheres, condenadas, muitas vezes, pela sociedade.

Em outro extremo, há que se pensar nas mulheres que optaram pela "independência" na maternidade. Em pesquisa de Szapiro e Féres-Carneiro (2002) sobre as "produções independentes" realizadas pelas mulheres pós anos sessenta, cujo cenário era de movimentos feministas em busca de igualdade, as autoras criam a exegese de que um dos nortes da modernidade é a liberdade de escolha do homem, enquanto sujeito coletivo. Homens e mulheres teriam constituído uma crença de que a liberdade de escolha é um valor inestimável e que qualquer obstáculo na sua busca é vivido como sofrimento. A ciência contribuiu para isso, criando as maiores invenções para desviar o "destino feminino" da maternidade. Lembrem-nos de que Tort (1995) ainda acrescenta que o controle da concepção, quando se torna possível, modifica as condições inconscientes de desejar um filho.

Voltando a pensar sobre as famílias e suas relações com os filhos, lembrei-me de outra história, que nos serve como cenário para discussão. Tive oportunidade de acompanhar um casal de conhecidos que adotou uma menina de seis meses. O apego do pai foi motivo de críticas, já que não quis colocar sua filha de um aninho na escola, privando-se de alguns trabalhos em troca de ficar com ela, dentro de casa. Diga-se de passagem, isso não era um problema nem financeiro, nem moral para eles. Talvez seu apaixonamento pela criança tenha sido excessivo⁷⁰, mas distanciando-me de avaliar o caso como normal ou patológico, já que não apareceu sofrimento algum por parte da criança naquele momento, quis registrar mais uma das incontáveis maneiras de relacionar-se com um filho e dele cuidar, e que hoje podem ser vistas como 'apego excessivo,

⁶⁹ Muito embora estejamos falando do ofício de ser mãe de forma natural, nutrimos certa cautela quanto à representação da maternidade como necessária para a completude do casal e da feminilidade ou como um instinto natural das mulheres.

simbiose, imaturidade do desenvolvimento'. Interessante, pois isso era forte motivo de exclamações pejorativas e negativas em meados da idade média, momento no qual consideravam a criança um ser desprezível.

O pai que cito aqui sofreu condenações de sua família e amigos, levando até apelidos que, ao meu ver, estavam mais associados à inveja da relação dos dois que aos fatos em si. Ao mesmo tempo, tal situação revela o olhar assustado com o qual a sociedade vê a condição, no caso, do cuidado realizado pelo pai em lugar da mãe, quebrando uma tradição.

Interessante não ouvirmos essa ação de cuidado como possível de ser exercida pelo pai, em séculos passados ou atualmente. Em relação às funções do pai, Winnicott atribuiu algumas práticas de 'pai suficientemente bom' (Duparc, 2004), dentre as quais proporcionar um ambiente bom para a mãe poder exercer suas funções seguramente durante o momento de devoção, ou ser alguém distinto da mãe frente ao bebê (Outeiral, 1997). Porém, não teorizou o cuidado/maternagem do pai propriamente dito ao bebê. É evidente que Winnicott teorizava sobre sua vasta experiência clínica numa época - Londres pós vitoriana e pós anos trinta - em que se observava na Inglaterra e em outros países da Europa, a exemplo da França, um padrão familiar conservador, que delegava à mãe a responsabilidade da atenção e dos cuidados com os filhos.

Winnicott viveu e trabalhou durante a segunda guerra mundial, presenciando diversas situações de separação entre membros da família, muitas vezes ligadas à necessidade de envio de crianças a cidades vizinhas, visando a sua proteção frente aos ataques e bombardeios (Winnicott, 1939, 1940, 1945b, 1945c, 1947). A partir do que observava, ampliava sua visão da importância da

⁷⁰ Winnicott (1953) dizia que muitas vezes crianças adotivas precisam de "pais terapeutas". Talvez tenhamos aqui um exemplo de pai sensível às necessidades de seu bebê.

família como 'sustentadora emocional' do desenvolvimento saudável das crianças. Durante esse período turbulento, testemunhou intimamente a ida e a volta de crianças ao seio da família, bem como o seu processo de aceitação, de adaptação ou não, tanto perante a família que as acolheu, quanto no retorno, com a família de origem, acompanhando as experiências muitas vezes dolorosas do afastamento da criança e a volta para casa (Winnicott, 1945b).

Malgrado o fato da guerra ter gerado condições excepcionais, que afetaram profundamente a vida das pessoas, tal como ocorreu no caso de troca de família da criança, o referencial da organização familiar nuclear, com funções demarcadas entre a mãe e o pai, permaneceu vigente como padrão.

Winnicott, ao longo de sua obra, manteve a convicção de que a mãe é tão fundamental à constituição da subjetividade quanto o ar que o bebê respira, principalmente, nos primeiros meses de sua vida. Alguns estudiosos comentam que a obra winnicottiana pode ser considerada como um alentado comentário a uma nota de rodapé do magistral artigo de Freud sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (Freud, 1911), que se funda sobre a consideração de que o bebê humano só sobrevive porque é amparado, em sua fragilidade, pelo cuidado maternal (Roussillon, 1999). Enfim, Winnicott delegava à mãe a necessária realização da acolhida segura e tranqüila do recém nascido, atribuindo ao pai e à família em geral a função de proporcionar à díade estabilidade e segurança.

Ora, atualmente somos confrontados, no fazer clínico, com modelos de família marcadamente diferentes daquele do qual provinham seus pacientes. O aumento contínuo da presença da mulher no campo de trabalho, assim como nos estudos e na universidade, modificou a cena doméstica, dando origem a novas

formas de organização das funções familiares e parentais. Cuidados básicos e maternagem são exercidos por pais, enquanto a mãe está fora de casa trabalhando... Mães voltam a trabalhar após duas semanas do parto, mães ou pais de mesmo sexo criam seus filhos... Tipos como esses de organização familiar não nos podem escapar à discussão. Este quadro geral e complexo nos motiva reiterar o uso do termo "cuidador", que tem caráter mais amplo e genérico, ao invés de falar apenas em termos de mãe.

O cuidador devotado, seja mãe ou pai, caminha rumo à instauração de um espaço potencial que será a sede do amadurecimento do bebê. Ousamos complementar que esse cuidado devotado pode ser executado pelo pai ou por alguém que esteja presente de forma espontânea, no momento oportuno, com aquele bebê, sendo assim, capaz de realizar suficientemente bem a função de apresentação do mundo, de *holding* e de *handling*.

As responsabilidades, caso fossem assim organizadas, seriam divididas e talvez muitos homens encontrassem nesta realização algum tipo de prazer. Ademais, se um homem chegou a ser pai, só pôde por ter nascido de uma mãe; e se cresceu e sobreviveu, é porque algum cuidador o promoveu. Por que não poder realizar essa função se é humano? Mesmo acompanhando o princípio winnicottiano de que o homem-pai pode e deve proporcionar um ambiente confortável para a dupla, então, por que não poderia proporcioná-lo ao bebê?

Podemos ainda acrescentar a esse pensamento o fato de muitas mães abandonarem seus bebês por fantasiarem não serem suficientes para cuidar do filho⁷¹. A responsabilidade, de tão exclusiva, pode fazer desmoronar a sensação

⁷¹ Granato (2004) faz um interessante comentário a respeito da nossa sociedade, cujo caráter individualista acentuaria, muitas vezes, certo abandono e solidão da mãe, nos seus cuidados com o filho. Além de exaustão dessa mãe, a autora destaca a riqueza de relações que

da mulher de ter condições e maturidade suficientes para sustentar a maternidade. Por outro lado, a mulher alcança tal poder de exclusividade sobre o filho, designando-se a única responsável e passível de entregar uma criança seja para adoção, seja para outrem.

Motta (2005) também questiona essa exclusividade, a partir de uma pesquisa realizada com mães que entregam seus bebês em São Paulo, ao observar que algumas delas recusam-se a dizer quem é o pai. Negam-se a comunicar ao homem sobre a decisão de entregar o bebê após o seu nascimento. Se, por um lado, a posse materna do bebê é nutrida pela sociedade, como sendo legítima, tornando a mãe uma figura poderosa, por outro, sobrecarrega mulheres frágeis que temem cuidar de seus bebês. Além disso, revela o caráter individual com o qual hoje a maternidade pode ser vista.

Falamos de maternidade mas também de abandono. Sabemos que além da ação de entrega de um bebê, podemos ter um abandono dissimulado, disfarçado, que muitos nem sequer colocam como questão. A estatística de mortalidade infantil no século XVIII revelou-nos negligências avassaladoras aos infantes, sem qualquer questionamento, muitas vezes justificadas como "deixar que a natureza faça por si". Sobre essa conduta indolente, evidenciada naquele século, sugere Badinter (1985) que poderia ser vista nos nossos dias como uma forma inconsciente substituída pelo aborto⁷², já que se traduz em um infanticídio disfarçado.

No Brasil atual, além do aborto, envia-se à escola uma criança, por vezes, muito cedo; ou ainda consumam-se muitos casos de depressão pós-parto e de

poderíamos encontrar caso familiares ou comunidades participassem do processo, o que o caracterizaria mais solidário.

maus tratos, que podemos dizer existentes em variadas modalidades.

As estatísticas de abandono de crianças não são baixas. Em pesquisa com crianças institucionalizadas no Estado do Paraná, Weber (2003b) constata que em um ano, 91 crianças passaram por uma única instituição, das quais apenas 30% foram adotadas, 28% voltaram às suas famílias e 41% continuaram na instituição. Em relação à forma do abandono daquelas crianças adotadas, a modalidade mais comum foi a de entrega do filho na própria maternidade, exemplo este de um tipo de entrega realizada pela mãe⁷³.

No Brasil, as entregas não possuem um amparo legal. Na França, porém, aceitava-se por lei o *Parto sob x*. Quando uma mulher estava grávida e não pretendia criar o filho, podia deixá-lo em uma instituição, realizando o chamado *L'accouchement sous X*. O X acabava por enunciar a incógnita da filiação materna, permitida até o ano de 2002⁷⁴, quando por lei criou-se a proibição do anonimato da identidade da mãe. A partir de então, orienta-se a mãe que deseja entregar o filho, sobre a necessidade de deixar-se registrado o seu nome.

A questão da permissão do anonimato e da ausência de registro das origens da criança incomodou os que defendem o mínimo de conhecimento da história de vida do infante. Por esta razão, criou-se um Conselho Nacional, visando o direito do acesso às origens pessoais. Foi assunto muito discutido

⁷² É preciso destacar que reconhecemos a complexidade do fenômeno do aborto e que não desejamos reduzi-lo aqui com uma explicação simplista. Mencionamos, pois, apenas um dos aspectos da questão.

⁷³ Nesta pesquisa, não se entra no detalhe sobre depressão pós-parto.

⁷⁴ Foi criado, em 2002, o *Conseil national pour l'accès aux origines personnelles (Cnaop)*, um conselho que visa ajudar legalmente os nascidos sob X a encontrarem suas origens. Em pesquisa sobre a estatística do número de crianças nascidas sob X na França, registrou-se diminuição no espaço de uma década: a média de nascimentos de crianças em 1991 foi de 780; de 720 em 1993; 680 em 1995; 620 em 1997 e 560 em 1999. (*Conférence de presse de Ségolène Royal, 2000*).

neste país - principalmente pelos psicanalistas⁷⁵ e outros profissionais atuantes na busca do direito do acesso às origens das crianças nascidas sob x - de forma paralela ao debate sobre a mãe que deseja entregar o filho. Sobre este aspecto, também levantou-se celeuma, incluindo os defensores do parto sob x, cuja posição valoriza o ato de acolhida da mãe - reconhecendo a dificuldade destas mulheres que não podem ser mães - e os opositores, que criticam a atenção dada pela lei a estas mulheres 'irreverentes' que não querem criar seus filhos. Entre preconceitos e julgamentos, algumas comunidades lutam contra ou a favor a estes tipos de partos, dificultando uma escuta mais profunda do que isto pode significar⁷⁶.

Admitir levantar o véu de parte obscura - ou podemos dizer, da parte desagradável aos olhos românticos da sociedade - contida na entrega de um bebê para alguém, não parece tarefa simples. Motta (2005) conta-nos seu contato íntimo com uma mãe que se internou em uma instituição em São Paulo, para lá ter seu bebê e depois, entregá-lo para adoção. Apesar do discurso confuso e ambivalente da gestante, podemos notar a determinação com a qual essa mãe biológica prossegue, nos encontros com a autora, decidida veementemente a entregar seu bebê, a não o querer: precisava ficar sem ele, longe dele, sem vê-lo.

A *sage-femme*⁷⁷ Caumel-Dauphin (2000) - ao atender mulheres na França que realizaram *Parto sob X* - revela-nos a crueza que se pode encontrar nesse processo de entrega oficial de crianças, onde as coisas são ditas claramente pela mulher que não quer seu bebê. Desfazendo qualquer ilusão de um projeto

⁷⁵ Eliacheff e Szejer (2003) revelavam constantemente sua indignação pelo descaso que o governo vinha tratando do tema.

⁷⁶ Sobre esse assunto, Hamad (2002) nos conta que muitas crianças adotáveis na França eram geradas Sob X por mães da comunidade magrebina, que viviam entre os franceses ou moravam na África do Norte, principalmente as jovens, mas procuravam justamente a França para parirem e doarem seus bebês.

⁷⁷ Parteira

romântico de 'maternidade', criado pela sociedade, no parto *Sob X*⁷⁸ presencia-se a incerteza dessas mulheres em querer ser mães. Para a autora, esse ato deliberado nos deixa um pouco desamparados.

É comum hoje aparecer na clínica mães que não entregaram seus bebês, mas que dizem claramente sobre o desejo e a necessidade que tiveram de fazê-lo. Outras chegam apresentando-se como mulheres que 'trabalham demais'. Muitas vezes, estas mães *workaholics* também trazem seus filhos-problema. Em tais situações, o psicanalista muitas vezes diagnostica problemas de comportamento infantil, num contexto vincular marcado por dificuldades maternas no sentido de abandono latente e inconsciente do filho, bem como de rejeição.

Se o amor é de menos, definiu-se o problema. Se ama demais, como no exemplo da mãe que não queria levar seus filhos à escola, vamos logo retificar. Enfim, Winnicott, buscou resolver essa questão, encontrando a mãe suficientemente boa como a salvadora da saúde dos bebês e da harmonia familiar. Não se pode amar demais ou distanciar-se ao extremo: é preciso balizar e estar com seu filho de forma saudável para, assim, responder às suas necessidades. Essa condição da maternidade, porém, só é alcançada de acordo com a maturidade do cuidador e dessa forma, muitas famílias ainda chegarão aos psicanalistas.

Não nos esqueçamos de que todas essas facetas da dinâmica de ser mãe e pai envolvem as condições de *seres* adultos com *seres* crianças. A criança recebe um ambiente favorecedor de sua constituição subjetiva, sem poder escolher. Muitas vezes, porém, os pais não percebem a criança, em sua dependência, como alteridade, e relacionam-se com ela segundo suas

⁷⁸ Estamos usando este termo em termos do ato da entrega do filho em locais preparados para isso, e não em relação ao anonimato da identidade filial.

necessidades narcísicas. Longe do século IV de Santo Agostinho, vemo-nos, assim, próximos da soberania paterna no que diz respeito à submissão do bebê às necessidades de seus pais, em detrimento às suas necessidades, e quase ao lado da faceta de Rousseau (1755) que se utilizava do exemplo de que a mãe amamentava seu filho por necessidade própria, pela causa das dores provocadas pelo excesso de leite em seu seio, por egoísmo e não pela sobrevivência da criança ou por amor.

Estamos em meio a uma investigação da personalidade coletiva sobre a criança adotiva, que envolve, necessariamente, uma entrega, quiçá, um abandono. Poderíamos, então, conjecturar que, inexoravelmente, no imaginário da adoção, além do fato da solidão parental, encontramos o fator do abandono, acompanhado de suas amarras em partes da história, bem como o profundo desprezo e indiferença dados à criança.

Essa ligação entre abandono e negligência existe em maior ou menor grau, e é esse ponto que gostaríamos de considerar: como veremos, faz muita diferença conhecer o quanto a *representação* do abandono está enraizada e imiscuída na sociedade, pois ela influencia, definitivamente, junto a inúmeras outras questões, tanto a forma de tratar o outro, o filho adotivo, quanto a constituição de *self* da criança adotiva. Não obstante, ao captarmos essa *fisionomia coletiva*⁷⁹ acerca da criança adotiva, poderemos olhar para as práticas sociais e, inevitavelmente, ao exercício da clínica psicanalítica.

Diferentemente de partirmos do assunto da adoção pelo abandono, poderíamos abordá-lo de forma a contemplar, como perceberam os antropólogos,

⁷⁹ Pedimos ao leitor paciência, pois no capítulo *Das Representações Sociais às Fisionomias Coletivas* discutiremos as representações sociais, justificando, assim, o uso do termo *fisionomia coletiva*, o qual preferimos por permitir alargar a compreensão de *representação social* vigente.

o que acontece na Oceania (Terrel e Modell, 1994) e em outras ilhas do Pacífico, onde o procedimento de adoção é baseado na generosidade e no amor, com olhar direcionado à criança⁸⁰, contrapondo-se a definir-se como resposta a necessidades ou às crises dos casais e, muito menos, como conceito problemático. Concebe-se este gesto como benéfico a toda sociedade e não apenas aos participantes em sua individualidade.

Essas questões poderão ser mais bem discutidas após acompanharmos os desenhos-estórias de nossos participantes num capítulo posterior, de onde tentaremos captar, ainda mais, questões emocionais ou campos não conscientes, que estariam baseando o delineamento de uma *fisionomia coletiva* acerca da criança adotiva. Agora, podemos acompanhar questões acerca da gestação e dos cuidados aos bebês, tanto daqueles que ficaram com suas mães biológicas, quanto com cuidadores substitutos.

2.2 A gestação, a preocupação materna primária e o cuidado

Após passarmos por diferentes tipos de entrega de crianças, abordaremos os aspectos do outro lado da questão, o da espera de um bebê, da sua chegada e dos cuidados a serem exercidos pelos responsáveis. Quais os diferenciais entre a "gestação" e os cuidados maternos realizados por uma pessoa com vínculo de sangue com o bebê e por outra, sem ligação biológica com a criança?

Antes de tudo, para iniciarmos a discussão, precisamos considerar esta

⁸⁰ Descobrimos que no Taiti 25 % das crianças são adotivas (Levy, 1973 *apud* Terrel e Modell, 1994), poderíamos questionar ou levantar como hipótese que as famílias estão mais abertas a atos solidários, tendo uma repercussão importante na comunidade e no coletivo. Esse fato acontece, principalmente, quando diante de tragédias vividas, como exemplo, em dezembro de 2004, do maremoto Tsunami, na região asiática, abrangendo a Índia, o Taiti e outros países, deixando milhares de desabrigados, dentre os quais, muitas crianças.

pergunta como pertinente em contextos sociais nos quais importa a diferença entre esses dois tipos de cuidado entre pais e bebê. Consideraremos, também, a complexidade e singularidade implicadas nas diversas formas de relação entre pais e filhos, o que nos leva a abordar a adoção de forma a nos distanciarmos de qualquer debate generalista ou reducionista das relações humanas. Cada adoção é uma adoção, com suas idiossincrasias, que a transformam em histórias de famílias humanas, as quais abarcam, necessariamente, dinâmicas de relações próprias.

Partiremos do pressuposto de que um filho, para se constituir como um sujeito saudável, precisa de cuidados básicos exercidos por alguém disposto e preparado suficientemente de forma a responder às suas necessidades. Esse cuidado, acontecendo de modo suficientemente bom, promove um atendimento satisfatório, seja ele baseado no laço de sangue ou não. Winnicott (1945) privilegiava os cuidados realizados por uma pessoa específica, acreditando ser mais proveitoso para o bebê esse tipo de atenção do que aquela advinda de vários cuidadores. Um cuidador disponível e reassegurado de sua função, mesmo que não seja experiente, precisaria estar próximo à criança, respondendo continuamente àquilo de que precisa. Winnicott chegou a avaliar as relações das mães com os bebês de acordo com o quanto de experiência de maternagem a mãe já havia adquirido. Para ele, a mãe muito experiente poderia, de tanto saber das necessidades do bebê, atropelá-lo em seu processo de busca de necessidades, dificultando, ou privando seu filho do processo criativo de encontrar aquilo de que precisa. Tornou tal premissa análoga à prática psicanalítica, uma vez que um analista menos sabido poderia permitir ao seu paciente um processo autêntico de transformações (Winnicott, 1960).

Diferentemente da cultura europeia do século XVII, na qual muitas crianças eram enviadas a amas-de-leite de forma negligenciada (Badinter, 1985), hoje são raros os relatos do distanciamento, especificamente na condição do envio de um filho, por anos, a internatos ou a amas. A amamentação que, por sua vez, foi durante um tempo do século XVII associada a um malefício: "...*sugando-se o leite suga-se também o caráter e as paixões de quem amamenta*" (Chamoux, 1973, *apud*, Badinter, 1985) hoje apresenta-se como fundamental e imprescindível.

Notamos diferenças importantes em condutas maternas desde séculos remotos. A negligência e a indiferença claramente aceita na sociedade dos séculos XVI, XVII, XVIII, tornou-se distinta da importância atualmente dada pela sociedade aos cuidados primeiros com a criança. Também, a passagem da mulher como 'ser inferior' - destituída de qualquer direito, tanto social quanto moral, tendo renegada condições de prazer - para aquela emancipada, independente, com feminilidade, sendo a dona e responsável pelo seu filho, mostrou-se significativa.

A psicanálise alimentou, no século de Freud, a insubstituível posição materna nos cuidados ao bebê dependente inicialmente em absoluto. Winnicott permitiu à sociedade europeia e também à sociedade ocidental reconhecer o quanto o bebê necessita de cuidados específicos para a sobrevivência. Estudando profundamente a relação entre mãe e bebê, descreveu, desde a gestação, o envolvimento inicial da mãe com aquele novo ser:

Logo após a concepção, ou quando já se sabe que a concepção é possível, a mulher começa a mudar sua orientação e a se preocupar com as mudanças que estão

ocorrendo dentro dela. De várias formas ela é encorajada por seu próprio corpo a ficar interessada em si própria. A mãe transfere algo de seu interesse em si própria para o bebê que está crescendo dentro dela. (Winnicott, 1960, p.52)

Em relação aos momentos iniciais de vida do bebê, também podemos observar a íntima relação que acontece entre a mãe com seu filho:

A mulher se torna ensimesmada, retraindo-se e deslocando o foco de sua atenção de todos os interesses anteriores como se os estivesse drenando para o bebê, em harmonia com o que se passa em seu corpo que sustenta o bebê durante a gestação (Granato, 2002, p.22).

Diz Winnicott (1956):

Não acredito que seja possível compreender o funcionamento da mãe no início mesmo da vida do bebê sem perceber que ela deve alcançar esse estado de sensibilidade exacerbada, quase uma doença, e recuperar-se dele (p.401).

Assim a gravidez aparece como elemento do processo íntimo da relação entre mãe e filho, proporcionando certa preparação para as fundamentais experiências a serem vividas após o nascimento do bebê. Winnicott descreveu tal importância, considerando a experiência do parto, para enfatizar a profunda relação que se estabelece entre o bebê com sua mãe natural. Contudo, existem interpretações sobre tal intimidade que podem soar estruturalistas, fazendo-nos refletir cuidadosamente sobre o extremo que essa consideração pode alcançar quando transposta à adoção. Um exemplo estaria em Lhullier (1997):

No [filho] adotivo esta atenuação da cisão [de aspectos seus e

dos objetos do mundo] não se dá com a mesma intensidade, principalmente quando permeia um intervalo muito grande entre o parto e a adoção, mas também porque o *holding* que a mãe adotante lhe pode fornecer é em grande parte inespecífico, já que não parte de uma continuidade com a união carnal da gestação e do parto... Gilberti, em seu estudo sobre a adoção, diz que a mãe adotante registraria "desde fora para dentro" as comunicações do filho, faltando-lhe a capacidade de reverie. (Lhullier, 1997, p. 54).

Destacamos deste texto, primeiramente, a determinação que conclui que *a mãe adotiva não pode exercer reverie⁸¹ com aquela criança que adotou*. Segundo este autor, com o bebê adotivo a mãe não alcança a *reverie*, pois esta só acontece quando iniciada no parto, através da relação carnal. Chama o *holding* de *inespecífico* por não partir "... de uma continuidade com a união carnal da gestação e do parto" (p.54) e, posteriormente, ainda utiliza palavras de Winnicott sobre o ato da amamentação (p.55), conduzindo-nos a pensar que a ama de leite só consegue proporcionar o alimento, não podendo fazer o trabalho integrado da mãe e ultrapassar tais necessidades nutricionais.

Ora, quantas mães adotivas desenvolvem tamanha conexão com seu bebê, fundindo-se profundamente, identificando-se e depois se separando dele, exercendo suficientemente o *holding*? Quantas mães adotivas desenvolvem leite? Aquelas proposições remetem-nos, inevitavelmente, a um tom determinista, de uma apologia do natural e do normal, que se liga ao privilégio das relações baseadas em laços sangüíneos - valorizando a filiação biológica como o que há de mais importante nas relações - e que exclui, justamente, intersubjetividade e, intrinsecamente, a necessidade, o desejo, tão preciosos à psicanálise.

⁸¹ Provavelmente o autor refere-se a Bion (1962).

Acreditamos que não é metaforizando e transpondo o processo biológico do parto e nascimento do bebê com a chegada do bebê adotivo em sua nova casa, que nos aproximaremos à experiência de cada história vivida. Não pretendemos fazer aqui comparações já que essa forma de proceder não nos levaria a lugar algum. O parto, como a adoção, contém suas idiossincrasias. Ademais, a relação carnal que se desenvolve entre humanos está imiscuída no campo transicional. Parece-nos, assim, sem sentido aprofundar a questão do parto nesse momento, mas coerente pensar na importância das relações do bebê com um outro como fundamentais para o seu desenvolvimento emocional. Nessa perspectiva, retomaremos o processo intersubjetivo inicial da vida humana, contemplando o *holding*.

O *holding* foi minuciosamente descrito por Winnicott (1960), que o especifica como tarefa da mãe que facilita a expressão das tendências inatas de crescimento do bebê (Granato, 2002). O segurar física e psicologicamente protege o bebê das intrusões ambientais que possam acarretar *agonias impensáveis*, facilitando a organização do ego. Esse período caracteriza-se pelo estado do lactente que ainda não separou o *self* dos cuidados maternos (Winnicott, 1960) implicando, necessariamente, em um momento no qual não faz sentido algum pensar no bebê como uma pessoa total. Retomamos esta observação de Winnicott, reiterando sua importância na clínica, já que a necessidade de *holding*, ou desse "ser sustentado" por alguém, precisa ser visualizada como necessidade de *self*.⁸²

Tive a experiência de contato com uma mãe que adotou um casal de irmãos, uma menina de dois anos e um menino ainda bebê. A garota havia

⁸² Lembrando que o *holding* poderá ser exercido em outros momentos da vida e não somente quando bebês.

morado durante quatro meses com um família substituta, enquanto aguardava a adoção. Após duas semanas de adaptação, começou a fazer xixi na cama e a agir impulsivamente, sem *pedir permissão*; a mãe chegou a revelar que deste momento em diante ela teria que agir para mostrar *quem mandava lá na sua casa*, tentando punir a menina por suas atitudes, sem considerar aspectos que estariam por detrás de sua conduta, tal como uma possibilidade de regressão⁸³ e o estabelecimento de uma confiança no ambiente. A imposição de limites não fazia sentido algum naquele momento, uma vez que a criança, regredida como estava, necessitava do *holding*, que não havia sido suficiente nos momentos iniciais da constituição de *self*⁸⁴.

A criança, frente a situações de instabilidade do ambiente, provavelmente manifestará sua inquietude vivenciando uma ameaça de desintegrar-se e cair num mundo de não existência. É preciso considerar os movimentos do processo de amadurecimento emocional na sua peculiaridade flutuante, tão bem apresentados pelas crianças, como sinal de esperança e necessidade de ser 'manejada' adequadamente por um adulto. O *manejo* é um termo utilizado certas vezes por Winnicott para designar a maneira do ambiente de sustentar, de praticar o *holding*⁸⁵ necessário. Embora o manejo reporte-se, por vezes, à literatura da tendência anti-social, alastramos seu uso para necessidades que apareçam em qualquer paciente.

Aqui estamos considerando o *self* verdadeiro escamoteado que, por seu

⁸³ O termo *regressão* pode ser compreendido no seu contexto psicanalítico, como um retorno a aspectos iniciais do desenvolvimento emocional. Seja no campo da transferência, rumo à dependência, seja rumo à falha inicial de adaptação do ambiente, o movimento regressivo pode conduzir uma pessoa, com a ajuda de um outro, a reencontrar-se com a invasão inicial do ambiente e, em sinal de esperança, buscar o verdadeiro *self*.

⁸⁴ Esta forma de adoção, apesar de oficial, não contava com uma equipe de apoio psicológico para a família, o que, sem dúvida, prejudicou-a.

⁸⁵ O *holding* é necessário tanto para o bebê como para a criança, o paciente psiquiátrico, o adulto, etc. Será sempre *holding*, mas praticado segundo o modo de ser de cada um.

turno, pode emergir a qualquer instante - caso condições favoráveis aconteçam - e criar experiências de surpresas. Tal evento pode ser positivo, desde que a pessoa a experimentá-la, encontre-se em um ambiente favorável, propício à sua busca, idéia esta que justifica a psicanálise winnicottiana. Mesmo que um falso *self* já tenha se estruturado, acreditamos na eterna possibilidade de mudança e de encontro com novos sentidos.

Em outro âmbito, além da teoria e da literatura psicanalítica e psicológica em geral, surpreendemo-nos com os comentários de colegas psicanalistas sobre alguma criança ou pessoa adotiva: "nossa, como fica uma questão vazia, não?" ou "como é difícil" (Ferreira e Vaisberg, 2004), o que nos leva a perguntar: o que é um paciente difícil?

Entre outros, Bowlby, Spitz e Winnicott mostraram-nos o quanto se revelam importantes, e parte da condição humana da criança, os primeiros contatos com a mãe. Winnicott (1990), além de haver descrito minuciosamente o desenvolvimento emocional do bebê, que só existe junto a um adulto, propôs-se a falar sobre os possíveis contatos da criança com o mundo real. Remete-se, então, às experiências das mamadas, do acesso do bebê a aquilo de que necessita, criando, hipoteticamente, grupos de crianças de acordo com a experiência da primeira mamada. Dentre eles, estariam o grupo dos da 'experiência afortunada', o grupo de experiência medianamente afortunada e o grupo dos desafortunados. Acredita que apenas o primeiro grupo poderá conviver com questões da sua própria vida ludicamente, por terem podido tornar-se capazes de manter a ilusão de que podem encontrar na realidade aquilo de que precisam.

Nesse sentido, Aiello-Vaisberg (1999) aponta a importância de reverenciarmos a constatação feita por Winnicott quanto à relação da sanidade e

da capacidade de conviver ludicamente com o mistério da vida, mas alerta contra a idéia de que a fortuna possa ter sido decidida, de uma vez por todas, durante o período de lactação. Para a autora "...essa noção deve ser enfatizada quando se está engajado em trabalho psicofilático e atenuada quando se trata de atendimento psicoterápico" (Aiello-Vaisberg, 1999, p.106).

Torna-se plausível, pois, que crianças com experiências de *ameaça de aniquilamento* e interrupções freqüentes em sua *continuidade de ser* (Winnicott, 1960) durante o desenvolvimento, possam, de certa forma, encontrar novos sentidos em processos criativos, resgatados a partir de seu potencial, estando longe de serem catalogadas, eternamente, como 'crianças-problema'.

Voltando a pensar sobre o momento logo após o nascimento do bebê relembramos, de acordo com Winnicott (1956), que a mãe comum desenvolverá um estado específico de preocupação, denominado pelo autor de 'mãe dedicada comum'⁸⁶, que lhe permitirá alcançar devoção pelo bebê. Esse estado emerge, temporariamente, por volta das primeiras semanas antes do parto, podendo finalizar-se em algumas semanas ou meses após o parto (Granato, 2002). Segundo Winnicott (1956), muitas mulheres podem ser boas mães e, mesmo assim, não desenvolverem este estado de "doença normal" que promoveria certa sensibilidade às necessidades do bebê. Pode ainda, acontecer com um filho, e não com outro, com a mesma mãe; com mães que exageram e acabam patologizando o cuidado, com outras deprimidas ou com muitas mulheres que se apegam a outras preocupações que não a do cuidado com o filho.

A mãe poderá estar ligada ao que recebeu, na sua história, da sua própria mãe ou de algum cuidador, sustentando a nova relação com a antiga. Ao mesmo

⁸⁶ Ou ainda, *mãe suficientemente boa, mãe devotada comum*.

tempo, poderá tornar-se suficientemente boa, como a clínica mostra, mesmo não tendo sido, um dia, um 'bebê afortunado'.

Sobre o aspecto da preocupação, acrescentaremos um importante fator destacado por Winnicott (1956), envolvendo a excessiva 'sanidade' da mãe, ou seja, uma condição sã que indica a sua não entrega à 'doença' necessária de cuidado ao bebê. Pode ocorrer, que algumas mães, tendo perdido esse estágio da vida do bebê, queiram recuperá-lo posteriormente. Acontece, nessa ocasião, de terem que percorrer um longo caminho rumo à adaptação às necessidades do bebê e, mesmo assim, de não conseguirem reparar o perdido do início. Deparam-se, portanto, com as necessidades de 'terapia' da criança, precisando mimá-las para se adaptarem a elas. Destacamos essa condição apresentada por Winnicott para lembrar a presença de relatos similares na clínica, quando nós, psicanalistas, acompanhamos crianças maiores de um ano, colocadas em famílias substitutas, bem como o caso citado anteriormente da menina de dois aninhos. Podemos assistir à mais intensa regressão vivida pela criança: ela volta a fazer xixi na cama, ou a usar fralda, a querer um paninho, um mimo, uma atenção especial ou outras diligências de que já não precisava; além, ela pode voltar a fazer coisas ou ter comportamentos que já não fazia mais. Os pais adotivos precisam estar atentos às condições em que essas crianças se encontram para poderem exercer um *holding* adequado, de acordo com a necessidade da criança, naquele momento de seu desenvolvimento⁸⁷.

Estamos pensando em uma criança 'maiorzinha', nas ditas Adoções

⁸⁷ É interessante observarmos algumas mães humildes, com pouco contato com informações mais técnicas e profissionais, que exercem um *holding* muito adequado, respeitando profundamente as necessidades das crianças adotivas que chegam até elas. O contato com necessidades dessa ordem tornam-nas mães suficientemente boas, naturalmente.

Tardias⁸⁸, com alguns aspectos desenvolvidos e outros menos, já colocada em uma família. O que dizer, pois, dos pais que a aguardam? Como será a preparação dessa "gestação"?

Na clínica e nos estudos dos psicólogos que acompanham famílias em busca de adoção, encontramos relatos de experiências que podemos associar a verdadeiros aspectos de gestação. O próprio Winnicott (1954) considerou que pais que se preparam para adoção podem alcançar uma disposição especial para receber uma criança *"...semelhante (embora muito menos intensa) à adquirida pelos pais biológicos depois de nove meses de espera"* (Winnicott, 1945, p 127).

Ao acompanhar o processo de espera para adoção realizado por uma moça, já mãe, que desejava outro filho, deparei com uma verdadeira gestação: ansiedades das mais variadas relativas a o quê ou quem viria, como seria; a questão da dependência inicial da criança, das mudanças na dinâmica da família, incluindo as materiais, que levam um tempo para serem processadas, aceitas e vividas. Levinzon (2004) relata-nos uma história do casal Ana e José, que após muitas tentativas de engravidar, tomaram a decisão de adotar uma criança. Receberam um telefonema com a notícia de haver uma grávida que não poderia cuidar de seu filho e dispunha-se a entregá-lo ao casal, transmitindo, a partir disso, notícias sobre a gravidez. Após os preparativos para receberem a criança que já se sabia ser uma menina, Ana certa noite não conseguira dormir e logo pela manhã recebera o telefonema de que a pequena havia nascido e logo chegaria.

Vargas (1998) conta-nos uma experiência de um casal muito inseguro no contato com a "criança-futuro-filho" durante os primeiros encontros no abrigo,

⁸⁸ Denomina-se Adoção Tardia o processo de adoção da criança maior de dois anos de idade (Vargas, 1998).

revelando o desabafo dos futuros pais que pareciam despreparados e ainda em fase inicial da 'gestação': "...*não sabemos nada, como fazer para conquistá-lo, do que ele precisa, estamos a zero, precisando de ajuda, de orientação*" (Vargas, 1998, p.51). Essa fala remete-nos às sensações daquelas gestantes muito assustadas, por vezes adolescentes, frente à notícia da gravidez, ou ainda, ao susto de grávidas que esperam um bebê e deparam-se com uma gestação gemelar.

Mais adiante do processo da gestação do casal, também podemos observar reações típicas de uma mãe devotada comum no sentido da disponibilidade para o *holding* do cuidador. Levinzon (2004) nos relata outro episódio acontecido dentro do abrigo, que nos leva a questionar frases populares ditas - atreladas aos laços de sangue - ao relatarem, por exemplo, um encontro de um filho com um pai de sangue desconhecido: *parece que ele sabia que ele era seu pai!*.

Conta-nos, pois, a história de um casal que foi informado sobre a existência de uma menina especial, de quatro anos e à espera de adoção, o qual decidiu visitar o abrigo sem que os funcionários mostrassem de qual criança tratava-se. Viram uma menininha que lhes chamou a atenção, inclusive muito parecida com a esposa do casal. A pequenina se aproximou e perguntou-lhes: "você vão ser meus pais?" Eles se apaixonaram e a recíproca foi verdadeira. Como ela saberia que seriam seus pais? Posteriormente, foram descobrir que o abrigo se referira a essa menina no advento do telefonema.

Temos, pois, um relato de uma identificação profunda interhumana, de motivações inconscientes, que podem sustentar, fortemente, uma relação, independente da presença da consangüinidade. Um olhar dirigido a um ser, que

poderá promover novos encontros e construções, mesmo com um tempo decorrido - de quatro anos - no qual, provavelmente, partes do *self* da criança já tenha se desenvolvido.

História similar encontramos também em Weber (2003b). Conta-nos a situação de dois irmãos que aguardavam adoção internacional. Após um longo período de correspondências entre os pais e a diretora da instituição, ao chegar o dia da visita, o casal depara-se com os rostos de mais de 30 crianças e, sem hesitar, caminha diretamente na direção de seus futuros filhos.

Presente nesses relatos, há uma idéia interessante, com a qual estou de acordo, que nos leva a "desbiologizar" a preocupação matéria primária. O momento de encontro com a criança encarna novidades e faz nascer, com ele, a oportunidade de desenvolver, na adoção, como ocorre na gestação natural saudável, o estado de preocupação primária. Surge no cuidador a capacidade de debruçar-se sobre o bebê, bem como sua prontidão para responder às necessidades da criança. Fica evidente as dessemelhanças da vivência da mãe natural em relação à adotiva, porém semelhanças aparecem, bem como toda a idiossincrasia do percurso, envolvendo a história da mãe - em caso de adoção monoparental - ou do casal. Assim, pensamos no namoro, na preparação física, emocional e estrutural, nos contatos prévios, na ansiedade e espera do parto/chegada, na fantasia de como a criança será e muitas outras experiências que se somam à história daquele bebê com aquela mãe, aquele pai, enfim, com aqueles que o esperavam. Um aspecto diferencial, porém, pode aparecer na expectativa dos pais adotantes sobre como são os pais biológicos do filho e, principalmente, da mãe.

Reservadas as diferenças das concepções, mãe e pai biológicos ou

adotantes constroem e vivem histórias que incluem cuidados sobre planejamentos para receber a criança, as relações com os familiares, amigos, a expectativa de novidades sobre a criança que vem, fantasias sobre como ela será, o impacto do primeiro encontro e outras.

Podemos ver, em ambos os tipos de pais, uma espera, um momento de expectativa à chegada da criança e até de idealização, tanto do momento a vir, quanto do bebê a chegar. Fala-se, porém, abertamente sobre um acompanhamento psicológico com pais adotivos, mas o mesmo não acontece com pais biológicos. É evidente que a adoção trata de um processo jurídico estando, inextricavelmente, atrelada à lei, o que implica em um envolvimento social maior. Contudo, poderíamos questionar a ausência de implicação social nas gestações biológicas, fator apontado por Weber (2003a), quando critica as formas totalitárias de avaliar pais adotantes. As autoridades justificam certa distância alegando que os responsáveis pelas gestações biológicas são os próprios pais, o que faz Weber (2003a) questionar: e quanto aos pais adotantes, os responsáveis são os técnicos?

Também devemos considerar que existem outros tipos de adoção cuja preparação não é realizada de forma a gerar um filho internamente, porém o devotamento pode aparecer do mais súbito encontro com a criança. Presenciei o relato de uma moça - psicóloga - que visitava um abrigo apenas 'por curiosidade' e de forma repentina viu uma criança pela qual se 'apaixonou'. Mesmo sabendo que essa menina precisava de muito cuidado, pois havia sido vítima de violência – com marcas de queimaduras pelo corpo - e sofria de bronquite, desenvolveu um forte sentimento maternal que fez sucumbir qualquer obstáculo, sentindo-se pronta para cuidar e atender a qualquer solicitação daquela criança. Conta que

hoje, a pequena já é uma garota de 14 anos, com potencialidades e com uma vida aparentemente saudável.

Sobre o processo de desenvolvimento emocional, Winnicott destacou-se de Melaine Klein e de Freud por considerar, definitivamente, a total dependência do bebê e, sobretudo, que este nasce não existindo ainda sob seu ponto de vista. Passando pelo caminho da dependência absoluta ao da dependência relativa, o bebê ainda precisa chegar ao estágio rumo à independência, que será sempre relativa (Winnicott, 1960). Neste percurso, vários são os fatores que podem influir nas relações familiares com o bebê. Winnicott (1956) foi um dos autores que conseguiu relacionar a privação de cuidados com o *comportamento anti-social* apresentado por uma criança, sem prender-se a aspectos instintivos biológicos e de animais. Considerando este comportamento como sinal de esperança, acreditava que em muitos casos de delinqüência, havia muito o que ser feito no sentido de recuperar algo de que a criança teria sido privada em seu desenvolvimento emocional.

Estamos refletindo a respeito do desenvolvimento emocional, o que nos leva a considerar a presença humana de um cuidador frente ao bebê, nessas primeiras fases descritas, como irrevogavelmente fundamental.

Preocupação foi o termo utilizado por Winnicott, em inglês *concern*, para definir o estado vivido pela mãe frente ao seu bebê, frágil e necessitando de cuidados em seus períodos iniciais de vida. Faço aqui uso da expressão *cuidado ou devoção* ao lactente, considerando que o cuidado suficientemente bom depende da preocupação materna primária, a qual parece depender do desenvolvimento emocional da mulher/cuidador. A devoção, mesmo para a mãe biológica, dependerá de sua maturidade emocional e não do laço biológico com

seu filho.

Em um estudo com gestantes e mães com seus bebês, Granato (2004) relata-nos momentos importantes revestidos no processo de maternagem. Em um dos acompanhamentos que realizou, descreve a delicadeza e as peculiaridades da relação entre a mãe e o filho em um momento da relação:

Em outra oportunidade [do encontro], começou a chover muito forte durante o atendimento, o céu escureceu e os trovões despertaram a curiosidade de Crisântemo que tentava, sem sucesso, chamar a atenção de sua mãe para si. Rosa continuava seu relato sem se abalar com a maneira como seu filho se apoiava em seus joelhos, balançando-os. Depois de algumas tentativas, Crisântemo desiste e se volta para mim, apoiando-se em meus joelhos, ele me olha fixamente com os olhos cheios de intenção, ergue o corpinho ficando na ponta dos pés e se balança, o que interpreto como seu desejo de subir em direção à tempestade. Seguro-o, então, ergo seu corpinho até que seus pezinhos se firmem sobre minhas pernas – feliz da vida, ele gesticula, balbucia, sorri, aponta a janela e eu lhe falo sobre a chuva, ele presta a maior atenção no que digo e se encanta com a chuva! Depois de um certo tempo nessa brincadeira, sua mãe, visivelmente incomodada, retira o bebê de meu colo, como para aliviar-me e, levando Crisântemo para junto da janela, mostra-lhe o que ansiava por conhecer - a chuva. (Granato, 2004, p.44).

Eis um exemplo de uma mãe indisponível em certo momento, distante das necessidades do seu bebê, mas que pôde, de certa forma, e com ajuda do psicanalista, encontrar uma resposta à comunicação solicitada pelo filho. Como Granato (2004) expõe:

De um movimento de “adaptação insuficiente” Rosa chega à “dosagem” sensível das parcelas do mundo que oferecerá a Crisântemo (Winnicott, 1949), em termos de adequação

materna à maturidade do filho (p.43).

O que descrevemos durante todo esse capítulo, e muitas vezes encontramos como modelo de cuidado, é a *maternidade* em si, como representação do estado de um cuidador pronto para executar sua devoção. O modelo da maternidade parece-nos rico quando avaliamos o cuidado por levar-nos a acompanhar os passos de uma mãe devotada com seu filho, enxergar o que ela lhe fornece, o que ela lhe facilita, enfim, condutas constitutivas de uma relação inter-humana, que podem ser vistas, *a priori*, como a base do vínculo inter-humano e da constituição do *self*.

Contudo, poderíamos, ao invés de ater-nos à relação mãe- bebê, considerar outro tipo de relação 'bem-sucedida', em que alguém promove as condições de desenvolvimento do outro como, por exemplo, aquelas existentes entre professor e aluno, chefe e funcionário, médico e paciente, e outras. Afinal, um modelo de devoção parece-nos estar longe de definir-se como próprio das mulheres e tampouco de mães biológicas.

Dessa forma, estaríamos abarcando as relações estabelecidas entre os indivíduos a partir do *cuidado espontâneo*, de um devotamento que não estaria baseado em exigências ou deveres, como pode ser com uma mãe e um filho, nem na patologia quando pensamos em transferências - no sentido psicanalítico - pulverizadas nas relações, e sim, na disponibilidade humana para o cuidado. Podemos pensar que o cuidado é espontâneo quando acontece como gesto do verdadeiro *self*, um gesto, portanto, autêntico e integrado. Todavia, este gesto pode estar, paradoxalmente, harmonizado às regras e normas, já que nem toda norma é insana.

Winnicott (1962b) abordou o paradoxo "ser eu mesmo e me portar bem",

quando descreveu sua forma de comportar-se frente a um paciente em enquadres psicanalíticos, considerando tanto sua autenticidade quanto as necessidades de seu paciente. Foi além, contudo, pois contemplou ambos movimentos humanos, envolvendo aquele fundamental, existencial, de constituição do *self*, do ser autêntico e, portanto, o movimento de *criar* - e poder *ser eu mesmo* -, com o movimento de considerar o meio, de considerar o outro, o ambiente, e portanto, o movimento de *encontrar* - e *me portar bem*.

A respeito do cuidado, Aiello-Vaisberg, Correa e Ambrósio (2000) discorrem:

A relação mãe-lactente, sendo cronologicamente anterior a todas as outras relações, no âmbito individual, é um caso particular de encontro humano, aquele que tem lugar quando o nascimento biológico teve lugar mas o ser humano ainda não "chegou" ao mundo humano, requerendo, por isso, uma parceria absolutamente especial (p.3) .

Assim, a relação mãe e filho é cronologicamente a primeira, na vida individual, mas se insere no campo das relações de cuidado. É o que podemos ver em Chamuska (2000), no seu trabalho realizado com pessoas discorrendo a respeito de suas relações com professores. A autora entrevista pessoas que falam sobre professores que foram importantes em suas vidas e, nos relatos, podemos ver um exemplo muito claro de devoção - porque os importantes foram devotados - o que nos leva a conceber que não necessariamente as relações de cuidado seguem o modelo da relação mãe e filho e sim, o contrário, que a relação mãe-bebê inscreve-se no contexto das relações humanas de cuidado. Mesmo que a relação mãe-bebê seja cronologicamente anterior na vida individual, o modelo não é a maternidade e, sim, o cuidado. A maternidade é uma das

possibilidades desses tipos de relação humana. Continuam Aiello-Vaisberg, Correa e Ambrósio (2000):

Por outro lado, todo e qualquer encontro, atinja ou não níveis profundos de regressão (Winnicott, 1954) se faz verdadeiramente quando alguma devoção pode acontecer. (...) o fenômeno da devoção pode iluminar o entendimento da relação professor aluno, não porque esta deva reproduzir a relação mãe-bebê, mas sim porque ambas podem ser casos particulares de encontros humanos verdadeiros (p.3).

Aqui estamos contemplando o devotamento a acontecer de forma espontânea, autêntica, como o é na maioria do tempo visto com a mãe 'preocupada' comum, mas que pode ser reportado ao cuidado realizável, também, por outros que não a mãe, como os pais, avós, tios, professores, por alguém interessado em criar.

Interessante aparecer o verbo criar, já que o termo carrega algumas definições: "*conceber, dar existência a, tirar aparentemente do nada*" ou ainda "dar origem a formar, gerar, produzir" e "*alimentar, sustentar uma criança, educar*"⁸⁹. Aqui, criar alguém é dar-lhe possibilidade de existência, e é nesse sentido que o *holding* precisa ser considerado, como vimos no exemplo de crianças que podem ter perdido a oportunidade de 'continuidade de ser', e que ainda podem ser 'criadas' a partir de suas potencialidades.

Bem como define o Dicionário Houaiss, criar é tirar "aparentemente" do nada, já que o bebê humano chega-nos com seu corpo e sua potencialidade para o desenvolvimento e nunca 'do nada'. No caso do artista, na sua criação, ele não a realiza do nada da mesma forma; ele se utiliza da sua história, de suas

condições, de sua subjetividade, e suas obras saem apenas 'aparentemente' do nada.

Além, podemos pensar no criar como a possibilidade do bebê de criar o mundo quando é dada a ele a oportunidade dessa experiência. Assim, pode conectar-se com o mundo, desvendá-lo, interagir com aqueles que nele vivem e desenvolver capacidade para a simbolização. O criar envolve, pois, dois lados, qual sejam, o adulto e o bebê: um encontro inter-humano. O cuidado acontece entre um adulto real e uma criança real, embora sempre aconteça numa atmosfera inconsciente e numa área transicional.

Em uma família, possíveis marcas serão transmitidas para uma criança a partir da história e do imaginário familiar. Consideramos que uma criança, ao ser esperada, já pertence ao mundo dos pais. Após sua chegada, novas experiências marcarão os vínculos formados e isso alimentará sua história, que inclui o porquê de ter entrado em processo de adoção. Precisamos, então, refletir sobre até que ponto as condutas parentais podem determinar esta história.

Sabemos que o bebê, ao receber o olhar da mãe, pode 'ver a si mesmo'. Winnicott (1967b) acrescentou a esta condição, que o bebê depende das respostas do rosto da mãe para formar seu próprio sentimento de *self*. Assim, durante o processo de 'apercepção', ou seja, durante o momento no qual o bebê encontra-se subjetivamente fundido à mãe - ou a um cuidador - o bebê precisa da resposta do rosto dessa mãe para ver a si mesmo; ele ainda não atingiu a condição da 'percepção' de um outro, como um 'não- eu'.

Esta condição de 'percepção' dependerá e surgirá a partir da 'apercepção', entretanto, caso essa última não seja realizada por incapacidade da mãe ou do cuidador, a percepção poderá acontecer precocemente, acarretando

⁸⁹ Dicionário Houaiss e Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa.

conseqüências na constituição do sentimento de *self*. Disso depreendemos que a gestualidade espontânea do bebê não encontrará receptor, já que não há alguém para olhar e fazer 'ser olhado' de forma satisfatória, desdobrando-se possivelmente, num comprometimento da criatividade e da capacidade de realização da criança em seu desenvolvimento.

Contudo, essa potencialidade está na criança. Mesmo se considerarmos que o desenvolvimento teve lugar em condições ambientais problemáticas tornando necessárias certas estratégias defensivas, acreditamos que muitas crianças têm plenas condições de recuperar-se desta falhas e restabelecer um posicionamento de *self* mais saudável. Assim, distanciamo-nos de pensar a criança como um ser pré-destinado, acreditando, em contraposição, que apresentará marcas passíveis de re-inscrições e transformações.

Reconhecemos, assim, que as condutas dos pais têm repercussões diretas no filho com o qual convive. Em sendo assim, há que se considerar o modo como lidam com elas, bem como com as necessidades, os desejos, os medos, as marcas e cicatrizes existentes na suas histórias. Desta forma, Winnicott (1967b) não nega que sejamos todos, a partir do desenvolvimento emocional que nos leva a nos constituir como sujeitos totais, sujeitos portadores de suas próprias idiossincrasias. No entanto, pensa que é possível que os adultos, mãe e pai, cheguem a ser capazes de olhar a alteridade do filho, a conceber o filho como alter, como pessoa, como singularidade e não como mero prolongamento. Aqui encontramos uma grande diferença em relação a Freud, que via como possibilidade única o filho como substituto do falo materno. Em Winnicott, isto seria o que acontece na patologia, mas não na saúde⁹⁰.

⁹⁰ Os conceitos que vêm sendo tratados à luz das diferenças entre Winnicott e Freud decorrem da diferença fundamental antropológica entre esses autores, da visão de homem. Um desse

Inicialmente, é a mãe quem apresenta o mundo à criança, em “pequenas doses” (Winnicott, 1949b). A apresentação de objeto é uma das tarefas maternas iniciais. O pai, ou um outro, também assumirá, posteriormente, esta função, além daquelas fundamentais, de proporcionar tanto condições ambientais favoráveis para a maternagem quanto a referência da existência de um terceiro além da relação dual. A fusão mãe-bebê nesta relação, quando persistente além dos primeiros momentos de vida do infante, é um estado patológico, psicótico, que ocorre se a mãe é incapaz de ver o filho como alter e, portanto, de sair desta condição fusionada. Não se desfaz uma fusão derivada da psicose, assim como não destruímos um delírio com regras e leis. O que faz com que o estado de preocupação materna primária seja ultrapassado é o desenvolvimento emocional da mulher, do cuidador, capaz de “ver” o outro como tal, respeitando sua alteridade, sua singularidade. Em casos patológicos, o terceiro, aquele outro necessário, não consegue intervir e participar da relação criada pela mãe. Preside, então, uma falha de desenvolvimento do cuidador.

O desenvolvimento emocional da mãe/cuidador harmoniza-se com a participação na relação conjugal, em que o casal possa se ver como duas pessoas e apoiarem-se mutuamente em suas funções. Podemos dizer que as funções de pai e mãe não são muito diferentes e variam, ambas, de acordo com as necessidades de desenvolvimento da criança e da própria dinâmica familiar.

Uma criança que ainda não exista desde seu próprio ponto de vista não pode receber estabelecimento de limites, porque ainda não “existe”. Tudo o que ela precisa é de *holding*, e tanto a mãe como o pai podem dar *holding* e podemos observar isso todo dia na clínica. Já uma criança maior, que precisa aprender a se

conceitos, como exemplo, é o da constituição do superego da criança e a lei, no qual encontramos maior importância em Freud e uma visão diferenciada em Winnicott. O sentido da

locomover no mundo social, precisa conhecer a lei que a inclui no mundo humano, e a lei é apresentada tanto pelo pai como pela mãe⁹¹. Depreendemos que, se para os pais há um registro destas relações ao longo do desenvolvimento, poderão, ambos, compartilhar com seus filhos experiências que também viveram.

O desenvolvimento emocional dos pais é importante no favorecimento de condições ambientais propícias ao amadurecimento da criança, seja adotiva ou não. Fazendo parte dele, estão as representações criadas em cada um dos pais a respeito de diversos temas, tal como a representação social da criança adotiva, o que justifica pensarmos que trabalhos com pais adotivos são produtivos, principalmente quando levado em consideração aspectos do *self*. Trabalhos ligados à razão ou mais próximos ao registro cognitivo e intelectual parecem-nos não promoverem mudanças significativas em sujeitos totais ou em coletivos. No capítulo final da tese, trataremos das Oficinas criadas para pais adotivos e adotantes, que dentre outras, parecem-nos uma importante forma de contato com um campo experiencial, ao se trabalhar com pais adotivos.

2.3 Deparando-se com dificuldades na busca de um filho

Após tentarmos arrolar questões concernentes às necessidades da busca de um filho, dos aspectos da feminilidade e da masculinidade envolvidos e das desistências concreta e real do filho sob a forma de entrega, passaremos a discutir a impossibilidade de viver o processo biológico da concepção de uma criança.

maternidade também carrega diferenças entre os autores.

⁹¹ A idéia freudiana sobre a lei, incluída na função paterna, e sobre a castração parece partir de uma visão antropológica que pensa o humano como alguém que só deixa de cometer o mal porque tem medo de represália. Temos que questionar que não é apenas da lei, ou seja, do campo simbólico, que a criança necessita. Podemos enxergar de outra forma: uma criança pode estar desintegrada ou não-integrada. Isso estaria longe do problema da instauração de leis simbólicas e da castração, e mais perto do *holding* e do manejo.

Como discutimos há pouco, é possível encontrarmos na sociedade a quase superposição e identificação entre maternidade e feminilidade representando, assim, a maternidade uma evolução natural para se alcançar a plenitude de ideal de mulher. Trindade e Enumo (2002) descrevem como ainda está presente no pensamento social um ideário de devotamento e de sacrifício indispensáveis da mulher. Por outro lado, conhecemos pela história que essa representação existe não só versada na mulher, com sua feminilidade, como também no casal que, após unir-se perante o amor, deverá seguir o natural caminho da procriação, e assim, alcançar, ambos, a felicidade.

Essas idéias preservam-se ainda hoje. Trindade e Enumo (2002) realizaram uma pesquisa com mulheres distantes, a princípio, da infertilidade - que não estavam passando pela dificuldade de conceber filhos -, através da associação de palavras iniciada pela frase disparadora "mulheres que não podem ter filhos". Aparecem como resultado da investigação, a incidência das palavras *tristeza* e *incompleta*, e as autoras definem, ao final da pesquisa, que a representação social da infertilidade implica em depreciação e "estigmatização" da mulher, o que está associado à maternidade "...*sempre naturalizada, ora como destino biológico inarredável, ora como valor social inseparável da concretização da identidade feminina*" (Trindade e Enumo, 2002, p.14). Haveria, portanto, uma representação social de maternidade idealizada e romântica dificultando, decisivamente, a possibilidade de outras visões, chegando a apresentar a infertilidade como transgressão da expectativa socialmente imposta a nós (Trindade e Enumo, 2002).

De acordo com Kitzinger (1978, apud Trindade e Enumo, 2002), há tribos africanas que atribuem grande importância à fertilidade, encontrando estratégias

para o casal, caso haja história de infertilidade. Se o marido for impotente, a mulher poderá recorrer a outro parceiro até que engravide, mesmo que seja com parentes. Caso a mulher não engravide, o homem também pode encontrar outra mulher, para ter filhos em seu nome. Também no sentido da valorização da maternidade, pensava-se que, ao contrariar a função reprodutiva do útero - dito *madre* por médicos antigos - a mulher poderia se ver lançada numa cadeia de doenças de conexão, inclusive com o demônio.

No âmbito relativo à "busca de soluções", desta mesma pesquisa de Trindade e Enumo (2002), e associada à questão da busca de soluções para a mulher infértil, aparece a palavra adoção, junto a formas de tratamento médico para reversão do quadro e técnicas de reprodução assistida.

Algumas pesquisas estão debruçadas a estudar tanto as questões que levam à infertilidade quanto as vicissitudes decorrentes do deparar-se com a realidade do fato de não poder ter filhos (Ribeiro, 2004). Também há trabalhos que demonstram que a adoção acaba por ser a opção e a solução para o problema da infertilidade. Nosso trabalho, focado na adoção, pretende pensar em algumas relações diretas entre esses dois fenômenos. A adoção, muitas vezes, pode servir como solução de um problema orgânico, seja da parte do pai, seja da mãe.

Reconhecemos que demandas de ser mãe e pai desempenham um papel fundamental no processo de gestação, cuja ausência ou ambivalência acarretam dificuldades para engravidar. Assim, se necessidades ou desejos - de acordo com a maturidade do casal - caminham em sentido contrário à gestação, tanto no homem quanto na mulher, recorrer à adoção ou às técnicas reprodutivas de forma confusa ou não elaborada, caracterizar-se-ia, em última instância, um ato

enganoso da parte dos envolvidos, na tentativa de solucionar um conflito de maneira distorcida.

A maioria da literatura referente à conjunção entre infertilidade e adoção está de acordo quanto à necessidade de promover aos pretendentes à adoção um lugar para viver e pensar sobre a infertilidade (Weber, 2003; Eliacheff e Szejer, 2003; Iyama, 2004, Levinzon, 2004 entre outros), o que a nosso ver implicaria em resgatar aspectos de *self* da pessoa. Trata-se de um exercício psicanalítico distante de uma investigação da psicogênese da infertilidade nesses casais através da idéia de causalidade, contra o que devemos, a nosso ver, ter cautela. Pensa-se, pois, em psicanalistas possibilitando um buscar de sentido na experiência de infertilidade. Essa concepção coaduna-se com a de Ribeiro (2004) que, ao criticar a teoria da psicogênese da infertilidade, na qual se busca uma causa psicológica, ressalta que dados observados entre mulheres inférteis, tais como, dificuldade em relacionamentos com a mãe ou hostilidade à mãe, precisariam ser considerados como relacionados à infertilidade e não como sua provável causa. Pretende uma psicanálise que busque sentidos singulares em pessoas que vivem a esterilidade.

Os estudos com casais inférteis demonstram que uma das suas principais experiências vividas durante as tentativas da concepção é de angústia, frustração, insegurança e sentimento de fracasso. Há ainda distorções entre as experiências das mulheres e dos homens. Autores puderam perceber que os homens projetam nos filhos sua masculinidade e potência sexual e as mulheres são profundamente interrompidas na continuidade da sua identidade feminina, passando da vergonha para a culpa e raiva (Goldstein, 1996). Ribeiro nos conta que, em contato com Pines (1990) em processos de reprodução assistida, pôde perceber que os casais

precisavam se haver com um modo de reprodução que diferisse significativamente daquele vivido por seus pais.

Para a autora, o desejo de procriar advém em ambos os sexos, da identificação com o objeto primário, a mãe pré-edípica. Além disso, tal desejo estaria presente na fantasia da pessoa muito antes de poder ser realizado fisicamente, desde a infância. Para a menina, realizar o desejo de filho é dar continuidade ao seu desenvolvimento, como fez sua mãe, e se isso não é vivido, acarreta frustrações e feridas narcísicas devastadoras (Pines, 1990 *apud* Ribeiro, 2004).

Aspectos dos mais variados permeiam a infertilidade, envolvendo sempre o casal e não apenas o homem ou a mulher isoladamente. Tivemos oportunidade de conhecer um casal que não encontrava razões clínicas para a dificuldade de conceber um filho. Pensavam-se inférteis até que, casados novamente, cada um com novos companheiros, puderam ter filhos naturalmente. As relações estabelecidas entre o casal contribuem, necessariamente, para o caminho da busca do filho o que nos leva a assistir à *infertilidade do casal* e não a de um integrante do casal. A comunhão de necessidades de cada um pode tranqüilamente fortalecer os obstáculos da concepção de um filho.

Um exemplo envolvendo casais angustiados para engravidar faz-nos refletir sobre outro ponto. Certa vez, pude entrevistar um moça que me contava sobre o caminho de dificuldades que enfrentava junto a seu marido. Chegou a questionar que talvez não devessem ir contra a natureza: se a opção natural foi a infertilidade, por que brigar com ela? Ribeiro (2004) nos lembra que a experiência de infertilidade pode contribuir para intensificar fantasias primitivas de que há coisas estragadas no interior do corpo, como retaliação por fantasias sádicas da

infância. Klein (1928) alimentou-se das noções freudianas, falando-nos das fezes igualadas ao bebê que a criança espera ter e roubar da mãe, a que atribui um desejo de ter filhos da mãe e deles apropriar-se.

Exemplo clínico semelhante encontramos em Hamad (2002), que ainda presenciou, além do questionamento da imposição da natureza, a preocupação de sua paciente quanto à infertilidade como uma vingança possível ao casal, provinda de uma maldição de família. Reflete que invocar a natureza é invocar os pais, aspecto este pelo qual poder-se-ia buscar, na história do casal e de suas famílias, sentidos para essa condição.

Acrescentaríamos aqui que a tradição recebida, bem como as experiências compartilhadas nas relações do bebê com o adulto/cuidador, quando possíveis de serem guardadas, podem ser retomadas nas etapas da vida humana e dessa forma, transformadas, a qualquer momento (Winnicott, 1967; 1969). Questionar a infertilidade pode ser um caminho precioso na busca de sentido na vida do casal. Por outro lado, acreditamos que o próprio processo de busca da adoção pode contribuir para a elaboração das passagens vividas pela família em questão.

Há talvez um ideal para alguns profissionais que trabalham na seleção de candidatos à adoção, de que as pessoas, para adotarem, precisem estar 'prontas', com seus conflitos totalmente elaborados e resolvidos. Claro que uma mãe muito deprimida ou desintegrada⁹² não teria, a nosso ver, condições de saúde para acolher uma criança pequena. Ou ainda, quando alguém está passando por processo de luto muito recente, pela morte de um filho ou de

⁹² Aqui usamos o termo *desintegrada* pensando no processo de desenvolvimento emocional segundo Winnicott. Após um caminho longo até se chegar à integração, à constituição do *self*, tanto crianças quanto adultos podem passar por situações que os levem à desintegração, uma defesa contra a 'não integração'.

alguém próximo da família, deparamo-nos com questões importantes para se avaliar durante um processo, não apenas no sentido de julgar - o que Weber (1999) critica veemente na atuação de alguns profissionais - todavia, no sentido de atermo-nos ao conteúdo não consciente que governa a família, naquele momento específico.

Alguns psicanalistas como Eliacheff e Szejer (2003) são enfáticos ao dizer que, antes de adotar, os pais precisam, decididamente, fazer o luto da esterilidade. Por um lado, a idéia procede, pois se espera que passos importantes como os da adoção sejam realizados com clareza e segurança, contemplando a "inteireza" da pessoa que deseja adotar. Contudo, questiona-se o quanto existe de pais que criam filhos biológicos, e que não têm avaliada sua conduta, os quais sequer conseguem encontrar sentido na maternidade ou paternidade; não podem ater-se sobre seus próprios desejos, ou ainda, necessidades. Além disso, percebemos no fazer clínico, com as mães adotivas ou com casais que querem adotar, que o grande problema não é somente realizar o luto da esterilidade: nem todos são estéreis.

As idiossincrasias dos casais e dos que pleiteiam a adoção permitem-nos observar que muitas vezes a necessidade vigente é de desenvolver-se ou de fortalecer um *self* que, por alguma razão, tornou-se escondido, apagado, amedrontado, muitas vezes substituído por um *falso self*. Estamos falando em amadurecer o *self* mas também em selves, aqui no plural, dado o fato de tratar-se de casais. Às vezes, essa necessidade é de um membro do casal porém, muitas vezes, é de ambos.

Alguns casais possuem demanda consciente da busca de um filho, mas no campo inconsciente vivem uma outra demanda. Como exemplo, encontram na

pessoa do cônjuge o acolhimento materno e *holding* de que precisam, e o interesse em abandonar este cuidado proporcionado suficientemente bom, além da posição de filho na qual se encontra, está longe de ser real. A fantasia de que, com uma gestação, pode-se abalar dramaticamente certa estabilidade na vida que o casal conquistou, que por sua vez é sinônimo de proteção do *self*, pode ser insuportável.

Tive oportunidade de entrevistar uma pretendente à adoção, que me revelou o seu pavor em imaginar uma criança viva dentro de sua barriga. Essa era uma idéia insuportável. Não era estéril nem infértil, precisava de tempo e de sustentação emocional para lidar com diversas dificuldades, preferencialmente antes de ser mãe. Além disso, era evidente a sua necessidade e a do marido, de preservarem funções de cuidado mútuo: via-se claramente um cuidado maternal exercido por ambos, bem como falou Winnicott acerca do desenvolvimento de um *self* cuidador⁹³. A pessoa desenvolve uma habilidade em ser o que cuida, apesar de manter um *self* escondido que necessita, justamente, de cuidados. Essa era a dinâmica da relação do casal, na qual não cabia a entrada de um terceiro que também exigiria, inevitavelmente, cuidados.

Ainda podemos pensar pelo vértice de que o filho, ao chegar, separaria o casal, ou mesmo, separaria a nova mãe da sua própria mãe, provocando muito medo em ambos, levando à fantasia de morte. Ribeiro (2004) relata-nos alguns encontros com uma paciente em acompanhamento psicológico, quando realizava tratamento para engravidar, a qual na maioria das vezes chegava à clínica acompanhada de sua sogra. Essa relação não só a inquietava, como também

⁹³ *Self* cuidador é um termo de Winnicott, que designa um mecanismo de defesa que uma pessoa pode desenvolver quando o *self* se decepciona com o cuidado do ambiente, obrigando-se a cuidar de si mesmo, e desenvolvendo uma estratégia de defesa na qual serve-se de ser um ótimo cuidador de um outro.

incomodava os membros da equipe médica. Após um tempo de contato com a analista, a paciente aproximou-se de uma fantasia premente naquele processo, narrando o seguinte sonho:

Sonhei há dois dias que a minha mãe estava ganhando um bebê. Ela estava quase desmaiando. Eu fiquei chamando ela - mãe, mãe. Depois do parto ela desfaleceu (p.95).

Interessante é o fato de, logo depois do encontro com a analista e do relato do sonho, acontecer uma gravidez de fato, mas ainda em um conturbado campo angustiado pelo fato da moça não se achar suficiente para segurar um bebê como um dia fizeram sua mãe e sua sogra, e de revelar a profunda dependência que mantinha com a sogra.

A nuance inconsciente da dificuldade de conceber um bebê percorre caminhos que os psicanalistas nem sempre conhecem. Atrás da necessidade premente do "luto da infertilidade" dos casais adotantes, destacado por muitos psicanalistas, há muito trabalho a se fazer e muita terra desconhecida a desbravar.

Se fosse possível realizar um trabalho psicológico profundo com a população que busca a adoção, estaríamos, paralelamente, oferecendo *holding*, apoio social e ajuda no processo peculiar de aceitação e elaboração das questões que o permeiam para, então, a adoção poder entrar em momentos mais apropriados. Ou seja, além da preparação para a adoção em si, estaríamos promovendo a saúde de pessoas.

Esse tema da infertilidade, ou das dificuldades de conceber um filho, bem como das reproduções assistidas, ampliam margens para discussões que envolvem, efetivamente, as condições da sociedade contemporânea. Partindo de

um fator eminente da nossa sociedade, qual seja, a liberdade de escolha dos indivíduos, Szapiro e Féres-Carneiro (2002) abrem uma discussão sugerindo que, a partir do vértice da liberdade de escolha, possibilitou-se a construção de um imaginário de autonomia quanto ao sexo reprodutivo que, por consequência, acarreta um abandono da ancestralidade como também a negação da dimensão simbólica inerente na procriação. Para as autoras, o discurso da "produção independente", por exemplo, revela a gravidez ocorrida como desejada, porém mascarada sob um rótulo de independente como alternativa a assumir certa dependência da mulher frente ao homem, tal como é socialmente concebida.

As possibilidades de escolha que a ciência proporcionou não passam em branco no que tange às nossas relações com a "herança cultural" (Winnicott, 1967). A própria pílula anticoncepcional mostrou-se como elemento importante do imaginário social, por permitir às mulheres sentirem-se libertas e capazes de evitar um filho.

A clínica contemporânea nos coloca em contato com casais que vivem a demanda pelo filho de modo sofrido e emocionalmente conflitivo, por variadas razões, que são as múltiplas razões da infertilidade. Essas facetas levam-nos a confrontá-las com o fenômeno de entrega de crianças: existiria um campo experiencial comum entre ambas?

3. DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS FISIONOMIAS COLETIVAS

3 DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS FISIONOMIAS COLETIVAS

De acordo com o que destacamos ao longo dos capítulos anteriores, fundamentados numa ética da psicologia clínica social, interessa-nos investigar nessa pesquisa uma faceta do processo de adoção: o imaginário coletivo sobre a criança adotiva a partir de professores de ensino fundamental e médio. Seguindo um trabalho de rigor metodológico e impacto social, pretendemos, pois, descortinar traços inconscientes de um sujeito coletivo, que por sua vez fundamentam condutas, para, assim, propormos intervenções capazes de promover transformações em nível de *self*.

Por tratar-se de uma investigação baseada no método psicanalítico, preferimos utilizar o termo *imaginário coletivo* ao invés de representações sociais, para abranger, em sua amplitude, as manifestações de uma área experiencial coletiva, qual seja, o campo transicional (Winnicott, 1967a) de um grupo por nós delineado - os professores -, acerca de um determinado assunto: a criança adotiva.

O caminho da pesquisa sobre as manifestações de subjetividades grupais difere consideravelmente do encontrado nos trabalhos realizados segundo a teoria das *representações sociais*. Malgrado os estudos fecundos realizados desde as últimas décadas, é possível situar historicamente as mudanças que vem ocorrendo no modo de utiliza-las como ferramenta de pesquisa e, paralelamente, destacar o seu caráter transdisciplinar, favorável ao diálogo com outras disciplinas (Aiello-Vaisberg, 1995, 1996, 1997, 1999).

A noção de representação social foi utilizada pela primeira vez nos anos sessenta, na área da psicologia social, por Moscovici (1961), que pretendia pesquisar como uma teoria científica ou política é difundida em uma cultura, e de

que forma pode sofrer transformações e modificar a visão das pessoas sobre si mesmas e sobre o mundo (Moscovici, 1961). Buscava focalizar de que maneira a difusão do conhecimento interferia na criação de um novo senso comum. Seu trabalho compunha-se de duas partes: uma destinada a depreender o que os franceses falavam acerca da psicanálise, a partir de questionários; e outra, destinada a revisar, em jornais e revistas, entre 1952 e 1956, o que havia sido publicado sobre a psicanálise (Moscovici, 1961). Escolheu a teoria psicanalítica como objeto de investigação já que vinha penetrando a sociedade francesa, após as guerras. Entretanto, não a utilizou como método.

Devido a uma frouxidão no conceito das *representações sociais*, lacunas quanto à sua precisão e utilização mostraram-se significativas. Em sendo assim, grupos psicanalíticos que se inspiravam nesse conceito foram criando propostas de pesquisas psicanalíticas das representações sociais visando maior rigor conceitual. Dentre eles, foram desenvolvidos estudos versados sobre a representação social da loucura, da aids, dos deficientes mentais e outros, que se fundamentaram no método psicanalítico e, a longo prazo, possibilitaram tecer críticas quanto à teoria vigente (Aiello-Vaisberg, 1999).

Interessa-nos destacar na tese alguns problemas quanto a utilização da teoria e do conceito clássicos de representação social, em especial, no que se refere à articulação entre o individual e o social e à especificidade do termo *representação*. Caminhamos, assim, rumo ao fundamento psicanalítico do termo, em detrimento ao seu enfoque social.

Num contexto de leituras marcadas pela dicotomia entre indivíduo e sociedade, os estudos das representações sociais no campo da psicologia social mostram-se conflitantes com os estudos da psicanálise, que partem de um ponto

de vista que o homem é um ser social.

Uma leitura dialética da teoria freudiana⁹⁴ auxiliada por Bleger (1963), que proporcionou um olhar mais rigoroso quanto às condutas humanas individuais e grupais, ajuda na reflexão sobre esse conflito, já que permite contemplar o caráter intersubjetivo destas manifestações, ao considerar que dimensões singulares e grupais estão superpostas uma na outra. Evidencia-se, ainda, que para estudar tanto as condutas individuais quanto as grupais, é preciso recortar o que interessa a cada disciplina, diferentemente de cindir o homem do seu meio social. Isso se deve ao fato de que os fenômenos humanos são condutas da totalidade do humano, que inclui a dimensão social.

A partir das proposições blegerianas, foi possível considerar as representações sociais correspondentes a um grupo de condutas que acontecem na área mental e sociodinâmica, como *manifestações de subjetividades grupais* (Aiello-Vaisberg, 1995, p.106).

Quando as representações sociais são psicanaliticamente abordadas, adota-se uma perspectiva psicodinâmica, que focaliza a articulação entre dimensões social e afetivo emocional. Concebida como fenômenos humanos, as representações sociais podem, por sua vez, ser vistas como "condutas" e, portanto, podem ser estudadas por todas as ciências humanas. Ao invés de conceber as ciências psicológicas separadas das sociais, evocando uma interface dessas duas áreas como se pertencessem a lugares fronteiriços, preferimos pensar que:

⁹⁴ Encontrava-se já em Freud (1921) a consideração da condição própria do homem como um ser social, necessitado da presença contínua de um outro nos primórdios da vida, como condição para sua existência. Contudo, apesar do ensaio freudiano a esse respeito, as condições do movimento de condutas entre indivíduo e sociedade não foram suficientemente abordadas, a não ser a partir de uma visão maquiânica da mente humana individual. Bleger introduziu uma nova forma de tratar do tema.

...qualquer situação humana contém, inextricável e concomitantemente as dimensões individual e social. Aliás, o indivíduo é produto de um processo de caráter essencialmente social de constituição da subjetividade (Aiello-Vaisberg, 1999, p.65).

Assim, aceitamos a premissa de que não há tipos diversos de representações, pertencentes a campos de pesquisa diversos, como alguns teóricos um dia sustentaram. A crítica de que parece faltar a noção de conduta humana como totalidade complexa, diretamente inapreensível, a requerer recortes metodológicos (Aiello-Vaisberg, 1999, p.68) leva-nos a pensar em formas de organizar investigações, o que é diferente de delimitar as áreas que seriam “proprietárias” das representações.

É o fenômeno representacional, em sua inerente complexidade, que pode ser focalizado a partir das diferentes perspectivas que caracterizam as ciências humanas (Aiello-Vaisberg, 1999, p.69).

Concordando com Bleger (1963), ressaltamos, ainda que:

...o que existe é a totalidade do fenômeno humano, do qual podemos recortar o trabalho representacional segundo os interesses de pesquisa-intervenção. O que cada recorte metodológico pode fornecer é a visão de um grupo, classe ou nível de qualidades da conduta que, em si mesma, é unitária e total (Aiello-Vaisberg, 1999, p.69).

Dessa forma, pretende-se investigar aquilo produzido socialmente, delimitando cuidadosamente sua amplitude a partir de um recorte metodológico

(Bleger, 1963)⁹⁵. Essa forma de conceber a psicologia social fez-nos evitar a utilização do termo *representação social*, tão atrelado à Moscovici.

Resta-nos, contudo, outra questão voltada ao conceito de *representação* propriamente dito, que também fornece subsídios para nos afastarmos da concepção clássica de representação social. Em psicanálise, o termo *representação* possui uma especificidade, a qual merece ser considerada quando se pesquisa com o método psicanalítico.

No clássico texto de Freud (1911) sobre o funcionamento psíquico, descreveu-se o início da criação das representações e do processo do pensamento, de onde depreende-se a criação da representação da realidade. Primeiramente, haveria a alucinação do objeto desejado, regida pelo princípio do prazer, processo denominado primário. Entretanto, uma vez que a alucinação não é meio eficaz de realização do desejo, entraria em cena um segundo princípio, o da realidade, que passaria a representá-la, buscando conhecer o mundo externo e permitindo adiar a busca da satisfação⁹⁶.

Desde o *Projeto de Psicologia* (1895) - texto que nos remete a quantidades e neurônios - Freud nos oferece um modelo da subjetividade humana. O aparato anímico mostra-se um aparato de memória e esclarece Garcia-Roza:

⁹⁵ A partir das indicações de Enrique Pichon-Rivière, Bleger (1963) discrimina três estruturas de uma unidade do campo da conduta: o campo ambiental, o psicológico e o da consciência. A partir dos avanços epistemológicos atuais, podemos afirmar que o campo ambiental corresponde ao ponto de vista do observador externo, incluindo não apenas aspectos materiais, como também imaginários. O campo psicológico, que consiste no ponto de vista do sujeito, individual ou coletivo, vale dizer, de sua experiência subjetiva, pode estar articulado ou dissociado do campo ambiental. É correto afirmar que o campo psicológico é basicamente não consciente, na medida em que o campo da consciência corresponde apenas à pequena parte do campo psicológico (Aiello-Vaiberg, Tardivo e Fonseca, 2002; Micelli-Baptista, 2003).

⁹⁶ Diz Freud: "...Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real" (Freud, 1911, p.238).

...mesmo a descarga, dita primária, não se faz sem a função secundária (fuga ao estímulo e ação específica), e portanto sem a memória. É pela memória ou enquanto memória que o aparato anímico se constitui (Garcia-Roza, 1991 , p.34).

Fica, assim, evidente que:

...Não se trata de um aparelho já pronto que, em seguida, entra em relação com o outro e com o mundo. O aparelho psíquico não é em-si, é para- outro, e é nessa relação ao outro que se constitui a consciência-de-si (Garcia-Roza, 1991, p.43).

Implicado na determinação da linguagem, Freud concebe o aparelho da linguagem como não constituído *em relação ao mundo* mas sim, *na relação com um outro aparelho de linguagem*, na relação com o outro humano e não com um outro objeto qualquer do mundo.

O que se pretende destacar é o imprescindível contato de um outro humano, necessário para a constituição subjetiva do homem, o que nos leva a reconhecer, com muita clareza, o quanto está o método psicanalítico, desta forma interpretado, distante do positivismo, que trata o aparelho psíquico como mecânico e independente daquele que intervém ou que dele se aproxima. No entanto, não podemos deixar de observar que o próprio termo *aparelho* é evidentemente indicação do uso de um modelo fisicalista e positivista, que, se mal interpretado, acaba por afastar a própria psicologia da dramática e do acontecer clínico.

Voltando ao termo *representação*⁹⁷, é importante lembrar sua correspondência, no alemão coloquial, às palavras *idéia* ou *concepção*. É

⁹⁷ *Vorstellung* em alemão.

traduzido geralmente por 'representação', 'idéia', 'apresentação', e até 'imagem' e 'concepção'. Trata-se de um termo clássico em filosofia e em psicologia, que designa 'aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento' e "...em especial a reprodução de uma percepção anterior" (Laplanche e Pontalis, 1998, p.448).

Apesar do domínio da palavra 'representação' nas traduções dos textos freudianos, é possível reconhecer confusões quanto aos significados desta tradução, já que em português, o verbo *representar* possui várias conotações. Torna-se evidente, contudo, a dificuldade de tradução deste vocábulo (Hanns, 1996).

Sobre a composição do termo *Vorstellung*, Hanns (1996) esclarece que *vor* corresponde à preposição que significa 'diante de', 'na frente', 'perante'. O prefixo verbal indica geralmente que a ação ocorre temporal ou 'espacialmente', 'na frente de' ou 'diante de'. *Stell* corresponde ao radical do verbo *stellen*, 'pôr', 'colocar', 'colocar de pé'. *Ung*, sufixo de substantivação, corresponde com frequência a 'ção' em português.

Cabe destacar um comentário do autor sobre as traduções do termo, para que nós, leitores, tenhamos em mente sua complexidade tanto na língua portuguesa, quanto em outras, lembrando que ainda há dificuldades em optar por uma tradução unânime de *Vorstellung* :

... Freud emprega o termo em diversas acepções e dialoga ao longo de sua obra com diferentes interlocutores, com a escola de medicina romântica, com Herbart, com diversos filósofos, em especial Kant e Schopenhauer. É característico do estilo de Freud transitar entre as dimensões das linguagens coloquial, da filosofia, da psiquiatria e da psicanálise, e nem

sempre é evidente de que sentido de *Vorstellung* se trata. Por outro lado, nos textos de divulgação, preocupado com o entendimento de sua obra (...), parece empregar o termo sem cerimônia, pressupondo um entendimento comum e imediato no sentido de 'idéia', 'concepção', 'imagem', 'pensamento'. Tudo isto coloca um desafio não só aos tradutores (...) como também exige que o leitor esteja atento a alguns aspectos terminológicos (...) (Hanns, 1996, p.397).

Nos textos da psicanálise, as traduções desse vocábulo aparecem no sentido de concepção, idéia, imagem e representação, de acordo com o contexto no qual está inserido - considerando que para cada contexto há uma alternativa de tradução pertinente (Hanns, 1996)⁹⁸. Resta salientar, enfim, a importante diferenciação do termo em alemão de *darstellen* (explicar, mostrar, exprimir, expressar), *vertreten* (substituir, representar) e *repräsentieren* (estar no lugar de algo e representá-lo; corresponder a), palavras essas muitas vezes traduzidas para o português como *representação*⁹⁹.

Desde a *Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud enfatizava a atuação constante do princípio do prazer na criação das representações e no funcionamento da consciência:

...as mais complexas realizações do pensamento [onírico] são possíveis sem a assistência da consciência — um fato de que não poderíamos deixar de nos inteirar, de qualquer modo, através de toda psicanálise de um paciente que sofra de histeria ou de idéias obsessivas (Freud, 1900, p.619).

⁹⁸ Hanns (1996) toma como exemplo de uma dificuldade a opção da nova tradução francesa de manter um só termo 'representação', para *vorstellung*. Acredita que apesar de intenção de consistência, será preciso conviver com as dificuldades por ele citadas.

⁹⁹ Além de ser facilmente objeto de confusões, o termo ainda foi utilizado por Freud com suas variantes: representação-palavra, representação-meta e de objeto.

Em 1911, Freud postula que:

...o estado de repouso psíquico foi originalmente perturbado pelas exigências peremptórias das necessidades internas. Quando isto aconteceu, tudo o que havia sido pensado (desejado) foi simplesmente apresentado de maneira alucinatória, tal como ainda acontece hoje com nossos pensamentos oníricos a cada noite. Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais do mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real (p.238).

Nestas palavras de Freud evidencia-se que o processo do pensamento firmou-se na teoria do autor como subsequente e concomitante ao processo primário. Ao mesmo tempo, esse processo designa a forma de compreender a realidade para nela atuar.

Freud, ao haver observado que imanente ao pensamento, característico do processo secundário, mantém-se em funcionamento o princípio do prazer, promoveu a nosso ver uma revolução nos estudos da mente humana. Contudo, devemos fazer algumas ressalvas no que tange à sua utilização de modelos virtuais ao longo da obra e, principalmente, à própria concepção de realidade.

Sobre um fundo positivista, compreensível tendo em vista o horizonte cultural e científico de seu tempo, a obra freudiana foi construída desde o *Projeto* de maneira a firmar-se repleta de conceitos abstratos e mecanicistas inteiramente superados, levando-nos a cultivar uma visão epistemologicamente crítica para não confundirmos a psicanálise, como ciência humana, com as hipóteses historicamente "fundamentais" freudianas (Herrmann e Lowenkron, 2004).

Paralelamente, porém, Freud traz elementos oriundos da dramática clínica e da colocação do método psicanalítico em ação, que podem ser, até hoje, úteis de um ponto de vista heurístico. Afinal, ele próprio contribuiu para a quebra do paradigma positivista¹⁰⁰ e, ao contrário da metapsicologia, percebemos que a clínica viva freudiana é o que fundamentalmente nutre nossa tradição enquanto psicanalistas.

Por outro lado, no que tange às questões sobre a visão da *realidade*, importa ressaltar que este conceito freudiano foi radicalmente implodido pela teorização winnicottiana referente à existência de uma *terceira área da experiência*, denominada *espaço potencial*¹⁰¹ (Winnicott, 1951).

Esta terceira área diz respeito à convergência do meio interno com o meio externo, que, imiscuídos, participam de uma experiência de transição entre o que é concebido internamente pelo bebê e aquilo que pertence ao mundo externo. Protagonista dessa experiência é a ilusão, que permite ao infante criar seus objetos subjetivos e depois encontrá-los na realidade, se um cuidador apresentá-los no momento oportuno. Desde a perspectiva winnicottiana, a realidade é criada/encontrada pelo indivíduo a partir das primeiras mamadas. Não é, pois, uma ordem estática diante da qual só são possíveis a submissão ou a rebeldia. A nosso ver, quando acompanhamos as concepções de Winnicott sobre a realidade, alcançamos a compreensão de que, ao invés de se submeter à realidade, o infante na melhor hipótese, estabelece uma relação criativa com o mundo.

Trata-se de um período no qual o bebê é dependente em absoluto do

¹⁰⁰ Aos interessados neste tema, recomendamos a leitura de um texto de Carlos Alberto Plastino, "O quinto rombo: a psicanálise", publicado no livro *Conhecimento prudente para uma vida decente*, organizado por Boaventura de Souza Santos (2004).

cuidador e ainda não o discriminou como *outro*. Nesse momento, o cuidador é o responsável por atender suas necessidades, apresentando concretamente o "seio" criado pelo bebê. É uma apresentação viva, real, de algo existente, que faz sentido para o bebê uma vez que corresponde à sua criação subjetiva.

Podemos distinguir essa dinâmica entre mãe e bebê, pois partimos de um ponto de vista adulto; porém, sob o ponto de vista do bebê, ele está criando o que é necessitado, já que não vislumbra separação entre eu e 'não-eu'. Somente aos poucos, quando atendido em suas necessidades, iniciar-se-á um período em que o bebê haver-se-á com o não-eu e com a separação.

Winnicott (1967a) atribuiu a esse espaço potencial as bases para a criatividade e para o brincar. As trocas compartilhadas entre bebê e adulto fornecerão subsídios para que o bebê acredite que o mundo contém aquilo de que necessita. Por outro lado, esta experiência também favorecerá que consiga "unir" com seu mundo interno, aquele que está se separando, no caso, o cuidador, (Winnicott, 1967a). Sobre esse período diz:

...a imago do mundo interno é mantida viva, por meio do esforço concedido pela disponibilidade da mãe externa separada e concreta, juntamente com sua técnica de cuidado infantil (Winnicott, 1967a, p.135)

Acrescentou, ainda, que esta terceira área, o espaço potencial, além de proporcionar a possibilidade do brincar, também fundamenta as experiências culturais, ponto importante por estudarmos personalidades coletivas:

Empreguei o termo experiência cultural como uma ampliação da idéia dos fenômenos transicionais e da brincadeira, sem

¹⁰¹ Esta área pode receber ainda outros nomes: área intermediária, lugar de repouso, localização

estar certo de poder definir a palavra cultura. A ênfase, na verdade, recai na experiência. Utilizando a palavra cultura, estou pensando na tradição herdada. Estou pensando em algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos nós podemos fruir, se tivermos um lugar para guardar o que encontramos (Winnicott, 1967a, p.137-138).

Descreve que várias pessoas podem compartilhar dessa experiência transicional em uma dada sociedade e que podemos atrair grupos baseados exatamente nas similaridades das experiências ilusórias vividas nesta área intersubjetiva (Winnicott, 1951). Assim, a transicionalidade propicia uma abertura para pensarmos a *realidade* como produto da atividade humana; tanto a chamada realidade interior, quanto a externalidade do mundo serão criadas a partir do *espaço potencial*¹⁰².

Seguindo esse raciocínio, vislumbramos uma investigação dos traços desse "mundo humano" da coletividade, os quais designam experiências da área transicional, que nos permita uma aproximação em relação à personalidade coletiva dos professores, a ponto de delinear uma *fisionomia coletiva* (Machado e Vaisberg, 2003) desse grupo a respeito da criança adotiva.

As *fisionomias coletivas* seriam a metáfora para aquilo que desejamos captar de um grupo específico. Não se tratam, pois, de representações sociais, já que, como vimos, as *representações* implicam em movimentos mais sofisticados do desenvolvimento humano, não abarcando a complexidade envolvida nas experiências mais primitivas anteriores à constituição do pensamento. Também

da experiência cultural.

¹⁰² Compreender esse espaço winnicottiano não é valorizá-lo como descoberta cartográfica ou territorial, objeto de louvor positivista, mas considera-lo como representante do "mundo humano" (Aiello-Vaisberg, 1999).

distanciam-se da concepção de "social" de Moscovici (1961) ao pretenderem considerar o mundo social compartilhado como inerente ao humano, aproximando-se das concepções de Bleger (1963) para o qual o coletivo é a dimensão social do ser humano.

Coaduna-se, ainda, com as concepções winnicottianas de que o homem se desenvolve emocionalmente mergulhado no social estando, inevitavelmente, inserido em uma cultura. Desta, o homem recebe sua herança e tradição (Winnicott, 1967a), ao compartilhar experiências em momentos primitivos do desenvolvimento anteriores ao processo de pensamento.

As fisionomias coletivas, por seu turno, estão mergulhadas no imaginário social e contêm traços do campo transicional, que acreditamos serem traços de *self* e portanto, imperativos na ética e conduta humanas. Ademais, ao utilizarmos este termo em pesquisa psicanalítica, estamos caminhando no sentido de considerar um recorte de pesquisa como dinâmico, assim como o rosto humano, diferenciando-se de uma máscara que se mostra estática (Machado e Vaisberg, 2003).

A pesquisa psicanalítica de imaginários sociais precisa considerar a faceta móvel dos traços sociais mas também o lugar no qual o coletivo troca experiências. O imaginário coletivo, termo constantemente utilizado nessa tese, parece-nos este lugar, um espaço no qual estamos, todos nós, imersos, trocando experiências. Nessas trocas, a herança cultural mostra-se fundamental, a qual é assimilada intersubjetivamente pelo homem de acordo com sua tradição.

Winnicott (1967a), ao falar sobre a experiência desse enraizamento levado ao extremo, lembra-nos vivências de pacientes psicóticos pairando entre o viver e o não viver, bem como experiências de vida e morte dos pacientes

fronteiriços, trazendo para discussão fatores experienciais contidos na transmissão cultural - propriedade não apenas desses pacientes, mas sim, de todos humanos - que podem transcender a dimensão existencial do homem.

No presente trabalho, interessará em particular focalizar a atenção em uma dessas facetas inarredáveis da transmissão cultural, qual seja, a questão da "origem", freqüentemente presente em reflexões como "de onde viemos e para onde vamos", de "vida e morte", já que, como veremos, quando o assunto é a adoção, o tema da origem aparece como essencialmente importante.

Indubitavelmente podemos questionar os enraizamentos culturais, compreendê-los através de recortes das condutas de personalidades coletivas e, ainda, transformá-los. Em sendo assim, nessa tese, optamos por investigar a *fisionomia coletiva* de um sujeito coletivo sobre as crianças adotivas. Escolhemos justamente um coletivo cuja função social é desenvolvida em estreita proximidade com a infância e a adolescência.

Dentre outros critérios, decidimos investigar professores - de ensino fundamental e médio - e assim, delinear uma fisionomia coletiva deste grupo sobre a criança adotiva. As várias razões para tal escolha serão abordadas mais adiante, onde também veremos como estes professores criam/encontram as figuras sociais que protagonizam suas práticas, com ênfase especial sobre a criança adotiva.

4. A PESQUISA E O MÉTODO: O ENCONTRO COM OS PROFESSORES

4 A PESQUISA E O MÉTODO: O ENCONTRO COM PROFESSORES

A aceitação dos pressupostos de Winnicott (1967a) a respeito do espaço potencial como o fundador da experiência cultural, no qual se compartilham experiências intersubjetivas, permite a proposição de uma investigação da *fisionomia coletiva* de professores sobre a criança adotiva, ressaltando que este termo designa uma reunião de experiências intersubjetivas fundadas em uma área transicional.

A pesquisa em psicanálise insere-se em um contexto cuja tradição remete-nos necessariamente a Freud. Foi ele quem, desde seus primeiros escritos sobre algumas afecções sem fundamento orgânico, introduziu, de fato, uma concepção até então desconhecida pela medicina de sua época, qual seja, de que o sintoma tem sentido (Bercherie, 1980). Nas leituras de suas obras iniciais, deparamo-nos constantemente com a tentativa de convencer a sociedade científica de que existe um sentido na conduta humana. Politzer (1928), dentre todas suas críticas contra o caminho que seguiu posteriormente o movimento psicanalítico, considerou esta uma das grandes e importantes inovações da psicanálise.

O percurso de Freud, ao atravessar os enigmas da histeria - do 'isso' que convive em nós, das formas como pode aparecer - e então, chegar à organização de uma teoria, mostra quanto esforço foi necessário para se consumir um pensamento inacessível a muitos do final do século XIX. Havia uma resistência em aceitar diversas questões, desveladas pelo fundador da psicanálise, desde a sexualidade infantil até a importância das fantasias e dos sonhos na vida humana.

Contudo, a teoria da psicanálise foi aos poucos se infiltrando na sociedade vienense, alemã, suíça, inglesa, americana e francesa e assim, nos

maiores centros da época, modificando, mesmo com grande resistência, as representações sociais da psicanálise. Inclusive foi com a intenção de conhecer essa influência, vale dizer, a representação social da psicanálise, que os estudos de Moscovici (1961) sobre as representações sociais desenvolveram-se.

Hoje, como consequência da própria assimilação cultural da psicanálise pelo pensamento ocidental, deparamo-nos com convicções diferentes quanto aos porquês dos sintomas vigentes no século XIX.

Apesar dos psicanalistas reconhecerem esse caráter inovador de Freud - não apenas do conteúdo da sua teoria, mas do seu método de investigação, impensável pelos médicos e neurologistas do meio acadêmico de então - a psicologia não se restringe à psicanálise. Algumas de suas outras linhas rejeitam qualquer tipo de método que interprete a conduta humana como repleta de significados. Seguindo uma vertente positivista, ainda buscam reconhecimento e legitimidade no modelo médico positivista de pesquisa. Assim, críticas contundentes sobre a forma como a psicologia, ciência 'filha da medicina', subestima um método próprio de pesquisa direcionado ao humano e incentiva metodologias objetivantes na abordagem do humano, fazem-se necessárias.

No meio acadêmico, ainda persistem posicionamentos que desprezam a conduta humana como *humana*, usando fartamente imagens metafóricas que a aproximam do mundo animal e do mundo maquínico. Para tais correntes, os humanos, os animais e as máquinas não se apresentam sob diferentes modalidades de existência, do que resulta o não reconhecimento da especificidade do fenômeno humano enquanto experiência fundamentalmente emocional, tributária da eficácia de um campo inconsciente.

O método psicanalítico proporciona uma forma de investigar condutas

humanas de maneira a não se distanciar do sofrimento e sequer objetivá-lo. Caracteriza-se, porém, pela preservação da possibilidade de emergência do significado subjacente, independente daquilo que se constitui como fonte de investigação.

Todavia, para experimentar este tipo de método de pesquisa, alguns cuidados devem ser observados. Dentre eles, um premente corresponde à forma de iniciar-se a investigação psicanalítica, forma esta relativa a uma postura maximamente desapegada de respostas, de conhecimentos ou de teorias anteriores (Silva, 1993). Muito embora este ideal não seja fácil, espera-se, ao menos, que conhecimentos e teorias não configurem todo o cenário da pesquisa, já que são do campo da consciência e podem encobrir aquilo esperado numa pesquisa psicanalítica: o contato com traços de experiências da 'terceira área' (Winnicott, 1967a). É também conveniente, manter-se aberto ao novo, ao desconhecido, que possam emergir, acreditando

...no eterno movimento da vida, na natureza sempre pulsando em direção à representação” aguardando um sentido que poderá surgir, já que “é da ordem do humano que assim aconteça (Silva, 1993, p.22).

A falta de paciência para aguardar essa emergência pode ocasionar apego a significações parciais ou falsas, o que distorce, ao invés de se fazer conhecer.

Diferente do referencial positivista, que pede distanciamento e neutralidade, o método psicanalítico considera que psicanalista e indivíduo ou coletivo estudados integram o mesmo acontecer. Na investigação psicanalítica, como a concebemos, não se opera segundo a divisão sujeito-objeto. Ao contrário,

entende-se que o conhecimento sobre o fenômeno humano tem lugar num campo intersubjetivo e será intersubjetivamente compartilhado com a comunidade científica. Considera-se, assim, ser impossível transformar a experiência de encontro inter-humano em dado ou fato externo aos envolvidos, sendo este um ponto fundamental da pesquisa qualitativa, que a diferencia da quantitativa (González Rey, 2002).

A escuta e observação na situação analítica caracterizam-se como encontro especializado. Como narra Granato (2004), deveria existir um 'acompanhar' do psicanalista pelas aventuras e desventuras dos seus analisandos da mesma forma que faz quando se está na posição de leitor. Contamos sua forma particular de acompanhamento:

...surpreendendo-me, envolvendo-me, teimando em compreender os motivos das ações dos personagens e sofrendo ou me alegrando por cada desfecho que me é comunicado..." (Granato, 2004, p.12).

No encontro inter-humano, percebemos que ocorre um modo de escuta do drama do outro, muito mais que uma escuta comum. A experiência entre pesquisador e pesquisado acontece, pois, nessa entrega do investigador à narrativa, no mergulho frente à expressão daquele outro, e disto surge um conhecimento que é, também, *encontro*. Tal encontro pode ser profundamente significativo para todos os envolvidos e distancia-se, notavelmente, daquilo que um intelecto "falso *self*" poderia produzir, desde o ponto de vista do domínio informativo.

Mas até que ponto, quando nos apropriamos dessa escuta diferenciada, desse modo de viver/escutar uma experiência, podemos transmiti-la? É

interessante pensar como parte essencial da pesquisa psicanalítica, que ocorre um segundo momento, após o encontro clínico, de troca de experiências vividas entre o psicanalista e o grupo de pesquisa do qual faça parte (Aiello-Vaisberg, Machado e Ambrosio, 2003).

Isso nos interessa pois é justamente o objetivo do presente texto: compartilhar um modo de se produzir conhecimento sobre um dado fenômeno humano, por meio do uso do método psicanalítico. A objetivação do humano será abandonada em favor do cultivo da máxima transparência em relação ao acontecido, não para que com isso se replique um experimento, mas para que novas trocas intersubjetivas proporcionem uma maior compreensão e ensejem transformações de práticas sociais, que possam tornar o viver menos sofrido emocionalmente.

Cabe àquele que faz uso do método psicanalítico ater-se ao vivido, à dramática humana, e abandonar maximamente o equívoco segundo qual quanto mais abstrata é uma afirmação mais saber proporciona-se (Politzer, 1928). Num primeiro momento, tratar-se-á de favorecer um encontro inter-humano, abrindo-se para uma escuta da experiência e da comunicação emocional. Em momentos posteriores, tratar-se-á de comunicar este encontro, compartilhando-o com outros pesquisadores, fundamentalmente por meio da elaboração escrita de um texto articulado a partir do estilo pessoal do pesquisador (Safra, 2001), o que podemos denominar de *narrativas psicanalíticas*.

A narrativa parece-nos um meio importante na realização de uma pesquisa qualitativa e psicanalítica. Benjamin (1994) trouxe-nos uma contribuição interessante quanto ao uso deste tipo de elaboração quando se busca uma aproximação com as experiências humanas. Ao contrário de promover

explicações sobre o vivido ou encontro com verdades, as narrativas abrem espaço para o leitor interpretá-las livremente, o que acarreta uma dimensão inexistente, por exemplo, em contextos informativos¹⁰³. Além disso, faz-se pertinente tanto como forma do processo expressivo dos participantes da pesquisa, no caso os professores e outros contatos com os quais deparou-se o pesquisador, quanto como meio do processo comunicativo do próprio pesquisador.

O pesquisador caminha narrando a experiência vivida de forma verdadeira, promovendo ao leitor a mesma possibilidade de vivência, a partir do encontro com as experiências dos outros. A *narrativa psicanalítica*, forma esta singular do relato de uma experiência vivida, revela a veracidade do método psicanalítico quando expressa a subjetividade do investigador clínico, inextricável ao drama sobre o qual o narrador se baseou. Em sendo assim, contrariamente a demandar o uso de métodos fidedignos e reaplicáveis, independentes do investigador, faz deste último um participante da experiência vivida na pesquisa, o qual relatará, com a vivacidade experimentada, a experiência do encontro. Evita-se, assim, objetivar o vivido através de dados como também simplificar a complexidade do fenômeno humano.

Bem como propõem Granato e Vaisberg (2004), ao realizarmos uma pesquisa psicanalítica caminhamos entre

"...um delírio especulativo e o cientificismo, semeando o campo dialógico que se instaura no encontro psicanalítico, onde experiências são contadas mas também vividas" (p.266).

¹⁰³ Benjamin (1994) atribui `a criação burguesa dos relatos informativos e dos romances, uma necessidade de se concluir histórias com finalizações e verdades prontas, com sentido, dada a perda da propriedade coletiva de transmissão e declínio da tradição. Segundo Gagnebin (19914), isso pode ser atrelado à perda da prática 'da arte de contar'.

Dessa forma, acrescentam que se pode costurar uma investigação menos abstrata, representada pelo aparato mental, e mais sutil que um 'caso clínico', mergulhando-se, intermediariamente, na dramática da pesquisa. Com auxílio das narrativas, pode-se transmitir experiências vividas repletas de significados, fundamentadas, inexoravelmente, nas idiosincrasias de cada pesquisador.

O pesquisador/analista percorre um caminho exercitando formas de acolher experiências e de mantê-las vivas quanto ao seus significados. Ogden (2002), ao descrever o estilo literário de Winnicott, estilo este marcado por proporcionar uma experiência viva ao leitor, conta-nos sobre o processo interno de abarcar significados das experiências:

O leitor/analista precisa querer e conseguir não saber para criar espaço dentro de si para a diversidade de significados possíveis de serem experimentados/criados, e para permitir que um ou outro significado, ou diversos significados concomitantes, tenham ascendência (por um tempo) (Ogden, 2002, p.742).

O pesquisador, analista ou leitor durante a escuta/leitura retomam, reativam e vivem experiências para assim repassá-las e narrá-las, permitindo a outros continuá-las. Malgrado o fato da experiência vivida ser finita, sua lembrança e narrativa desconhecem a finitude (Benjamin, 1994; Gagnebin, 1994), o que nos lembra da experiência de transicionalidade, do *ser e fazer* e da infundável produção inconsciente.

É importante ressaltar que a narrativa baseia-se em *experiências* distanciando-se definitivamente de dissociações entre intelecto e vivências do

campo afetivo-emocional. Para explicitar a condição dessa modalidade de comunicação, seria-nos útil recorrer a Roussillon (2000) que, ao falar sobre o estilo de Winnicott, destaca:

A leitura de Winnicott "trata" o leitor, ela cuida da alma e torna possível um *mais de ser*, ela aumenta o contato consigo por tornar possível, por seu tom, conectar-se com partes de si a espera de serem formadas e reconhecidas. Pela transicionalidade que se manifesta "em ato" em sua escrita, Winnicott supera a habitual dissociação entre objeto e o sujeito que acompanha as reflexões metapsicológicas correntes sobre a psique humana, aquelas que são obrigadas a manter uma distância "científica" com seu objeto de análise. Talvez seja aliás a razão pela qual a teorização anterior havia evitado colocar, como ele o faz, a questão do ser; ela se chocava com a questão do tom exigido para tratar dele, com a organização da distância de si a si (p.57).

Compreendemos que ao se encontrar um tom que possa deixar exprimir a dramática em questão, pode-se transmitir a essência do sofrimento diferentemente de visar a sua objetivação.

Podemos ainda pensar que as *narrativas psicanalíticas* são histórias, e histórias baseadas em experiências/dramas vividos entre interlocutores e pesquisador-psicanalista. Desta forma, o estilo metodológico da pesquisa psicanalítica, e a tradição de se contar histórias, aproximam-se da ciência da História que busca, nada menos, que compreender como foi a vida humana desde os remotos tempos. Para Gagnebin (1994), a história define-se tanto como o processo de situar a realidade no tempo e o estudo deste processo, quanto como a prática de contar relatos.

Estas facetas da *história* fazem-nos pensar que a dinâmica relacional humana e sua dimensão intersubjetiva são passíveis de serem captadas, mesmo que jamais abrangemos toda sua amplitude. A narrativa é infinita, dada a incansável e ilimitada produção intersubjetiva.

Tais noções diferenciam-se radicalmente da pesquisa objetivista cujo 'campo de pesquisa' encontra-se pontualmente delimitado e ainda no lado externo, de fora, do pesquisador. Em sendo assim, o método psicanalítico apresenta-se mais próximo à fenomenologia e à compreensão da experiência humana (Dutra, 2002), a qual inclui o pesquisador, que às psicologias positivistas cindidas em sujeito-objeto.

Passaremos, agora, a acompanhar a utilização dos procedimentos metodológicos nos encontros com os professores.

4.1 Utilizando procedimentos apresentativo-expressivos e narrativas

Sabemos que o método psicanalítico concretiza-se por meio de diferentes *técnicas*¹⁰⁴. Neste trabalho, optamos pela escuta de professores que abordamos pelo uso de um procedimento particular, qual seja, o apresentativo-expressivo¹⁰⁵. Trata-se de um facilitador que reitera a consideração da idéia que encontramos nos trabalhos de Winnicott, de apresentar a realidade a um outro para que ele possa criar a sua e expressar-se quanto aos fenômenos vividos.

Quando se deseja conhecer um campo temático passível de provocar reações defensivas nos participantes, precisamos ser cuidadosos quanto ao

¹⁰⁴ No paradigma moderno, "*técnica*" significa um bem fazer independente da personalidade, do estilo pessoal, de quem faz. No campo psicanalítico, preferimos falar em procedimentos, em recursos. Aqui usamos o termo "*técnica*" longe de pensar em um "bem fazer" independente do psicanalista.

¹⁰⁵ Esse termo foi sugerido por Aiello-Vaisberg, Machado e Ambrosio (2003) em detrimento de procedimento "projetivo", por remeter, este último, aos pressupostos metapsicológicos clássicos, que pensa o homem como organismo isolado.

modo de questioná-los sobre o assunto. Aiello-Vaisberg (1995, 1996, 1997, 1999), em seus estudos das representações sobre a loucura, sobre aidéticos e outros, aponta como habitualmente as pessoas assumem condutas defensivas quando confrontadas com questões capazes de despertar angústias. Outras vezes, ainda, os sujeitos de pesquisa podem se tornar ansiosos não exatamente em função da temática investigada, mas pela necessidade ou desejo de responder de modo “correto” ao pesquisador.

Assim, quando estratégias defensivas entram em cena, podem ocorrer recuos que inviabilizam o objetivo proposto: acessar o campo psicológico inconsciente. A adoção de uma resposta defensiva racionalizada, na evidente linha do falso *self*, pode conduzir facilmente a considerações cognitivas que nos distanciam de experiências emocionais. Cabe, porém, nesses casos, utilizarmos alguma estratégia mediadora, facilitadora da expressividade humana, evitando defesa e distanciamento em relação ao tema.

É preciso considerar, ainda, que de acordo com o modo desta pesquisa, os encontros se fazem mais efêmeros, vale dizer, diferentes dos encontros de frequência e tempo maiores, como as psicoterapias, nas quais a construção do vínculo e a diminuição da ansiedade podem ser conquistadas paulatinamente.

Esta é a porta de entrada dos procedimentos apresentativo-expressivos, forma de brincar sofisticada (Aiello-Vaisberg, 1997), que mais se parece com um jogo interessante do que com uma pergunta adulta ou um questionário que dialoga em nível egóico despertando respostas socialmente aceitáveis.

Enfim, nesta investigação, propomos um 'jogo' no qual o participante se reconheça como sujeito de pesquisa, mas desconheça a forma e o modo pelo qual é 'avaliado' ou 'analisado'. Para isso, distribuímos uma folha de papel a cada

participante, solicitamos que desenhem uma criança adotiva e que façam, posteriormente, um estória sobre esta criança desenhada no verso da folha. Assim, dispensamos o professor de um agir 'politicamente correto'¹⁰⁶, abrindo margens análogas à hora lúdica ou ao *Jogo do Rabisco* de Winnicott (1971a), tratando a apresentação como proposta caracteristicamente abrangente do campo transicional¹⁰⁷.

O modo como este procedimento é utilizado corresponde a uma apropriação paradigmática do Jogo do Rabisco tão utilizado por Winnicott (1971a) nos encontros com seus pacientes em consultas terapêuticas. Nestas ocasiões, ele fazia um risco sobre uma folha de papel branco e solicitava ao paciente que continuasse a brincadeira, complementando seu traço. Construía um desenho até que o jogo se reiniciasse, com o paciente lançando um rabisco que seria completado pelo psicanalista. Assim, juntos, podiam caminhar e passear pelas fantasias de ambos - analista e paciente - já que efetivamente as associações de Winnicott contribuía ativamente à expressão, criação e encontro com o *self* do seu paciente.

Apesar do contexto diferenciado desta investigação, cujo *setting* acontece em um enquadre de pesquisa acadêmica, podemos pensar a relação 'pesquisador-sujeito', durante o Jogo do Rabisco, à luz da relação 'analista-paciente'. Ao solicitarmos o desenho e a estória ao nosso entrevistado¹⁰⁸, também

¹⁰⁶ Esta é uma auto-crítica que Weber faz sobre sua pesquisa realizada a respeito dos conceitos e preconceitos sobre a adoção, com questionário fechado. Pelos questionários, 58% das pessoas entrevistadas adotariam crianças (Weber, 2003c), estatística esta radicalmente maior do que quando investigada a partir de questões abertas e anônimas, o que bem mostra as respostas "corretas" que o investigado se vê pronto a responder em instrumentos fechados.

¹⁰⁷ Este tipo de procedimento, denominado *Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema*, foi desenvolvido por Aiello-Vaisberg (1995) a partir daquele pensado por Walter Trinca (1978), tendo em vista o diagnóstico da personalidade.

¹⁰⁸ O termo *entrevistado* é apropriado na medida em que o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, bem com o Jogo do Rabisco, são formas dialógicas que visam facilitar a expressão subjetiva, podendo, assim, ser considerados como formas sofisticadas de entrevista

o convidamos a entrar no mundo das associações, de modo tal a participar ativamente da construção do desenho da pesquisa, assim como nós, pesquisadores. Durante o encontro, participantes e pesquisador constroem juntos, por meio de suas associações e expressões, um desenho e uma estória sem fim, que estão apenas recortados a fim de refletirmos sobre aspectos da natureza humana proximalmente relacionados ao tema de nosso interesse: o imaginário coletivo sobre a criança adotiva¹⁰⁹.

As experiências captadas e vividas durante a investigação com os professores permitem-nos uma aproximação em relação a traços participantes da 'terceira área', na qual um grupo social compartilha vivências. Não existem saberes maiores ou menores, interpretações corretas ou errôneas¹¹⁰ e sim, um conjunto de associações do campo transicional, que representa um recorte possível de uma fisionomia coletiva.

Ao realizarmos pesquisa psicanalítica, há, pois, um ponto fundamental a se comentar referente ao uso da teoria na análise interpretativa. Muitos confundem ou desconhecem a utilização da interpretação em psicanálise, cujas razões podem estar na vasta diversidade entre linhas teóricas. Vale, pois, retomar, brevemente, pontos fundamentais sobre a interpretação em psicanálise para se atentar a possíveis equívocos.

Na clínica com pacientes que se encontram em um momento do

psicológica. No presente caso, parece adequado falar em "consulta individual para abordagem de personalidade coletiva", uma vez que os indivíduos concretos são entrevistados como participantes de uma subjetividade coletiva.

¹⁰⁹ Lembrando que pesquisador e entrevistado, indubitavelmente, estão mergulhados em um imaginário social.

¹¹⁰ Mesmo considerando a importância estética das expressões para o psicanalista pesquisador, lembremos que nem todas as associações e interpretações podem ser aceitáveis, já que apesar de livres, elas não são arbitrarias (Aiello-Vaisberg, 1999). Esta idéia pode ser pensada à luz de uma analogia. Pensemos que preciso chegar a um endereço que desconheço e disponho de vários mapas. Um pode ser bom no sentido de permitir que eu encontre o lugar desejado; outros, porém, podem não servir para a orientação necessária.

desenvolvimento emocional mais próximo aos neuróticos de Freud, nem sempre utiliza-se a interpretação. Com outros pacientes, aqueles mais regredidos aos quais se atentou Winnicott, a interpretação é ainda menos recomendada. O *holding* e o manejo acabam sendo muito mais utilizados, já que possuem a propriedade do respeito às necessidades de caráter primitivo do paciente bem como ao tempo necessário de cada um no trabalho analítico. Muito embora a prática do analista baseie-se nestas citadas, ainda se utiliza, como estratégia para momentos precisos e pontuais, a interpretação. Na pesquisa psicanalítica, por sua vez, a interpretação também pode acontecer ou não.

É importante ressaltar que o método interpretativo não 'descobre' as fantasias inconscientes preexistentes ao momento analítico, mas cria/encontra fantasias, em parceria com o paciente ou o entrevistado, no aqui e agora do encontro inter-humano. Ao utilizá-la, a idéia não é encontrar o que aí já estava, mas colocar em marcha um devir, um processo de mudança, porque, afinal, toda pesquisa clínica visa, em última instância, contribuir para a melhoria da vida humana.

Torna-se, pois, fundamental diferenciar a interpretação psicanalítica como *decifração* do que expressa o entrevistado, da concepção que aqui defendemos acerca do uso clínico e investigativo do método psicanalítico. Dialogando com a Teoria dos Campos de Herrmann, Aiello-Vaisberg (1999) esclarece alguns pontos sobre tal questão quando situa a problemática da veracidade da interpretação clínica. Diz, então, que é impossível verificar se uma interpretação é verdadeira ou falsa, na medida em que neste campo não é possível utilizar critérios externos, como nas ciências naturais:

Hermann (1991) deixa claro que, ainda que não haja forma de saber se uma determinada interpretação está correta, é possível avaliar um conjunto de interpretações, umas em função das outras, considerando não apenas sua coerência como também sua eficácia, a ser apreendida no próprio fluxo de associações do paciente (...) Cabe perguntar: e no caso de estarmos lidando não como a clínica individual e sim, como é o caso, com um processo coletivo (...)? Creio que as afirmações de Hermann (1991) sobre as condições veritativas continuam basicamente válidas. Deste modo, o critério da coerência se articula ao critério da eficácia, entendida enquanto capacidade de transformação de representações... (Aiello-Vaisberg, 1999, p.136).

Usar a teoria para decifrar é, a nosso ver, em última instância, verdadeiramente inútil, uma vez que o saber seria aplicado tão-somente para evidenciar o que já se conhece, e verificar aquilo que já existe na literatura, no nosso caso, sobre representação e subjetividade, fazendo, da investigação, apenas confirmação.

O pesquisador, por seu turno, caminha narrando aquilo vivido, deste modo, sim, de forma verdadeira, promovendo ao leitor esta mesma possibilidade, a partir do encontro com as experiências de outros. *A narrativa psicanalítica*, forma esta singular do relato de uma experiência vivida, revela a veracidade do método psicanalítico quando expressa a subjetividade do investigador clínico, inextricável em relação ao drama sobre o qual o narrador se baseou, sem a pretensão de desvelar algo nunca revelado, mas, sim, permitindo aos leitores a criação/encontro de novos sentidos, tal como ele próprio fez. Dessa forma, somos levados a considerar mais significativo um relato de experiências claramente descrito, com uma narrativa repleta de sentido, do que uma comprovação ilusória

da veracidade de um dado objetivado, distanciando da experiência subjetiva.

Estamos considerando que as narrativas permearam nosso trabalho não apenas no sentido do pesquisador ser o narrador, mas também no sentido de outras histórias chegarem a nós como expressão dos entrevistados: as histórias que sobrevieram aos desenhos eram narrativas de experiências emocionais dos participantes surgidas nos encontros, e principal material daqueles que não desenharam e apenas quiseram contar histórias.

Essas narrativas são histórias ouvidas, revividas e contadas ao psicanalista, que as escuta e as transforma a partir daquilo que já experimentou em vida. Torna-se também narrador o próprio psicanalista-pesquisador ao tecer um texto sobre as experiências das narrativas, que longe de informar seus leitores *da* experiência, estará narrando *a sua* experiência ao ouvir a experiência do outro, permitindo ao leitor fazer o mesmo, quando diante das narrativas psicanalíticas.

Mostra-se evidente que tanto os desenhos quanto as histórias/histórias apresentadas são produto de um encontro intersubjetivo, constituído, necessariamente, por pesquisador e entrevistado.

4.2 Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores sobre a criança adotiva

Quando decidimos investigar o imaginário de um grupo específico acerca da criança adotiva, pensamos na escolha de um coletivo representante da sociedade, que fosse tanto informado sobre a importância do tema da nossa pesquisa como, principalmente, experiente no contato com crianças, famílias e pessoas adotivas. Também privilegiamos aqueles participantes sem uma história direta de adoção, como exemplo ser filho, irmão ou pais adotivos, pois gostaríamos nesse momento de abarcar um coletivo que *olha* o adotivo, deixando

para um momento posterior, o coletivo que *realiza* a adoção.

Foi a partir destes critérios que pensamos em professores de ensino fundamental ou médio. Afinal, exercem suas funções em um contexto repleto de humanos e nesse exercício diário, provavelmente, têm histórias para contar e vivências significativas nas relações com alunos, pais e famílias. Além disso, são importantes formadores de opiniões e influenciam o imaginário e a construção de representações sociais.

O convívio direto com crianças adotivas e não adotivas, assim como pais, famílias, responsáveis adotivos e não adotivos, constróem no dia a dia parte da rica experiência das relações humanas, a partir das quais podem ser captados sentimentos, impressões, sensações, falas, situações que alimentam as crenças, os mitos, em suma, o imaginário coletivo. Seria interessante conhecermos o que tem sido transmitido à sociedade em geral a partir deste grupo.

A maioria das crianças brasileiras está em escolas e, no nosso estado de São Paulo, esse número é grande. Sabemos que, pelo menos parte de um período do dia da vida de uma criança se passa na escola, ao lado dos professores. Os professores, por sua vez, não estão diretamente ligados à área da saúde - entenda-se aqui em hospitais, postos de saúde, ambulatórios - o que poderia implicar, caso a pesquisa acontecesse nesta área, em correlação entre adoção e problemas, ou mesmo, adoção e psicopatologia. Por se tratar da área da educação, estamos em um meio onde pode haver problema de saúde ou não, permitindo assim uma investigação mais livre no que diz respeito ao campo da doença. Diferentemente do que pudemos apreender nas investigações com psicólogos (Ferreira e Vaisberg, 2004), o campo dos professores parecer-nos-ia mais distante da patologia.

Seguindo o método psicanalítico, decidimos buscar relatos e expressões acerca da adoção e da criança adotiva, para assim, na experiência com os professores, construirmos uma narrativa do encontro vivido. Nesses encontros, muitas experiências puderam ser trazidas. Alguns participantes não quiseram escrever ou desenhar, mas faziam questão de revelar depoimentos que gostariam de ver registrados. Assim, desejavam contribuir com o crescimento da pesquisa sobre adoção e, ao mesmo tempo, compartilhar suas experiências a partir de narrativas repletas de intensidade.

Como psicanalistas, e longe da rigidez de alguns métodos positivistas, bem sabemos da riqueza da escuta das experiências relatadas, sejam sob a forma da fala, sejam pelos desenhos, enfim, expressões trazidas de forma diversa à proposta do método da pesquisa. Justificamos, assim, a pertinência em utilizar nessa pesquisa as mais variadas formas de relato de experiência além dos previstos no projeto metodológico, pois caso contrário, estaríamos furtando-nos de considerar as ricas surpresas surgidas em um encontro inter-humano, da mesma forma como acontece em momentos inusitados da clínica, quando o paciente solta uma fala ou um gesto crucial após já ter se despedido e estar do lado de fora da sala de atendimento.

Ademais, sob um ponto de vista existencial - que acreditamos coincidir com o norte de Winnicott - a pesquisa acontece ao longo de um percurso, durante o qual múltiplos sentidos são criados/encontrados. Diferentemente de se ter uma hipótese e buscar sua verificação ou de coletar dados para serem interpretados, o método psicanalítico constitui-se em abertura para novos sentidos, que surgem durante o encontro inter-humano. O que em outros contextos é traduzido por 'pesquisa de campo', nessa pesquisa chamamos de 'encontro com os

professores', algo que não se resume a encontros sistematizados, mas permeia todo o trabalho da pesquisa, desde encontros do pesquisador com o tema anteriormente à decisão de estudá-lo, até a última palavra escrita em seu trabalho, que muito embora represente a finalização do texto, de maneira alguma encerra ou conclui uma verdade. Ao contrário, pretende iniciar com o leitor novas associações a partir das experiências narradas.

Para os encontros com os professores e para a solicitação da participação na pesquisa foram realizados contatos prévios e individuais. A maioria aceitou logo na primeira conversa e dispôs-se a participar sem hesitação. Mas houve professores que provaram não conseguir tempo dada a 'correria' na qual viviam, e que se recusaram a participar. Essa reação aconteceu principalmente diante dos professores que contatamos através da escola em que trabalhavam, na qual os profissionais intermediadores da conversa, entre eles a diretora da escola, uma orientadora pedagógica ou mesmo a psicóloga, antecipavam-nos sobre as dificuldades do professor em cumprir "tarefas" além dos horários de aula. Partindo, pois, da premissa que a nossa investigação era um trabalho a mais para eles, distanciavam-se de nós.

Compreendemos, assim, que o modo de aproximarmos dos professores deveria seguir uma outra estratégia, de preferência realizada longe da escola, o que nos levou a procurá-los em situações diversas, através de indicações de caráter pessoal. Ficou-nos claro uma necessidade desse grupo: participar da pesquisa desde que de forma espontânea - o que incluía a possibilidade do pesquisador ir à sua casa ou, mesmo, do professor fazer sua criação longe do pesquisador - fora do núcleo de trabalho, caracterizando-se um processo mais livre e menos enviesado pelo referencial do trabalho na escola.

Desta maneira, realizando contatos mais afetivos e menos formais, pudemos alcançar os professores e, assim, conversar sobre o tema proposto.

Antes da execução dos desenhos, algumas perguntas foram freqüentes, como, se poderiam escrever qualquer coisa, se deveriam escrever uma história real; se poderiam inventar uma história da própria cabeça, se podiam desenhar menos e escrever mais, pois não sabiam desenhar bem; se podiam fazer um desenho abstrato, entre outras.

Após solucionadas estas dúvidas, lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo H), que foi assinado e datado. Passamos, então, a propor o jogo. Distribuimos uma folha branca com a instrução de se fazer um desenho de uma criança adotiva e depois contar a estória no seu verso. Quanto à execução, decidimos deixar para o professor escolher quando e como iria fazer a atividade, acreditando que, quanto mais livre e à vontade o participante estivesse, facilitado pela situação lúdica, melhor se expressaria. Deste modo, seria, em princípio, mais fácil entrarmos em contato com determinantes inconscientes do imaginário em questão. Entretanto, determinamos um tempo de entrega do material, caso optassem em levá-lo para outro lugar, possibilitando uma referência temporal para não perder a ligação entre o pedido e a finalização da tarefa. Assim, evitaríamos de arriscar o espaço potencial pelo distanciamento excessivo entre as partes envolvidas.

Encontramos resistências entre professores para participarem dos encontros. Um dos participantes disse que não sabia desenhar, que era muito complicado, mas que iria tentar. Depois, acabou tendo que fazer uma cirurgia e por fim não conseguimos mais nos encontrar. Houve outra participante, a qual

chamarei de Maria¹¹¹, que demonstrou interesse em contribuir para a investigação, fornecendo três histórias da sua experiência como professora e orientadora pedagógica, mas não quis escrever ou desenhar.

Outro professor, a todo momento que nos encontrávamos, garantia-me que ia entregar o material logo, e por fim, não conseguiu fazê-lo.

Dentre outras situações, a configuração dos materiais foi acontecendo de forma livre e maximamente relaxada. Caso a pessoa demonstrasse certo incômodo ou dificuldade em participar, não insistíamos, para assim manter, como nosso critério, uma atmosfera de trocas e não de exigências.

Pudemos perceber, significativamente, a necessidade da maioria em se expressar e de, pelo menos na conversa, trazer inquietações, dúvidas, medos, preconceitos, crenças sobre a adoção e a criança adotiva. Em uma apresentação do projeto dessa pesquisa¹¹², recebemos vários comentários que mostraram inquietações. Uma questão importante versou sobre certo arrependimento de mulheres que tinham decidido há cerca quinze anos, partirem para "produções independentes", e hoje perceberem efeitos de carência da figura paterna. Este tema conduz a discussões calorosas levantadas, atualmente, relativas às adoções realizadas por mulheres ou homens solteiros e por homossexuais.

Na pesquisa que comentamos a respeito das motivações de famílias monoparentais em busca de adoção (Levy e Féres-Carneiro, 2002), já puderam ser apreendidos traços de solidão e medo presentes nesses candidatos anteriormente à adoção. A constatação de mães infelizes e insatisfeitas após a chegada da adolescência dos filhos parece mostrar-nos uma revivescência de experiências primitivas de vazio, bem como de conflitos talvez abrandados com a

¹¹¹ Os nomes apresentados ao longo da tese são fictícios.

chegada do filho.

Muito embora depoimentos como estes sejam comuns, vale lembrar outras situações, envolvendo mulheres sozinhas, que são bem sucedidas. Tive oportunidade de atender uma senhora que já tinha filhos biológicos e decidiu buscar a adoção de uma garotinha - filha da irmã de sua colega -, num momento no qual estava sem marido, sem companheiro algum. Ressalto aqui a contribuição saudável desta senhora à sua própria vida e à vida da menina, já que a maternagem retomada despertou-lhe mais sentido de viver e a garota, filha de uma casal de alcoolistas, foi privada, definitivamente, de ser alimentada com mamadeira de pinga e cerveja.

Em relação ao homossexuais, o tema é mais complexo. Mães ou pais solteiros são aceitos legalmente no Brasil como adotantes; os homossexuais não, o que leva muitos à omissão da opção sexual bem como da existência de seu cônjuge homossexual, nas fichas de cadastro para a adoção.

Conhecemos muitos relatos de brasileiros - além de belgas, canadenses¹¹³, holandeses dentre outros, para os quais a adoção por homossexuais é legal¹¹⁴ - sobre histórias de adoções com sucesso, sucesso este percebido no desenvolvimento global da criança e nas suas relações afetivas. Estudos como o de Patterson (1997), como exemplo, que analisou crianças criadas por famílias homossexuais - com a mãe biológica e a adotiva, sua "madrinha", revelam relações maternais e aspectos do desenvolvimento da

¹¹² No XIII Encontro Latino-Americano sobre o pensamento de D. W. Winnicott, Porto Alegre, 2004, do qual participamos.

¹¹³ É interessante que no Canadá, programas de incentivo à prática de FAMÍLIAS ACOLHEDORAS chegam a criar propagandas para a televisão, nas quais aparecem frases como "seja casal de homens, seja casal de mulheres...há crianças que precisam de ajuda..." .

¹¹⁴ Em 2005, a Espanha também oficializou a adoção por homossexuais. Outros países como a Argentina, Dinamarca, França, e do norte da Europa, seguem um modelo de oficialização de uniões homossexuais porém não permitem a adoção, questão controversa que muitas vezes é contestada.

criança comparáveis aos de uma criança criada por casais heterossexuais. Acompanhamentos de casos similares na mídia e na clínica também comprovam tal premissa.

O cuidado, quando oferecido de acordo com as necessidades da criança por um adulto suficientemente sensível, permitindo a expressão do *self* e a gestualidade espontânea da criança, não tem determinante positivo ou negativo quando remetido ao sexo. Ademais, o homossexual com suas condutas aceitas ou não pela sociedade são humanos, que não estão 'brincando' de ser mamãe - como sustentam alguns profissionais - e sim, lutando pela constituição de novos vínculos e pela possibilidade de exercerem cuidado a outro e, especialmente, a maternagem.

Muitos dos relatos positivos de pais, mães ou famílias homossexuais são verdadeiramente desprezados por estudiosos de diversas áreas e por políticos, dado o preconceito e a falta de vontade.

Não nos aprofundaremos nesse momento nas complexidades das relações de filiação homossexual, pois isto remeter-nos-ia a uma nova tese, mas deixaremos em aberto o tema como incentivo à pesquisa uma vez que estas novas configurações familiares já existem e participam das práticas legais no Brasil.

Recentemente, o Jornal do Conselho Federal de Psicologia (2005) revelou que um casal de homens homossexuais, de idade de 33 e 41 anos, conseguiu integrar a lista de adoção de uma cidade paulista. O próprio artigo indica que o assunto está em discussão e merece cuidado e atenção. No Brasil, não existe lei que *aprove* a adoção por homossexuais, mas neste caso, o advogado do casal homossexual utilizou-se do fato de conter na Resolução que

"homossexualidade não constitui-se doença, distúrbio nem perversão" o que não impede, na prática, o casal homossexual de adotar.¹¹⁵ Não havendo também lei expressa que *proíba* essa modalidade de adoção, juristas e juízes tomam posturas cada vez mais abertas quanto à questão de "pais" adotivos homossexuais¹¹⁶.

É interessante ressaltar que nossa investigação conduz-nos a enxergar um caminho ainda carregado de representações obscuras sobre a adoção por casais heterossexuais. O que dizer, pois, da adoção por homossexuais!

No mesmo encontro científico no qual suscitaram dúvidas quanto aos homossexuais, outro comentário interessante sobre a pesquisa apresentou-se. Revelava a percepção dos psicanalistas sobre a clínica da pós-modernidade ou, podemos dizer, da contemporaneidade. Tratava da constatação de "adoções" demandadas dentro do *setting*, na própria clínica, de pessoas que pedem uma verdadeira adoção ao analista que parece, sob o ponto de vista dos psicanalistas, transcender a transferência materna ou paterna.

Talvez estejamos tratando de parte daquilo submerso ao tema das conquistas dos homossexuais, quando escancaram a falência da estrutura baseada na função paterna, aquela que faz as famílias comporem-se por papéis e funções bem definidas, como a de mãe pela mulher, pai pelo homem e filhos. O caos da família nuclear é efetivamente um fato da pós-modernidade, pelo qual a sociedade está passando, vale dizer, de forma nada inócua.

Mais ligadas às dúvidas de como agir caso seja mãe ou pai adotivo e

¹¹⁵ Na França, concebe-se desde 1999 o PACS - Le pacte civil de solidarité - que não é um casamento propriamente dito, nem uma união livre, mas algo intermediário: um contrato de união estável, da qual se beneficiaram os homossexuais. Mesmo assim, tal contrato não modifica condições para a adoção.

¹¹⁶ Para leituras sobre o assunto consultar Eunice F. R. Granato, *Adoção: Doutrina e prática*, Juruá, 2005.

deslocando-se em direção da orientação para pais adotivos, apareceram outras preocupações. Um psicanalista colocou-nos a questão de como seria a situação de um pai adotivo, quando, em um momento de fúria e raiva, o filho dissesse que "ele ou ela não é seu pai ou sua mãe"? Ou, como lidar com a idealização que acontece com as crianças perante suas famílias - como Freud (1909) nos mostrava, dizendo que sonhamos com famílias maravilhosas para achar que poderia ser melhor estar com elas do que estar com as nossas - no caso de filhos adotivos? Como fica o fator realidade - eles não são do seu sangue - e como lidar com isso na nossa sociedade?

Pensando em pelo menos duas facetas da primeira questão, discutimos seus dois lados: a) um filho adotivo, com uma família adotiva sabendo que foi gerado por outra e b) um filho biológico, sabendo que sua família é biológica. Ambos sonham e devaneiam pensando que outra família seria melhor, mas como pensar na idiosincrasia do adotivo?

Se pensarmos na importância dada ao laço de sangue na nossa cultura ocidental, dúvidas como essas aparecem possivelmente pela existência de um imaginário crente que o filho biológico é quem reside em um porto seguro, sentindo-se protegido para se expressar em termos de *self*, para sonhar e desejar outra família. Com o filho adotivo, em tese, isso não poderia acontecer, já que o medo das perdas pela "fragilidade" da filiação conquistada seria constante. Ora, perguntamos: a realidade de não ser filho biológico de uma família poderia comprometer, efetivamente, as fantasias de se ter outra muito melhor? E a família de origem, não poderia exercer este papel?

Não sabemos, mas o que podemos pensar é que a criança, quanto mais segura estiver na sua família, quanto mais suficientemente acolhida, aceita como

filho e, principalmente, quanto melhor puder expressar-se em sua espontaneidade, mais estará livre para ser, desejar, sonhar, brincar, simbolizar, fantasiar, odiar e, portanto, viver.

Também não sabemos como as crianças que não podem fantasiar 'uma família muito melhor que a sua' foram e são acolhidas nas relações e nos vínculos com seus pais, irmãos e parentes; ou, ainda, ignoramos o quanto a família suporta o fato do filho não ser biologicamente seu. Esta é outra questão fundamental: os pais podem muitas vezes pensar que são modernos e informados, mas escondem deles mesmas sensações ou traços inconscientes que revelam um sentido contrário àquilo que pensam. Muitos desses pais não procuram uma forma de se desenvolverem emocionalmente ou de experimentarem novas vivências, depositando no filho - e claro, no adotivo - o momento de *se entender*, que pode provocar comportamentos dos mais inusitados.

Uma das histórias relatadas pela professora Maria, citada anteriormente, era a de um garoto que foi adotado por um casal muito inteligente e informado, a quem parecia não faltarem recursos para lidar com a criança adotiva. Na entrada da adolescência, contudo, o garoto começou a apresentar muitos problemas na escola, não acompanhando as aulas, não respeitando a escola, até que chegou às drogas. Na concepção desta professora, os pais não conseguiram lidar com aquele menino porque 'ele era adotivo', como se todos os pais enfrentassem estes tipos de problemas, que se tornariam insolúveis em face da adoção. Ou ainda, ela acreditava que, se fosse com um filho biológico, isto não aconteceria.

Outra história relatava a vida de um garoto que hoje é um homem de trinta anos, que se tornou complicada pelo uso de drogas na adolescência.

Começou um namoro com uma menina viciada em maconha e cocaína e engravidou-a. Durante a gravidez, descobriram que ela era soro positivo e, apesar de refazer os testes, ele não apresentava soropositividade. A criança nasceu, a mãe perdeu a guarda para a avó paterna, devido à imaturidade e ao abuso de drogas e, ainda, a família tentou distanciar o casal. Mas os amantes unidos por necessidades e desejos comuns não conseguiam se separar; continuaram juntos, sem trabalho e usando do tráfico para sustentar os vícios de ambos. O garoto foi internado para tentativa de desintoxicação, mas está *'extremamente lesado mentalmente'*, e segue saltando de clínica em clínica, e sua mãe adotiva diz que *'isso tudo só terminará com sua morte'*.

Apesar dessas associações terem surgido independentemente do procedimento de desenhos-estórias, constituíram importantes materiais, que entre outros, foram auxiliando-nos a delinear a fisionomia dos professores. Foram preâmbulos ricos ao passeio sobre a criança adotiva, que incentivaram mais buscas.

Vale dizer que a professora Maria recusou expressamente o uso do procedimento de desenhos-estórias. Como visto anteriormente, valorizou o nível de informação do casal adotivo como fundamental no contato com uma criança e desvalorizou experiências que subsidiaram a relação entre eles. Da mesma forma, ao relatar detalhadamente as informações que tinha, não experimentou o jogo proposto, metaforizando, assim, uma das formas dissociadas de estar no mundo sob a égide do intelecto.

Convidamos, agora, os leitores a acompanhar-nos através de dois **desenhos-estórias** desenvolvidos nos encontros com os professores e, assim, continuarem criando suas próprias associações, idéias e sensações.

É importante salientar que foram realizados vários encontros, mas escolhemos estes dois para comporem o *corpus* da tese por trazerem aspectos importantes e impactantes em relação à adoção, e por ambos parecerem condensar um conjunto de elementos ricos referente à criança adotiva. Com eles, fornecemos uma amostra do método realizado ao longo da pesquisa sem exigir, necessariamente, o trabalho do leitor de passar pela atmosfera que envolveu todos os encontros com os professores. No entanto, reservamos um espaço de acesso às criações dos encontros no Capítulo Anexos¹¹⁷ - ao final da tese - por onde os leitores poderão passear e buscar associações além das nossas.

4.2.1 Liliana e o casal de italianos

"Era uma vez um garoto que atendia pelo nome de João; ele havia sido abandonado por seus pais e ficado por um bom tempo morando nas ruas da cidade de Campinas.

Vivia se metendo em confusão, convivia com crianças de todas as idades, mas de certa forma, não sei porquê, não havia se "contaminado" pela agressividade da vida nas ruas. E não havia perdido a esperança de reencontrar seus pais ou mesmo de ter uma outra família.

Até que um dia, uma instituição veio ao seu encontro e o levou para um abrigo de menores. Lá ficou por um bom tempo, teve contato com outras crianças, com vários adultos e experimentou todo tipo de sentimento, cresceu antes da hora...(como todas as crianças abandonadas, de rua).

Um dia um casal de italianos, de passagem pelo Brasil, foram visitar a

¹¹⁷ O leitor observará que os Anexos possuem um título para cada desenho-estória. Esclareço que alguns professores criaram títulos para seus desenhos-estórias, outros não. Assim, mantive o título dos desenhos dos professores nos Anexos, e criei títulos para aqueles que não os tinham, de acordo com minhas impressões do encontro ou da criação.

instituição onde João estava morando. Ficaram abismados com a quantidade de crianças abandonadas e como que por "encanto" ou "milagre" se encantaram com João.

Resolveram adotá-lo, tiveram vários contratemplos, até conseguir que a justiça resolvesse sua questão. Até que conseguiram finalmente adotá-lo.

Parece que, finalmente ele é um pouco feliz“.

Conhecia Liliana há um tempo e me disseram que seria uma professora disponível para ajudar na pesquisa. O nosso primeiro contato deu-se por telefone, quando falamos sobre a pesquisa e ela se mostrou disposta, dizendo que sempre tem contato com famílias adotivas. Encontramo-nos, pessoalmente, em uma quarta-feira na sua casa, período da noite, momento no qual avaliou estar tranqüila e disposta.

Conversamos sobre diversos assuntos até que decidimos começar com o desenho. Após desenhar e discorrer o relato acima, comentou que ninguém ia acreditar na ingênua estorinha que havia escrito, que era uma "estorinha" feliz. Apareceu-nos um ponto interessante: contou a "estorinha feliz" de uma garoto, de certa forma fantasiosa, o que nos leva a pensar em certa falsidade, dada a realidade que a maioria vive.

Mas, durante a conversa, dizia que seus contatos com adotivos faziam-na pensar que estas crianças geralmente recebiam bons cuidados de seus pais e não apresentavam, aparentemente, problemas na escola. Comparava essas crianças adotivas com outras não adotivas, inclusive com seus alunos atuais, e percebia que havia crianças muito mais 'problemáticas' e de famílias desestruturadas, que gritam demais, que precisam de muita atenção, carentes, que não respeitam a autoridade e que, não obstante, são 'filhos biológicos'.

Primeiramente, chamou-me a atenção a questão do abandono presente no relato da história: a criança deixada pelos pais foi abandonada e ficou por um tempo sozinha, morando na rua. Essa condição remete-se, inevitavelmente, ao desamparo e à desproteção, ainda mais quando pensamos tratar-se da nossa sociedade violenta, onde as ruas são sinônimo de perigo. No desenho inicial que a professora havia feito, isso foi percebido: a criança estava no meio da folha de papel, sozinha, sem o chão, sem o sol, sem as nuvens e sem as árvores. Contudo, após relatar a estória, que para a professora teve um final feliz, colocou esses elementos no desenho, e disse: "ora, ele encontrou uma família, vamos colocar um solzinho".

O próximo ponto é sobre a contaminação de uma agressividade que acontece com a criança abandonada ou a criança de rua. Também, a iminência de uma perda de esperança na vida, como se a criança pudesse perder o interesse pelo viver se não tiver uma família.

A questão da esperança de reencontrar os pais verdadeiros foi outro ponto ressaltado: "havia perdido a esperança de encontrar seus pais", o que nos leva a lembrar a questão essencialmente humana da origem. Paralelamente, a ameaça constante, rodeando os pais adotivos, de um desligamento por iniciativa do filho.

Outra imagem criada é a de que essa criança que foi acolhida por um abrigo vive incontáveis experiências a partir de suas relações tão rotativas. Trata-se de uma criança tão 'experiente', que parece ter crescido antes da hora, apresentando-se grande e, ao mesmo tempo, tão criança: lembro-me de Paulo Freire e os Educadores de rua. Este ponto também nos parece fundamental no que concerne ao preconceito das adoções tardias. No Brasil, esta questão tornou-

se de importância fundamental, já que há preferência, na nossa sociedade, por adoções de bebês, novinhos e clarinhos, preterindo-se as crianças mais velhas por terem "vícios" da vida.

A questão de alguém fora do Brasil que salva essa criança é pontuada também. Parece não existir espaço para nós brasileiros acolhermos alguém de uma instituição. Por que os europeus teriam? A isso, a professora chama de 'milagre' ou 'encanto' demonstrando a raridade de um acontecimento assim e destacando a 'quantidade de crianças abandonadas' existentes no Brasil.

Muito interessante a construção do final: "...Parece que, finalmente ele é um pouco feliz". Um pouco feliz seria aquela criança abandonada que conseguiu superar isso através da adoção. Resta-nos a questão: será que os filhos biológicos seriam totalmente felizes?

Quando vi o desenho pela primeira vez, achei o menino desenhado realmente uma graça; não pelos traços mas pela delicadeza do olhar. Talvez um desenho um tanto defensivo, um tanto expressivo de falso *self*. Percebemos um conflito entre a ingenuidade infantil, da criança que existe na rua, e a possibilidade de emergir uma agressividade, buscando uma solução para seu próprio abandono emocional e social. Veio-me a idéia de abandono!

A criança abandonada estaria sendo vista no limiar de ser aquela agressiva e contaminada, que mais se parece com um adulto tomando decisões: eu roubo, eu mato. Essa posição de adulto nos remete à questão da precocidade na maturação emocional no desenvolvimento das crianças que passam situações desse tipo. Sobre esta questão, Winnicott conseguiu formular uma teoria interessante: a necessidade da criança em se desenvolver por faltar-lhe o cuidado suficientemente bom da mãe-ambiente, faz com que ela precise crescer mais

rápido do que deveria, caracterizando a precocidade no âmbito da maturidade emocional. Estamos, então, falando de crianças precoces.

É interessante que este ensaio vai desembocar justamente na questão da imaturidade daquele que abandona. Porém, antes, vamos nos ater mais um pouco à estória da professora.

Destes vários aspectos que aparecem neste relato, há um que nos chama atenção, já que estudamos os emaranhados do imaginário social da criança adotiva. Refere-se à espera do ato da adoção por alguém vindo de fora. Se pensarmos na representação social dos brasileiros em relação às culturas européias ou dos europeus, já estaremos caminhando para alguma compreensão, pois parece existir no imaginário social, a representação de que os europeus-ocidentais são povos que se bastam, que possuem recursos materiais e psicológicos. Os brasileiros seriam aqueles que ainda lutam para conquistar a sobrevivência, seriam povos mais novos, imaturos em processo de independência, passando por vivências sofridas, posição essa onde não cabe o acolhimento de mais alguém. Tendo em vista essa hipótese, poderíamos sugerir uma fantasia presente no imaginário social que atribui certa imaturidade emocional aos brasileiros.

Contudo, deparamo-nos diariamente com pessoas dispostas ao ato da adoção. Não apenas por não poderem ter filhos biológicos e assim encontrarem na adoção a solução para o problema da infertilidade, mas por efetuarem atos a partir de uma posição de alguém que possui recursos, e que possibilita a abertura para a entrada de mais um no núcleo familiar - ou a entrada de alguém para a constituição de um núcleo familiar.

Continuando nosso processo de associação de experiências e idéias,

passemos ao encontro com a professora Júlia.

4.2.2 Júlia e a menina-bebê solitária

"Cristina foi escolhida dentro de um orfanato por um casal muito simpático e disposto a dar muito amor a uma criança.

Foi adotada com poucos meses de idade e muito bem recebida em seu novo lar; todas as pessoas da família estavam felizes com a chegada de um bebê.

Cristina ganhou lindos presentes de seus avós, tios, primos e amigos. Com o passar dos anos, Cristina já sabia e entendia tudo sobre sua adoção e principalmente com foi querida e amada por todos.

Cristina tem e dá muito amor a todos; adora seus pais adotivos e se orgulha muito de ter sido escolhida por eles.

Hoje ela é uma adolescente feliz e deixa transparecer a cada minuto de sua vida toda sua alegria de amar e ser amada."

Uma estória alegre, que parte da felicidade de uma família ao receber um bebê. A aceitação da sociedade aparece como tranqüila, seu desenvolvimento emocional também. O amor está presente e sente-se um clima agradável durante o relato, transparece alegria. Não aparecem problemas, e tenho certa sensação de estar próxima da esperança ao lado da negação. Em contrapartida, aparece a possibilidade de trocas de amor, alguém que ama e se deixa ser amado.

Esta estória foi relatada numa manhã tranqüila. Julia é uma conhecida antiga e sua experiência como professora deu-se em dois momentos de sua vida: antes de ter filhos e depois. Sentamo-nos na cozinha de sua casa e Julia foi rápida na sua criação, tanto do desenho, quanto da confecção da estória.

Perguntou-me se podia ser usado apenas o lápis preto e me disse que não sabia desenhar, que seus desenhos eram horríveis, mas que ia tentar.

Julia havia parado de dar aula já há algum tempo, mas tinha estórias para contar tanto dos seus contatos na escola particular na qual trabalhou, quanto nas escolas estaduais e da prefeitura. Dessas últimas, os relatos eram mais 'pesados', inclusive se lembra de ter que limpar crianças que lá chegavam sujas e fedidas. Cidadã de classe média, não se conformava com o que via no cuidado com aquelas crianças, principalmente, referente ao abandono de aspectos básicos, como higiene.

Também pôde lembrar daquilo que sempre ouvira da sua avó, da sua mãe, enfim dos 'antigos', a respeito da adoção. Dentre essas lembranças, era forte a visão da criança adotiva como não muito positiva, pois elas sempre padeciam de algum problema emocional, dando muito trabalho às famílias. Dizia um ditado popular que 'criar filhos dos outros nem sempre é fácil'...

No desenho, aparece uma menina que me provocou uma sensação de estranheza: disforme, grande em parte do corpo, pequena em outra. Talvez bem desenvolvida de um lado e subdesenvolvida nas pernas e pés. O pé, por sua vez, é uma estrelinha ou um x , que me pareceu uma anulação, a professora que tica um x de errado. Tive a sensação de estar essa menina à espera de colo, até pela posição dos braços, armados, caracterizando-se assim, como um bebê carente de cuidados, mesmo num contexto de felicidade presente no relato. Por outro lado, parecia também possivelmente brava. Lembrei-me da incógnita do X nos pés: da origem, da filiação, da terra, da herança cultural?

Esta menina-bebê está sozinha, numa folha em branco, diferentemente do que aparece na estória, revelando-se pois, um estória não condizente com

aquilo experimentado nos relatos da professora... Um conto parecendo-nos muito idealizado que, ao contrário do que aparenta, revelam, na conversa, as crianças sujas, fedidas, desamparadas e, acima de tudo, sozinhas.

Veio-me, novamente, em associação, a experiência do abandono e também, da falsidade, da mentira, o que me levou a lembrar de outros encontros - que podem ser melhor vistos entre os *Anexos* - nos quais se falava de estranheza, de mentiras, e ainda de doenças. Entre eles, marcou-me o contato com a estória de Priscila (Anexo A):

...Priscila teve e ainda tem muitos problemas de comportamento e no seu desempenho escolar. Repetiu uma vez à 5ª série e duas vezes a 6ª série, até hoje não concluiu o Ensino Médio, desistiu. O que mais dificulta seus relacionamentos e seu cotidiano é por que desde pequena sempre foi muito mentirosa. Os pais levaram-na fazer tratamento mas ela não aceita.

E também o de Ana (Anexo E):

Diga à H que nunca, nunca conte a seu filho que ele é adotado! Que ela tire fotos com barriga falsa de tamanhos variados e em locais diferentes, que "tenha" o filho aqui em S. Paulo, que anuncie seu nascimento no jornal da sua cidade, que invente historinhas, situações pitorescas para dar mais veracidade e que, se por acaso vier a surgir alguma dúvida futura que negue, negue sempre e reafirme sua maternidade (à época não se falava em exame DNA).

Além destes, em anexo há outros exemplos marcantes dos encontros com os professores, que deixamos à disposição. E como todo passeio tem seu fim, o nosso já estava terminando...e despedindo-nos dos professores, começamos a delinear uma fisionomia coletiva desse grupo sobre a criança adotiva.

**5. CAPTANDO CAMPOS INCONSCIENTES SOBRE A
CRIANÇA ADOTIVA: UMA ELABORAÇÃO
COMPREENSIVA**

Optamos no presente trabalho, por escolher estes dois desenhos-estórias supra-expostos em destaque, adjacentes a alguns trechos de outros encontros, na tentativa de permitir ao leitor inteirar-se e envolver-se com as expressões dos professores em relação à criança adotiva e, assim, compreender como foi realizado parte do caminho de busca dos campos não-conscientes do imaginário social da criança adotiva. Anteriormente aos desenhos, também proporcionei o contato com histórias e narrativas sobre a criança adotiva e adoção revelando-se, todos esses encontros, como passeios pelo imaginário coletivo sobre o tema.

Desta forma, fornecemos uma amostra do método realizado ao longo da pesquisa sem exigir, necessariamente, o trabalho do leitor de passar pela atmosfera que envolveu todos os encontros com os professores.

As criações - fonte de ricas expressões do coletivo 'professores', que aqui aparecem através do encontro intersubjetivo com o pesquisador - podem ser bases para outras associações e, assim, permitirem ampliar as investigações nesta linha da psicanálise como um jogo sem fim, promovendo encontros de campos não conscientes além daqueles por mim percebidos.

Um campo inconsciente¹¹⁸ não é determinado pela quantidade de vezes que um tema possa aparecer durante uma investigação - forma de pensar de costume positivista, quantitativo -, mas pode ser determinado pela intensidade da expressão ou da palavra, pela sua força, fraqueza ou ausência; pela estranheza que nos provoque, durante um encontro intersubjetivo, bem como um tom desafinado aos nossos ouvidos. Pode aparecer da mesma forma que acontece quando um paciente lança-nos uma expressão desconexa que nos toca. As comunicações do campo inconsciente não são 'redondas' e sim, mais próximas à

¹¹⁸ Lembramos o leitor que o termo inconsciente é utilizado diferentemente da concepção metapsicológica de aparelho mental maquínico, bem como explicamos ao longo da tese.

estranheza e ao desconhecido. São experiências emocionais depositadas em algum lugar do produto da intersubjetividade, que nem sempre aparecem visivelmente, dadas as estratégias defensivas que desenvolvemos.

A psicanálise freudiana permitiu que conhecêssemos algumas artimanhas de sobrevivência que realizamos ao longo do desenvolvimento emocional. No mesmo caminho, outros psicanalistas elucidaram alguns emaranhados presentes na constituição subjetiva, tal como fez Winnicott, ao descrever o falso *self*, como possível participante das estratégias defensivas: desenvolve-se, por sua vez, primitivamente, acobertando o verdadeiro *self*, e se expressa sem sintetizar a inteireza da pessoa. A expressão da pessoa humana de forma não-integrada, por revelar-se uma estratégia de defesa, pode ser aceita em algumas situações cotidianas, nas quais seja premente a proteção do *self* verdadeiro. Contudo, é a revelação singela da necessidade de manter-se, sob alguma forma, aspectos de *self* escamoteados e protegidos.

Assim somos humanos cotidianamente: nem sempre expressamo-nos por inteiro, o que não seria diferente em um momento de pesquisa. Dessa forma, acreditamos que uma maneira de minimizar a cisão das expressões e a presença do falso *self*, permitindo o aparecimento daquilo de mais profundo, inconsciente, seja a utilização de procedimentos expressivos, alguma materialidade, elementos, estes, favorecedores de comunicação além da palavra. Muito embora em alguns casos tal utilização não seja necessária ou mesmo eficaz, acreditamos que seu uso facilita o estabelecimento de contato e a expressão mais livre da pessoa.

Acompanhando os pensamentos de Winnicott (1951) a respeito da fundamental área intermediária entre mundo interno e mundo externo do infante, observamos que fenômenos ocorridos nessa área revelam a transição entre um

mundo subjetivo criado pelo bebê e o encontro com um mundo objetivo trazido e apresentado a ele pela mãe. Nesta etapa precoce da relação mãe-bebê, o fenômeno da transicionalidade permite à dupla compartilhar experiências que se imiscuem inextricavelmente em um campo inconsciente.

Essa experiência ilusória promove, segundo Winnicott (1967a), a criação da *realidade*, entendida aqui como produção unicamente humana. Assim, a realidade humana é o universo compartilhado da cultura, porquanto pessoas de uma mesma sociedade vivem essa experiência de criação, fundada nas relações intersubjetivas, compartilhando-a, por sua vez, com outros, ao longo de suas vidas. Winnicott acredita que encontramos nessas trocas as bases de uma cultura, a 'herança cultural'.

Dessa forma compreendida a realidade, é possível traçarmos uma *fisionomia coletiva*, pretendendo, assim, captar emaranhados emocionais nela infiltrados, em detrimento de aspectos lógicos e racionais. Por se tratar de uma fisionomia, estamos considerando que esse recorte não é estático, sendo, portanto, dinâmico como a fisionomia humana (Machado e Vaisberg, 2003b).

Concebe-se também, nesse processo criativo da realidade, o pensamento e com ele as idéias e representações, que sempre estarão embebidas no campo inconsciente. Sabemos que um campo não consciente pode afastar-se da consciência, vida afora, como também as criações, idéias e representações desse campo. No entanto, malgrado aspectos do verdadeiro *self* ficarem como que escondidos e nem sempre tornarem-se acessíveis ao próprio indivíduo, poderão ser revelados, de alguma forma, na ética e na vida cotidiana humana.

Como o próprio Winnicott (1990) referia-se, são variadas as formas de expressar-se em termos de algo verdadeiro na pessoa. Exemplificando

possibilidades dessa condição, uma criança, para apresentar seu aspecto de *self* verdadeiro, pode adotar a conduta de deixar de comer ou recusar a comida da mãe, mesmo que aparentemente seu falso *self* esteja 'trabalhando bem'. Reações de quebra de *setting* e de quebras de uma moralidade consumada também podem significar atos de *selves* verdadeiros.

A partir dessa forma de pensar, conjugando algumas formulações de Freud com as contribuições de Bleger (1963) e de Winnicott (1951), construímos uma forma de investigação na qual buscamos captar uma *fisionomia coletiva* dos professores sobre a criança adotiva e de onde pudemos captar campos inconscientes.

Iniciaremos, pois, um passeio a esses campos a partir do *abandono*.

5.1 O abandono

O tema do abandono, como visto na literatura precedente, permeia boa parte do imaginário sobre a adoção. Entretanto, não é por essa razão que ele se revelou um campo eminente, afinal, soa-nos pertinente que apareça de forma deliberada nas expressões dos professores, já que trata, sob o ponto de vista da sociedade brasileira, da própria condição para a ocorrência da adoção.

Todavia, deparamo-nos com vários significados que carregam o verbo *abandonar* e o substantivo *abandono*, quando tratamos da adoção. Esta questão terminológica é suscitada por Motta (2005) quando defende a substituição do uso destas palavras por *entrega*. Parece-nos diferente dizer *abandona-se a criança* ou *entrega-se a criança*, de modo que a utilização do termo *entrega* seria mais ética e prudente, pensando nas mães que a realizam, evitando a conotação moralista de abandono.

De qualquer modo, aqui falamos de várias entregas e vários abandonos. Por um lado, a entrega trata de uma condição para a adoção, que é a existência de uma criança apta - no sentido legal, prático ou, por sorte, emocional - para ser recebida por outra família que não a sua biológica, passando a criança, nesse momento, provavelmente, por um período de acomodação institucional, até estar pronta para a adoção¹¹⁹. Por outro lado, temos o abandono, que pode estar contido na entrega ou não. Por que então o termo abandono é muito mais atrelado à adoção que o termo entrega?

Essa é nossa primeira pergunta e a partir dela, optamos em contemplar o abandono, considerando-o como manifestação enraizada nas expressões relativas à criança adotiva, que transcendem à questão da entrega. Aqui estaremos, privilegiadamente, fazendo-nos ouvir esse abandono tão disseminado e cultivado a respeito da adoção - porquanto não é por acaso que ele existe - pretendendo, pois, reconhecê-lo como conduta humana (Bleger, 1963), como criação, com suas implicações inconscientes, merecedoras de escuta.

Retomada nossa justificativa quanto ao porquê de pensarmos no abandono, além da entrega da criança em adoção, e como um campo de discussão, contemplaremos algumas questões trazidas pelos professores, que enriqueceram as reflexões a esse respeito.

Durante os encontros com os professores, pudemos observar expressões com termos derivados do abandono, atrelados ao que descrevemos como situação de entrega de um bebê. Eminentemente, apresentaram-se quando disseram “... *ele havia sido abandonado por seus pais e agora aguardava adoção...*” ou “... *ela estava num orfanato, pois havia sido abandonada*”; ou “*ela*

¹¹⁹ Também incluímos casos nos quais as crianças são entregues aos parentes. O importante é destacar a idéia sobre o ato de entrega da criança, pela mãe biológica, a outrem.

foi abandonada por uma mãe prostituta e depois a sogra acabou criando...”.

O abandono e suas variações em verbos foram, pois, usados em termos do ato de um terceiro deixar uma criança para alguém, o que nos conduz a ler e pensar sobre um abandono/entrega evidente e racional: alguém entregou um bebê em algum lugar. Essa forma apareceu naturalmente durante os encontros. Após colocada essa expressão quanto ao abandono/entrega, porém, o assunto da entrega não se estende, e passa-se a pensar na criança já em algum lugar, em uma instituição ou colocada em famílias adotivas. O processo em si da entrega - como fez a mãe e o que passou a criança - não é comentado.

Se a questão da entrega em si é referida *en passant*, podemos considerar essas expressões a partir de alguns vértices. Hipoteticamente, uma leitura poderia fixar-se na idéia de que a *entrega* seria algo muito bem resolvido no Brasil, ela aconteceria de forma satisfatória ou, ao menos, 'normal'... Ora, se esta fosse a nossa realidade, falar sobre a entrega seria assunto sem importância. Sabemos, entretanto, que tal situação exigiria que muito já tivesse sido realizado em nosso país em termos de cuidado à infância, o que não é o caso, infelizmente. Por outro lado, o fato da entrega aparecer sob a forma do termo abandono, como ato moralmente condenável, leva-nos a associá-la primordialmente à falta de amor, escamoteando, assim, situações de profunda pobreza que estão por trás dessa conduta.

A observação de que não se desenvolveram significativamente questões sobre a entrega ainda pode ser rebatida, quando se questiona que o pedido dos desenhos-estórias foi realizado com ênfase na história da criança adotiva. Dessa forma, pode-se entender a instrução proferida - de pensar e desenhar uma criança adotiva - como passível de acarretar um pensamento ou uma imagem

sobre uma criança já colocada em família substituta, sem precisar remeter ao momento da entrega. Contudo, a entrega inicial de um bebê, de forma traumática ou não, também é parte da história cotidiana da adoção no nosso país, assim como estar em um abrigo, ir para a família adotiva selecionada, aguardar pela adoção, configurando-se, estas últimas questões, próprias da adoção, que, por sua vez, apresentaram-se nos desenhos-estórias. Talvez, prefira-se "esquecer" que o ponto de partida da adoção é a entrega e não a instituição ou a família que adota.

Não nos surpreendeu a idéia, porém, de que, ao eclipsar este fato na fala social, poderíamos estar nutrindo certa obscuridade inconsciente a respeito do assunto, o que nos fez investigar essa *belle indiférence* a respeito do que passa um bebê nessas ocasiões de entrega ou de abandono, especialmente no Brasil.

Sabemos que o bebê ou a criança, ao ser *entregue* pode passar por um período, longo ou curto, marcante ou não, de abandono no maior rigor da palavra. Mas não são apenas as crianças/bebês entregues em adoção que podem sofrer abandono. O sentido de experiência de encontrar-se só, de estar um infante sem um cuidador para responder às necessidades humanas, próximo ao desamparo, não é, necessariamente, um apanágio de bebês entregues, afinal, há muitos deles que não passam sequer uma hora sem amparo. Essa experiência da qual falamos abrange todos os que um dia a viveram, mesmo no campo imaginário, incluindo assim, as próprias mães que entregam seus bebês que um dia possam ter sido elas mesmas abandonadas.

No seu trabalho com mães que entregam bebês para adoção, Motta (2005) percebe um afastamento da sociedade em relação ao tema da entrega de um bebê, como se ele não existisse. Nós poderíamos acrescentar a essa

constatação que o distanciamento com o tema da entrega obscurece o contato com a experiência do abandono.

Apesar de concordar com Motta, quando propõe o uso da palavra entrega em detrimento de abandono, como também o faz Hamad, com Dolto (1998), sugerindo termos que não remetam à experiência moralmente criticável do abandono, precisamos considerar que assistimos na modernidade à maior prova de que estamos, efetivamente, mergulhados em um "abandono social", pois crianças e famílias carentes representam assuntos ignorados. Por outro lado, no que tange ao contato com a experiência de abandono e do desamparo como vivência possível a todos, nossa sociedade distancia-se, deliberadamente, da possibilidade de se haver com tal condição. O abandono, assim considerado, transcende a entrega, razão que nos fez aprofundar o tema.

A opção em delinear o que Machado e Vaisberg (2003b) denominaram de fisionomia coletiva fez-nos lembrar, a partir dos encontros e das repetidas leituras das narrativas com os professores, de algumas falas acerca do abandono.

Histórias ouvidas ao longo da investigação traziam recortes de experiências como *coitadinho... não é fácil ter nascido já assim...* Ou ainda: *...essas mães que ficam abandonando um, dois filhos...*, o que nos pareceu como o surgimento/emersão dos aspectos de *self* dispersos acerca do abandono que não eram evidentes, mas que mostravam a expressão de uma fisionomia sofrida.

Com nossos professores, reconhecemos apenas em um encontro, uma abordagem mais expressiva sobre o abandono, na estória da Naná (Anexo 6). Ao falar das sensações de uma criança ao sair do orfanato rumo a uma família adotiva, essa narrativa intensa mostrou-se repleta de emoção e vivacidade, na qual acompanhamos a valorização da experiência tão nova de uma criança nessa

expectativa de transição para um mundo novo, momento esse singular e, por vezes, desamparador. A saída de um abrigo significa para a criança uma radical mudança, afinal, o abrigo é a casa, o porto seguro da criança, em última instância a grande mãe protetora, questões estas fundamentais do mundo do infante. A partir da narrativa da professora a qual denominamos de Clarice, pela sensibilidade no discurso, pudemos acompanhar na estória de Naná certa consideração pela solidão, pela experiência de estar só, ou ainda de ter sido "abandonada". Mesmo que tenha falado de uma criança recebendo cuidados, pois se encontrava em um orfanato, remeteu-se brevemente a uma experiência vivida pela criança de desamparo. Lembremos, paralelamente, do nosso primeiro desenho-estória, do menino João, e daquela frase "*quem sabe agora ele pode ser um pouco feliz*", cuja associação veio-nos com o abandono.

É interessante citar que expressões como as desse coletivo de professores, em particular, foram percebidas sutilmente diferentes em uma pesquisa posterior, com um grupo de professores de cidades bem menores¹²⁰. Neste novo estudo¹²¹, a experiência da entrega e do abandono próximo ao desamparo, surpreendentemente, apareceu-nos de forma menos resguardada. Em uma estória emocionante contada por uma professora, notamos claramente a experiência de uma criança ao esperar por ser amada, como se estivesse muito sozinha e, por vezes, desamparada (Anexo 8).

Em outra estória, a narrativa da professora iniciava-se da seguinte forma:

¹²⁰ Essa chegada de novos sentidos, a qualquer momento, representa claramente a forma como se conduz e do que consiste a pesquisa em psicanálise. Sua investigação é dinâmica, intersubjetiva, e dessa forma, permanece longe de fechar um assunto, um tema, uma verdade, promovendo novas associações, expressões e conhecimento de experiências.

¹²¹ Essas produções de desenhos-estórias são parte de outra pesquisa em andamento do Laboratório de Psicologia Clínica Social da Puc-Campinas, sob liderança de Tânia Aiello-Vaisberg e Vera E. Cury. A pesquisa, da qual participo, tem o mesmo método desta tese, porém com o diferencial de ter sido realizada em duas cidades muito pequenas do interior de

"Carol é pequena, bem pequena; mas já sente a tristeza de ser abandonada" (Anexo 7), frase esta que também nos pareceu interessante quando enfocamos o abandono.

Primeiramente, precisamos constatar que a "tristeza de ser abandonada" concebeu-se, definitivamente, no imaginário dos professores, como a condição pela qual passam as crianças colocadas em adoção, designando-se este sentido próximo a um axioma da adoção.

Ao acompanhar essa concepção sobre a criança adotiva, remetemo-nos a uma vivência que uma criança muito pequena pode experimentar 'tão logo na vida', permitindo vir-nos à mente sensações dolorosas de tristeza e comiseração. Vamos mais adiante com Carol. Diz-se ainda:

"O vazio de não ter uma família reflete no seu olhar, que é profundamente triste. Mas ela tem, no fundo do seu coração, a esperança que alguém ou alguma família a adote".

Não seria essa a fala do desamparo¹²², que conjuga *vazio*, tristeza, solidão e a sensação de não se ter ninguém por perto para amparar, e ainda, almeja alguém que salve? Ou ainda, suscitaria a veemente necessidade de ser adotado por outrem para sentir-se bem cuidado, questão esta muito presente na clínica contemporânea?

Durante associações entre abandono e desamparo, uma professora colaborou efetivamente com nossas idéias. Contou-nos algumas sensações que obteve com crianças do ensino fundamental e destacou que apesar de sentir ou

São Paulo e por estudantes e pesquisadoras de Iniciação Científica do curso de Psicologia da Puc-Campinas.

¹²² O termo desamparo é objeto de controvérsia e discussões em psicanálise. Aqui estamos utilizando este termo como "experiência" vivida por alguém de abandono real ou emocional, situando-nos distantes de uma ontologia que o vê como condição necessária à constituição da subjetividade.

conhecer a história triste do aluno, era obrigada diversas vezes a distanciar-se de alguns deles - com problemas graves dentro de casa, como abandono pela mãe, maus tratos e violência - por perceber sua impotência diante dessas situações. Questiona que atualmente essa conduta mais parece uma forma de defesa que qualquer tipo de repúdio: "Uma espécie de auto-defesa", diz a professora, para que a identificação não faça o professor sofrer mais do que pode.

Ainda atribui um distanciamento "defensivo" dos professores de cidades grandes ao índice de abandono de crianças e à violência que rodeiam as escolas públicas, o que provavelmente torna-os "cauterizados". Utiliza esse termo no sentido de mostrar o quanto os professores são feridos, frente à estrutura social e emocional caótica, e curados, por diversas vezes, durante a convivência escolar.

Fica-nos evidente que estamos frente a um total desamparo social, revelado quando a sociedade "dá as costas" ao problema para se proteger de sofrer.

Isso nos lembra a fala citada no Capítulo *Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores...*, de uma psicanalista que constata freqüentemente na clínica demandas de adoção. A este respeito, são inúmeras as possibilidades de pedidos de adoção por aqueles que se sentem desamparados, seja na clínica psicanalítica, do paciente ao seu analista, seja no cotidiano, cuja forma pode estar pulverizada nas relações.

Falar de adoção, segundo esse norte, nem sempre é falar de criança adotiva e sim de necessidades de adoção, entendendo-se que a criança adotiva pode escancarar medos, desejos e necessidades humanas implicadas nas filiações e nas relações intersubjetivas.

Nas relações humanas, a filiação conduz a experiências que são

marcadas pelas questões da origem. Importa à sociedade brasileira - e em geral, à ocidental - saber quem são os pais biológicos, quem são os originadores da cadeia genética. São questionamentos da existência humana que conduzem a dúvidas sobre de onde viemos, para onde vamos, o que fazemos em vida. Porém, as relações vividas tanto no campo da filiação, quanto no campo da amizade, por exemplo, são construídas e sustentadas por núcleos de experiências intersubjetivas.

Pensando dessa forma, ainda podemos questionar as opções, de cada um de nós, em alimentar as relações filiais ou não. Afinal, adotamos vários pais e várias mães ao longo da vida, não apenas no sentido de encontrarmos-nos com pessoas novas, mas no sentido de conhecermos, a cada dia, o 'novo' que há em nossa mãe ou nosso pai, e assim, com essa visão nova, escolhemos, se estamos com saúde, adotá-los ou não.

Falamos novamente de relações intersubjetivas e não necessariamente de adoção no seu sentido legal, tornando-se claro que a adoção remete às relações interpessoais. Concomitantemente, relações e demandas de amor remetem à adoção.

A frase sobre Carol levou-me a lembrar outra expressão, da professora Lara (Anexo 3) quando diz sobre a criança adotiva:

"Nada há de diferença no comportamento. Parece a mim apenas algo. Parece que têm um olhar triste. É algo que noto."

A tristeza em poucas doses apareceu-nos significativamente presente. Como dissemos anteriormente, acabou por designar uma condição das crianças adotivas.

Ainda restou-nos, porém, um fato intrigante: os professores, do nosso primeiro grupo recortado, acabaram por negar o estigma de que, em tese, o abandono permeia a adoção ou a criança adotiva. Apesar desse último grupo novo de professores ter se expressado mais claramente quanto ao abandono, é importante pensar que o primeiro grupo em particular não se expressou neste sentido.

Ora, sabemos que o primeiro grupo compartilha de algumas experiências culturais próximas ao nosso contexto social: os professores vivem em cidades grandes, participam de debates acerca da educação e da Psicologia, conhecem de perto os problemas do nosso país, inclusive do abandono escancarado de crianças e a violência. Mesmo assim, o que se pronunciou foi um silêncio instigador.

Seria esta omissão significativa, próxima a uma *atuação*, no sentido psicanalítico, do coletivo ao mostrarem, em ato, a rejeição? Algo no sentido de rejeitar, pois não se pode falar? Ou, ainda, essa lacuna produzida poderia ser a marca de um *vazio*?

Sabemos que em momentos de encontros inter-humanos podem surgir as mais inusitadas reações e inúmeros estabelecimentos de conexões intersubjetivas. Quando pensamos que qualquer encontro firmemente estabelecido, bem como a situação analítica¹²³, podem fazer suscitar fantasias, desejos e emergências de necessidades dada a intersubjetividade, estamos contando que pesquisador e entrevistado, juntos, podem criar/encontrar, na transferência, sentidos diferenciados a respeito do tema proposto, que quando

¹²³ Situação recortada do cotidiano, condensada em um encontro, promovendo transferências.

muito primitivos¹²⁴, remetem a experiências remotas, atreladas eventualmente a um abandono, um desamparo e, quiçá, à rejeição. O modo como tais experiências se expressarão será delineado de acordo com cada encontro, dada a intersubjetividade.

Em pesquisa citada anteriormente de Levy e Jonathan (2004) sobre o imaginário coletivo da criança adotiva, as autoras puderam enxergar que quando o assunto foi a rejeição ou a discriminação da criança adotiva aos olhos da sociedade, aspectos interessantes surgiram. A pesquisa baseou-se em dois grupos: 1) um com pretendentes à adoção e 2) outro de pessoas comuns da população.

As pessoas que pleiteavam a adoção diziam perceber que havia na população discriminação e aceitação da criança adotiva juntamente, definindo-se, portanto, uma ambivalência social acerca desta criança. No outro grupo essa ambivalência não foi ressaltada.

Uma forma de lermos esse fenômeno - que nos ajuda a refletir sobre o silêncio pronunciado - seja, talvez, recordando-nos de que as pessoas que pleiteiam a adoção também vivem uma experiência de ambivalência, pois de um lado estão sensibilizadas pela "necessidade" de adotar um filho, mas pelo outro experimentam os temores que tal ação invoca. Há ambivalência e, então, só existe por conter um conflito: querem acreditar que a adoção ou a criança adotiva serão boas, mas revelam uma fisionomia angustiada.

Indo de encontro com a conduta dos professores do nosso grupo, é possível pensar que malgrado a existência de certa evolução do conhecimento teórico da área psicossocial sobre a questão da adoção, resta ainda uma vertente

¹²⁴ Dizemos experiências remotas e não apenas as recalcadas, considerando inclusive que as relações que remetem ao abandono não contemplam somente exclusão no sentido do

afetivo-emocional a qual desconfia do sucesso da adoção. A aceitação, pois, conjuga-se com a rejeição inconsciente em relação à criança adotiva. A sociedade atualiza-se com as constatações da ciência, que, por seu turno, são informativas, mas as vivencia sem atualizações no campo experiencial, que implica, necessariamente, em aspectos de *self*.

Nos encontros, pudemos, ainda, nos aproximar dessa constatação quando percebemos condutas construídas por falso *self*, tentando mostrar o lado bom da adoção, ao lado das quais, entretanto, apareceram traços do lado "sujo e fedido" da adoção, bem como nas histórias da professora Júlia.

Indubitavelmente, as concepções acerca do *deixar/abandonar um filho* do nosso social estão arraigadas em tradições culturais que impedem um olhar menos assustado para a entrega de bebês e, por conseqüente, à criança adotiva que um dia foi entregue. Uma estranheza em relação à origem nos faz recordar que essa questão é experimentada de forma diferente em outras culturas: em alguma delas o filho é da comunidade, importando a ele o sentimento de pertencimento quanto ao seu grupo, e não quanto à filiação biológica. Ser entregue a outro pai da comunidade não é sinônimo de abandono, e sequer de rejeição, já que a comunidade o acolhe tranqüilamente e isso parece ser suficiente quanto às questões suscitadas em relação à origem. Abordaremos adiante mais detidamente a origem filial e a história da criança adotiva.

Pensando no termo abandono, no seu vizinho, o desamparo, atrelados à rejeição na nossa sociedade, lembramo-nos de Hamad (2002), ao descrever como foi possível a uma paciente adotiva, experimentar que podia ser uma filha biológica de alguém que a entregou e, mesmo assim, ser feliz, não sentindo rejeição.

Disse a moça, em entrevista com Hamad, que estava indo morar com seu namorado e, portanto, naquele momento, saindo da casa de seus pais. Ao questionar-se sobre sua mãe biológica, falou:

"Eu a teria perdoado se tivesse descoberto que só tinha me abandonado, mas, ao saber que fomos muitos [filhos] pensei para mim que ela só tinha que abortar. Pode-se abortar, é fácil abortar" (p.89).

No decorrer da conversa, Hamad lhe fala que parecia infeliz, ao que ela responde negativamente ao psicanalista. Questiona-se então, se estava feliz, e afirma, decisivamente, que sim. O analista faz, então, uma interpretação esclarecedora, dizendo que sua mãe biológica teve razão em colocá-la no mundo, pois se encontrava lá, feliz em viver. Diz Hamad:

Quando você diz que sua mãe foi indigna, você confunde a pessoa dela com o gesto que constituiu em dar você a outros pais para adoção. Esse mesmo gesto não fez uma filha infeliz, pois você diz o contrário (...) e você tem razão. Aliás, você não é a única a ter razão; sua mãe também teve, quando manteve você em vida e a deu a outra família que a ama e que você ama (p.89).

Pensando no termo abandono, precisamos esclarecer que seu significado não é sinônimo de rejeição. No mais próximo desse sentido, podemos encontrar *descuidar-se* de alguém, *renunciar* a este alguém, com conotações de deliberação, mas que implicam em uma *conduta*, o que não quer dizer que envolveu um sujeito total, integrado, já que não sabemos até que ponto o ato ocorreu em consonância com o *self* verdadeiro. Ademais, a entrega de uma

criança para adoção ou seu abandono em lugares ermos, de maneira alguma é sinônimo de uma atitude contemplativa da inteireza da pessoa em termos de *self*, em termos de uma conduta integrada.

Abandonar remete a *deixar de todo*, *largar* de vez; *partir, ir embora; desamparar, deixar sozinho ou sem condições (de sobreviver, de prosseguir com alguma tarefa, trabalho, propósito etc.); renunciar a, desistir de; perder o interesse por, não dar mais atenção a, descuidar-se de; deixar de lado, renunciar, renegar*".

Em *Rejeitar* encontramos os sentidos "*lançar fora; largar; não aceitar, não admitir; opor-se ou negar-se a; demonstrar repúdio por; arremessar, lançar*"¹²⁵.

Existe, certamente, um ponto comum entre ambos os termos. O *deixar* ou *largar* é um sentido que une abandonar e rejeitar. Então, o que vemos é uma área unificadora desses termos que permite, no uso da língua, tanto confundi-los como iguais, quanto alimentar certa adjacência entre ambos, permitindo-nos tender para um lado ou para outro. Esse campo sem delimitação clara aparece em alguns momentos no imaginário, aproximando-os como sinônimos. Abandona-se uma vida, uma idéia, um filho, por alguma razão que superou este em necessidade e desejo; largou-se um filho, deixou-o a outros, rejeitou-se nesse sentido, mas não necessariamente demonstrou-lhe repúdio. Abandonar ou entregar um filho não precisa ser confundido, sempre, com rejeição, embora esse conceito tenha caminhado ao lado do abandono, em parte do imaginário coletivo. A fisionomia coletiva aparece indiferente à conduta do abandono, que rejeita o lado "sujo e fedido" de crianças.

É preciso ressaltar que, em casos de adoção, caberá a um adulto humano, como provavelmente foi feito com a paciente de Hamad citada, cultivar o amor da criança e permitir sua gestualidade espontânea, o que naturalmente

desembocará em uma transmissão experiencial da cultura, da tradição e, portanto, da filiação. Falamos, pois, de uma adoção filial, aquela pela qual todos podem passar e que permite, além do acesso ao sentimento de pertencimento de uma cadeia inconsciente (Ducatti, 2003), estar inserido em uma tradição (Winnicott, 1967a).

O abandono apresenta-se, assim, sob inúmeras facetas. Outra delas está atrelada ao "abandono da história", o que para Eliacheff e Szejer (2003) engloba a ausência das palavras mais literais possíveis, necessárias de serem ditas aos bebês, acerca de sua história, estejam onde eles estiverem - inclusive em instituições onde as mães entregam o bebê e registram em prontuários aspectos da história. Segundo as autoras, essas palavras, se conseguirem contemplar a verdade, serão guardadas no seu inconsciente e permitirão construir a história sem ruptura total com a vida pré-natal que o bebê registrou de algum modo. Por conseqüência, a criança fará com isso, vida afora, o que puder e com suas próprias forças. Alguns conseguem isso melhor que outros.

Acrescentaríamos, a partir de outra visão, que a criança que consegue ser atendida em suas necessidades, por um cuidador suficientemente bom que respeite a expressão de *self* e a possibilidade do gesto espontâneo, compartilhará nesse processo de "continuidade de ser" experiências da cultura (Winnicott, 1967a), seja em uma família biológica, seja em uma família adotiva, através das quais poderá desenvolver-se e tecer sua história.

Quanto às palavras literais a serem pronunciadas, não sabemos até que ponto respondem às necessidades do bebê. Sob o ponto de vista do adulto, fazem-se importantes e, indubitavelmente, participantes das relações interpessoais. Todavia, sob o ponto de vista do bebê, podemos supor que as

palavras designem traços do mundo do cuidado, que se tornam familiares ao bebê bem como o cheiro, os sons, com os quais o infante convive no decorrer do desenvolvimento.

Ademais, quando falamos da clínica do *self*, estamos concebendo que organizações simbólicas como as palavras fazem sentido apenas após o estabelecimento do não-eu. Safra (1999) ressalta o caráter estético do desenvolvimento do *self*, o qual engloba, por sua vez, a sensorialidade¹²⁶.

Nesse caminho, acreditamos que no desenvolvimento humano, as palavras imiscuídas no *holding* participarão, pois, da constituição do *self*, e então da tessitura da subjetividade, com a particularidade de serem essencialmente humanas. Sabemos, por exemplo, que para acalmar ou modificar um incômodo apresentado pelo infante, o gesto e a forma de acolher do cuidador diante da necessidade do bebê serão os protagonistas do processo em detrimento da palavra literal, revelando-se esta uma das participantes da experiência estética do cuidado.

Em sendo assim, podemos supor que o enfoque que a psicanálise merece destacar em relação às palavras literais sobre a origem de uma criança, não trata apenas do direito ao acesso às origens - o que deveria ficar a cargo do campo do Direito - e da verdade crua da história a ser revelada para a criança. A psicanálise precisa ater-se à saúde emocional dos adotantes, na amplitude do termo, possibilitando o acesso à maturidade emocional dos cuidadores substitutos, que por conseqüência, estarão mais à vontade no que tange às transmissões da história e das experiências que abarcam as origens dos filhos,

¹²⁶ Retomando as concepções de Langer (1941/1989), Safra (1999) resgata um simbolismo não-discursivo "de luz e cor, ou de tom" contidos na vida humana, e sobre a particularidade da linguagem destaca: "*A linguagem revela o self em dimensões poéticas, mesmo ali onde*

não precisando rejeitá-las ao longo do desenvolvimento da criança.

Retomemos, agora, aquele outro ponto que ainda tem a ver com o abandono: a dificuldade da aproximação com o desamparo.

Interessa-nos voltar à associação entre estes termos e levantar uma hipótese acerca do silêncio do nosso coletivo. A omissão quanto aos temas guardaria o sentido da dificuldade do coletivo de encontrar-se em abandono, criando assim, uma conduta defensiva face à questão? Participaria disso o medo?

Estas hipóteses contemplam a interpretação de alguns escritores franceses (Caumel-Dauphin, 2003), como pudemos ver nos capítulos anteriores, quando questionam a dificuldade da sociedade de aproximação com o tema do abandono, acarretando, assim, a falta de maiores debates sobre a prática da entrega/abandono à adoção.

Se pensarmos em estratégias de defesa caminhando a favor do afastamento deste tema, faz-nos sentido que professores das cidades maiores, mais presentes em debates intelectualizados sobre os temas sociais, acabem por se distanciar das experiências emocionais relativas ao abandono. Diferentemente, os professores das cidades brasileiras menores, que amenizaram essas defesas - que aqui estamos considerando como dificuldade de passear pelo abandono - aproximaram-se um pouco mais da experiência relativa a uma criança abandonada ou desamparada.

À distância com o tema da entrega, do abandono ou do desamparo constitui-se debate imprescindível para as sociedades em geral, uma vez que se tornou insustentável ignorar a ocorrência de entregas em adoção e de riscos à vida das crianças, principalmente, quando implicarem em possibilidade de morte

aparentemente ela é simplesmente discurso. O homem em seu self é ontologicamente poeta (p.109).

ou de maus tratos aos bebês.

Muito embora se conceba de certa forma generalizada o “abandono do filho” como “deixar/entregar o filho”, mostra-se bem diferente uma mãe que entrega seu bebê ao tocar a campainha de uma casa de conhecidos, daquela que abandona seu bebê num lugar deserto rodeado de lixos. A partir destes dois exemplos diferentes de entrega/abandono de bebê, reconhecemos que um infante poderá experimentar a vivência de ser deixado sob diversas formas, o que marcará, necessariamente, sua história ou ainda o que marcará sua morte.

O tempo decorrido entre a falta de um cuidado e a necessidade premente do bebê é fundamental, tanto para funções vitais de vida, quanto para a constituição do seu processo maturacional. Lembramos aqui de uma passagem de Winnicott (1951) sobre o atendimento de uma paciente, que nos remete tanto à questão do tempo distante do cuidador, quanto à separação vivida pelo bebê como morte da mãe. Trata-se de uma questão da ausência de objeto, que vida afora, torna-se, para aquele que a vive, um sentido real do viver, ao contrário da presença do objeto se oferecer como experiência do real. Recordamos este aspecto, pois acabamos de pensar a respeito do fato dos professores eclipsarem o abandono em seus discursos.

Sobre este atendimento, Winnicott (1951) nos conta que sentia a todo o momento, que sua paciente precisaria gostar mais do analista anterior do que dele, alimentando reiteradamente tal gosto, já que o sentido real para ela era a falta da presença do analista; o sentido real das coisas calçava-se na negativa - pela ausência - e não no positivo, através da presença. A paciente dizia que o Dr. Winnicott poderia fazê-la bem, mas ela deveria ainda preferir o analista anterior, por não estar presente e por sentir falta dele.

Certa feita, ao sair da sua casa e deixar um gato de estimação sozinho, a paciente conta que experimentou uma sensação horrível ao saber que o gatinho miou por quatro horas sem ter alguém por perto para responder-lhe. Ao mesmo tempo em que a ausência criou-lhe um sentido, para a paciente tratava-se de algo insuportável, já que o vivia como morte, experiência esta atrelada às vivências precoces de separações contínuas com seus pais.

Este exemplo parece-nos rico por demonstrar a importância das experiências precoces, das implicações da ausência de cuidador no desenvolvimento emocional do bebê e, principalmente, das peculiaridades dos bebês: a experiência de morte pode ser vivida em poucos minutos para um, ou em horas para outro. Ratificamos, assim, a humanização do bebê, concepção que tende a promover condutas divergentes daquelas que negligenciam os cuidados individuais básicos do infante, encontradas, por vezes, em setores institucionais de abrigo de crianças. Cada bebê, portanto, viverá a experiência de uma forma singular.

Cabe aqui ressaltarmos um ponto a respeito das experiências singulares de desamparo, quando pensamos no tempo decorrido até alcançar-se a adoção. Trata-se de discussão freqüente entre os profissionais da área da Psicologia e da Assistência Social, pois se acredita que quanto mais rápida acontecer a adoção melhor será o futuro da criança.

Entretanto, caso uma criança tenha sido entregue para adoção em uma instituição, nem sempre se faz prudente acelerar um processo de destituição do poder familiar para formalizar a adoção, visando uma ligação parental nova de forma rápida.

Ora, a condição para um desenvolvimento emocional saudável precisa

ser promovida por aqueles que se incumbem de tal função, seja o monitor do abrigo para crianças, seja um cuidador substituto. A sensibilidade ética dos profissionais atuantes nessa área, que acreditamos dever estar imiscuída em seu preparo técnico, precisa ser retomada constantemente visando nada mais que a sensatez. Não se coloca uma criança em famílias despreparadas para recebê-las, somente por acreditar-se que, concedendo a adoção, tudo se resolve.

No Brasil, nem sempre temos boas condições de cuidados, já que não há, na prática, um bom exercício de famílias substitutas¹²⁷, e os abrigos, muitas vezes, carecem de número adequado de profissionais. Em outros países, a exemplo da França, existem famílias que se encarregam de cuidar dos bebês que estão em fase processual na justiça, auxiliando-os a se integrar em termos de *self* e a se desenvolverem saudavelmente, mesmo estando longe das mães biológicas ou de mães oficialmente adotivas. São famílias substitutas que recebem salários do governo por isso, apresentando-se benéficas aos bebês (Eliacheff et Szejer, 2003; Dolto, 1998)¹²⁸. Apesar de sabermos que isso nem sempre é regra, acrescenta-se ainda o fato de muitas famílias fazerem disso uma profissão, o que pode ser considerado tanto no sentido positivo - profissionalismo no cuidado do bebê - quanto no negativo – banalização e mercantilização das relações e possibilidade de irrupções e separações constantes.

Como podemos ver, ao tornar-se possível acessar traços emocionais envolvidos nos processos de entrega, incluindo a dimensão do abandono e desamparo, tende-se a caminhar rumo à dissolução de diversas situações na

¹²⁷ Apesar de tal escassez, recentemente tivemos contato com um grupo de Santa Catarina (Tostes, 2005) que criara casas lares no intuito de promover 'pais-sociais' para acolhimento de crianças, promovendo lares com dinâmica de relações mais próxima às vistas numa família nuclear e principalmente bases para um bom desenvolvimento emocional das crianças.

¹²⁸ Estamos nos referindo aos trabalhos de substituição temporária de famílias visando à adoção e não de famílias acolhedoras, como citamos anteriormente quando falamos de Valente (2004), cujo objetivo é de retorno ao lar de origem.

prática psicanalítica. Pensarmos seriamente no número de crianças deixadas ao destino pelas mães conduz-nos a revermos a atenção social dada às mães e à maternidade.

Sabemos que ao considerar a adoção como recurso para crianças abandonadas, estamos pensando num modo paliativo de solução de problemas já ocorridos. Todavia, se pensarmos nas experiências de abandono que uma criança e sua mães sofrem, e nas repercussões desse sofrimento, poderíamos sugerir um trabalho preventivo com as mães que não querem ter seus filhos, mostrando as vantagens da entrega de uma criança - de forma mais saudável - às famílias interessadas, promovendo trabalhos mais condizentes com a ética e, sobretudo, com a realidade do nosso país.¹²⁹

Há assistentes sociais e psicólogos que afirmam, tanto no Brasil quanto em outros países, que o ato da entrega do bebê pela mãe, em casos específicos de maus tratos, é mais saudável do que a não-doação. Interessa-nos, pois, pensar no bem estar e na saúde da criança: minimizar seu sofrimento e evitar condições desumanas passíveis de ocorrer. Ao mesmo tempo, considerar a demanda das mães pretendentes às 'entregas' e tentar compreender ou acolher suas necessidades mais básicas. Além disso, promover trabalhos sérios que possam abarcar problemas dessa magnitude, porquanto o que não falta é demanda de mães para entregar bebês, como nos mostrou Motta (2005).

Se este é o nosso norte, acreditamos ser preciso avaliar cada situação, inclusive aquela da "mãe que doa seu bebê e realiza um bem ao bebê".

¹²⁹ Trata-se de discussão freqüente na França¹²⁹, onde a dificuldade de proferir o assunto já não é mais pauta, tal como quando se fala do parto *Sob X*. Apesar dessa conquista, os psicanalistas ainda reconhecem motivos inconscientes que levaram a sociedade a enrijecer-se quanto a outras mudanças. Por exemplo, ao evitar, até meados do ano 2002, uma revisão rigorosa da anuência de registros anônimos de paternidade nas comunidades/abrigos que recebem gestantes prontas para parir e doar seus bebês, furtando às crianças a possibilidade de

Importante faz-se, porém, que este tipo de discussão realize-se em um campo no qual os participantes possam enxergar o fato da descontinuidade de convivência materno-infantil na sua dimensão total, o que inclui tanto o lado do infante quanto o lado materno, além do social. Aceitá-lo, então, como possibilidade real de acontecimento - ou seja, considerar, efetivamente, as estatísticas do número de entrega de bebês que acabam sofrendo conseqüências devastadoras no seu desenvolvimento - e escutar o que essas demandas podem representar.

Ao mesmo tempo, é contemplar um abandono que pode existir em cada um de nós, considerando que nossa mãe pode um dia ter-nos abandonado tanto quanto rejeitado. Caso continuemos a afastar-nos do tema e alimentar o enfoque do 'absurdo' do abandono, do ato torpe da mãe que entrega seu filho, e ainda, de um viés de rejeição que isso possa conter, perdendo de vista a importância de ater-se às necessidades da criança que passa por uma situação de entrega e, paralelamente, distanciando-nos da mãe que entrega filhos biológicos, assistiremos à manutenção de maus tratos e sofrimento.

Winnicott (1954), desde a década de 50, já discutia esse assunto. Mostrou-nos o quão benéfico era para a criança deixada pela mãe estar, logo após seu nascimento, de forma tranqüila e confiante, ligada a uma família. Isso poderia acontecer graças às equipes de médicos da obstetrícia e da ginecologia que faziam as intermediações entre a mãe que entregava e as famílias interessadas em adotar, de forma não-oficial. Por que não podemos fazer um trabalho sério nesse sentido?¹³⁰ Até quando forçaremos a prática de adoção a

conhecimento das origens. No Brasil, contudo, essa discussão de maneira geral mal se formulou.

¹³⁰ Ao realizar uma pesquisa sobre o assunto em periódicos nacionais indexados, encontramos apenas poucos artigos que remetem ao assunto, tais como Daher, Lalon e Baptista (1999) e Böing e Crepaldi (2004), o que pode ser interpretado como resultado de total falta de políticas no país a esse respeito, bem como pelo receio de que tal trabalho possa conferir à criança uma proximidade ao status de mercadoria, o que configuraria a prática como criminosa.

acontecer de forma paralela e extra-oficial e, no entanto, mais rápida? E ainda, assistiremos a uma corrida frenética dos profissionais para oficializarem rapidamente uma adoção sem prudência e respeito às necessidades da família receptora e do bebê entregue?

O recebimento de cuidados adequados e a possibilidade de favorecimento da constituição de um *self* saudável poderiam ser conquistados pela criança em muitas situações e de acordo com cada caso. Além disso, mães poderiam ser mais preparadas para enfrentar o que temem, o que não sabem, o que fantasiam, que as levam a entregar seus bebês.

Trata-se de levarmos várias questões em consideração sem a insensatez de imaginar que se possa solucionar todos os casos nessa linha do dizer 'sim' à entrega. Conhecemos famílias que se estruturam de forma peculiar, podendo parecer, quando vistas superficialmente, não saudáveis ou inadequadas. Todavia, constituem-se, freqüentemente, de membros entre os quais prevalece alguma sustentação afetivo-emocional. Outras vezes, são famílias nas quais um desses membros é uma referência simbólica fundamental em sua organização. Seria cruel abortar um desenvolvimento familiar ou aceitar uma entrega injustificada, se houvesse na família bases emocionais passíveis de desenvolvimento, além dos potenciais da própria mãe/gestante. Contudo, é preciso espaço para um trabalho fundamentado, objetivando encontrar as potencialidades de uma família no acolhimento de um bebê que esteja prestes a chegar. O bebê esperado ou concebido não pode ser somente propriedade da gestante/mãe, mas é parte e responsabilidade de uma família - seja a família da gestante/mãe com o marido, seja família dos pais e parentes da gestante/mãe - e quiçá da sociedade.

Em pesquisa realizada no campo da enfermagem com gestantes

adolescentes atendidas em um hospital, fica evidente que as pessoas que mais concedem apoio às garotas nesse momento peculiar de suas vidas são os pais, em especial a mãe, enfim, a família (Godinho, Schelp, Parada *et al*, 2005). Mesmo considerando que a pesquisa enfocou adolescentes, faz muito sentido pensar que quem chega à solução de entregar/abandonar um bebê, provavelmente, esteja passando por um período comparável ao da adolescência, em termos de crise, de insegurança e, sobretudo de nível de desenvolvimento emocional; ou, ainda, a outros momentos da maturação humana, já que em nível inconsciente, idade é algo desconhecido¹³¹.

Parece-nos importante citar que um dos dados obtidos nessa investigação evidenciou que as adolescentes entrevistadas raras vezes citaram órgãos como a escola ou instituições de saúde, como orientadores nesse momento importante, revelando deficiências destas formações sociais no cumprimento de seus papéis (Godinho, Schelp, Parada *et al*, 2005). Por um lado, podemos pensar que aquelas meninas, presentes no serviço onde a pesquisa foi realizada, só chegaram até lá pelo apoio dos pais, e de certa forma, pela abertura encontrada neles para a dependência. A pesquisa revelou que a maioria delas residia com pais ou sogros.

Talvez pelo fato de serem adolescentes, reduz-se a responsabilidade em tomar decisões sozinhas, o que faz os pais e sogros debruçarem-se sobre o problema e, quando diante de boa vontade, assumirem as situações geralmente turbulentas. Com mulheres não-adolescentes, torna-se pouco provável a aceitação de regressão à situação de dependência, promovida eventualmente

¹³¹ No que se refere ao desenvolvimento maturacional, sabemos que aspectos de *self* podem aparecer em situações de crise, revelando traços congelados do desenvolvimento que merecem cuidados.

pela gestação, e ainda, de acessar aqueles que um dia exerceram papel de acolhedores ou outros que possam responsabilizar-se por isso. Tal regressão, se vivida por essas mulheres, pode aparecer sob várias outras maneiras que levam às atitudes tais como a entrega do bebê.

Freqüentemente deparamo-nos com mulheres ou meninas se portando como gestantes imaturas, no auge do seu desamparo - tanto pelas contingências familiares quanto pelas idiossincrasias da própria gestante - as quais parecem estar distanciadas dos complexos sentidos ou significados que a maternidade amadurecida parece envolver. Em um catálogo (Trillat, 1988) com relatos de mulheres que abandonaram seus bebês na França, encontramos exemplos claros de pessoas que engravidaram tão dissociadamente, que não puderam sequer questionar-se sobre os significados de *estar esperando um bebê*.

Uma mulher com mais de quarenta anos, que hoje revisita sua situação de anos atrás, revela-nos a sensação ao receber da enfermeira seu bebê:

*Je n'ai ressenti que de la crainte. Une crainte viscérale. Cet enfant, c'était moi. Chair de ma chair. Comment faire pour me retrouver tout entière avec cette part de moi-même que l' on venait de m'extirper. J'avais l'impression que je venais d'être amputée. Cet enfant ne m'apparaissait pas comme quelque chose en plus, mais comme quelque chose en moins. Un moi que je voulais oublier*¹³² (Laury, 1988, p.30).

Ao relatar a sensação de ver o bebê como uma parte sua amputada, não como um 'a mais', mas como um 'a menos', compreendemos o nível primitivo de um *self* para o qual a gravidez ainda era a sua própria gravidez, a gravidez da sua

¹³² “Eu senti só temor. Um temor visceral. Este filho era eu. Carne de minha carne. Como fazer para me reencontrar inteira com esta parte de mim mesma que acabaram de me extirpar. Tive a impressão que eu tinha acabado de ser amputada. Este filho não me parecia como alguma

mãe, e o bebê era ela mesma e não um outro. Não há noção de alteridade e ainda, transborda desamparo.

Em outro momento dos seus relatos, a própria Laury diz, com todas as letras, que não era uma *fille, ni femme, ni mère*¹³³. Quem ainda não alcançou a posição de SER, menina ou filha e, sequer mulher, como alcançará ser mãe, no sentido da experiência viva que o termo mãe confere? Um *self* que ainda não percorreu pelo desenvolvimento emocional que o leva à experiência de *ser*, não encontrará sentido verdadeiro frente ao fazer, tal como a maternidade. E caso assim proceda, tende tal sina a multiplicar-se nas próximas gerações, replicando falsos *selves* de acordo com o que se viveu.

Relatos de meninas que engravidam para buscar nessa experiência a sensação de estarem existentes e vivas, não são raros. É possível, ainda, encontrarmos expressões de profundo desamparo e desespero em algumas gestantes ou mães de recém-nascidos, o que as leva a entregar seus bebês sem poderem aproximar-se de qualquer agonia a esse respeito. Winnicott conseguiu perceber um desamparo mútuo possível na comunicação da mãe com o bebê:

Refiro-me ainda aos estágios muito primitivos. Certamente algo acontece às pessoas quando elas se vêem confrontadas com o desamparo que supostamente caracteriza o bebê. É terrível deixar um bebê à porta de vocês, pois as suas reações ao desamparo do bebê modificam a sua vida e talvez atrapalhem os planos que tenham feito. Isto é bastante óbvio, mas precisa ser revisto no que se refere à dependência, pois embora o bebê seja indefeso num certo sentido, em outro é possível dizer que um bebê tem um enorme potencial para continuar a viver, para desenvolver-se e para realizar o seu potencial. Poderíamos quase dizer que as pessoas que

coisa a mais, mas como alguma coisa a menos. Um 'eu' que eu queria esquecer" Tradução livre.

¹³³ "Filha/menina, nem mulher, nem mãe".

cuidam de um bebê são tão desamparadas em relação ao desamparo do bebê quanto o bebê o é. Talvez haja até mesmo um confronto de desamparos. (Winnicott, 1968, p.91)

Motta (2005) mostrou-nos que a sua entrevistada - uma moça que já entregava pela segunda vez um filho biológico para adoção - recusava-se veementemente a olhar o rosto do bebê recém-nascido. Esta conduta bem poderia representar a dificuldade da garota em olhar para si mesma, em dar-se conta de sua vida, talvez do seu desamparo e, sobretudo, de sua existência. Tais experiências poderiam desembocar em desintegração, a qual demandaria muito dos profissionais quanto ao *holding* necessário para assegurar e enfrentar com ela a situação de dependência.

Por vezes, perceber-se existente pode ser algo muito temido, não apenas por fazer implicar-se como pessoa pertencente a uma vida real, mas, sobretudo, por designar uma experiência extremamente angustiante¹³⁴. Winnicott (1990) supõe que a desorganização vivida pode conduzir à desintegração, que é uma defesa contra a não-integração de aspectos de *self*. Tal processo, no entanto, também pode ser uma defesa inclusive à integração. A integração é um processo de reunião, de unificação de aspectos de *self* e seu caminho, por vezes, pode conter ansiedades intensas associadas à forma plena desse estado que acaba elucidando uma sensação de unidade à pessoa do bebê, a partir do qual poder-se-á chegar a um estágio de preocupação¹³⁵.

¹³⁴ Muitos leitores de Winnicott não percebem com clareza esta questão. Acabam por conceber que o "estar vivo e real" seja algo ótimo, sem considerar que o próprio viver é, em si mesmo, fonte de angústia.

¹³⁵ Este estágio é próximo à "posição depressiva" de Klein, malgrado o termo ter a reprovação de Winnicott por parecer atrelado à doença. Para ele, esse estágio trata da concretização da integração de aspectos de *self* do bebê e da percepção da mãe como uma unidade externa ao bebê, um outro "não-eu" para o qual já pode existir remorso.

Lembremos da personagem de Lispector¹³⁶, Lóri, com sua vida tão vazia, mas que frente à oportunidade de conhecer experiências inéditas, com o seu amigo filósofo, como aprender a existir e amar, sofre, num movimento de esquiva. Provavelmente, situações ansiógenas associadas ao estado de integração fizeram-na continuar em um estado de falso *self*, mantendo escondido aquilo de mais existencial, à espera do viver, furtando-se a moça de poder experimentar uma sensação de existência e de vida real.

Em sendo assim, é possível haver desorganizações que levam à desintegração não só como esquiva de estado de não-integração, estado este tomado por Winnicott como mais inicial e primário, porém contra a própria integração, considerando que alguém a vislumbrou e sofreu ao entrar em contato com ansiedades associadas a esse estado. Sobre isso, Winnicott (1990) ainda complementa que a integração ocorrida em momentos posteriores ao que seria natural ao curso do desenvolvimento - inclusive em fases adultas - pode provocar ataques defensivos da pessoa, que a levará a construir bases para um campo paranóide. Diz Winnicott:

A desintegração desse tipo pode ser utilizada mais tarde como base para um estado patológico caótico, que na verdade representa um fenômeno secundário e que não está diretamente relacionado ao caos primário do indivíduo humano (1990, p.137).

A importância clínica dessas considerações pauta-se na possibilidade de um analista sensível situar-se, quando frente a uma situação de proximidade da integração, em um campo intermediário entre mundo externo ameaçador, repudiado, e o paciente, com suas questões desse momento peculiar da

¹³⁶ Lispector, C. *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres*, Rio de Janeiro: Roco, 1998.

integração. Falamos de um trabalho nada fácil para os analistas, mas que poderia render frutos quando frente a mães/gestantes nas mais remotas fases do desenvolvimento emocional que puderam ser revividas na gestação. Ademais, tratamos de questões que nos fazem pensar no campo da paranóia e do medo, presentes em algumas histórias sobre adoção.

Passemos, pois, a esse outro elemento que também pode remeter ao abandono quando investigamos a criança adotiva: o medo presente em alguns pais adotivos. Pudemos captar, como na estória da professora Liliana, a crença de que o filho adotivo carrega, invariavelmente, *a esperança de reencontrar seus pais biológicos* e, portanto, caminha na busca de sua origem.

No encontro com a professora Bruna (Anexo 4), também pudemos perceber, atrelada ao imaginário, a necessidade premente do encontro com a mãe¹³⁷ biológica:

O filho abandonado e rejeitado espera sempre que a mãe verdadeira possa encontrá-lo um dia, mas muitas vezes a mãe não quer alguém atrapalhando a sua vida, e a adoção, para mim, é acima de tudo, um ato de amor, de doação (Anexo 4).

Em sendo assim, não é de se surpreender que pais convivam com o fantasma *do abandono pelos seus filhos adotados*, abandono este não somente físico, de mudança de casa, mas um abandono da filiação, ligação construída pelos pais durante a convivência com o filho e que, de repente, pode ser-lhes "roubada". Revela-se, assim, em alguns pais, sob a fantasia da possibilidade de serem deixados em razão do reencontro feliz e idealizado do filho com a família que o gerou.

Iyama (2004), em sua dissertação sobre fantasias e preconceitos observados nos próprios pais adotivos em consultas psicanalíticas, acrescenta a hipótese de que por vezes, o medo do roubo do filho adotivo pela mãe de origem pode estar relacionado ao desejo momentâneo de alguns pais de "devolverem" a criança a qualquer tempo para a mãe biológica. Iyama (2004) ainda se aproxima de um medo da solidão e da morte nas fantasias observadas. Esse ponto nos interessa: no medo da solidão, está imiscuído o pavor da morte, do cair no nada e então do desamparo profundo, o qual somente alguém que o viveu pode, assim, temer.

Se fantasias como essas permeiam algumas famílias adotivas, podemos levantar como hipótese da dinâmica familiar de alguns envolvidos com a adoção, uma insegurança, quiçá paranóica, de nível inconsciente e, portanto, constante, rodeando os pais adotivos. A experiência de *sentir-se ameaçado*, o medo e a insegurança conduzirão, provavelmente, a inumeráveis conseqüências nocivas para o convívio e relacionamento entre pais e filhos e, sobretudo, para a constituição do desenvolvimento emocional da criança. Isso inclui, por exemplo, dificuldades de colocação de limites, de expressão da agressividade, enfim, de espontaneidade da criança e dos pais, furtando-se ambos de contatos verdadeiros, fundamentais nas relações. Sem contar na superproteção de um filho, uma estratégia tributária de efeitos paranóides contra a insegurança, a angústia e, talvez, o roubo. Ora, em situações como essas, quantos sintomas poderão ser projetados e criados na criança?

Ao permitir uma aproximação a aspectos inconscientes presentes na fisionomia coletiva dos professores, a psicanálise parece contribuir

¹³⁷ Provavelmente, essa representação é fruto do narcisismo de mães biológicas que se sentem tão poderosas por terem seus filhos, quiçá seus falos.

compreensivamente em relação ao campo do abandono relativo à adoção. Ao mesmo tempo, a teoria psicanalítica pode trazer subsídios teóricos para enriquecer práticas de auxílio às parturientes, não apenas no sentido da permissão de entregar um bebê para adoção, mas principalmente, no acompanhamento deste momento crucial da vida humana.¹³⁸

Ao falarmos de experiências remotas, primitivas, que podem conduzir famílias - e por conseqüência a sociedade - a alimentar um imaginário acerca da adoção, estamos nos referindo a aspectos inconscientes e obscuros presentes no cotidiano de todos nós. Essa nebulosa condição de portar experiências nem sempre acessíveis e então, nem sempre conhecidas conscientemente, leva-nos a questionar outros pontos surgidos na investigação sobre as crianças adotivas.

5.2 A mentira e a verdade

Entramos, dessa forma, em outro campo não consciente possível de se captar, qual seja, a *mentira* - e seu antônimo, a *verdade*.

Já falamos, no momento oportuno, sobre as diferentes formas de adoção encontradas no mundo. Se na Oceania existem povos que adotam por solidariedade e por costume, no ocidente americano e europeu adota-se principalmente, ainda que não exclusivamente, em razão da infertilidade. A infertilidade está diretamente relacionada à impossibilidade de conceber um bebê próprio do casal, com sua herança genética e com sua imagem real. Se um casal cria a intenção de ter o filho sonhado a qualquer custo, não é difícil deduzir os caminhos que poderão percorrer para encontrarem, na realidade, algo que lhes

¹³⁸ Podemos aqui ensaiar vários trabalhos a serem feitos, como nos mostra Granato (2004) nos atendimentos psicanalíticos comunitários às gestantes, com preparações e sustentação emocional para a gestante e para o casal, em sua Oficina Ser e Fazer para Gestantes, na USP, ou em alguns órgãos públicos onde iniciaram alguns tipos de atendimentos.

conceda o sentido dessa criação. A inseminação artificial pode ser um recurso, bem como a FIV (Fecundação *in vitro*)¹³⁹. Porém, dependendo do nível do problema clínico do casal, essas provas irrefragáveis da avançada tecnologia poderão configurar-se métodos ineficazes. Angústia nos casais, ansiedade, medo de não conseguir ser mãe ou pai, pressão entre marido e mulher, pressão da família, da sociedade, enfim, diante da não concepção do filho, tornará necessário um caminho alternativo.

A solução relativa à adoção começa a aparecer; por um lado, chega a hora de resolver, com ela, um problema orgânico: "que bom que ainda temos uma opção para nossos problemas, vamos adotar alguém". Por outro lado, inicia-se a concretização de um outro problema: encontrar uma criança que se encaixe no sonho do casal, no sonho de serem pais de filhos biológicos. Daí as exigências: "gostaríamos muito de adotar, mas só se ele for bem bebezinho, branquinho..., de cabelo assim..."

Quando falamos da mentira, remetemo-nos diretamente à verdade e com ela lembramos que cada um pode encontrar a sua própria ou dela fugir obstinadamente. Algumas verdades não são fáceis de se deparar; da mesma forma, algumas perdas e acontecimentos da vida podem se tornar insuportáveis e inconcebíveis. Enganar a verdade ou negá-la são estratégias as quais, por vezes, mostram-se as melhores soluções.

A exigência de um casal na busca de fenótipos da criança pode constituir-se como a única maneira, à vista dos pais, de criar-se, ilusória e subjetivamente, um objeto que responda a uma necessidade. Ora, nesses casos, a mentira como

¹³⁹ Aqui destacamos estas técnicas de reprodução assistida apenas como exemplos, considerando a existência de outras.

negação¹⁴⁰ realiza perfeitamente seu trabalho de escusa da realidade: tanto por eclipsar a elaboração relativa ao luto da infertilidade, quanto pela ratificação da ilusão de que, ao conhecer o fenótipo da criança, conhece-se o seu genótipo e seu modo de ser, e assim, asseguram-se contra o estranho e o desconhecido.

Não seria preciso lembrar que o fenótipo é simples imagem na realidade do genótipo, no qual, decerto, encontram-se as verdadeiras cargas genéticas. Entretanto, destacamo-lo para ressaltar a desconsideração, por muitos, das relações afetivas possíveis de serem construídas entre os humanos e com elas mecanismos como a identificação, a imitação, enfim, processos que só acontecem num contexto inter-humano. Estudos mostram que filhos adotivos tornam-se parecidos com os pais devido ao processo de imitação, que se faz pelos movimentos das musculaturas, similares entre pais e filhos, fato compreensível quando pensamos nos processos identificatórios pelos quais as crianças e adultos passam.

Frente à realidade e à força dos vínculos, a constituição genética tem seu poder diminuído. Mas em alguns casais, o trabalho habilidoso da negação permite o esquecimento da relação interhumana possível de se costurar, mesmo se recebessem uma criança diferente fisicamente deles. Esta estratégia de defesa, em contrapartida, promove a ilusão de certo asseguramento, no campo do imaginário, para o casal. Evidentemente, trata-se da busca de um conforto pessoal em nível de *self*, talvez narcísico¹⁴¹, compreensível por aparecer decorrente de sofrimento - pois há um casal que sofre por não ver esperança de

¹⁴⁰ Mecanismo de defesa utilizado, na maioria das vezes, para evitar uma realidade que venha provocar sofrimento.

¹⁴¹ Pensamos numa diferenciação, entre o amor próprio, que seria um fenômeno de *self*, e o amor à imagem. A imagem de si pode ser algo muito dissociado, caso em que poderíamos ter um fenômeno narcísico em registro falso *self*.

realizar um sonho, ou para muitos, de realizar um 'simples processo natural do desenvolvimento'. Preocupa-nos, todavia, o caminho enganoso rumo ao alívio, sustentado em bases frágeis, podendo vir a quebrar-se em qualquer tempo.

Em um dos desenhos-estórias aparece o '*uso da barriga falsa*' e seu '*registro por fotos em frente à maternidade*' para enganar uma criança adotiva quando ela vier a questionar sua origem. Ressalta Ana (Anexo 5):

Diga à H que nunca, nunca conte a seu filho que ele é adotado! Que ela tire fotos com barriga falsa de tamanhos variados e em locais diferentes, que "tenha" o filho aqui em S. Paulo, que anuncie seu nascimento no jornal da sua cidade, que invente historinhas, situações pitorescas para dar mais veracidade e que, se por acaso vier a surgir alguma dúvida futura - que negue, negue sempre e reafirme sua maternidade (à época não se falava em exame DNA).

A mentira aparece como ato deliberado que, em casos de infertilidade, pode basear-se na negação, o que, a nosso ver, bem evidencia algo que circula no imaginário social. O 'segredo de família' revela-se inviolável e, ao mesmo tempo, desvela a dificuldade em contar para a criança - e a si próprios - a verdadeira história familiar. Lembrei-me da poetisa Florbela Espanca quando diz da "*sombra entre a verdade e mentira*"¹⁴², pois entre estes extremos existe um campo nebuloso e escuro, o qual as palavras nem sempre acessam.

Outro desenho-estória do encontro com os professores mostra a Priscila, uma menina adotiva que além de portar problemas era muito mentirosa (Anexo 1):

Priscila teve e ainda tem muitos problemas de comportamento

¹⁴² Em seu poema "Volúpia" escrito antes de seu suicídio em 1930.

e no seu desempenho escolar. Repetiu uma vez à 5ª série e duas vezes a 6ª série, até hoje não concluiu o Ensino Médio, desistiu.

O que mais dificulta seus relacionamentos e seu cotidiano é por que desde pequena sempre foi muito mentirosa. Os pais levaram-na a fazer tratamento, mas ela não aceita.

A clínica também mostra-nos pais que chegam com a queixa de que seu filho adotivo mente muito. Entretanto, ao aprofundarmos o estudo do sintoma, percebemos que a grande mentira é proferida pelos pais: um segredo é mantido e por eles transmitido na tradição, como se a criança jamais pudesse conhecê-lo. Sussurros e cochichos permeiam as relações familiares, enquanto a criança fica excluída do seu conteúdo. Resta ainda ao analista ver-se testemunha da falsa história da criança.

Temos um caso, muito ilustrativo, a respeito de uma moça que chegou para atendimento no consultório. Iniciou a análise, sem que a analista soubesse que ela era adotiva. A mãe adotiva apareceu depois de uns meses, contando a verdadeira história da adoção, porém, dizendo que não seria possível contar para a moça, pois a própria mãe não suportaria a revelação. Fez a analista, pois, cúmplice do segredo.

Diferentemente do que podemos pensar, a dificuldade dos pais em contar a verdadeira história para a criança é relativa ao resgate da história deles e, não somente, ao temor da história da própria criança adotiva, que incluiria seus pais biológicos e afins. Histórias de vida congeladas que não podem circular afetivamente entre o casal, parecem suplicar para aparecerem, mas a verdade, ou podemos dizer, a realidade, acaba por ser negada e esquivada.

Sabemos que as estratégias de transmissão cultural iniciam-se quando a

mãe/cuidador começa apresentando o seio à criança, que se expande à apresentação do mundo, que por sua vez, está mergulhado em uma sociedade que carrega a tradição. O famoso artigo de Winnicott (1949b) que tem como título *O Mundo em Pequenas Doses*, trata dessa experiência, sob o vértice de que, nesse processo, é necessário apresentar aspectos da história ao infante e permitir que ele crie/encontre a sua própria, na medida certa daquilo que pode receber. Em sendo assim, caminhar-se-ia de forma a revelar algo ao bebê sem que ele aceitasse sua história de modo submisso a ela e, tampouco, que a transmissão acontecesse como invasão. Esses processos promovidos na relação entre cuidador e bebê far-se-iam contínuos, possibilitando ao infante a continuidade de ser.

Ora, a história e verdade a ser dita ao filho adotivo é atrelada à história e verdade dos pais. Envolve maturidade emocional e a capacidade do casal de reconhecer e aceitar suas próprias histórias. Infelizmente, criou-se um imaginário atrelando a criança adotiva ao adjetivo mentirosa, construção esta que se bem observada, mostra-se equivocada.

É preciso considerar, novamente, a questão da origem, como participante da verdade e da mentira. Lembremos que também já ouvimos circulando no imaginário de psicólogos (Ferreira e Vaisberg, 2004) um vazio existencial pertencente ao adotivo, relativo às origens.

Podemos, assim, ver claramente que essa concepção pode estar presente na adoção ou não. Trata-se de pensarmos que o questionamento existencial acerca das origens é parte do mundo humano. Ser, então, barrado - não apenas no campo do Direito, mas sim, no campo das transmissões culturais - ao acesso às origens, é extremamente nocivo ao desenvolvimento saudável, seja

de crianças adotivas, seja de filhos não adotivos.

Estamos, pois, atribuindo importância ao compartilhamento de experiências, as quais envolvem as tradições culturais (Winnicott, 1967a), e não apenas à promulgação de uma lei que contemple o acesso ao prontuário da história da criança. A história e as palavras literais dos primórdios da vida da criança não seriam tão importantes, quando se tem em vista o que os pais fariam com elas, face à criança.

Ao considerar o conhecimento literal das origens como essenciais, deixa-se também de levar em conta que, sob o ponto de vista do bebê, não é a história em si que lhe interessa, mas sim, o quanto será cuidado, acolhido e respeitado na expressão de *self* e gestualidade espontânea, o que permitirá que crie sua própria realidade, esta sim, baseada na sua história da família.

Dessa forma, somos levados a constatar que interromper radicalmente a continuidade de ser da criança, seu acesso ao brincar e à experiência cultural, é o que se torna, pois, patológico. Essa conduta acontece tanto em famílias biológicas quanto em adotivas, permitindo-nos pensar que não há patologia própria do adotivo e sim, do mundo humano.

Quando falamos do uso da mentira como estratégia para afastar angústias viscerais do mundo humano, estamos falando também de um recurso de escamoteamento de verdade. Ao criar-se a ilusão de controlar o mundo à sua volta, a mentira exerce um papel de proteção. Luta-se para que tudo seja conhecido e controlado, evitando aspectos do campo do desconhecido e do estranho. Entramos, assim, em outro campo, que contempla o estranho e a experiência da estranheza.

5.3 O estranho e o estrangeiro

O estranho também foi considerado um campo observado, junto ao seu derivado, o estrangeiro. Apesar de não aparecer claramente como se apresentaram o abandono e a mentira, pôde ser captado como presente enquanto experiência de estranheza e de desconfiança. Talvez seja interessante lembrar a clássica estória de Pinóquio, e suas aventuras após a descoberta que é um "filho adotivo", para ilustrar esse campo.

Lendo alguns livros infantis, tivemos a oportunidade de conhecer algumas reflexões criadas por Barbosa di Gobbi (2004) sobre Pinóquio e Gepeto, relacionando-as com a adoção. Todos se lembram da estória de Pinóquio, um boneco criado por Gepeto que se torna humano. Acaba por ser adotado pelo seu criador como filho e, durante seu desenvolvimento, cria uma mania de mentir. A cada mentira proferida seu nariz aumenta e, assim, cresce tomando proporções imensas ao longo da vida de Pinóquio.

Além de rescrever e fazer uma adaptação desta estória para utilizá-la na clínica com seus pacientes e famílias adotivas, Barbosa di Gobbi pôde construir uma análise sobre a situação de Pinóquio. Dentre diversas cenas tomadas pela autora, que se transpostas à situação da adoção revelam questões do imaginário sobre o nosso tema, ela descreve a cena de Pinóquio, após muitas de suas aventuras, indo trabalhar em um circo, decidido irreverentemente em não mais ser 'um filho adotivo' e destinado a procurar sua 'mãe de barriga'.

Nesse momento, o dono do circo "*desconfiado, perguntou para Pinóquio se os seus pais sabiam que ele estava ali. Pinóquio imediatamente respondeu que não tinha pais. Naquele momento, o seu nariz começou a crescer e voltou a ser um boneco de madeira*" (Barbosa di Gobbi, 2004).

A tentativa de Pinóquio de fugir e tentar buscar um 'sentido de ser' pareciam escancarados no seu olhar. A mentira aparece novamente bem como sua tentativa de buscar aquilo de que foi privado (Winnicott, 1956b).

A estória baseia-se na premissa de que, frente à mentira, o nariz de Pinóquio cresce e, então, não ter pai, para aquele que o julga, é uma mentira, pois ele o tinha! Aqui, vemos uma representação de filiação que nos leva a confrontar a literatura geral, já que na literatura evidencia-se a importância da consangüinidade nas relações das sociedades ocidentais. Pinóquio por sua vez não era filho biológico.

Mas e o olhar desconfiado do dono do circo, o que nos faz pensar? Um olhar desconfiado dirigido a uma criança, dentro de um circo, por que haveria de existir? Uma dúvida ou uma estranheza...? Estas associações remetem a reflexões dos aspectos humanos de encontros com o estranho, com o desconhecido, ligados ao não saber. Não sabemos da história completa de uma criança adotiva assim como não sabemos do futuro e da história completa de ninguém.

Em um dos desenhos-estórias dos nossos professores (Anexo 3) apareceu a *'tristeza no olhar dos adotivos'*, forma essa similar ao axioma da adoção que mencionamos, quando falamos do abandono. Em algumas falas, isto surgiu especialmente no sentido de haver uma interrogação quanto à origem parental da criança, nem sempre suportável à criança adotiva¹⁴³.

Certa vez, em contato com uma psicóloga conhecida, conversamos sobre uma paciente atendida há muitos anos; ao relatar-me a história da moça, essa

¹⁴³ O olhar também apareceu como questão na pesquisa de Campos e Costa (2004) mesmo que não associado à criança adotiva, porém a uma busca de identidade. A nosso ver, a identidade poderia ser designada em um registro existencial, como uma busca de si mesmo, já que

colega me disse que era um caso muito complicado e que a garota beirava a psicose. Ela não sabia até que ponto a adoção teria pesado na sua vida ou não. Ao questionar por que, respondeu-me que a história era muito estranha, esquisita e que nem ela própria sabia ao certo; a família deixava 'coisas no ar'.

Deparávamo-nos, novamente, com a experiência de uma interrupção na continuidade da transmissão cultural, através de um segredo familiar em forma de lacuna. Observávamos, paralelamente, a presença de uma estranheza adjacente ao mistério, observada por Iyama (2004) ao perceber a participação da estranheza, nos relatos dos próprios pais adotivos sobre comportamentos de seus filhos, atendidos em situações analíticas.

Indubitavelmente, essa estranheza que o desconhecido causa pode estar muito mais próximo de nós que distante. É fundamental lembrarmos do clássico artigo de Freud 'O estranho' (*Das unheimliche*, 1919) para que retomemos alguns fantasmas desconhecidos que nos são, possivelmente, tão conhecidos.

Freud, em seu magistral artigo, faz uma busca veemente dos infindáveis significados do termo *unheimlich*. Dos adjetivos *sinistro*, *inquietante*, *macabro* chega ao sentido de *misterioso*, e ainda, do seu antagônico, *familiar*. Cria a exegese destacando que algo recalcado na infância remota pode retornar sob a forma de algo desconhecido e assustador, provocando inquietude no sujeito que o vive. Já que é recalcado, aquilo se configura familiar ao sujeito e, portanto, conhecido: "*aquilo que é 'secreto e oculto' pode ser familiar, íntimo e recôndito' para aquele que participa do segredo (pois acontece em quatro paredes, no lar = heim)* (Hanns, 1996, p.131). A etimologia da palavra *heim* no antigo alto-alemão significa casa, moradia, pátria. No inglês, *home* possui a mesma origem.

pensamos que a identidade é auto-representação que, quando tudo vai bem, surge quando o *self* está constituído e quando vai mal, surge como falso *self* (Winnicott, 1971c).

Destacamos aqui duas traduções possíveis para *Heimlich*, em alemão, trazidas por Freud (1919) do dicionário Grimm: "... se diz de um lugar livre da influência de fantasmas... familiar, amistoso, íntimo" e "... da idéia de familiar pertencente a casa, desenvolve-se outra idéia de algo afastado dos olhos de estranhos, algo escondido, secreto; e essa idéia expande-se de muitos modos..." (Freud, 1919, p.243).

Posteriormente, um novo e ambíguo sentido: "... afastado do conhecimento, inconsciente... obscuro..." e "... A noção de algo oculto e perigoso..." (Freud, 1919, p.244).

Freud (1919) descreve a sensação de estranheza ao depararmos com seres que não sabemos ser animados ou inanimados, para exemplificar essa sensação que os humanos podem experimentar frente a obras de arte - e não é à toa que trouxemos o Pinóquio para reflexão. Pensando no boneco Pinóquio, retomamos uma sensação destacada por Freud (1919), como causa de estranheza com freqüência: seria quando um boneco ou um objeto inanimado ganha vida. Além de construir uma crítica literária acerca dos autores que possuem o dom de criar obras provocadoras desses tipos de sensação, lembramos de que facilmente adaptamo-nos à realidade imaginária de uma obra de ficção sem percebê-la estranha, se ela é mantida pelo autor no seu cenário de realidade poética. Contudo, se o autor permanece entre a realidade e a fantasia conduzindo-nos ora cá ora lá, é bem provável que incitará tipos de vivência que abarcam a estranheza.

Podemos pensar esta contribuição freudiana em termos de *fenômeno transicional* vivido em um espaço potencial, conceito desenvolvido posteriormente por Winnicott (1951), para designar uma área entre o mundo interno e o mundo

externo humano, onde compartilhamos experiências. Nesse fenômeno transicional, pode-se estar ora mais conectado com a realidade, ora mais próximo às criações subjetivas, revelando tênues os limites entre realidade e fantasia.

Resta-nos, pois, questionar: o espaço potencial vislumbrado por Winnicott subsidiaria a experiência relativa ao estranho?

Voltemos ao estranho. A seqüência: familiar, conhecido; secreto e oculto; inquietante e *estranho* inicia-se daquilo mais conhecido alcançando o mais estranho "*justamente por uma contiguidade que pode percorrer gradações que se iniciam no familiar, passam pelo íntimo-secreto-furtivo e conduzem ao estranho* (Hanns, 1996, p.231)". Aqui estaremos considerando esses significados supracitados como os mais próximos ao que queremos sugerir. O sinistro e o assustador, muito embora também acompanhem o estranho, tomam posição mais secundária.

Se assim acompanharmos parte do raciocínio freudiano, podemos iniciar uma reflexão sobre a presença de certa sensação de estranheza emergidas em falas sobre a criança adotiva e logo, sobre a adoção.

Faz-se necessário lembrar que ao falar de um retorno do recaiado, Freud está referindo-se ao recalque, processo este baseado em um conflito intrapsíquico de um aparato anímico, ocorrido em alguém com um ego para isso. Utilizaremos aqui a idéia de Freud a respeito desse *retorno*, mas salvaguardando o fato de que não se trata de falar em algo recaiado topologicamente; acrescentamos ainda que, questões baseadas em conflitos edípicos podem, certamente, participar do estranho, o que revela momentos ulteriores de desenvolvimento emocional¹⁴⁴. Todavia, entendemos não se tratar somente da volta de algo repudiado por conflitos de angústia sofisticadas, mas também, e

quicá primordialmente, do reviver algo experimentado em um campo intersubjetivo¹⁴⁵. Baseados na idéia winnicottiana de que o bebê vive com sua mãe em uma fase inicial de vida um período importantíssimo, fundamentado na área transicional, pensamos que resíduos desse espaço¹⁴⁶ possam, vida afora, retornar.

Portanto, seguimos a linha de concepção que Freud propõe como tese do *estranho*, destacando, porém, a importância dada à experiência sem nome e sem filtro, que pode aparecer projetada no externo, causando àquele que vive uma sensação de estranheza, de inquietação e até de susto.

Então perguntamos ainda: onde está o familiar que pode ter gerado a cadeia até o estranho?

Interessante o comentário de Hanns (1996) a respeito das conotações de *unheimlich*, que

“... remete a algo insidioso, sussurrado (secreto), que está no ar. Assemelha-se à sensação de algo grandioso que se arma sorratamente em torno do sujeito (p.232)” (grifo meu).

A partir dessa frase, recordamos reflexões anteriores sobre as sombras entre a verdade e a mentira e sobre os segredos de família evidenciados nas narrativas, conduzindo-nos à análise do fator *familiar* a partir de duas vertentes.

Uma delas seria tangenciada pelo fato de experiências familiares compartilhadas - familiares no sentido de vividas e conhecidas - ficarem

¹⁴⁴ Lembrando que é preciso primeiro *ser* para depois desejar.

¹⁴⁵ Freud (1919) chegou a falar de 'vivência no útero', porém não teorizou sobre essas vivências e, portanto, não especificou o que queremos contemplar.

¹⁴⁶ Incluindo a experiência de vivência de agonias impensáveis, que tem lugar quando não é proporcionado ao bebê um cuidado que o proteja de invasões ambientais e favoreça a continuidade de ser (*going on being*), que por sua vez também acontece na terceira área.

enterradas podendo, sobretudo, retornar a qualquer instante.¹⁴⁷ Engloba, pois, vivências experimentadas em vida, que poderão retornar, vida afora, ao próprio sujeito, de um lugar que não lhe é externo e sim, de *self*, que por sua vez podem desencadear experiências como a do estranho.

Há outra vertente, que se refere ao grupo familiar - no sentido da instituição social, do lar - que, de tão embebido na tradição camufla, sorrateiramente, aspectos do "mundo humano", que contemplem condutas *macabras, obscuras* e próximas ao "desumano" vividas como monstruosas no imaginário e, portanto, negadas em nível consciente. Dessa forma, a criança adotiva, ao evocar o abandono no imaginário, seria associada à cena da conduta *da mãe que a abandonou*, e, portanto, encarnaria, de forma não consciente, a "monstruosidade" de ser abandonada, ato esse repreendido socialmente na cultura¹⁴⁸.

Quando falamos anteriormente sobre a mentira e evocamos o segredo familiar, destacamos como as famílias podem escamotear facetas da sua história, as quais, ao longo da vida, ficam à espera de reconhecimento. Winnicott, quando se remete a aspectos de *self* que ficam "à espera" até serem descobertos para se desenvolverem, lembra-nos de que experiências íntimas e familiares podem manter-se apagadas, no entanto exercendo influência na vida da pessoa. Dessa forma, é possível pensarmos que por medo de se a ver com a própria obscuridade, em algumas famílias adotivas, esconde-se uma vertente de verdade que reaparece projetada em forma de estranho.

Vale lembrar que a sensação de estranheza face à criança adotiva

¹⁴⁷ O que se apresenta em paralelo à explanação freudiana.

¹⁴⁸ Socialmente, quando se busca um mundo melhor, é indubitável que rejeitemos ações sinistras mergulhadas na maldade. Entretanto, a Psicologia, por sua vez, enquanto ciência da

revelada entre os pais adotivos, também foi encontrada entre psicólogos e professores, levando-nos a reiterá-la como experiência participante do imaginário social. Vemo-nos, assim, diante de uma transmissão enraizada das experiências culturais da nossa sociedade que poderá ser alimentada no imaginário no qual vivemos.

Enfim, parece-nos coerente pensar que experiências da terceira área, essencialmente intersubjetivas, subsidiam sensações de estranheza. Quanto à adoção, podemos acrescentar, conseqüentemente, que aspectos do *familiar* nutrem experiências rumo ao estranho e em especial, à criança adotiva.

Sabemos que experiências remotas, seja de abandono, de não-integração, seja de vivência de morte, bem como as atreladas a conflitos edípicos, estarão indissolúvelmente atreladas a um *outro*. Somos levados, a partir dessa premissa, a considerar o desenvolvimento emocional como um norte das transmissões de experiências culturais e, portanto, de maturidade: quanto mais desenvolvido emocionalmente um sujeito ou um grupo, o que abrange um bem viver com aspectos inconscientes, provavelmente, poderá compartilhar mais saúde com outros. Enfim, famílias mais desenvolvidas criam pessoas mais saudáveis, sejam famílias biológicas, sejam famílias adotivas.

Os pais adotivos, os psicólogos, os professores, quando com seus olhares para o estranho "adotivo", alimentam a idéia de que o estranho é o desconhecido, o externo, o obscuro, aquilo tão distante e então, chegam a projetar, como exemplo, nos pais biológicos e possivelmente, na genética, a fonte da estranheza. Alimentam cadeias de experiências desconhecidas, não filtradas, proliferando-as como remanescentes em sintomas das crianças.

experiência existencial humana, deveria abarcar condutas de toda ordem, acolhendo o gesto e a conduta humana, sejam bizarros, sejam sublimes.

Cada família tem sua história e com ela, vivências de um campo experiencial, que contém marcas trazidas pela herança cultural. Tradição cultural, crenças e histórias das famílias permeiam as relações, o que nos faz pensar que, se mantidas enigmáticas, estarão interrompendo o desenvolvimento emocional humano e, portanto empobrecendo o processo criativo. Além disso, traços inconscientes propulsores de condutas como estas precisariam ser mais conhecidos aos próprios sujeitos que a vivem.

Contrariamente, aqueles que as ignoram perdem a chance de olhar o que há por trás das condutas, e não percebem que se privam da oportunidade de se fazerem implicar na relação com seus filhos. Ademais, um olhar alienado ao que é "seu" próprio, ou a uma dinâmica familiar própria, pode atuar como profecia quanto à sina do filho adotivo que, por sua vez, será invadido pelo que há de inconsciente nas experiências compartilhadas com sua família.

Olhemos ainda para outro lado do estranho. Enquanto a estranheza do adotivo pode aparecer pelo temor do desconhecido familiar, a estranheza provocada por um estrangeiro aparece ligada à idealização do conhecido. Embora saibamos não estar presente o significado *estrangeiro* no termo em alemão *das unheimliche*, como nos lembra Hanns (1996), invocaremos aquilo apreendido durante as investigações considerando, contudo, que em português o *estrangeiro* é um dos significados possíveis de *estranho* (Hanns, 1996; Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa).

O estrangeiro, aquele representante de outra cultura, constitui-se uma outra faceta do estranho. Além de abarcar toda a dúvida e a estranheza daquele que se apresenta como *outro* e diferente de nós, com uma língua diferente da nossa, ele também é alguém que vem de fora, mas, sobretudo, de um lugar

melhor que o nosso¹⁴⁹. Não ouvimos, em momento algum, relatos sobre estrangeiros pobres e humildes que vêm adotar crianças.

É interessante pensar que se por um lado um estrangeiro - um casal de italianos, de franceses, de suecos - vem e adota uma criança brasileira, tornando-se o salvador da pobreza do terceiro mundo, por outro lado retira de nós uma riqueza, rouba-nos. A paranóia também se faz presente. Recordamos, assim, pesquisa apresentada no início da tese a respeito da representação na mídia brasileira e francesa da adoção de Weber e Gagno (2003), na qual o estrangeiro aparecia como o grande salvador, embora representasse alguém externo à familiaridade que, em última instância, vislumbrava nossas fortunas. Decerto, o estrangeiro pode ser ameaçador por revelar-nos as fragilidades de um povo, entre elas a dependência de um outro externo, vindo para ajudar.

Há que se destacar esta presença no imaginário, de alguém idealizado, bondoso, filantrópico, que por caridade e altruísmo adota uma criança brasileira. Estes países fortes, “maduros”, ricos ficam no lugar de pais adultos e poderosos, enquanto os brasileiros são imaturos, pobres, destituídos de condições próprias para enfrentar e solucionar problemas.

5.4 Teorias psicopatológicas

Ao realizarmos a pesquisa sobre a criança adotiva com os professores, procuramos encontrar pessoas cuja experiência com crianças não se organizasse a partir da dicotomia saúde-doença. Dessa forma, colocamo-nos mais

¹⁴⁹ Benjamim (1937) opina a respeito dessa representação, quando fala que em épocas remotas, os donos do saber eram aqueles marinheiros viajantes que traziam o conhecimento vindo de fora, de seus passeios pelo mundo além daquele contido na tradição distante. A autoridade deste saber era inquestionavelmente válida, mesmo não sendo controlável pela experiência. Acredito haver resíduos de tal representação no Brasil e talvez no terceiro mundo.

sistematicamente¹⁵⁰ em uma área, qual seja, da educação, onde poderia haver a presença de doenças em geral e de psicopatologias, ou não. Retomo esta questão - já abordada no Capítulo *Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores...* -, lembrando ao leitor a direção seguida por nós, inicialmente, contra a psicopatologia.

O intuito era aproximarmo-nos do imaginário coletivo de um grupo cujo cotidiano e a vida comum fossem os alicerces dos vínculos com as famílias adotivas, diferentemente de atermo-nos a psicólogos, psicanalistas, pediatras ou enfermeiros, cujo contato com famílias adotivas acontece, teoricamente, a partir de um problema ou uma doença. Este critério foi deliberadamente implantado após realizarmos um levantamento na literatura psicológica e psicanalítica sobre a criança adotiva, do qual apreendemos um imaginário de doença ou 'problema' presentes em textos sobre a adoção (Ferreira e Vaisberg, 2004). Nesse sentido, os próprios psicanalistas pareciam cuidar do adotivo, considerando-o essencialmente problemático.

Face a essa postura um tanto desanimadora, lembrei-me, então, de concepções de Winnicott, dentre as quais destaco uma bem otimista:

Na verdade podemos de uma forma muito curiosa, alterar o passado do paciente, de tal forma que um paciente, cujo ambiente materno não tenha sido suficientemente bom, pode transformar-se em uma pessoa que tenha tido um ambiente de facilitação suficientemente bom e cujo desenvolvimento pessoal possa, portanto, ter ocorrido, ainda que tardiamente (Winnicott, 1968, p.91).

¹⁵⁰ Aqui considero que o fechamento da tese abarcou mais didaticamente os encontros com o coletivo dos professores; contudo, utilizei-me fartamente para essa tese, de todas as comunicações chegadas a mim, das mais diversas pessoas, bem como profissionais e pacientes da clínica psicanalítica.

Em pesquisa já mencionada de Levy e Jonathan (2004), sobre o imaginário coletivo da criança adotiva, a questão do *fracasso* apareceu como fato temerário sobre a adoção, tanto entre pessoas que requeriam a adoção quanto em pessoas da população comum. Da mesma forma, apareceu o medo da doença física e mental como iminente no processo adotivo.

Nessa tese, porém, não foi preciso esperar muitos encontros para aparecerem a doença e o problema como constituintes de questões que envolvem a adoção. A *psicopatologia* pôde ser vista como outro campo inconsciente do imaginário sobre a criança adotiva. Problemas de comportamento apareceram como propriedade comum aos adotivos (Anexo 1):

Priscila teve e ainda tem muitos problemas de comportamento e no seu desempenho escolar. Repetiu uma vez a 5ª série e duas vezes a 6ª série, até hoje não concluiu o Ensino Médio, desistiu... Hoje é uma mulher muito simpática, companheira, dócil e alegre; mas acredito que até hoje não superou o fato de ser adotiva.

No encontro com Ana, também acompanhamos uma história de problemas (Anexo 5):

Só bem mais tarde, já formada, é que buscou ajuda psicoterápica e foi se soltando aos poucos, até ir diminuindo esse medo de não ser mais amada; mas, diz, até hoje tem medo de se apaixonar e perder, de repente, a pessoa amada (continua sozinha até hoje...).

Quando nos deixamos mergulhar nessas histórias além de outras, como a da professora Maria, relatada no Capítulo *Desenhos-estórias e narrativas: encontrando a fisionomia coletiva de professores...*, que conta sobre a “criança-

problema” acompanhada em sua escola, somos conduzidos a encontrar o estigma da adoção atrelada ao problema, ao "difícil", ao psicopatológico, permeando o imaginário sobre a criança adotiva. Esta mesma constatação foi percebida por Aissaly e Corbillo (1998), quando pesquisaram na França a adoção. Na clínica, no cotidiano, em conversas informais deparamo-nos também com contos e mais contos sobre crianças-problemas que são adotivas.

Pude ouvir, recentemente, a história de uma mulher, Alba, que foi adotada por um casal, amigo de seus pais biológicos, o qual já possuía dois filhos. Desde então, foi uma criança extremamente atenciosa com a família, “nunca deu problema para eles” e sempre colaborou com a casa, com os afazeres da mãe e, ao mesmo tempo, estudava e trabalhava. Na velhice de seus pais, Alba cuidou atenciosamente deles, revelando toda sua gratidão e carinho até a morte de ambos.

Numa roda informal, na qual eu estava, escutei o comentário: "*olha, dizem que criar filhos dos outros é sinônimo de problema, mas, como sempre, na vida tem exceção!*"

O normal seria o problema, quando não, trata-se de um acaso. Aqui deparamo-nos com outro axioma da adoção. Lembremos da professora Júlia ao citar os ditados que sempre ouvira, como: 'criar filhos dos outros nem sempre é fácil'... Enfim, o filho adotivo como sintoma, ou problema, como já vimos anteriormente, permeia nosso imaginário.

Utilizo a palavra *psicopatologia* aqui propositalmente, pois manter o estigma da adoção como sinônimo de “problema” deixa vago o tema – que tipo de problema? - e não representa rigorosamente o que captamos do campo não consciente, algo relativo a problemas de saúde mental.

O assunto do abandono, da mentira, do estranho, do estrangeiro e de problemas mentais são assuntos velados, atrelados a questões da natureza humana pouco exploradas, que podem suscitar inquietação e, até mesmo angústia.

As histórias criadas pelos pais adotivos sobre os pais de origem da criança como justificativa dos problemas apresentados pelo filho adotivo, incluindo, necessariamente, a genética, aparecem a ponto de furtar dos pais a responsabilidade de assumir a adoção como um processo baseado, além das questões legais implicadas, em fundamentais relações intersubjetivas. Dessa forma, substituem manifestamente a implicação humana na dinâmica relacional, acobertando questões inconscientes. Ademais, encontram alguém para encarnar o papel do espelho das insatisfações, dos problemas emocionais das famílias e da sociedade.

O que dizer destas possíveis “projeções” sobre a criança adotiva?

Se os professores ouvem situações contadas pelos próprios pais, por psicólogos e psicanalistas sobre filhos adotivos, e ainda da sociedade, como não acreditar neles?

Além dos agentes comunitários e profissionais, os pais adotivos acabam, eles mesmos, sendo grandes alimentadores do nosso imaginário coletivo já que, muitos - e não todos -, na sua forma de lidar com os filhos, além de certo despreparo emocional, reclamam de seus filhos adotivos, ressaltando o fato da filiação adotiva ser o problema. Há pais adotivos que culpam seus filhos pelas suas próprias falhas e mais, julgam a hereditariedade e a genética desconhecida como fonte dos problemas.

Interessante o paradoxo: valoriza-se a hereditariedade do sangue, o que

é utilizado pelos pais adotivos como argumento negativo em relação aos comportamentos ruins de seus filhos: "*é pelo sangue estranho e desconhecido portado, que ele é desse jeito...*". Mas, mesmo assim, os adotivos não aparecem no imaginário com doenças clínicas, orgânicas e sim com patologia psíquica.

Seria a psicopatologia hereditária? Ora, a grande coincidência é sua incidência maior de transmissão acontecer em casos de adoção. A psicopatologia é hereditária desde que intersubjetiva, e, portanto, insere-se na cadeia das relações humanas compartilhadas. Estamos falando de famílias e de coletivos e das inúmeras relações possíveis de se criarem.

É interessante que aqui chegamos a um ponto que tem muito parentesco com pesquisas anteriores sobre representação social da loucura - entre outras, a de Machado (1995) e Aiello-Vaisberg (1999).

Machado (1995) encontra em sua tese relatos de histórias de medo de que a doença mental seja transmissível aos humanos pela hereditariedade. Capta concepções sobre a loucura organizadas em verdadeiras teorias psicopatológicas, as quais se articulam em posicionamentos que consideram a loucura um processo natural de adoecimento interno, atribuindo-a a agentes psicossociais ou místicos. Utiliza-se da expressão *universo em desencanto* para o título de sua tese, ressaltando aquilo dito por uma paciente entrevistada durante a investigação, de forma a traduzir e condenar o drama daqueles que passam pela experiência da loucura e são submetidos ao tratamento psiquiátrico.

Paralelamente, Vaisberg (1999), em sua tese na qual investigou estudantes de Psicologia a respeito da loucura, capta traços inconscientes de desânimo e descrédito quanto à possibilidade de mudanças dos loucos, que em última instância, revelava a impossibilidade desse grupo de estudantes de

conceber-se como agente de transformação da realidade, e, portanto, de mudanças.

Uma fisionomia similar apareceu em nosso coletivo de professores. A adoção acaba por designar um processo difícil, de desesperança, fundamentada em questões humanas que a concebem proximamente ao insucesso. Ao mesmo tempo, revela que nesse imaginário, permeia a dificuldade de se verem como agentes transformadores da realidade.

Todavia, mesmo em face à desesperança, precisamos lembrar um sinal de saúde que nos parece promissor: a sutil ambivalência presente no encontro com os professores a respeito da adoção, discutida anteriormente quando falamos do abandono. Ao encontrarmos uma fisionomia ambivalente, provavelmente, estamos diante de conflitos emocionais e então, vislumbra-se esperança de mudança, mesmo que nosso sujeito coletivo não se aperceba disso. São rumores de que se desacredita, acreditando que a adoção é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada, abrangendo tanto a identificação de determinadas crenças ou representações, elaboradas pela personalidade coletiva abordada, como a captação dos campos inconscientes subjacentes, levou-nos a considerar quão emocionalmente intensa é a própria expressão “criança adotiva”. De fato, enquanto o substantivo faz apelo a um ser que demanda cuidados, o adjetivo implica numa certa problematização, que já refere, ainda que de modo sutil, à possibilidade de fracassos no processo adotivo, de modo a apontar para um duplo movimento de aproximação e afastamento, de compaixão, mas também de temor, eventualmente ligado a sentimentos de desesperança e descrença.

Percebemos, realmente, que os professores reagem de modo bastante ambivalente quando são convidados a se ocupar do tema da criança adotiva. Deste modo, parece que encontramos, na personalidade investigada, um posicionamento bastante próximo daquele que variados grupos sociais mantêm em relação a diversos tipos de excluídos, tais como pacientes psiquiátricos (Aiello-Vasberg, 1999) ou soropositivos (Joffe, 1994,1996). Determo-nos, no momento, nos estudos desta última autora pode ser esclarecedor.

Articulando o referencial kleiniano com a teoria moscoviciana das representações sociais, Joffe (1994) focalizou detidamente o impacto que a epidemia da aids causou no imaginário de vários segmentos da população, constatando que associações entre AIDS e sífilis fizeram alimentar a crença de que o contágio dessas doenças era apanágio de prostitutas e estrangeiros - africanos e haitianos, respectivamente, reconhecidos por comportamentos desregrados e perversos, num movimento francamente paranóide. A ligação direta entre a "peste gay" - expressão criada pela mídia - e a peste negra, só fez aumentar o temor, evidentemente. As "memórias" ativadas nessas lembranças

acabaram definindo este temor¹⁵¹ de contaminação pelo "outro", provocando respostas defensivas de afastamento contra o mal, ou contra o estranho ameaçador provindo de fora, como se aquele estrangeiro não pertencesse ao mesmo grupo do "eu" – o que Joffe já buscou enfatizar inclusive no título de suas publicações, como o artigo *"Eu não", "O meu grupo não": representações sociais transculturais da aids (Joffe, 1994)*.

Malgrado a similaridade dos *temores* percebidos nestas situações e na adoção, reconhecemos diferenças importantes quanto ao comportamento social quando diante dessas condições. Por exemplo, o movimento de afastamento e rejeição diante de soropositivos ou loucos é aparentemente menor do que o diante da criança adotiva. Talvez isso se deva ao fato de estarmos todos mais sujeitos a certos males do que a outros, afinal, se nos tornamos ou não soropositivos está mais fora do controle - bem como se nos tornamos ou não psicóticos - do que se somos adotivos ou se vamos adotar. Não se escolhe conscientemente ficar doente, mas pode-se escolher a adoção. Possivelmente, a viabilidade da escolha faz com que estejamos mais defendidos da adoção do que da soropositividade ou da loucura.

Quando pensamos que nosso imaginário alimenta condutas, estamos considerando que tal premissa caminha tanto rumo ao ético quanto ao seu oposto. Trata-se de lembrarmos que a própria teoria psicanalítica contribuiu para a produção de um imaginário a partir do qual se acredita que o cuidado materno exercido por alguém que não a mãe biológica conduz a problemas no

¹⁵¹ Joffe (1996) utiliza o conceito kleiniano de posição esquizoparanóide para explicar a dinâmica subjacente à representação social da AIDS, baseada na vivência de ameaça e na identificação projetiva, mecanismo de defesa contra o "outro" ameaçador. Ainda que critiquemos a idéia de Klein, bem apontada por Roussillon (2000), segundo a qual a subjetividade existe desde sempre, sem requerer, para sua constituição, um longo processo maturacional, como quer Winnicott, não deixamos de reconhecer que a teorização em termos de posições pode corresponder, fenomenologicamente, a certas situações clínicas.

desenvolvimento humano. A entrega/abandono de uma criança também é tomada como essencialmente problemática, associada constantemente à rejeição e à "mãe má", fazendo-nos pensar que teorias psicanalíticas do abandono contribuíram para nutrir essa construção.

Quais seriam as vicissitudes do uso da teoria? Caminhando nessa reflexão, lembrei-me de Prometeu¹⁵², protagonista do mito da origem do fogo, que faz suscitar, dentre outras, indagações a respeito das conquistas humanas bem como sua utilização pelo homem. O fogo, ao trazer sabedoria aos homens, maravilha-os, levando-os a se imaginarem onipotentes o suficiente para se compararem a deuses. Torna-se pois um poderoso instrumento natural, que tanto pode contribuir para a liberdade e evolução humana, quanto tornar-se destrutivo se utilizado no caminho reverso à ética.

As teorias também são poderosas. Podemos utilizá-las vislumbrando o ethos humano ou alimentando um temor desconhecido quando diante de certos fenômenos impactantes. Nossas condutas, por sua vez, reflexões diretas de vivências e de teorias, fazem-nos "olhar" e "posicionarmo-nos" face à criança adotiva de variadas formas.

Por outro lado, aparece, ainda, no mito, a clara posição de represália de Zeus a Prometeu por este ter proporcionado aos humanos a "luz" que os faz contestar a força superior que os engendra. Constitui-se uma idéia fundada na crença de que se paga um preço muito alto quando se pretende transformar o

¹⁵² O mito de Prometeu situa-se entre os mais antigos e universais. O fogo significava a inteligência e a sabedoria, fazendo com que os homens se diferenciassem dos animais. Zeus, que era o deus máximo, ao assumir o governo do universo, pretendeu manter a humanidade numa situação semelhante a dos animais, porém Prometeu roubou uma parte do fogo divino, trazendo-o para os homens, que com isso passaram a ser capazes de pensar. Zeus furioso resolve se vingar acorrentado Prometeu no Monte Cáucaso, onde uma águia diariamente devorava seu fígado, órgão que representava a vida. Contudo, o fígado tem a capacidade de se regenerar e Prometeu jamais morreria, vivendo o seu suplício eternamente, até a chegada de Hércules.

mundo. A crueza da deterioração do fígado de Prometeu pela águia é a metáfora dessa punição, fazendo-nos acreditar que mudanças acabam se tornando sinônimo de sofrimento.

A História¹⁵³, a Antropologia¹⁵⁴, o Direito¹⁵⁵, além dos mitos¹⁵⁶, conduzem-nos a pensar que tratando de um processo de filiação presente nos tempos mais remotos, a adoção desperta traços experienciais compartilhados na tradição, que indubitavelmente exercem influência na vida cotidiana. Em sendo assim, o imaginário coletivo acaba por nos conduzir a posturas que sabemos ser independentes da razão¹⁵⁷.

Diante disso, torna-se, pois, cada vez mais evidente a possibilidade – e a necessidade - de se realizar profilaxia quando se trabalha fundamentalmente visando transformações de campos experienciais, o que incentiva o prosseguimento de pesquisas que tem a busca de fundamentos para o exercício de práticas clínicas diferenciadas como seu alvo.

¹⁵³ Personagens como Sargon I, rei-fundador da Babilônia, Otávio Augusto, Brutus, Tibério, Nero são exemplos de adoção desde tempos remotos.

¹⁵⁴ Diferentes comunidades no mundo fazem-nos ver as variadas e antigas formas de conceber o ato adotivo, a exemplo, dentre outros, da Oceania e África.

¹⁵⁵ As leis historicamente estudadas proporcionam material para vermos as diferentes posições dos homens frente à adoção.

¹⁵⁶ Édipo - filho de Laio e Jocasta; Páris - filho de Príamo, Rei de Tróia, e Hécuba; Hércules - filho de Zeus e Alcmena.

¹⁵⁷ Nesse sentido, as teorias psicanalíticas parecem convergir uma vez que a maioria das linhas teóricas que as fundamentam levam a acreditar que aspectos inconscientes, socio-históricos e políticos caminham imiscuídos na conduta.

**ATENDIMENTOS PSICANALÍTICOS COM PAIS
ADOTANTES: OFICINAS TERAPÊUTICAS**

Após tantas reflexões acerca da adoção, de questões fundamentais como a maternidade, a paternidade, o cuidado, a esterilidade, o abandono, que a circundam e de captarmos campos não conscientes presentes imaginário coletivo sobre a criança adotiva, questionamos: o que podemos fazer com tudo isso?

Vários são os caminhos em que podemos pensar neste momento. Um deles parece tender à proposta de trabalho com professores e educadores, já que influenciam a formação e manutenção de pensamentos, sentimentos e crenças, e podem promover, em rede, representações mais condizentes com a ética humana. Outro caminho é um projeto de pesquisa clínica, de pesquisa-intervenção em andamento no Serviço de Psicologia da PUC-CAMPINAS.

Dona Lila¹⁵⁸ procurou-me para tirar algumas dúvidas sobre sua filha adotiva. O grande problema que permeava seus pensamentos conscientes era a educação que dava à filha, pois *ambos os pais de Lili, sua filha, eram viciados em bebidas e drogas*. Jamais pensou em procurar um psicólogo...*é muito caro, é só pra gente com dinheiro*.

Já Nina gostaria de perguntar muitas coisas sobre como é ter um filho, uma vez que ela nunca imaginou que um dia pudesse engravidar... mas engravidou...e veio a perder seu bebê. Num momento de tristeza, confusão e crise precisava de que alguém ouvisse seus anseios, medos, para assim, recuperar um estado psíquico mais integrado. Já havia feito psicoterapia, mas confiou na instituição quando viu o anúncio da "Oficina para pais adotivos ou adotantes". Quem sabe pudesse pensar em adoção, afinal não gostaria de engravidar de novo...

Júnior, um paciente da clínica, marcou uma entrevista, pois queria adotar uma criança deficiente. Não sabia nem como nem quando adotaria a criança,

mas vivia com intensidade a necessidade de adotar crianças com problemas. Não tinha mais que vinte anos de idade e *era muito sozinho... sem namorada*; havia perdido alguém de quem gostava muito há alguns anos. Um dia que levou seu irmão ao médico, leu no andar da Pediatria o cartaz da nossa oficina. Seu jeito de menino e seu olhar infantil pareciam levar Júnior a pedir para ser adotado, mais que a adotar...

Recebemos uma ligação de uma pessoa muito preocupada com sua filha adolescente: estava apresentando comportamento anti-social, criando muitos problemas para os pais, que já estavam se arrependendo de terem-na adotado. Casal de classe alta, profissionais da área da saúde, já não sabiam o que fazer; estavam prestes a colocarem a garota em uma instituição.

A diversidade de histórias que encontramos entre aqueles que adotam ou querem adotar, fazem-nos recordar que famílias adotivas, tão diferentes entre si como todas as famílias, vão vivendo, com suas mais diversas peculiaridades... Felizmente, passeiam, às vezes, por nossos caminhos clínicos e pessoais, ensinando-nos um pouco sobre suas experiências e anseios.

A psicanálise quando fielmente utilizada como método, ou seja, quando compreendida no que lhe é essencial, permite-nos uma atenção diferenciada conforme as necessidades dos pacientes, sejam estes indivíduos, grupos ou instituições. Bleger (1968), autor que teorizou sobre a situação analítica, compreende que transcendente à imposição de regras ou ao estabelecimento de um contrato, o enquadre acontece como elemento constante da relação do analista com o paciente. Sugere que na situação analítica parte psicótica fica projetada na instituição do enquadre, o que nos faz pensar na sua importância durante o encontro analítico.

¹⁵⁸ Os nomes utilizados neste capítulo, bem como todos da tese, são fictícios.

Quando atentos a esse fato, podemos vislumbrar possibilidade de atendimentos diferenciados visando adaptarmos à situação conforme as necessidades do paciente. Essa concepção também teve lugar na experiência de Winnicott (1971a) que, por sua vez, pôde utilizar-se de consultas terapêuticas e conduzir seu trabalho, estrategicamente diferenciado, essencialmente fundamentado no método psicanalítico. Ao tornarmo-nos íntimos da leitura winnicottiana a respeito da conduta frente a pacientes psicóticos, por exemplo, percebemos que muito embora adote estratégias de lidar com a dor de seus pacientes, dores essas atreladas a existência do ser, sua postura permanece essencialmente psicanalítica.

Apesar de Winnicott revolucionar a clínica, ainda mantinha uma concepção a qual revelava que neuróticos padeciam de sofrimento que nem sempre abarcava questões do "sentir-se reais" e sim de problemáticas que implicavam em maior conscientização da sua própria condição. Sobre os psicóticos, Winnicott dizia que estes pacientes não esperavam que a análise os tornasse mais conscientes - como seria com os neuróticos - e sim que pudessem vir a ter esperanças de que lhes fosse possível sentir-se reais (Aiello-Vaisberg, 2004).

Criticamente, adotamos uma perspectiva diferenciada quanto a noção a qual supõe que apenas pacientes psicóticos vivem problemáticas existenciais. Aiello-Vaisberg (2004), ao ressaltar sobre essa questão, lembra-nos:

Tanto a experiência clínica como a freqüência aos textos winnicottianos, sugerem fortemente que o paciente psiconeurótico, aqui referido, corresponde menos a um tipo psicopatológico do que a uma modalidade de falso *self*. Na mesma linha, uma psicanálise que se concretize pela via do aumento do

conhecimento relaciona-se ao que pode ser designado como uma análise neurótica do falso *self* (p.15).

Os atendimentos psicanalíticos, ao se debruçarem sobre o sofrimento humano - seja ele qual for - visam, como objetivo terapêutico, a cura da dissociação e da futilidade, pelo caminho do *self* verdadeiro. Quando conduzimos atendimentos tendo em vista que dissociações e rupturas da continuidade de ser podem ocorrer tanto em pacientes com características neuróticas quanto em psicóticos, estamos visando, primordialmente, o acolhimento de queixas que parecem mais condizentes com a modernidade, relativas à dor do viver superficial, que a nosso ver, são essencialmente existenciais.

Essa proposta de atendimento serviu para a criação de trabalhos que privilegiassem a expressão da criatividade primária bem como sustentação da gestualidade espontânea e autêntica, que acontecem de modo transicional permitindo a recuperação do ser pessoal como devir essencialmente vincular.

Cuidado em sua dissociação, resgatado como agente criador, segue o paciente o seu próprio viver, descobrindo/encontrando seus próprios caminhos e discurso organizador de "um saber de si", que não seria mais do que habilidade dissociada de um intelecto explorado (Aiello-Vaisberg, 2004, p.16).

Para tal, cria-se uma estratégia clínica onde mundos intermediários temporários são inventados conscientemente, capazes de permitir, por meio da personalização/realização transicional, "*...o reconhecimento e atendimento das aspirações fundamentais que definem o homem, como ser agente e criador*" (Aiello-Vaisberg, 2004, p.16).

Foi a partir dessa proposta de Estilo clínico *Ser e Fazer*¹⁵⁹, que optamos por proporcionar encontros com pessoas que tenham filhos adotivos ou desejem adotar crianças, incluindo tanto aqueles que apenas pensam nesta possibilidade como outros que já estejam concretamente envolvidos em processos de adoção. Definimos, assim, um atendimento psicológico e denominamos *Oficina para pais adotantes e adotivos*.

São encontros psicoterapêuticos grupais, de sessões conduzidas por um analista, que tem lugar em uma sala especial para grupo no Serviço de Psicologia da PUC-Campinas, situado no Campus II. Acontecem ao longo do ano e estão abertos, permitindo entrada e saída de participantes a qualquer tempo. Inicialmente, optamos neste trabalho, pela utilização de fotos e objetos de lembrança trazidos pelos pais, como 'materiais mediadores', acreditando, de acordo com o Jogo do Rabisco' de Winnicott, que poderiam facilitar, inicialmente, a expressão dos participantes. Como modelo, fomos inspirados pelo trabalho de Machado et al (2003), que ao atender idosos em um grupo terapêutico, percebeu a disponibilidade de fotos e objetos por eles trazidos, os quais se apresentaram como materialidades facilitadoras na recordação e retomada de suas histórias de vida. Proporcionavam, assim, encontros com aspectos de *self* bem como experiências de surpresas.

Nos encontros da *Oficina para pais adotivos e adotantes*, os participantes recebem uma escuta e acolhimento diferenciados, baseados no *holding*, em um enquadre próprio, de clima favorável ao estabelecimento da transferência

¹⁵⁹ A *Clínica Ser e Fazer* promoveu diversas modalidades de atendimentos, denominados em sua maioria de Oficinas, das quais podemos destacar algumas destinadas a grupos específicos, como para pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica (Vaisberg e Vitali, 2005); no atendimento em âmbito corporativo (Camps, Medeiros e Vaisberg, 2005); para pacientes orgânico graves (Vitali, Mencarelli, e Vaisberg, 2005); em CAPS (Frasson, 2005); para gestantes (Granato, 2004) e outras em desenvolvimento.

psicanalítica, que bem pode proporcionar surpresas e encontros com aspectos verdadeiros do *self*, a partir dos quais surgem, naturalmente, *insights*. Experiências desta ordem, levam tais famílias a adotarem novos modos de ser, transformando-se verdadeiramente. Desta forma, a interação entre pacientes e psicanalista permite a produção de novos conhecimentos no campo das experiências emocionais vividas em família, o que beneficia tanto o grupo de pesquisadores que pretende a ciência crescida, quanto a comunidade em geral. Esta é a clínica social: *clínica* por manter, mesmo que em enquadres diferenciados, o fundamental dos pressupostos do método psicanalítico, e *social* pelo fato da psicanálise abranger uma instituição, uma comunidade, que dela se beneficia significativamente.

Ao pedir que os pais tragam objetos, fotos ou histórias ligadas às suas recordações, operamos numa área lúdica, de caráter transicional, contornando possivelmente condutas defensivas e promovendo a gestualidade espontânea, integrando o sentir, o pensar e o agir. Desta forma, respostas menos dissociadas ou menos conscientes podem aparecer, bem como aspectos do *self* verdadeiro.

Estas escolhas da materialidade acontecem de acordo com a personalidade do psicanalista, na medida em que se configura, precisamente, como “materialidade-rabisco” (Aiello- Vaisberg, 2004)

De uma maneira geral, o que nos importa nestes encontros é a facilidade da expressão entre participantes, para que um campo de trocas possa ser instituído e representações e crenças possam ser afrouxadas e modificadas, caminhando à integração pessoal e ao aparecimento do gesto espontâneo. Neste caminho, cabe ao analista conhecer a melhor maneira para se aventurar nesta empreitada, o que envolve suas idiossincrasias. Esta é a principal razão de

evitarmos falar em *técnica* de atendimento nas oficinas; assim, não pensamos em uma conduta cristalizada, rígida e independente de quem a realiza e sim, em uma prática inextricável à personalidade do analista.

Nessas Oficinas, o *holding* tem se mostrado uma maneira extremamente adequada de conduzir as sessões. Intervenções precisas são realizadas apenas no sentido de se pontuar representações que acreditamos serem distorcidas ou carregadas de preconceitos. Com essas colocações breves, nem sempre interpretativas, promove-se a circulação do afeto que possa acompanhar a expressão da representação, e assim, contato com o *self* ou facilidade de sua expressão.

Ao promoverem acompanhamento, as oficinas contribuem no desenvolvimento emocional tanto dos pais, quanto, indiretamente, dos seus filhos e abrem a possibilidade da inserção de parte da sociedade aos benefícios da escuta e do encontro psicanalítico. Uma sociedade mais saudável promove, necessariamente, pessoas e relações mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

Abram, J. *A linguagem de Winnicott. Dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott.* Tradução Marcelo Del Grande da Silva. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 305p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 6, n.2, p.103-127, 1995.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa sobre representação social: a perspectiva clínica. In *Coletâneas da Anpepp: Repensando a formação do psicólogo: da informação à descoberta.* Regina M. L. L. Carvalho (org), Campinas: Alínea, 1996. 180p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. Investigação de Representações sociais. In *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias.* Walter Trinca (org). São Paulo, Vetor, 1997. pp.255-288.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia.* Tese de livre docência, Instituto de Psicologia, USP, 1999. 185p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. Os enquadres clínicos diferenciados e a personalização/realização transicional. In: *Cadernos Ser e Fazer: O brincar.* Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2004. pp.06-17.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. ; Corrêa, Y. B.; Ambrosio, F. F. Encontros brincantes: o uso de procedimentos apresentativo-expressivos na pesquisa e na clínica winnicottiana. *Anais do IX Encontro Latino Americano sobre o Pensamento de D. W. Winnicott.* Rio de Janeiro, 2000.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. e Machado, M. C. L. e Ambrosio, F. F. A alma, o olho e a mão: estratégias metodológicas de Pesquisa na Psicologia Clínica Social Winnicottiana. In *Cadernos Ser e Fazer: Trajetos do sofrimento: rupturas, (re) criação de sentido.* Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São

Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003. pp.6-16.

Assailly, J-P.et Corbillon, M. La reproduction? Le devenir adultes des "enfant de la DDASS" n'est pas celui qu'on croi". In *Série Mutation Abandon et Adoption. Liens du sang, liens d'amour*. Trillat, B. (org). Paris: Autrement, n. 96, février, 1988. pp.28-32.

Anaf, C. e Paiva, A. D. Um experiência numa instituição de abrigo. *Psikhê*, 5 (2): 1-80, jul/dez, 2000.

Ariès, P.*História social da criança e da família* (1973). Tradução Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Badinter, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Barbosa De Gobbi, M. J. *O feliz encontro entre Pinóquio e Gepeto: uma história de adoção*. Sem editora, 2004.

Benjamin, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936). In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bercherie, P.*Histoire et Structure du Savoir Psychiatrique*. Belgique, Navarin, 1980.

Bion, W. R. Os elementos da psicanálise (1962). Tradução Jayme Salomão e Paulo Dias Correa. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. 211p.

Bleger, J. *Psicoanálisis y Dialética Materialista* (1958). Buenos Aires: Nueva Vision,1988

Bleger, J. *Psicologia da Conduta* (1963). Tradução Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. 241p.

Bleger, J. *Psico-higiene e psicologia institucional* (1966). Tradução Emília de

Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

Bleger, J. Psicanálise do enquadramento psicanalítico (1968). In *Simbiose e ambiguidade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. pp.311-328.

Bleger, J. Ambiguidade e sincretismo em "O estranho" de Freud (1968). In *Simbiose e ambiguidade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. pp.387-400.

Böing, E. e Crepaldi, M. A. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estudos de Psicologia* (Campinas); 21(3):211-226, set.-dez. 2004.

Campos, N. M. V. e Costa, L. F. A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica.*, 2004, vol.17, no.1, p.95-104.

Caumel-Dauphin, F. La préparation à la naissance pour une femme accouchant sous X. In *Le bébé face à l'abandon le bébé face à l'adoption*. Sous la direction de Szejer, M. et collaboration de Lambrichs, L. L. Nouvelle édition. Paris: Albin Michel S.A., 2003. pp.85-88.

Charles, M-N. Comment la filiation adoptive s'organise autour du don d'enfants en Polynésie française. In *Le bébé face à l'abandon le bébé face à l'adoption*. Sous la direction de Szejer, M. et collaboration de Lambrichs, L. L. Nouvelle édition. Paris: Albin Michel S.A., 2003. pp.247-263.

Chaves, V. P.A avaliação de crianças para adoção. *Aletheia*, n. 13, p.27-42, jan.jun., 2001.

Conférence de presse de Ségolène Royal ministre déléguée à la Famille et à l'Enfance, http://www.famille.gouv.fr/doss_pr/34_001214.htm, 14 décembre, 2000.

Correio Popular, Campinas, SP. *Caderno Cidades*, p.10. 25/5/2004.

Correio Popular, Campinas, SP. *Caderno Cidades*, p.4. 29/1/2005.

Daher, A. S.; Laloni, D. T.; Baptista, M. N. Protocolo hospitalar às mães em processo de doação do recém-nascido. *Revista Estudos de Psicologia, Puc-Campinas*, v. 16, n. 2, p.45-53, maio/agosto, 1999.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa.

Dolto, F. *Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social.* Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 167p.

Ducatti, M. A. G. *A tessitura inconsciente da adoção.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 176p.

Duparc, F. Le père chez Winnicott (est-il 'suffisamment bon')? In *Winnicott insolite. Monographies de Psychanalyse de la Revue française de psychanalyse.* Direção de Boushira, J. e Durieux, M-C. Paris: Puf, 2004. pp.71-91.

Dutra, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 7 (2), 371-378, 2002.

Ebrahim, S. G. Adoção Tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 1, Porto Alegre, 2001.

Eliacheff, C. et Szejer, M. *Le bébé face à l'abandon le bébé face à l'adoption.* Préface à la nouvelle édition . Collaboration de Lambrichs, L. L. Nouvelle édition. Paris: Albin Michel S.A., 2003. pp.I-X.

Estatuto da criança e do adolescente.

Europe Intelligence Wire Oct 25, 2004, pNA, *Romany children from "white" foster family feel split.* http://infotrac.galegroup.com/itw/infomark/1/1/1/purl=rc1_ITOF_0_A123664090&dyn=5!xrn_1_0_A123664090?Z3950=1&sw_aep=puccamp Electronic resource HTML.

Ezembé, F. Don et abandon des enfants en Afrique. In *Le bébé face à l'abandon le bébé face à l'adoption (1998)*. Sous la direction de Szejer, M. et collaboration de Lambrichs, L. L. Nouvelle édition. Paris: Albin Michel S.A., 2003. pp.225-246.

Ferreira, M. C. Reflexões sobre a sedução em um processo psicoterápico institucional. *Anais do 24º Congresso Latino americano de Psicoanálisis-Permanências y cambios en la experiencia psicoanalítica-Fepal*, Montevideo, Uruguai, 2002. p.74.

Ferreira, M. C. e Aiello-Vaisberg, T. M. J. Concepções sobre adoção entre psicólogos e psicanalistas: observações iniciais. *Anais do XIII Encontro Latino-Americano sobre o Pensamento de Donald W. Winnicott*, 2004. pp.155-159.

Ferreira, M. C. e Aiello-Vaisberg, T.M.J. Concepções psicanalíticas sobre adoção: algumas considerações éticas. In: Fabiana Fallador e Ambrosio; Tania Aiello-Vaisberg. (Org.). *Reflexões éticas na clínica contemporânea*. São Paulo, 2005, p.118-127.

Ferreira, M. C. e Aiello-Vaisberg, T.M.J. O pai 'suficientemente bom': algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. No prelo.

Fink, B. *O sujeito lacaniano; entre a linguagem e o gozo*. Tradução Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 253p.

Fonseca, C. Menores carentes. In *Série Mutation Abandon et Adoption. Liens du sang, liens d'amour*. Trillat, B. (org). Paris: Autrement, n. 96, février, 1988. pp.128-134.

Fonseca, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2002. 152p.

Forte, B. *À Escuta do Outro*, São Paulo: Paulinas, 2003. 169p.

Freud, S. (1900). A interpretação do sonho. In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, Volumes IV e V.

- Freud, S. (1905a). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *idem*, Vol. VII.
- Freud, S. (1905b). Três ensaios sobre a sexualidade. In *idem*, Vol. VII.
- Freud, S. (1909 [1908]). Romances familiares. In *idem*, Vol. IX.
- Freud, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In *idem*, Vol. XII.
- Freud, S. (1913). Totem e Tabu. In *idem*, Vol. XIII.
- Freud, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *idem*, Vol. XIV.
- Freud, S. (1915-1917). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVI: A teoria da libido e o narcisismo. In *idem*, Vol. XVI.
- Freud, S. (1919). O 'Estranho'. In *idem*, Vol. XVII.
- Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In *idem*, Vol. XVIII.
- Freud, S. (1923). O ego e o id. In *idem*, Vol. XIX.
- Freud, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In *idem*, Vol. XIX.
- Freud, S. (1933a). Novas Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXIII: Feminilidade. In *idem*, Vol. XXII.
- Freud, S. (1933b) Novas Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In *idem*, Vol. XXII.
- Gagnebin, J. M. Walter Benjamin ou a história aberta. Prefácio *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Garcia-Roza, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Volume 2: A interpretação do sonho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 235p.

Garcia-Torres, B. e Guerreiro, P.G-C. Working models about mother-child relationships in abandoned children. *Child Abuse and Neglect*, 24(9): 1227-1239, 2000.

Garden, M. *Lyon et les lyonnais au XVIII siècle*. Flammarion, 1975.

Godinho, R. A., Schelp, J. R. B., Parada, C. M. G. de L. et al. Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio?. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. [online]. abr. 2000, vol.8, no.2 [citado 06 Agosto 2005], p.25-32. Disponível <http://www.scielo.br>.

Goldstein, R. A. *Vivências psicológicas de mulheres em um Programa de esterilidade Conjugal de um Hospital Municipal*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, 1996.

Gosso, Y. e Otta, E. Brinquedos indígenas parakanã. In: *Cadernos Ser e Fazer: O brincar*. Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2004. pp.30-37

Granato, T. M. M. *Tecendo a clínica winnicottiana da maternidade em narrativas psicanalíticas*. Tese de doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia, USP, 2004, 266f.

Granato, T. M. M. *Tempo de gestar. Encontros terapêuticos com gestantes à luz da preocupação materna primária*. São Paulo: Landmark, 2002. 129p.

Granato, T. M. M. e Vaisberg, T. M. J. A. Tecendo a pesquisa clínica em narrativas psicanalíticas. *Mudanças - Psicologia da saúde*, 12 (2), jul-dez, 2004, pp.253-271.

Greenberg, J. R & Mitchell, S. A. *Relações Objetais na teoria psicanalítica*. Tradução Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 315p.

Gurfinkel, D. O feminino e o tecido do sonho. In *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. Alonso, S. L.; Gurfinkel, A. C.; Breyton, D. M. (orgs). São Paulo: Escuta, 2002. pp.231-254.

Hamad, N. *A criança adotiva e suas famílias*. Tradução Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002. 155p.

Hanns, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 505p.

Herrmann, F. e Lowenkron, T. *Pesquisando com o Método Psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Iyama, R. *Os pais adotivos: preconceitos, fantasias, fatores motivacionais inconscientes e suas implicações na formação do sintoma da criança*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2004. 132p.

Joffe, H. "Eu não", "O meu grupo não": representações sociais transculturais da aids. In S. Jovchelovitch e P.Guareschi. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Joffe, H. The shock of the new: a psycho-dynamic extension of social representations theory. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2), 197-220, 1996.

Jornal do Conselho Federal de Psicologia, ano XVIII, n. 82, agosto de 2005

Klein, M. Estágio iniciais do conflito edipiano (1928). In *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996. pp.214-227.

Laplanche, J., Pontalis, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. Direção Daniel Lagache. Tradução Pedro Tamem. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 552p.

Langer, S. *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Laury, A. Le don d'abandon. In *Série Mutation Abandon et Adoption. Liens du sang, liens d'amour*. Trillat, B. (org). Paris: Autrement, n. 96, février, 1988. pp.28-32.

Levinas, E. *O Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis: Vozes, 1972.

Levinzon, G. K. *Adoção*. (Coleção Clínica Psicanalítica). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 140p.

Levy, L. e Jonathan, E. G. A criança adotada no imaginário social. *Psico Porto Alegre*, 35 (1), pp.1-68, 2004.

Lhullier, A. C. Adoção: perspectivas psicanalíticas para a compreensão das características de pais adotantes e filhos adotivos. In: *Clínica Psicanalítica de crianças e adolescentes: desenvolvimento, psicopatologia e tratamento*. José Outeiral (org). Rio de Janeiro: Revinter, 1997. pp.50-65.

Lins, M. I. A. O *self* e o ego na obra de D. W. Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol.36 (4), 779-805, 2002.

Lizondo, A. B. D. A reinterpretação da tragédia de Édipo à luz da adoção e dos estados primitivos do desenvolvimento do psiquismo humano. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 26, n. 4, 1992.

Loreto, O. D. M. Da adoção [e dos erros do pensar] ou dos erros do pensar [e da adoção]. *Psicologia em estudo*, v. 2, n. 2, p.1-33, 1997.

Machado, M. C. L. Universo em desencanto: conceitos, imagens e fantasias de pacientes psiquiátricos sobre loucura e/ou doença mental. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 439f.

Machado, M. C. L.; Vaisberg, T. M. J. A. Transicionalidade e fisionomia coletiva. In: *Cadernos Ser e Fazer: Apresentação e materialidade*, Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 2003. pp.60-65.

Machado, M. C. L.; Vaisberg, T. M. J. A.; Gil, C. A.; Tardivo, L. C. Oficina psicoterapêutica de cartas, fotografias e lembranças: uma experiência dramática. In

Cadernos Ser e Fazer: Apresentação e materialidade, Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 2003. pp.66-81.

Merleau-Ponty, M. *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Gallimard, 1945.

Micelli-Baptista, A. *Consulta psicoprofilática ao residente de medicina: proposta de um enquadre diferenciado à luz da perspectiva winnicottiana*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2003. 99p.

Morais, M. L. S. e Otta, E. Quando meninos e meninas brincam juntos: uma comparação entre brincadeiras de crianças da praia e da cidade grande. In: *Cadernos Ser e Fazer: O brincar*. Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2004. pp.38-49.

Moscovici, S. *A representação social da psicanálise* (1961). Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

Moscovici, S. Introduction: le domaine de la psychologie sociale. In *Psychologie Sociale*, S. Moscovici (org). Paris: Puf, 1984. pp.5-22.

Motta, M. A. P. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005. 287p.

Nunes, S. A. O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In *Feminilidades*. Joel Birman (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

Ogden, T. H. Lendo Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol.36 (4), 737-755, 2002.

Orme, J. G.; Buehler, C.; McSurdy, M.; Rhodes, K. W. ; Cox, M. E.; Patterson, D. A. Parental and familial characteristics of family foster care applicants. *Children and Youth Services Review* 0190-7409 March 2004, v26 i3, p307-329 .

Outeiral, J. Sobre a concepção de pai na obra de D. W. Winnicott. *In Donald Winnicott na América Latina: teoria e clínica psicanalítica*. Outeiral, J. e Abadi, S. (orgs). Rio de Janeiro: Revinter, 1997. pp.203-212.

Outeiral, J. e Celeri, E. H. R. V. A tradição freudiana de Donald Winnicott – A situação edípica. E sobre o pai? *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol.36 (4), 757-778, 2002.

Paiva, L. D. de. *Adoção: significados e possibilidades*. (Coleção Psicologia jurídica). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 180p.

Patterson, C. J. Children of lesbian and gay parents. *Advances in Clinical Child Psychology*, 19, 235-282, 1997.

Politzer, G. *Críticas dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise* (1928). Tradução Marcos Marcionilo e Yvone M. C. T. Silva. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 194p.

Ribeiro, M. F. R. *Infertilidade e reprodução assistida: desejando filhos na família contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção clínica psicanalítica, dirigida por Flávio Carvalho Ferraz, 2004.

Rotondaro, D. P. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicol. Profissão e Ciência*, 22 (3), 8-13, 2002.

Rousseau, J-J. (1755) *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 277p.

Roussillon, R. A atualidade de Winnicott. *Trieb* (9): p.55-71, 2000.

Safra, G. *A face estética do self: teoria e clínica*. São Paulo: Unimarco, 1999. 168p.

Safra, G. Investigação em psicanálise na universidade. *Psicologia USP*, v. 12, n.

2, São Paulo, 2001.

Sigal, A. M. Algo mais que um brilho fálico. Considerações acerca da inveja do pênis. In *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. Depto. de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Alonso, S. L.; Gurfinkel, A. C.; Breyton, D. M. (orgs.). São Paulo: Escuta, 2002. pp.155-170.

Soares, S. S. G. S; Nicoletti, M. A. Q; Hoffman, A. B e col. Desafios à família contemporânea. *Ide*, (36): 31-37, dez. 2002.

Szapiro, A. M. e Féres-Carneiro, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), pp.179-188, 2002.

Sznick, V. *Adoção: direito de família, guarda de menores, tutela, pátrio poder, adoção internacional*. 3ª edição, São Paulo: Liv. E Ed. Universitária de Direito, 1999, 532p.

Tabajaski, B.; Galger, M. e Rodrigues, R. B. O trabalho do psicólogo no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre/RS. *Aletheia*. n.7, p.9-18, jan./jun., 1998.

Terrel, J. e Modell, J. Anthropology and Adoption. *American Anthropologist*, 96 (1), 155, 1994.

Tostes, A. F. *Crianças institucionalizadas*. Estados Gerais da Psicanálise, São Paulo, 2005. <http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos>

Trindade, Z. A. e Enumo, S. R. F. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. *Psicologia USP*. [online]. 2002, vol.13, n.2 [citado 24 de novembro de 2004], p.151-182. Disponível em www.scielo.br

Tsu, T. M. J. A. *Análise de sonhos de gestantes: um estudo sobre regressão*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 1980. 106p.

Valente, J. A. G. A situação atual dos projetos de acolhimento familiar no Brasil – a experiência do serviço alternativo de proteção especial à criança e ao adolescente – Sapecá. *Colóquio Internacional Sobre Acolhimento Familiar, Rio De Janeiro, 2004.*

Vargas, M. M. *Adoção Tardia: da família sonhada à família possível.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 161p.

Weber, L. N. D. A pesquisa sobre adoção no Brasil: uma necessidade. *Revista Psicologia Argumento*, ano 18, n. 26, p.27-33, abril, 2000.

Weber, L. N. D. *Pais e filhos por adoção no Brasil. Características, expectativas e sentimentos.* Curitiba: Juruá, 2001. 274p.

Weber, L. N. D. Critérios de seleção de pais adotivos: em discussão. In *Aspectos psicológicos da adoção.* 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2003a. pp.33-40.

Weber, L. N. D. Análise das adoções de crianças realizadas pelo período de um ano em uma instituição. (Pesquisa realizada com Patrícia Pádua Moreira). In *Aspectos psicológicos da adoção.* 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2003b. pp.175-179.

Weber, L. N. D. Uma pesquisa de campo sobre conceitos e preconceitos acerca da adoção. In *Aspectos psicológicos da adoção.* 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2003c. pp.75-98.

Weber, L. N. D. e Gagno, A. P. A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. *Paidéia*, 13 (25), 111-118, 2003.

Winnicott, D. W. A mãe separada do filho (1939). In *Privação e delinquência.* Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.31-40.

Winnicott, D. W. Crianças na guerra (1940). In *Privação e delinquência.* Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.23-30.

Winnicott, D. W. Desenvolvimento Emocional Primitivo (1945). In *Da Pediatria à*

Psicanálise. Tradução Davi Litman Bogomeletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. pp.218-232.

Winnicott, D. W. A criança evacuada (1945b). In *Privação e delinquência*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.41-46.

Winnicott, D. W. De novo em casa (1945c). In *Privação e delinquência*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.53-58.

Winnicott, D. W. Tratamento em regime residencial para crianças difíceis (1947). In *Privação e delinquência*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.59-80.

Winnicott, D. W. A mente e sua relação com o psicossoma. (1949). In *Da Pediatria à Psicanálise*. Tradução Davi Litman Bogomeletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. pp.332-346.

Winnicott, D. W. O mundo em pequenas doses (1949b). In *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp.76-82.

Winnicott, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951). In *O Brincar e a realidade*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. pp.13-44.

Winnicott, D. W. Duas crianças adotadas (1953). In *Pensando sobre crianças*. Ray Shepherd (org), Jennifer Johns, Helen Taylor Robinson. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. pp.115-125.

Winnicott, D. W. Armadilhas na adoção (1954). In *Pensando sobre crianças*. Ray Shepherd (org), Jennifer Johns, Helen Taylor Robinson. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. pp.126-130.

Winnicott, D. W. A preocupação materna primária (1956). In *Da Pediatria à Psicanálise*. Tradução Davi Litman Bogomeletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. pp.399-405.

Winnicott, D. W. A tendência anti-social (1956b). In *Privação e delinquência*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.135-148.

Winnicott, D. W. Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960). In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: artes Médicas, 1983. pp.38-54.

Winnicott, D. W. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self* (1960b). In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: artes Médicas, 1983. pp.128-139.

Winnicott, D. W. A integração do ego no desenvolvimento da criança (1962a). In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: artes Médicas, 1983. pp.55-61.

Winnicott, D. W. Os objetivos do tratamento (1962b). In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: artes Médicas, 1983. pp.152-155.

Winnicott, D. W. Este feminismo (1964a). In *Tudo começa em casa*. Tradução Paulo Sandler. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp.183-196.

Winnicott, D. W. *A família e o desenvolvimento individual* (1965). Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 247p.

Winnicott, D. W. A localização da experiência cultural (1967a). In *O Brincar e a realidade*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. pp.133-143.

Winnicott, D. W. O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil (1967b). In *O Brincar e a realidade*. Tradução José Octávio de Aguiar

Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. pp.153-162.

Winnicott, D. W. A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências (1968). In *Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica e tradução da introdução Maria Helena Souza Patto. São Paulo: Martins Fontes, 1994. pp.79-92.

Winnicott, D. W. Sobre as bases para o *self* no corpo (1970). In *Explorações psicanalíticas*. C. Winnicott, R. Shepherd; M. Davis (orgs). Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 460p.

Winnicott, D. W. *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil* (1971a). Tradução Joseti Marques Xisto Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 1984. 427p.

Winnicott, D. W. A criatividade e suas origens (1971b). In *O Brincar e a realidade*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. pp.95-120.

Winnicott, D. W. O brincar: a atividade criativa e a busca de eu (*self*) (1971c). In *O Brincar e a realidade*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. pp.79-94.

Winnicott, D. W. *Natureza humana*. Tradução Davi Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990. 222p.

Winnicott, D. W. *Explorações psicanalíticas*. C. Winnicott, R. Shepherd; M. Davis (orgs). Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 460p.

Winnicott, D. W. *Privação e delinquência*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 282p.

Winnicott, D. W. *The Piggle. Relato do tratamento psicanalítico de uma menina* (1977). Tradução Else Pires Vieira e Rosa de Lima Martins. Rio de Janeiro: Imago, 2 edição, 1987. 174p.

9 ANEXOS

ANEXO A - Priscila e a dificuldade de ser adotiva

Priscila hoje tem 22 anos.

Conheço-a desde pequena, foi este o motivo que me levou a desenhá-la quando criança.

A fase que mais me chamou a atenção e me marcou muito foi quando ela tinha uns 5 anos.

Nesta época ela começou a entender realmente o que é uma criança adotada. Ela sofreu bastante, foi bem resistente para aceitar a situação, mas depois dizia que quando crescesse queria adotar uma criança.

Priscila teve e ainda tem muitos problemas de comportamento e no seu desempenho escolar. Repetiu uma vez à 5ª série e duas vezes a 6ª série, até hoje não concluiu o Ensino Médio, desistiu.

O que mais dificulta seus relacionamentos e seu cotidiano é por que desde pequena sempre foi muito mentirosa. Os pais levaram-na fazer tratamento mas ela não aceita.

Hoje é uma mulher muito simpática, companheira, dócil e alegre; mas acredito que até hoje não superou o fato de ser adotiva.

ANEXO B - Oportunidade de ser

ANEXO C - A criança adotiva e o olhar triste

Tenho contato com diversas crianças e adolescentes que foram adotados. Alguns felizes com vida em família estruturada, outros nem tanto. São, quando felizes, crianças e adolescentes como outro qualquer. Nada há de diferença no comportamento. Parece a mim apenas algo. Parece que têm um olhar triste. É algo que noto.

ANEXO D - Adoção é amor

Quando andamos pelas ruas da cidade, ou vamos trabalhar, ou estamos no supermercado, ou nos deparamos com pessoas, ninguém sabe o sonho de cada um.

Enquanto andamos, trabalhamos, comunicamos, dormimos, sofremos, sonhamos, uma criança é abandonada nos orfanatos.

Filho é tudo. É bênção, é emoção, é alegria, é agonia, é satisfação. Mas se for querido e amado é muito mais que um presente de Deus.

O filho abandonado e rejeitado espera sempre que a mãe verdadeira possa encontrá-lo um dia, mas muitas vezes a mãe não quer alguém atrapalhando a sua vida, e a adoção, para mim, é acima de tudo, um ato de amor, de doação. É "alguém que não fazia parte de sua vida e agora faz a diferença". Adoção é o ato de saber doar, e de saber receber. É vencer preconceito no mundo dos adultos, pois nas crianças não existe esse sentimento: "saí ou não saí da barriga da mamãe não importa. O que importa é que alguém me quer, tenho uma mãe para chamar de mãe".

Se eu pudesse, teria adotado 3 irmãos para completar minha família.

ANEXO E - A história de Ana

Ana, uma amiga quase quarentona, como eu à época, ligou-me dizendo que precisava encontrar-se comigo com urgência. Marcamos o encontro em casa (São Paulo) e ela, sem mais delongas foi logo falando a que veio: sabia que minha prima (H), que já tinha uma filha, iria adotar uma outra criança recém-nascida. Pediu-me que fosse a mensageira de um depoimento seu e que eu fizesse a gentileza de transmiti-lo à H (sua amigona). Ambas eram da mesma cidade e estudaram juntas até o final do curso clássico (ensino médio) mas, ultimamente, viam-se pouco.

"Diga à H que nunca, nunca conte a seu filho que ele é adotado! Que ela tire fotos com barriga falsa de tamanhos variados e em locais diferentes, que "tenha" o filho aqui em S. Paulo, que anuncie seu nascimento no jornal da sua cidade, que invente historinhas, situações pitorescas para dar mais veracidade e que, se por acaso vier a surgir alguma dúvida futura que negue, negue sempre e reafirme sua maternidade" (à época não se falava em exame DNA).

Perguntei-lhe o motivo para tanto empenho e ela respondeu-me: "sou filha adotiva, como você sabe, fui criada com todo o carinho, amo minha irmã e meus pais e sei que eles me amam também; minha casa era uma delícia, alegre, divertida, aconchegante e eu me sentia protegida, segura e amada. Mamãe dava aulas de piano e eu e a (irmã) também tínhamos aulas com ela; papai sempre nos levava para pescar, vivíamos penduradas em árvores para chupar manga e jaboticaba, brincávamos o dia todo, sempre com a supervisão da mamãe, mas com muita liberdade. Foi uma infância mágica!"

Mas, perguntei, por que, então, não contar, já que você ficou a par da sua adoção logo que começou a ter mais consciência das coisas, ainda criança?

Ana confessou-me que, a partir da hora em que soube da verdade, embora dita com muito amor e ternura, dizendo que ela era "filha do coração", começou a ter um medo desesperado de perder afeto por não ter nascido da barriga de sua mãe e mudou completamente de temperamento: queria imitar sua irmã ("legítima") em tudo, queria ter cabelo claro como ela e seus pais, estudava muito piano embora não gostasse, somente para agradar à mãe, dizia amém a tudo, não contestava mais nada, obedecia a todos, vivendo à sombra de (sua irmã). Passou a achar seus cabelos feios, a achar-se também feia, embora racionalmente soubesse que era bem bonita e sua irmã começou a ser, para ela, sua intermediária em relação a seus pais...

Só bem mais tarde, já formada, é que buscou ajuda psicoterápica e foi se soltando aos poucos, até ir diminuindo esse medo de não ser mais amada; mas, diz, até hoje tem medo de se apaixonar e perder, de repente, a pessoa amada (continua sozinha até hoje...)

Acredita ela que só se deve dizer a verdade a uma criança adotada se os pais não tiverem filhos próprios, para não precisar "disputar" afeto, por se achar em desvantagem em relação aos irmãos criando-se uma ansiedade enorme associada à possibilidade de perda de amor (mesmo a realidade dos fatos e dos sentimentos envolvidos desmentirem esse receio). Disse-me que a criança sempre precisará provar que é digna do amor recebido, que valeu a pena tê-la adotado, que ela não decepcionará ninguém ou, então, poderá rebelar-se, rompendo todos os vínculos afetivos, ou tornar-se uma "criança-problema".

Nota: embora seja favorável à revelação da adoção da criança pelos pais, todos estes desabafos de Ana fizeram-me refletir muito sobre a complexidade das emoções envolvidas num episódio como este.

ANEXO F - Naná transforma-se em Veridiana

Chamavam-me Naná, mas qual seria meu verdadeiro nome? Todo mundo tem um nome, não é? Seria Mariana, Maria Ana, Ana apenas? Por que não se pode escolher o próprio nome? Os adultos têm cada uma!...Veridiana. Era assim que eu iria me chamar daquele dia em diante, disseram meus pais adotivos. Veri...quê? VERIDIANA. Nome esquisito!...Tinha que me conformar. Afinal, não é todo dia que uma menina de nove anos consegue uma casa pra morar, uma família...Pensando bem, o dinal Ana me agradava. Mas por que sempre tenho que me contentar com pouco?... Por que não posso sonhar grande? Grande mesmo é meu nome, vocês não acham? E também a lágrima que pingou na minha blusa ao me despedir de Irmã Faustina, meu anjo da guarda no orfanato. Perdas e ganhos, dois lados da mesma moeda, dois lados do mesmo coração. As histórias são sempre passadas a limpo ou permanecem no rascunho, com direito a borrões, a rasuras, à incompletude...

Lembro-me bem...Naquele dia, vieram me buscar cedo. Na véspera, já sabia que tudo começaria cedo...A claridade do quarto, guardado por ralas cortinas, me acordava quase todos os dias desde que entendia por gente. Não foi diferente. Apenas a noite não tinha sido como as outras: ao medo do escuro somavam-se outros medos (da mudança, do novo...e tantos outros que não consigo enumerar...)

Meu pai, minha mãe...De agora em diante, deveria chamá-los assim. Ao menos acho que é isso que eles esperam...E eu, o que esperar? Como é um pai? Como é uma mãe? Como é ser filho?

Irmã Faustina tinha me contado um pouco a história deles: casal sem filhos, tinham desejado tanto ter um bebê, mas os tratamentos não tinham adiantado.

Vontade de Deus, dizia ela. Optaram, então, pela adoção. Não queriam mais um bebê (dava muito trabalho e eles não eram lá tão jovens!). Alguém "criado" podia ser mais fácil, servir de companhia. Na primeira visita, tinham me achado inteligente, esperta e alegre. Só porque lhes sorri!

Na verdade, eu era feliz na minha tristeza. Tinha estudado no orfanato, Irmã Faustina era minha "fada-madrinha" mas, como era a mais velha ali, tinha poucos amigos. Quando sentia falta deles, inventava uns ou conversava com a minha boneca Samanta, presente de Natal de não sei quem...Chegara no orfanato como eu: pela porta da frente, pelas mãos de alguém que preferiu não se identificar.

Do orfanato iria levar as poucas roupas que tinha, muitas lembranças e Samanta. Ah, guardei também uma foto com a Irmã Faustina. Não era recente, mas servia para matar a saudade...

Saudade, o que fazer com ela?

Os adultos diziam que eu iria começar uma nova vida, mas o que fazer com aquela que eu tinha vivido até ali?

Troquei a porta do orfanato pela porta de um carro. Abrir uma, fechar outra...Será que a vida também se resume num gesto?

O movimento da cidade grande no início me atordoou. Mas tudo é questão de hábito! Meus primeiros dias seriam os mais difíceis. As descobertas eram muitas...A começar pelo meu nome...Era possível gostar dele!...

Minha mãe e meu pai, meio desajeitados no começo, foram, pouco a pouco, descobrindo que poderíamos formar uma família. Eram desafios diários, para eles e para mim.

Tenho hoje vinte anos. Sinto como se tivesse queimado algumas etapas que não podem ser resgatadas, mas sou feliz. Tenho sonhos, projetos de vida e um nome

forte como eu, que resiste a chuvas e trovoadas. Já votei, já fiz vestibular, já tirei carteira de motorista. Estou no terceiro ano de jornalismo. Afinal, a História, as histórias me interessam...Quero ser capaz de contá-las e ajudar a escrevê-las para que as Nanás ou as Veridianas existam de fato, orgulhosas de seu percurso.

ANEXO G - Carol quer ser adotada

Carol é pequena, bem pequena; mas já sente a tristeza de ser abandonada. O vazio de não ter uma família reflete no seu olhar, que é profundamente triste. Mas ela tem, no fundo do seu coração, a esperança que alguém ou alguma família a adote.

A menina imagina um fio de novelo de lã a enrolar-se e um dia quem sabe uma mão abençoada irá buscá-la no orfanato e então ela terá finalmente uma família.

ANEXO H

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo é o consentimento de duas partes envolvidas em um processo de pesquisa científica. De um lado, a pesquisadora **Marcela Casacio Ferreira**, aluna do curso de Doutorado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, RA:02280832, end. Av: Princesa D'Oeste, 1847, ap.114, Guarani. Campinas - SP, Telefone: 0.19.32541518, está realizando uma pesquisa de doutorado intitulada "**A adoção no imaginário social de professores: um estudo psicanalítico**", com professores de ensino médio ou fundamental, representando este grupo, a outra parte envolvida.

Trata-se da investigação sobre uma problemática psicossocial do Brasil, da adoção, na qual solicita-se a tais participantes: um desenho em uma folha sulfite branca de uma criança adotiva e, posteriormente, a criação e a descrição de uma estória daquela criança desenhada, no verso da folha. Pretendemos coletar primeiramente dez desenhos. A análise dos desenhos será feita de acordo com o método interpretativo psicanalítico assim como as estórias, lendo e relendo diversas vezes o conteúdo para ser elaborado aquilo que foi apreendido. Os desenhos-estórias manterão o anonimato do participante, impossibilitando sua identificação, assim como o sigilo quanto a dados confidenciais.

Espera-se assim, obter alguns dados dessa parte da população, qual seja, de professores, permitindo ampliar a compreensão das construções de representações sociais sobre o tema da adoção. A partir dos dados obtidos nessa investigação, respeitando o anonimato dos participantes, poderemos propor práticas de intervenções principalmente no âmbito da psicoprofilaxia, o que beneficiará tanto a ciência da psicologia quanto as atividades na comunidade. A participação é totalmente voluntária, podendo o participante se recusar a participar ou retirar o consentimento a qualquer momento da pesquisa sem penalização ou prejuízo, assim como, impedir a inclusão do desenho ou estória na pesquisa.

Marcela Casacio Ferreira, fone: 0.19.32541518

Eu, (nome completo do participante), declaro estar ciente dos objetivos e métodos dessa pesquisa, assim como declaro minha participação voluntária nela, autorizando a inclusão do meu desenho-história no 'corpus' da investigação, respeitadas as condições de sigilo, privacidade e o direito de avaliar o material transcrito, nos termos acima descritos. Também estou ciente de que poderei me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum ônus para minha pessoa.

Nome/assinatura:

data:

Em caso de dúvidas ou queixa, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa - PUC-CAMPINAS, Av John Boyd Dunlop,s/nº- CEP 13059-900 –Jd Ipaussurama–Campinas-SP ou Caixa Postal 317 – CEP 13012-970 - Telefone (019) 3729-8303.